UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
***CAMPUS* DE TOLEDO**
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO – PGDRA
DOUTORADO

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA DO PECSOL NO PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NO SISTEMA UNICAFES: O CASO DO ESTADO DO PARANÁ

TOLEDO-PR
2025

DAIANE FRANCIELE STABACK MIRANDA

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA DO PECSOL NO PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NO SISTEMA UNICAFES: O CASO DO ESTADO DO PARANÁ

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – PGDRA, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.
Coorientadora: Profa. Dra. Ivanete Daga Cielo

TOLEDO-PR

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Miranda, Daiane Franciele Staback
AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA DO PECSOL NO PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NO SISTEMA UNICAFES: O CASO DO ESTADO DO PARANÁ / Daiane Franciele Staback Miranda; orientador Weimar Freire da Rocha Junior; coorientadora Ivanete Daga Cielo. -- Toledo, 2025.
224 p.

Tese (Doutorado Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2025.

1. Educação cooperativista. 2. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). 3. Juventude Rural. 4. Cooperativismo Solidário. I. Rocha Junior, Weimar Freire da, orient. II. Cielo, Ivanete Daga, coorient. III. Título.

DAIANE FRANCIELE STABACK MIRANDA

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA DO PECSOL NO PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NO SISTEMA UNICAFES: O CASO DO ESTADO DO PARANÁ

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – PGDRA, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Toledo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.
Coorientadora: Profa. Dra. Ivanete Daga Cielo

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Weimar Freire da Rocha Junior
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

_____

Prof. Moacir Piffer
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

_____

Prof. Paulo Henrique de Cezaro Eberhard
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

_____

Prof. Alcidir Mazutti Zanco
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

_____

Prof. Wesley Vieira da Silva
Universidade Federal de Alagoas

Toledo, 05 de setembro de 2025.

DEDICATÓRIA

A Deus, por ser a fonte da minha força e sabedoria. Aos meus pais, alicerce de minha trajetória; ao Michael, por caminhar ao meu lado com amor e paciência; e ao meu filho, Miguel, por me conceder o mais sublime dos títulos: o de Mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força e pela luz que me conduziram ao longo desses quatro anos. Sei que a minha jornada até aqui foi obra de Sua vontade e direção. Em cada etapa da minha vida, senti o cuidado e a proteção divina, e se hoje estou onde estou, é porque Ele colocou sonhos em meu coração e me permitiu torná-los realidade.

Aos meus pais, José Maria Staback e Adriana Alves de Jesus, meu eterno agradecimento. Foram vocês que sempre me incentivaram a estudar e a "ser alguém na vida". Nasci e cresci em meio à simplicidade, mas nunca me faltaram amor, apoio e encorajamento. Cada conquista é também de vocês.

Expresso minha mais profunda gratidão ao meu esposo, Michael, presença constante em minha vida desde o período da graduação. Sempre foi meu maior incentivador, apoiando-me com paciência, carinho, confiança e respeito. Jamais esquecerei o momento em que fui aprovada no doutorado e me vi diante da incerteza financeira para prosseguir. Ainda namorados, ouvi dele: *"Se seu pai não conseguir te ajudar, eu ajudo você. Mas o doutorado você vai fazer."* Hoje, casados e à espera do nosso maior amor, o Miguel, espero poder retribuir tudo o que fez por mim, com a mesma dedicação e amor.

À minha família e aos amigos, obrigada pelas palavras de motivação, por celebrarem cada conquista, por me ouvirem nos momentos difíceis e compreenderem minha ausência em tantos finais de semana. Os abraços de vocês acalmaram meu coração e me fortaleceram a continuar.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Toledo, minha segunda casa, expresso meu orgulho e gratidão por ter realizado aqui minha graduação, meu mestrado e meu doutorado. Uma universidade que oferece ensino de qualidade e contribui, com excelência, para nossa formação humana e profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), minha sincera gratidão por todo o acolhimento, ensino e oportunidades oferecidas. Fui incentivada a participar de eventos, congressos, viagens, palestras e vivências marcantes. Quantas memórias foram construídas, quantos cafés partilhados na secretaria, quantas experiências trocadas pelos corredores. Levo comigo cada uma dessas lembranças com carinho e saudade.

Ao meu orientador, professor Weimar Freire da Rocha Júnior, e à minha coorientadora, professora Ivanete Daga Cielo, agradeço pelas valiosas orientações, ensinamentos e apoio constante ao longo desta jornada, foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Ao professor Lucir, minha admiração e respeito. Obrigada por esclarecer todas as dúvidas relacionadas ao programa, por seu cuidado com os alunos e por sempre nos incentivar a participar ativamente das atividades acadêmicas. Você é exemplo de ser humano e de profissional.

Aos meus colegas de turma, que tornaram o doutorado mais leve e repleto de boas memórias, minha gratidão pelas trocas, pelas leituras, pelas risadas e pela parceria. Helena, Lorena, Raiane, Yogo e Kenneddy: levo cada um de vocês em meu coração com grande carinho.

A todos os docentes que compõem o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), manifesto minha profunda admiração e respeito. Sinto-me imensamente honrada por tê-los como professores e por ter tido a oportunidade de aprender com a vasta bagagem de conhecimento que cada um carrega e generosamente compartilha em sala de aula. As aulas ministradas, as parcerias na produção de artigos científicos e as experiências vividas em eventos e viagens acadêmicas foram fontes ricas de aprendizado e inspiração. Em especial, agradeço à coordenadora do programa, professora Crislaine Colla, pelo carinho, atenção e apoio ao longo desta caminhada.

Durante o período do doutorado, tive a oportunidade de ser chamada para atuar como professora PSS no Colegiado de Secretariado Executivo Trilíngue. Um momento profundamente aguardado e desejado por mim, alinhado à minha trajetória e formação. Desde o mestrado, almejava o sonho de lecionar em um curso pelo qual tenho enorme admiração. Hoje, como colaboradora, aprendo diariamente sobre o meio acadêmico, aprimorando minhas habilidades docentes e expandindo meu conhecimento. Expresso minha sincera gratidão a todos os colegas de profissão que me acolheram com generosidade, e, em especial, à coordenadora do curso e minha coorientadora, professora Ivanete Daga Cielo, pelo apoio e confiança depositados em minha caminhada.

Ao Alcidir Zanco, assessor da UNICAFES, minha gratidão pela oportunidade de conhecer o PECSOL, por me apresentar ao cenário da juventude rural e ao cooperativismo solidário, ampliando meu conhecimento sobre a agricultura familiar e

as cooperativas solidárias do estado do Paraná. Obrigada pelas informações, orientações e pela calorosa recepção durante o Congresso de Cooperativismo Solidário realizado em Curitiba, no ano de 2024, uma experiência verdadeiramente ímpar.

À professora Ednilse Maria Willers, minha sincera gratidão pelo acolhimento, pelo apoio desde os primeiros dias de doutorado. Com afeto e dedicação, abriu as portas de sua casa me concedendo pouso, e me ofereceu suporte em diferentes fases da minha vida acadêmica e pessoal. Mais do que uma docente, tornou-se uma presença marcante e acolhedora, cuja amizade ultrapassou os portões da Unioeste e permanece como um laço que levo para toda a vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, pois a bolsa de estudo foi de extrema importância para a realização desta pesquisa.

E, por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que esta etapa fosse vivida e concluída com êxito: meu mais sincero **muito obrigada.**

MIRANDA, Daiane Franciele Staback. **AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA DO PECSOL NO PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NO SISTEMA UNICAFES: O CASO DO ESTADO DO PARANÁ** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2025.

RESUMO

O cooperativismo é um instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico e social, especialmente, em áreas de agricultura familiar. No Brasil, fortalece a inclusão produtiva e o capital social, integrando pequenos produtores aos mercados. Na Região Sul e, particularmente, no Paraná, as cooperativas solidárias impulsionam a renda, o acesso a recursos e a dinamização regional, com destaque para o papel da UNICAFES-PR na valorização do trabalho coletivo e da soberania alimentar. Sendo assim, o presente estudo objetiva analisar as práticas de educação cooperativista ofertadas aos jovens no Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) para a sua permanência no sistema União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária –UNICAFES. Diante disso, tal estudo foi desenvolvido em quinze cooperativas do ramo agropecuário do Estado do Paraná, inseridas no sistema UNICAFES, que participaram da edição piloto do PECSOL, realizada com duração de um ano, de 2022 a 2023. O estudo dedicou-se ao público jovem rural. Desse modo, entende-se que há a necessidade de pesquisar mais detalhadamente a temática da incorporação da juventude no cooperativismo, o que tem sido objeto recorrente em diversos estudos sobre o futuro da agricultura familiar. A pesquisa é metodologicamente fundamentada, quanto aos fins, como estudo descritivo e explicativo. Possui natureza qualiquantitativa, já que envolve examinar e refletir as percepções dos jovens acerca da educação cooperativista. Para a coleta de dados, optou-se pelo instrumento questionário, pois trata-se de uma técnica de coleta de dados da pesquisa descritiva, aplicado aos jovens participantes do PECSOL. Os dados coletados foram observados utilizando os recursos da análise descritiva tanto para a apresentação das características dos jovens cooperados quanto para a discussão a respeito da capacitação ofertada pelo PECSOL, além de questões pertinentes à permanência desse jovem no campo e no sistema cooperativista. Os resultados revelam que o PECSOL desempenha papel estratégico no fortalecimento da juventude rural, promovendo vínculos com o cooperativismo e contribuindo para a permanência no campo. A maioria dos participantes demonstrou interesse em se inserir de forma mais ativa nas cooperativas e nas atividades rurais, valorizando a agricultura familiar e a sustentabilidade. No entanto, os jovens relataram desafios significativos, como a falta de confiança no processo de sucessão familiar, a escassez de espaços de diálogo e a ausência de abertura para sua participação efetiva na gestão rural. Também, foram apontadas dificuldades de acesso a crédito, limitação de políticas públicas específicas e carência de oportunidades de capacitação continuada. Apesar disso, a percepção sobre o papel das cooperativas é majoritariamente positiva, as quais são reconhecidas como instrumentos de desenvolvimento local e inclusão produtiva. A pesquisa evidencia, ainda, a necessidade de ampliar ações que fortaleçam a participação juvenil, reduzam as lacunas geracionais e promovam um ambiente mais acessível, representativo e inovador no contexto cooperativista. Conclui-se, dessa forma, que a continuidade e o fortalecimento de programas, como o PECSOL, são fundamentais para consolidar a participação juvenil e garantir a sustentabilidade do cooperativismo solidário no meio rural.

Palavras-chave: Educação cooperativista; Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL); Juventude rural; Cooperativismo Solidário.

MIRANDA, Daiane Franciele Staback. **EVALUATION OF THE EFFECTIVENESS OF SOLIDARITY COOPERATIVE EDUCATION OF PECSOL FOR YOUTH INCLUSION INTO THE UNICAFES SYSTEM: THE CASE OF THE STATE OF PARANÁ**. Dissertation (Doctorate in Regional Development and Agribusiness) – Western Paraná State University, Toledo, 2025.

ABSTRACT

Cooperativism is a strategic tool for economic and social development, especially in family farming areas. In Brazil, it strengthens productive inclusion and social capital by integrating small producers into markets. In the Southern Region and particularly in Paraná, solidarity cooperatives boost income, access to resources, and regional dynamism, with emphasis on the role of UNICAFES-PR in valuing collective work and food sovereignty. Thus, the present study aims to analyze the cooperative education practices offered to young people in the Solidarity Cooperativism Education Program (PECSOL - *Programa de Educação do Cooperativismo Solidário* in Portuguese) to encourage their permanence in the system of the National Union of Family Farming and Solidarity Economy Cooperatives (UNICAFES - *União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária* in Portuguese). Accordingly, this study was conducted in fifteen agricultural cooperatives in the state of Paraná, which are part of the UNICAFES system and participated in the pilot edition of PECSOL, lasting one year, from 2022 to 2023. The study focused on the young rural population. Therefore, it is understood that it is necessary to research in greater depth the issue of youth integration into cooperativism, which has been a recurring subject in several studies about the future of family farming. The research is methodologically grounded, in terms of aims, as a descriptive and explanatory study. It has a qualitative-quantitative approach, as it examines and reflects on young people's perceptions of cooperative education. For data collection, the questionnaire instrument was chosen, as it is a common technique for collecting data in descriptive research, and it was applied to the young participants of PECSOL. The collected data were analyzed using descriptive analysis tools both to present the characteristics of the young cooperators and to discuss the training offered by PECSOL, in addition to issues relevant to the continued presence of these young people in rural areas and the cooperative system. The results reveal that PECSOL plays a strategic role in strengthening rural youth, fostering connections with cooperativism, and contributing to their permanence in rural areas. Most participants showed interest in becoming more actively involved in the cooperatives and rural activities, valuing family farming and sustainability. However, young people reported significant challenges, such as a lack of confidence in the family succession process, limited dialogue spaces, and insufficient opportunities for effective participation in rural management. They also pointed out difficulties in accessing credit, limited specific public policies, and a shortage of opportunities for continuous training. Despite these challenges, the perception of the role of cooperatives is predominantly positive, as they are recognized as instruments of local development and productive inclusion. The research also highlights the need to enhance actions that strengthen youth participation, bridge generational gaps, and promote a more accessible, representative, and innovative environment within cooperativism. In

conclusion, the continuity and strengthening of programs such as PECSOL are essential to consolidate youth participation and ensure the sustainability of solidarity cooperativism in rural areas.

Keywords: Cooperative education; Solidarity Cooperativism Education Program (PECSOL); Rural youth; Solidarity Cooperativism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Pesquisa.....31
Figura 2 - cooperativas agropecuárias do paraná por faturamento.....44
Figura 3 - Dificuldades enfrentadas por jovens rurais 73
Figura 4 - Localização geográfica das cooperativas participantes verificadas pela pesquisa (2024).....97
Figura 5 - Ilustração geográfica dos municípios de residências dos jovens participantes 110
Figura 6 - Distribuição geográfica das cooperativas com o número de respondentes no estado do Paraná.....116
Figura 7 - Nuvem de palavras com as atividades que mais são realizadas pelos jovens 123
Figura 8 - Nuvem de palavras: frequência de frases citadas pelos entrevistados..171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de jovens por faixa etária 106
Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos respondentes 108
Gráfico 3 - Participantes do quadro de associados da cooperativa 111
Gráfico 4 - Principais atividades econômicas da sua família 115
Gráfico 5 - Local de Residência Atual dos Jovens Participantes da Pesquisa 117
Gráfico 6 - Principais atividades produtivas desempenhadas por jovens no meio rural 121
Gráfico 7 - Áreas Temáticas de Interesse dos Jovens para Participação em Capacitações no Contexto Cooperativista 128
Gráfico 8 - Você tem acesso à educação adequada na área rural que você reside 131
Gráfico 9 - Percepção de acesso à educação pela variante onde mora 132
Gráfico 10 - Você tem acesso a serviços de saúde em sua comunidade 134
Gráfico 11 - Entendimento do acesso a saúde pela variante onde moram 135
Gráfico 12 - Acesso adequado à tecnologia na zona rural 137
Gráfico 13 - Percepção do Acesso à tecnologia segundo o local de residência 137
Gráfico 14 - Impacto das atividades do PECSOL na permanência de jovens cooperados no campo 149
Gráfico 15 - Eficiência do programa PECSOL na atuação junto aos jovens rurais . 150
Gráfico 16 - Análise da Eficiência do Programa PECSOL frente às Demandas e Expectativas de Jovens do Meio Rural, sob a Perspectiva de Gênero 151
Gráfico 17 - Contribuição do PECSOL para a sucessão familiar segundo os participantes 152
Gráfico 18 - Percepção das atividades realizadas pelo PECSOL promovem a sucessão segundo o local onde reside 153
Gráfico 19 - As cartilhas do PECSOL que desenvolvem planos de ação estimulam a participação do sistema cooperativista segundo o gênero 163
Gráfico 20 - Capacitações de interesse do jovem 166
Gráfico 21 - Percepção sobre o PECSOL e a Criação de Conexões Úteis na Zona Rural 167

Gráfico 22 - Percepção sobre a Adequação do PECSOL às Demandas da Juventude Rural Local 169
Gráfico 23 - Fortalecimento do Interesse e das Habilidades Cooperativistas por Meio do Programa PECSOL 176
Gráfico 24 - Contribuição das cooperativas para a economia local, segundo os respondentes..... 179
Gráfico 25 - Percepção dos jovens por gênero sobre as cooperativas fortalecerem a economia local 180
Gráfico 26 - Percepção sobre o cooperativismo como ambiente promissor para a juventude rural..... 185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e sua importância que será relatado nesse estudo 28
Quadro 2 - Números do cooperativismo por ramo para o ano de 2024 do Brasil 37
Quadro 3 - Definição dos sete princípios de Rochdale 47
Quadro 4 - Características do cooperativismo solidário 59
Quadro 5 - Tipologias do Cooperativismo solidário que variam de acordo com suas atividades específicas da cooperativa 60
Quadro 6 - Eixos de capacitação do PECSOL 83
Quadro 7 - Metodologia dos cadernos pedagógicos atuantes do PECSOL 85
Quadro 8 - Aspectos presentes nas cooperativas de agricultura familiar conforme o PECSOL 86
Quadro 9 - Matriz de Amarração da Pesquisa 93
Quadro 10 - Cooperativas participantes que foram verificadas 95
Quadro 11 - Síntese dos procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa 104
Quadro 12 - Caracterização do perfil dos jovens rurais participantes da pesquisa . 119
Quadro 13 - Quais são os maiores desafios que você enfrenta como jovem na zona rural 124
Quadro 14 - Tipos de apoio ou recursos que o jovem acredita que seriam mais úteis para os jovens rurais em sua área 139
Quadro 15 Estratégias para fixação e inclusão de Jovens no meio rural 143
Quadro 16 - Metodologia das cartilhas pedagógicos 154
Quadro 17 - Metodologia dos Cadernos PECSOL Jovem 155
Quadro 18 - Benefícios e oportunidades proporcionados pela condição de cooperado 177
Quadro 19 - Estratégias para Atrair e Engajar Jovens na Participação Cooperativista e no Quadro Social das Cooperativas 180
Quadro 20 - Ideia ou projeto empreendedor que poderia ser desenvolvido em sua cooperativa na sua comunidade rural 183
Quadro 21 - Fatores condicionantes à permanência dos jovens no meio rural: consensualidade entre a pesquisa científica e a visão empírica dos jovens entrevistados conforme representado no quadro 21 184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas das cooperativas no Paraná por ramo (2024).....42
Tabela 2 - Censo Demográfico 2000/2010. Características gerais da população - População residente - grupos de idade - Características Gerais da População - Variável - População residente (Pessoas).....78
Tabela 3 - Fatores de influência sobre a continuidade ou êxodo da juventude no campo.....157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP Aliança Brasileira de Cooperativas

Acarpa Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (atualmente EMATER/PR)

ACI Aliança Cooperativa Internacional

BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

BNCC Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CONCRAB Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CFP Comissão de Financiamento à Produção

CNCoop Confederação Nacional do Cooperativismo

DAC Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NOORCOP Projeto Norte de Cooperativismo

OCB Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEPAR Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

OIE Organização Mundial da Saúde Animal

ONU Organização das Nações Unidas

PECSOL Programa de Educação do Cooperativismo Solidário

PIC Projeto Iguaçu de Cooperativismo

SENAES Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESCOOP Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SULCOOP Projeto Sul de Cooperativismo

UNASCO União Nacional das Associações Cooperativas

UNICAFES União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICOPAS União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias

UNISOL Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA 26
1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA 26
1.3 OBJETIVOS 29
1.3.1 Objetivo Geral 29
1.3.2 Objetivos Específicos 29
1.4 DELIMITAÇÃO E ESTRUTURA DO ESTUDO 30
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 32
2.1 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O COOPERATIVISMO 32
2.2 UMA ANÁLISE ABRANGENTE DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA NO BRASIL 32
2.2.1 Cooperativismo no Paraná e o segmento agropecuário 39
2.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO 45
2.4 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: CONSTRUINDO CONHECIMENTO E FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO 49
2.5 COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NO BRASIL 57
2.5.1 Agricultura Familiar Solidária 63
2.6 JUVENTUDE RURAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES 68
2.6.1 Sementes de Mudança: Juventude Rural como força transformadora no sistema cooperativista 76
2.6.2 Juventude Rural na Era Digital 80
2.7 O PECSOL E SUAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA 82
2.7.1 Atuação do PECSOL no Paraná 86
3 METODOLOGIA 90
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA 90
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA 94
3.2.1 Determinação da amostra de pesquisa 98
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS 100
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DOS DADOS 102
4 ANÁLISES E DISCUSSÕES 105

4.1 JUVENTUDE RURAL: QUAL É SEU PERFIL?.....105
4.2 JOVENS RURAIS: CULTIVANDO O FUTURO.....120
4.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISITA SOLIDÁRIA (PECSOL)....146
4.3.1 Cartilhas e Cadernos do PECSOL: Conteúdos, Abordagens e Papel Formativo.....154
4.3.2 Percepções dos Jovens sobre o PECSOL, Estratégias e Fortalecimento de Conexões no Contexto Rural 165
4.4 O SISTEMA COOPERATIVISTA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO JOVEM .174
CONSIDERAÇÕES FINAIS 190
REFERÊNCIAS.....1952
APÊNDICE 216

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo é amplamente reconhecido e valorizado na economia por sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e sustentável. É considerado um dos principais modos de organização de pessoas na promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como no fomento do capital social das comunidades que o praticam (Bialoskorski Neto, 2002; Lima; Alves, 2011).

Para Morato e Costa (2001), a cooperativa resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e da autonomia, de maneria que pode ser considerada uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil.

Fundadas com um propósito inicial de defender e proteger o sustento de comunidades das imperfeições do mercado (Cook; Plunkett, 2006), o cooperativismo está presente em uma variedade de setores no Brasil, incluindo agricultura, crédito, saúde, consumo, infraestrutura, entre outros. Cooperativas agrícolas, por exemplo, desempenham um papel crucial na produção de alimentos e no fortalecimento do agronegócio.

Com relação à importância do cooperativismo atualmente, segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)[1], no ano de 2023, havia 3 milhões de cooperativas atuantes no mundo, congregando 1 bilhão de cooperados (12% da humanidade), o que resultava em 280 milhões de empregos formais e informais; isso totalizava 2,17 trilhões de dólares (USD) de faturamento, número que diz respeito apenas às 300 maiores cooperativas do mundo (Anuário, 2023).

De acordo com esses dados, observa-se que as cooperativas abrangem parte importante da economia mundial, o que aponta para a relevância de pesquisas que compreendam e ampliem o escopo dessa temática.

No que tange ao contexto brasileiro, de acordo com informações do Anuário Cooperativista (2024), o Brasil possuía, naquele ano, 12 das 300 maiores cooperativas do mundo. Dessa forma, observa-se que o cooperativismo se destaca

[1] A Aliança Cooperativa Internacional é uma entidade mundial, que visa defender os interesses e os princípios cooperativistas. Consiste no organismo máximo do cooperativismo global, sendo uma entidade cooperativa e não governamental. No total, existem mais de 328 organizações, distribuídas entre 112 países membros da ACI. Elas são cooperativas internacionais e nacionais, dos mais variados setores.

na economia brasileira, evidenciado pelo seu crescimento, pela representatividade em diversos setores e pelo papel vital que desempenha na promoção de uma economia mais inclusiva e justa (OCB, 2024).

Segundo Pinho (2003), desde a criação das cooperativas até os dias atuais, a educação cooperativista é um dos princípios mantidos por essas organizações, mesmo com algumas modificações introduzidas pelas assembleias da ACI, as quais aconteceram nas seguintes datas: 1934 (Londres), 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester – Congresso do Centenário da ACI).

Entretanto, na Assembleia da ACI de 1995, foi efetivada a seguinte redação, definida pela ACI (1995, s.p.) em assembleia democraticamente realizada com a participação das cooperativas associadas à ACI do mundo todo, de forma que prevê que o 5º princípio cooperativista foi ajustado, passando a ser: Educação, Treinamento e Informação. Esse princípio começou a ter a seguinte redação, definida pela ACI (1995):

> As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus cooperados, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ACI, 1995, s.p.).

Desse modo, estrutura não só o significado, mas o conteúdo da educação cooperativista, incluindo, além dos cooperados, os administradores, executivos e os empregados das cooperativas. A assembleia recomenda, ainda, que os benefícios do cooperativismo sejam difundidos ao público, em especial, aos jovens e aos líderes das comunidades, onde as cooperativas estão presentes (Theodoro, 2021).

Face ao exposto anteriormente, o quinto princípio, “Educação, Treinamento e Informação”, foi o foco do estudo nesta pesquisa. Afinal, esse princípio faz gerar a necessidade de as cooperativas promoverem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Em complemento, informam o público externo, os jovens e os formadores de opinião sobre a natureza e as vantagens da cooperação (Ferreira e Sousa, 2019).

Organizadas em sete ramos (Agropecuário, Consumo, Crédito, Infraestrutura, Saúde, Trabalho, Produção de Bens e Serviços e Transporte), as cooperativas são agentes para a promoção de desenvolvimento nos estados brasileiros. É importante

destacar, também, a solidez e a sustentabilidade dos acordos comerciais realizados pelas cooperativistas, uma vez que 2.535 das cooperativas nacionais têm mais de 20 anos de atuação no mercado e promovem melhores condições econômicas, sociais e de trabalho aos seus cooperados (OCB, 2023).

No estado do Paraná, as cooperativas agropecuárias têm um papel importante no desenvolvimento socioeconômico e na transferência de tecnologia, garantindo a compra e o escoamento das safras. Também, transformam os excedentes das produções rurais em emprego e renda no interior paranaense. Por isso, sua importância é mais do que estratégica, pois garantem a dinâmica econômica de vários municípios (Lima e Alves, 2011).

O desenvolvimento rural e a modernização das regiões paranaenses, de acordo com Lima e Alves (2011), fortaleceram-se por meio das cooperativas agropecuárias durante o processo de modernização e de consolidação do agronegócio no estado (alternando os padrões de acumulação de capital nas economias regionais e subordinando as propriedades rurais ao capital industrial). As alterações dessa base técnica de produção ocorreram, num primeiro momento, nos produtores integrados às agroindústrias ou cooperados às cooperativas e, na sequência, dispersaram-se no espaço rural.

Esse modelo de negócio coletivo, que reúne produtores rurais, tem a missão de promover prosperidade não somente no campo, mas nas comunidades em que estão inseridos. Nesse contexto, o cooperativismo agropecuário tem a capacidade de promover ganho de escala, organização produtiva e poder de comercialização a pequenos, médios e grandes agricultores (OCB, 2024). Além disso, fomentam o acesso à assistência técnica e infraestrutura em todos os elos da cadeia de produção agrícola e pecuária de seus cooperados e para todos que realizam negócios com o cooperativismo (Theodoro, 2021).

Nessas ações coletivas, diferentes gerações de cooperados estão em contato, sendo que 80% dos cooperados têm idade superior a 40 anos (Anuário Coop, 2024). Entretanto, ao considerar especificamente a faixa etária dos líderes do cooperativismo, observa-se que a maioria possui mais de 50 anos. Esses líderes representam mais de 50% dos cooperados, sendo predominantemente homens, especialmente nos ramos Agropecuário, de Crédito, Infraestrutura e Transporte.

Refletindo sobre a solidez e o futuro do cooperativismo, parece ser importante traçar planos de sucessão e inserção dos jovens de modo a atingir o sucesso e a

continuidade das cooperativas. Segundo dados do Anuário Coop (2024), 5% correspondem à faixa etária de 20 a 30 anos e 56% dos homens e 40% das mulheres estão na faixa acima de 50 anos. O Anuário destaca que o setor continua com dificuldade de renovação jovem, apontando desafio de atrair pessoas mais jovens, ainda que não especifique número exato de jovens entre 20-30 anos.

De acordo com Ferreira e Sousa (2019), é necessário pensar num processo de sucessão que seja baseado na educação cooperativista e em projetos de ações que visem identificar, motivar, preparar e desenvolver essa população, os futuros líderes das organizações, a fim de garantir que haja uma transição tranquila e eficaz na gestão.

Em face disso, defende-se que a educação cooperativista possui um papel relevante na consolidação e no desenvolvimento da organização cooperativa, visto que tem por principal finalidade contribuir para que aprendam a cooperar (Ferreira, 2009).

A educação cooperativista, além de capacitar os cooperados, visa, igualmente, atrair novos associados, reforçar e qualificar a participação dos cooperados e atualizar os funcionários, a fim de aprimorar todo o conjunto de atributos e processos produtivos que existem dentro de uma cooperativa (Schneider, 2003). Cabe destacar que, segundo Schneider e Hendges (2006) e Ferreira, Sousa e Amodeo (2018), a educação cooperativista é reconhecida como a “regra de ouro” do cooperativismo, desde suas origens, formando parte dos princípios cooperativistas[2].

Ainda, Alcântara, Sampaio e Zabala (2018) complementam que esse processo de formação engloba tanto o desenvolvimento pessoal quanto o profissional do cooperado. Assim, a educação cooperativista é específica para as organizações cooperativas e precisa estar adequada às demandas dos cooperados, do dirigente, dos empregados e da comunidade.

Segundo Mendes (2010), o ideal é que haja programas de formação que considerem o perfil dos diferentes atores internos. No caso dos cooperados, é necessária a capacitação e programas que instiguem os jovens a assumir cargos eletivos nas cooperativas.

Conforme o recorte estipulado para esta pesquisa, o estudo aborda o cooperativismo solidário, que é pautado pela concepção de que os empreendimentos

[2] Os princípios estão detalhados na seção 2.3.

solidários manifestam outro modo de produção articulados numa outra economia (Cattani, 2003). Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes, 2016), essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação, de maneira que se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (Zanco, 2017).

Isso porque tal fenômeno é articulado por diversas iniciativas regionais que se concentram nacionalmente no entorno de Organizações de Empresas Recuperadas, de Empreendimentos Solidários, de Organizações Associativas de Reforma Agrária e de Cooperativas da Agricultura Familiar (Zanco, 2017).

Nesse sentido, a proposta desta tese está inserida no contexto da educação cooperativista, articulada por meio da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), organização que possui a missão de fortalecer a participação das pessoas na promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social.

O cooperativismo solidário defende estratégias de desenvolvimento que procuram conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com a inclusão social e o fortalecimento das pessoas. Isso porque, com a participação ativa dos cooperados, o desenvolvimento pode ser considerado sustentável, a partir da construção de propostas, aprovação de Leis e execução de programas estruturais. Para Zanco (2017), todo avanço social precisa estar fundamentado em modelos de desenvolvimento em curso e em estratégias bem elaboradas.

Dentre as estratégias vigentes, destaca-se o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), objeto de estudo da presente pesquisa. O programa desenvolveu-se como uma primeira ação formativa nacional executada pela União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), por meio de recursos externos provenientes do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) tem como objetivo realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da gestão/governança das cooperativas filiadas ao Sistema UNICAFES.

Na edição do PECSOL, que ocorreu no ano de 2018, foram atendidas diretamente mais de 700 pessoas cooperadas, vinculadas a 250 cooperativas e divididas em 40 turmas regionais. O Programa foi desenvolvido em 20 estados

brasileiros, a saber: Região Nordeste: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Alagoas; Sudeste: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; Norte: Pará, Amazonas, Tocantins, Rondônia; e Centro-oeste: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (UNICAFES, 2018).

Ao longo dos últimos anos, o programa desenvolveu diversas experiências, das quais se pode citar o Curso de Aprimoramento da Gestão e Governança Cooperativa, realizado nos anos de 2020 e 2021. Esse curso ocorreu em parceria com a Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (Cooprofam), a Universidade de Brasília (UnB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Obteve a participação de mais de 600 lideranças com conhecimento ampliado sobre o cooperativismo solidário, seus valores, princípios, práticas de gestão e governança apropriadas.

Igualmente, convém destacar os cursos PECSOL Jovem e PECSOL Mulher, em 2021 e 2022, realizados em parceria com a ONG Belga, que apoia a agricultura familiar e pequenos empresários (Trias), e Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de ampliar a participação desse público nas cooperativas da agricultura familiar, formando mais de 200 lideranças jovens e mulheres (UNICAFES, 2023).

Considerando a importância da atuação do jovem na continuidade do sistema cooperativista, este estudo direciona sua análise para as edições do PECSOL de 2022 e 2023, cuja capacitação foi proporcionada ao público jovem em cooperativas agropecuárias, inseridas no sistema da UNICAFES do Estado do Paraná, identificando, dentro desse programa, a educação cooperativista como uma ação estratégica.

Sob um olhar atento e investigativo, as cooperativas agropecuárias da economia solidária, como organizações que promovem desenvolvimento social e econômico, ainda têm desafios, oportunidades e peculiaridades que demandam gestão estratégica, participação contínua dos cooperados, pesquisas e, principalmente, fortalecimento dos seus valores e princípios. Essas cooperativas possuem características que as tornam um modelo de negócio diferente das outras organizações privadas.

Entretanto, observa-se que essas cooperativas agropecuárias estão entremeadas num ambiente concorrencial acirrado e globalizado, devendo atuar como uma organização social e democrática, além de economicamente rentável e viável.

Sendo assim, defende-se que a educação cooperativista pode contribuir para a conquista de melhores resultados econômicos e sociais, por meio da qualificação profissional e fortalecimento dos princípios e valores cooperativos, o que resulta na participação consciente do cooperado e no desenvolvimento próspero da cooperativa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Na contemporaneidade, diante da grande competividade entre as organizações, é necessário trabalhar em projetos e ações que desenvolvam técnica e culturalmente o jovem agricultor, de maneira que fomentem seu interesse em dar continuidade ao sistema cooperativista.

Nesse sentido, a educação cooperativista promove direta e indiretamente três ações relevantes: a) cria um quadro com capital humano capacitado; b) estabelece uma cultura nos moldes dessa categoria de estrutura de governança; e c) promove a permanência das pessoas no campo.

Por isso, conhecer as motivações e anseios, que promovem o engajamento dos jovens agricultores, nas lidas cooperativas, e evitar o êxodo rural são ações que ganham relevo para a tomada de decisões futuras no que tange às estratégias e aos modelos de gestão que atendam a essa demanda. Todos esses fatores colaboraram para a formulação do problema desta pesquisa, que se materializa na seguinte indagação: qual a eficiência do Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) em promover a permanência dos jovens nas cooperativas agropecuárias de economia solidária no estado do Paraná?

A justificativa e a relevância de encontrar uma resposta ficam evidenciadas na próxima seção.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O cooperativismo, enquanto modelo socioeconômico, reúne mais de 1 bilhão de pessoas em diversos países, atuando de forma competitiva e eficiente em múltiplos ramos de mercado (OCB, 2024). Nas cooperativas agropecuárias, formadas tanto por pequenos agricultores quanto por grandes produtores, a educação cooperativista constitui elemento essencial para a consolidação de uma cultura de cooperação e

para a adoção de práticas modernas de produção e gestão, ampliando o acesso dos agricultores aos mercados.

Diante da globalização e da intensificação das inovações tecnológicas, especialmente nas tecnologias da informação, as organizações cooperativas enfrentam o desafio de se profissionalizar e de aprimorar sua gestão. Essa realidade reforça a necessidade de processos permanentes de aprendizagem organizacional e de capacitação contínua de dirigentes, cooperados e funcionários (Schneider, 2003; Valadares, 2005). A qualificação do corpo diretivo e a incorporação de conhecimentos administrativos e tecnológicos são determinantes para o fortalecimento da gestão profissional e sustentável das cooperativas.

Nessa perspectiva, a educação cooperativista assume papel estratégico ao articular a gestão social e empresarial, promovendo a participação dos cooperados e a profissionalização da administração (Ferreira; Sousa; Amodeo, 2018). Trata-se de um instrumento de empoderamento que transforma o cooperado em sujeito ativo do desenvolvimento coletivo e impulsiona o fortalecimento da cultura cooperativista. Além disso, contribui para o desenvolvimento sustentável, ao fomentar valores de solidariedade, responsabilidade social e ambiental, bem como práticas produtivas sustentáveis (Schneider, 2003; Silva; Torres, 2020).

A presente pesquisa justifica-se por sua relevância científica e social, ao ampliar o conhecimento sobre a contribuição da educação cooperativa solidária — em especial, do Programa de Educação Cooperativa Solidária (PECSOL) — para a permanência do jovem nas cooperativas agropecuárias de agricultura familiar no Paraná. Apesar de a Economia Solidária configurar-se como uma alternativa de inclusão produtiva da juventude (Costanzi, 2009; Santos, 2011; Barcellos; Mansan, 2014), há escassez de estudos que abordem de forma integrada os temas juventude, Economia Solidária e Cooperativismo Solidário (Tiriba; Fisher, 2011; Kestring, 2020; Luz; Cezar, 2025), sobretudo no contexto rural.

O levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) identificou apenas o estudo de Zanco (2017), voltado à aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento nas cooperativas da agricultura familiar vinculadas ao Sistema UNICAFES. Diferentemente, esta pesquisa propõe investigar a influência do PECSOL na inserção e na permanência dos jovens nas cooperativas agropecuárias paranaenses, contribuindo tanto para o

avanço teórico quanto para o aperfeiçoamento das práticas educacionais e de gestão no cooperativismo.

O estudo também busca fortalecer o movimento cooperativista, evidenciando a importância do acompanhamento educacional e da formação continuada para o desenvolvimento regional sustentável. A implementação de práticas educativas voltadas aos agricultores familiares potencializa o acesso a bens e serviços, estimula a cooperação e favorece a atuação consciente dos sujeitos em unidades econômicas solidárias.

Portanto, a educação cooperativista representa investimento fundamental para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das cooperativas, pois promove lideranças qualificadas, aprimora a governança e dissemina os princípios e valores cooperativos na sociedade.

Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), esta pesquisa contribui especialmente com os ODS 1, 2, 4, 5, 8, 10, 11 e 16, relacionados à erradicação da pobreza, segurança alimentar, educação de qualidade, igualdade de gênero, trabalho decente, redução das desigualdades, desenvolvimento comunitário e fortalecimento institucional. O Quadro 1, a seguir, apresenta um breve resumo de cada um desses objetivos e destaca sua relevância.

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e sua importância que será relatado nesse estudo

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Definição e sua importância
1. Erradicação da Pobreza	O objetivo é acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Isso inclui a redução da pobreza extrema, garantindo acesso a recursos básicos, como alimentos, água potável, moradia adequada e serviços de saúde.
2. Fome zero e agricultura sustentável	Este objetivo visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, além de promover a agricultura sustentável. Busca garantir o acesso de todos a uma alimentação nutritiva e suficiente, promovendo práticas agrícolas sustentáveis.
4. Educação de Qualidade	Este objetivo visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Busca eliminar disparidades de gênero na educação, melhorar a acessibilidade à educação e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. Igualdade de gênero	O objetivo é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Isso inclui acabar com todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, garantir igualdade de acesso a oportunidades econômicas e participação política.
8. Trabalho decente e crescimento Econômico	Este objetivo visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente

	para todos. Busca acabar com o trabalho infantil, a escravidão moderna e promover ambientes de trabalho seguros.
10. Redução das Desigualdades	Este objetivo visa reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. Busca promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico.
11. Cidades e comunidades sustentáveis	O objetivo é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Isso inclui o acesso a moradias adequadas, transporte seguro e sustentável, e a proteção do patrimônio cultural e natural.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Este objetivo visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Fonte: elaborado pela autora adaptado das nações unidas Brasil (2024).

Destaca-se que a educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, todavia, nas cooperativas, elas são questão de sobrevivência; logo, sem essas iniciativas, tais ações coletivas são desvirtuadas ou até absorvidas pela concorrência e conflitos.

1.3 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa exposto e com o intuito de responder à questão levantada, foram traçados os seguintes objetivos para este estudo:

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as práticas de educação cooperativista ofertadas aos jovens no Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) para a sua permanência no sistema União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária –UNICAFES.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Identificar e descrever a percepção dos jovens participantes do PECSOL sobre o sistema cooperativista.
b) Analisar as áreas de interesse e as motivações dos jovens para a capacitação e permanência no sistema cooperativista, com base em indicadores como tipos de

cursos demandados, expectativas de carreira, potencial de sucessão familiar, vínculo com cooperativas locais e uso de tecnologias digitais na formação.

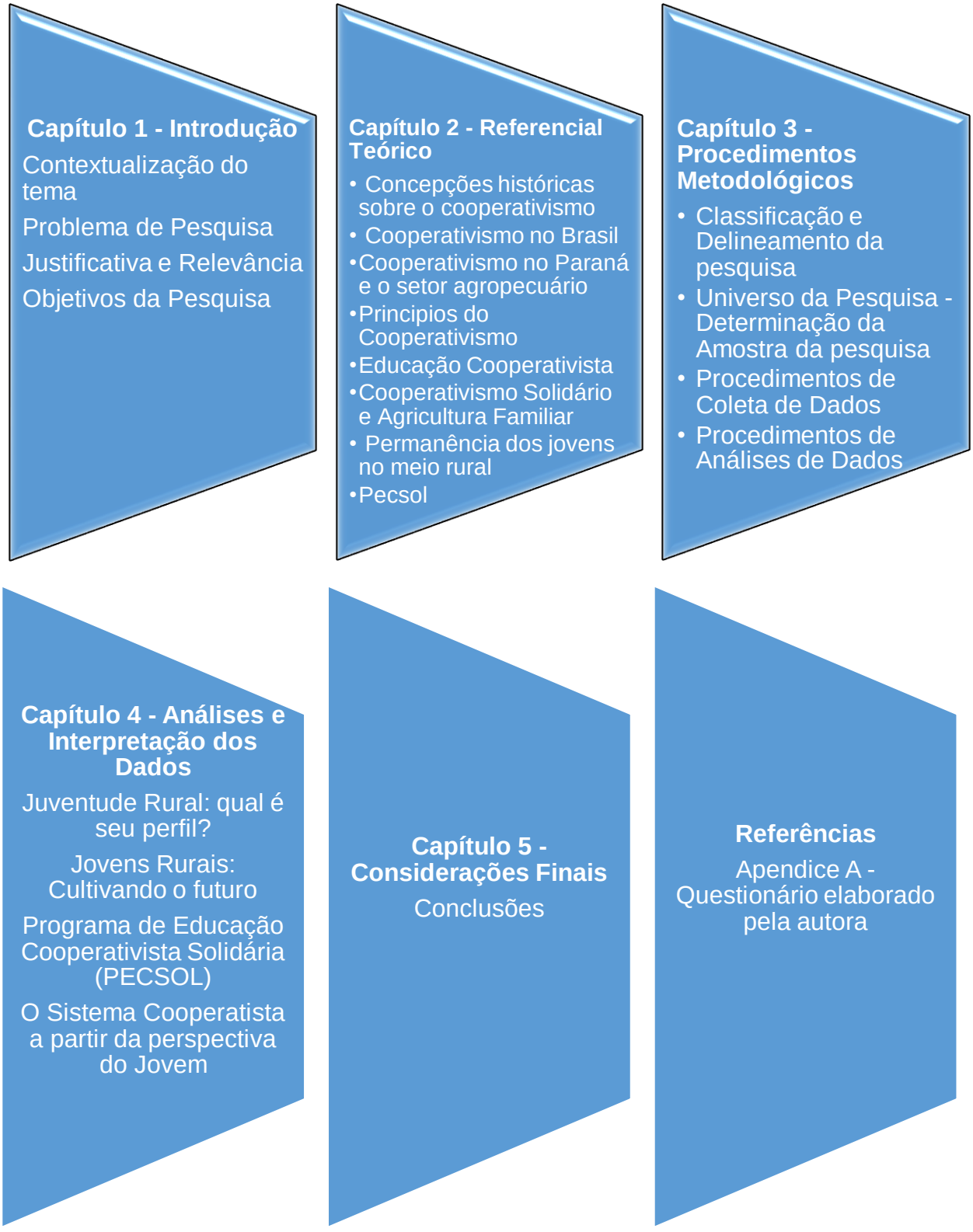
c) Propor estratégias de fortalecimento da educação cooperativista no âmbito do PECSOL, orientadas por indicadores de efetividade das ações formativas, engajamento dos jovens nas atividades de economia solidária, integração digital e continuidade no sistema UNICAFES.

1.4 DELIMITAÇÃO E ESTRUTURA DO ESTUDO

Este estudo está delimitado no aspecto geográfico, haja vista que foca nas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná, inseridas no sistema UNICAFES e que participaram da edição piloto do PECSOL nos anos de 2022 a 2023.

Quanto à sua estrutura, está organizado em cinco capítulos, sendo: o primeiro capítulo corresponde à Introdução, que contém a contextualização, o objeto de pesquisa e os objetivos. O segundo capítulo consiste na Revisão da Literatura, o qual evidencia o arcabouço teórico que sustenta os objetivos propostos. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, com a descrição do programa PECSOL, o universo da pesquisa, a unidade de análise, bem como os procedimentos adotados e os procedimentos para a coleta de dados. O quarto capítulo contempla a análise e interpretação dos dados, alinhada aos objetivos propostos e fundamentada no referencial teórico. Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões, que sintetizam os principais resultados, as contribuições da pesquisa, bem como as limitações encontradas e sugestões para estudos futuros. A Figura 1 apresenta a divisão da pesquisa de maneira sumarizada.

Figura 1 - Estrutura da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Cooperativismo agropecuário, de forma geral, tem ocupado papel de destaque no dinamismo econômico social brasileiro. Por meio das cooperativas, os pequenos e médios produtores têm tido oportunidades de se tornar competitivos no mercado agropecuário. As cooperativas são incentivadas a buscar informação e treinamento para seu quadro social e público interno, oportunizados por ações de educação e capacitação, o que gera o desenvolvimento da sociedade em que se insere (Mendes, 2010).

Para uma melhor compreensão desse contexto, as seções subsequentes dissertam sobre alguns traços da história do cooperativismo nos cenários mundial, nacional e regional, bem como os princípios do cooperativismo e sua importância para a educação cooperativista, por meio do PECSOL, além de destacar o papel desse último para a continuidade do jovem na agricultura familiar.

2.1 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O COOPERATIVISMO

A cooperação é um comportamento social que acompanha a humanidade desde os seus primórdios. Conforme White e Dillingham (2009), desde a Pré-História, os indivíduos organizaram-se coletivamente como estratégia de sobrevivência, unindo esforços para suprir necessidades básicas e enfrentar as adversidades do ambiente. Essa forma primitiva de colaboração constitui a base das relações de ajuda mútua que evoluíram para modelos sociais e econômicos mais complexos.

No campo sociológico, a cooperação é compreendida como uma forma de ação coletiva entre indivíduos, grupos e categorias sociais. Becker (1977) descreve a sociedade como uma extensa rede de interações colaborativas, em que o conflito e a competição coexistem, mas a cooperação é a condição essencial para a existência da vida social. Nesse sentido, a cooperação não se limita a uma alternativa ao conflito, mas representa um princípio estruturante da organização humana.

Demo (2002) argumenta que a cooperação emerge da busca racional dos indivíduos por benefícios mútuos, embora não se restrinja a interesses econômicos. Olson (1999) reforça essa ideia ao afirmar que fatores, como prestígio, respeito e amizade, também motivam as pessoas a cooperarem. Mannheim (1971), por sua vez,

interpreta a cooperação como uma atividade integradora baseada na afinidade mental, na simpatia e no auxílio mútuo, sustentando que “aprende-se a cooperar, cooperando”.

Dugatkin (1997) identifica dois principais vetores que impulsionam o comportamento cooperativo: o vínculo familiar — que reforça laços de parentesco e solidariedade — e a reciprocidade, caracterizada pelas trocas de benefícios entre indivíduos e grupos. Já Pinho (1966, 1977) e Schneider (1981) destacam que a cooperação se opõe à lógica da competição e da busca desenfreada pelo lucro, por representar uma forma de organização social baseada na solidariedade e na igualdade.

O termo “cooperação” tem origem no latim *cum* + *operari*, o que significa “trabalhar junto”. Essa etimologia expressa a essência do conceito, centrada na ação coletiva e no trabalho compartilhado (Boettcher, 1974). No entanto, Pinho (1966) diferencia cooperação, cooperativa e cooperativismo: a cooperação é uma ação conjunta orientada a um objetivo comum; a cooperativa é a estrutura organizacional que materializa tal prática; e o cooperativismo é a doutrina que sustenta esse modelo, com fundamentos econômicos, sociais e morais próprios.

O cooperativismo moderno surgiu na Europa, no século XIX, como reação aos efeitos negativos do capitalismo industrial e às desigualdades provocadas pela mecanização do trabalho (Pinho, 1982). Entre os precursores desse movimento, estão Saint-Simon, Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Buchez, Louis Blanc e Charles Gide, cujas ideias forneceram as bases filosóficas e práticas do cooperativismo (Singer, 2002).

Saint-Simon defendia a educação como princípio essencial para conscientizar o trabalhador e planejar a produção de forma coletiva. Owen, considerado o “pai do cooperativismo”, acreditava que o comportamento humano poderia ser transformado pela educação e pela melhoria das condições sociais. Fourier propunha comunidades autossuficientes, nas quais a cooperação substituiria a competição. Buchez idealizava associações de produtores autogeridas, enquanto Blanc defendia a intervenção estatal para garantir justiça social. Gide, por sua vez, consolidou o pensamento cooperativista moderno ao sistematizar os princípios que estruturaram o modelo conhecido como Escola de Nimes (Schallenberger, 2003).

Esses pensadores convergiram em torno de sete princípios comuns: a cooperação, a organização do trabalho, a livre iniciativa, a prestação de serviços sem

fins lucrativos, a compreensão do capital como meio e não como fim, a economia coletiva e a reforma social por meio de associações (Pinho, 1977).

Inspirados nesses ideais, vinte e oito trabalhadores fundaram, em 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em Manchester (Inglaterra). Essa organização foi a primeira a adotar formalmente princípios cooperativos, tornando-se o marco do cooperativismo moderno (Bialoskorski Neto, 1998). O modelo rochdaleano, baseado em solidariedade, democracia e fraternidade, difundiu-se rapidamente, servindo de referência para cooperativas em todo o mundo.

Com o crescimento do movimento, surgiu a necessidade de uma entidade global que unificasse e representasse as cooperativas. Assim, em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Genebra, na Suíça (Cenzi, 2012; Fajardo; Rocha, 2021). A ACI (2019) define o cooperativismo como um sistema socioeconômico e uma prática social que integra aprendizado, solidariedade e desenvolvimento, promovendo o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre os cooperados.

Frantz (2012) caracteriza a cooperativa como uma ação política que une dois polos — a associação e a empresa —, configurando uma estrutura voltada à economia dos cooperados, sem priorizar o capital. Nessa perspectiva, a cooperativa é simultaneamente uma entidade econômica e um instrumento social, capaz de equilibrar eficiência produtiva e solidariedade.

Para Schallenberger (2010), o cooperativismo é um sistema socioeconômico baseado na adesão livre, gestão democrática, participação responsável, transparência e ajuda mútua. Essas diretrizes sustentam um modelo de organização que valoriza o trabalho humano e a formação cidadã dos cooperados.

A doutrina cooperativista, conforme Loureiro (1981), busca harmonizar dimensões econômicas, sociais e culturais do desenvolvimento, colocando o ser humano no centro das decisões (Schneider, 2003). Trata-se, portanto, de uma filosofia humanista que combina liberdade, igualdade e solidariedade, princípios que continuam orientando o movimento cooperativo contemporâneo.

O cooperativismo moderno, ao valorizar a educação e o diálogo entre os associados, consolida-se como um espaço de formação social e de construção coletiva do conhecimento (Frantz, 2002). Desse modo, mais do que uma estrutura econômica, o cooperativismo representa um projeto de sociedade pautado na cooperação, na justiça social e na sustentabilidade.

2.2 UMA ANÁLISE ABRANGENTE DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA NO BRASIL

A história do movimento cooperativista no Brasil possui os mesmos traços fundacionais, com maior influência do Movimento Religioso, representado pela Igreja Católica, principalmente, pelas ações sociais desenvolvidas pela Teologia da Libertação[3].

A base religiosa orientou a organização e a luta do movimento pela garantia do direito ao trabalho, ação que coincidiu com o fim do Regime Militar, no ano de 1985, e com o retorno dos exilados políticos ao Brasil, que trouxeram consigo as Organizações Não Governamentais (ONGs), iniciativas que ajudaram a fortalecer a organização social no País. Depois da década de 90, período de fortalecimento da fundamentação religiosa, o trabalho das ONGs fomentou a expansão do Cooperativismo de Base Popular (Mance, 2002).

Todavia, o movimento cooperativo no Brasil tem raízes anteriores aos Pioneiros de Rochdale. Para Fernandes (1995), Schneider (2003) e Frantz (2007), sua origem pode ser encontrada no ano de 1600, com ações realizadas pelas primeiras reduções jesuíticas. Seguindo a matriz histórica do reconhecimento internacional, verificam-se, também, várias versões sobre a fundação e formalização do movimento no Brasil.

A versão mais citada destaca que, em 1841, o imigrante francês Jules Mure instituiu uma Colônia de Produção e de Consumo no município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina. Em 1847, o também francês Jean Maurice Faivre fundou a Colônia Agrícola Tereza Cristina no município Cândido de Abreu no Estado do Paraná. Esses casos são citados como exemplos de pré-cooperativismo, ainda sem reconhecimento formal (Fernandes, 1995).

Os registros oficiais disponibilizados reconhecem formalmente, como primeira Cooperativa do Brasil, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos, no município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, iniciativa de Consumo constituída em 1889. Ainda no século XIX, nasceram as Cooperativas Agropecuárias, ramo que se destacou no Cooperativismo brasileiro. A primeira

[3] A Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica, por volta de 1970, como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e à fé cristã de maioria de sua população" e "rompe com conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para si como herança os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade advindos da Revolução Francesa (Gómez, 2008, p. 34).

registrada foi a Societá Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1891.

A partir daí, esse segmento se desenvolveu com vigor no Sul do país, estimulado por imigrantes Europeus e Asiáticos (Mance, 2002). No início do século XX, o cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu, principalmente, o chamado modelo alemão, de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, pioneiro do Cooperativismo, da Economia Social, Solidária e do regime de crédito mútuo. Ele foi inspirador do movimento do sindicalismo agrícola, dos finais do século XIX, em muitos países Europeus, que adaptaram, na sua designação, o nome Raiffeisen em suas definições fundacionais.

Esse modelo organizacional defendia a Educação Cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o Cooperativismo e a Economia de Mercado, sendo marcado pelo comprometimento com a justiça social (Pinho, 1966).

Ainda no século XX, outro ponto importante, na história do cooperativismo no Brasil, foi a criação do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o que aconteceu em 2 de dezembro de 1969, após um consenso durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A criação do sistema efetivou-se pela necessidade de unificar a representação nacional do setor cooperativista, que, até então, ficava dividida entre a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO), o que dificultava o diálogo com o Estado e o atendimento das demandas do movimento.

Com a promulgação da Lei 5.764/1971, substituiu-se toda a legislação anterior sobre cooperativismo e reforçou-se o papel da OCB na representação legislativa do setor; a partir dessa regulamentação, a OCB pôde organizar a estrutura do sistema cooperativista no país e enquadrar as cooperativas em um modelo empresarial, possibilitando sua expansão econômica (OCB, 2024).

Após esse período, a OCB obteve diversas conquistas importantes para o cooperativismo no país como, durante a década de 1980, a filiação do sistema à ACI, o que permitiu a sua inserção no cenário internacional a respeito do cooperativismo; e a publicação da Constituição Federal, que inaugura a era da autogestão cooperativista, ao proibir a interferência do Estado nas associações desse setor.

Já na década de 1990, mais um passo importante para a legislação do cooperativismo no país foi efetivado:

> Em 1998, o governo editou a Medida Provisória 1.715 que criava o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Grandes passos para a consolidação do cooperativismo no país. O 'S' do cooperativismo deu condições efetivas de avanço para o setor. A partir desse instante, passou a ser estruturado e desenvolvido, assumindo uma função operativa mais expressiva da década de 2000 em diante. Com o Sescoop, o cooperativismo passou a investir fortemente no processo de profissionalização das pessoas (OCB, 2023, p.23).

Desde sua criação, o Sistema OCB, agora composto por OCB Organização Nacional das Cooperativas; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e a Confederação Nacional do Cooperativismo (CNCOOP), continua atuando como uma entidade representativa do cooperativismo no Brasil, responsável pela promoção e defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior, dispostas a promover a competitividade e o crescimento do setor.

Atualmente, o cooperativismo no Brasil possui sete ramos: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens, serviços e transporte (OCB, 2024), cujos números estão expostos abaixo no Quadro 2:

Quadro 2 - Números do cooperativismo por ramo para o ano de 2024 do Brasil

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.179	1.000.000	257.000
Consumo	221	2.300.000	16.000
Crédito	700	17.900.000	112.000
Infraestrutura	276	1.500.000	7.000
Saúde	702	254.000	139.000
TPBS	641	194.000	13.000
Transporte	790	103.000	5.800
Total	**4.509**	**23.251.000**	**549.800**

Fonte: elaborado pela autora com base de dados OCB (2024).
Nota: TPBS significa Trabalho, Produção de bens e Serviços.

Como é possível observar no Quadro 1, a abrangência do cooperativismo, no Brasil, atualmente, é bastante vasta, com um total de mais de 4,5 mil cooperativas e mais de 23 milhões de cooperados, tendo, como ramo mais abrangente em cooperativas, o agropecuário.

A respeito dos ramos e sua abrangência, é importante destacar, com base em Schallenberger (2010):

a) As cooperativas do ramo agropecuário participam de todo o processo de produção, da assistência técnica à comercialização. O investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação é constante para que os consumidores tenham à mesa os melhores alimentos;

b) As cooperativas de consumo possuem o propósito do ramo, que é um só: somar o poder de compra de todos, reduzindo custos e oferecendo melhor atendimento aos cooperados. Também, fazem parte cooperativas formadas por pais para a contratação de serviços educacionais e aquelas de consumo de serviços turísticos;

c) As cooperativas de crédito oferecem soluções financeiras assegurando aos associados vantagens que só o modelo cooperativo consegue, aliado a um atendimento personalizado e humanizado;

d) As cooperativas de infraestrutura atuam no abastecimento de água e saneamento, distribuição e geração de energia elétrica, construção civil e prestação de serviços técnicos, manutenção e instalação de redes de transmissão de energia para seus cooperados;

e) As cooperativas no ramo da saúde são referência para todos os países que desejam avançar no segmento por meio da estrutura de negócios cooperativos. Com mais de 60 anos de existência, o ramo é composto por cooperativas médicas, odontológicas e de todas as profissões, classificadas no CNAE como “atividades de atenção à saúde humana”;

f) Trabalho, Produção de bens e serviços é o ramo mais novo do cooperativismo brasileiro. Foi criado em 2019, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a partir do agrupamento dos antigos ramos trabalho, especial, mineral e parte do turismo e lazer. Reúne, também, cooperativas educacionais (professores) e de produção laboral, em que os meios de produção são coletivos e os cooperados produzem um ou mais tipos de bens de consumo;

g) As cooperativas de Transporte atuam há mais de 2 décadas; o cooperativismo organiza a prestação de serviços de transporte de cargas e de passageiros no Brasil, reunindo cooperados que são donos ou que têm permissão para uso do veículo. O ramo ainda contempla cooperativas que se dedicam ao transporte turístico, oferecendo os serviços de transferes e passeios de bugue, por exemplo.

O Anuário do Cooperativismo 2024 aponta que o cooperativismo gera 28,4 novos empregos formais por 10 mil habitantes, 14, 8 novos estabelecimentos por mil habitantes e R$ 5, 1 mil reais em termos de PIB por habitante (ANUÁRIO, 2024)[4], o que representa um impacto positivo do cooperativismo na economia brasileira.

Diante da história e abrangência do cooperativismo no Brasil, na próxima seção, apresenta-se um panorama do cooperativismo no Paraná, foco da presente pesquisa. As cooperativas agrícolas têm um papel importante no fortalecimento do agronegócio paranaense, o que representa uma parcela substancial da produção agrícola e desempenha um papel estratégico na comercialização de produtos.

2.2.1 Cooperativismo no Paraná e o segmento agropecuário

No Paraná, como já destacado na seção anterior, a respeito do surgimento do cooperativismo em nível nacional, os primeiros movimentos marcados pela ação de cooperação surgiram no ano de 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães, que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje, município. Segundo Nadalim (2001), o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses que, em 1847, fundaram a Colônia Thereza Cristina, às margens do Rio Ivaí, hoje, município de Cândido de Abreu.

Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo, segundo Ritzmann (2016), destaca-se a da "Colônia Cecília", em 1890, no município de Palmeira, no Paraná, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder do grupo de italianos chamados de "anarquistas". Seguiram-se vários outros movimentos de cooperação, por exemplo: a fundação, em 1906, da Associação Beneficente, por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista; em 1909, indústrias madeireiras reuniram-se e fundaram a Cooperativa Florestal Paranaense.

Importante registrar a chegada em Carambeí, no ano de 1911, de 450 holandeses que fundaram o que atualmente é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Hollandeza de Laticínios Batavo, existente até os dias de hoje e considerada uma cooperativa edificante.

[4] Disponível em: https://somoscooperativismo-ce.coop.br/noticias/anuario-do-cooperativismo-brasil-chega-a-23-45-milhoes-de-cooperados Acesso em: 23 jun. 2025.

Sob a liderança do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, surgiram outros movimentos cooperativistas, como a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz), em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930. Essa foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio de 1942, que recebeu o nº 1. Um dos momentos marcantes do cooperativismo paranaense ocorreu na década de 1960, quando o Instituto Brasileiro do Café [5](IBC) incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor. No ano de 1964, o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram por causa do declínio da produção (Balhana,1969).

Entretanto, foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou maiores proporções com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (DAC) e Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa, hoje Emater/PR), com o apoio do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Comissão de Financiamento à Produção (CFP) (Ritzmann, 2016).

O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma (Nadalim, 2001; Willers, 2015).

Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP), implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. O Sindicato e Organização das

[5] O Instituto Brasileiro de Coaching, anteriormente do café – IBC, foi fundado, em 2007, por seu atual presidente José Roberto Marques, Master Coach Senior, e, hoje, é referência em treinamento e desenvolvimento humano.

Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos (Ritzmann, 2016).

Para Ritzmann (2016), esses projetos, que abrangiam todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, bem como delas entre si, via organização de comitês educativos, integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial.

A integração desses projetos possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infraestrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e, como consequência, da agroindustrialização.

Isso significa afirmar que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias (Ritzmann, 2016).

Conforme Willers (2015), no estado do Paraná, o período de crescimento das cooperativas acompanhou o cenário nacional e as cooperativas agrícolas, em especial, começaram a surgir desde a década de 1940; mas é a partir de 1970, acompanhando o dinamismo econômico do período, que as cooperativas começaram a se expandir e a se tornar estruturas fundamentais inseridas na realidade econômica da região.

A partir da década de 1970, o sistema cooperativado passou por um intenso processo de modernização movido pela tecnificação das lavouras e introdução do plantio de *commodities* capitaneadas pela intervenção estatal do governo militar (Willers, 2015). Assim, as cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos.

As sociedades cooperativas agropecuárias e agroindustriais apresentam importância econômica e social no Estado do Paraná e concorrem com outras grandes empresas do agronegócio. Para o adequado posicionamento estratégico em mercados altamente concorrenciais, cujos preços dos produtos derivam de

commodities agropecuárias, as cooperativas sentem necessidade de profissionalização na sua gestão (Martins *et al.,* 2014).

Para Martins *et al.* (2014), o impacto da organização e da atuação das cooperativas, na economia do Paraná, trouxe reflexos que se projetaram sobre o perfil do desenvolvimento, contribuindo para a mudança dos indicadores econômicos pela geração de empregos, de postos de trabalho, de geração e circulação de renda e pela diversificação de iniciativas empresariais.

A Tabela 1 apresenta os dados do setor cooperativista no Paraná, por ramos da atividade econômica para o ano de 2024.

Tabela 1 - Estatísticas das cooperativas no Paraná por ramo (2024)

Agropecuário				
Cooperativas	Faturamento (em bilhões R$)	Ativos (em bilhões R$)	Cooperados	Funcionários
62	153.954	126.076	229.320	112.123
Crédito				
Cooperativas	Faturamento (em bilhões R$)	Ativos (em bilhões R$)	Cooperados	Funcionários
54	27,089	172,843	3.706.142	23.188
Trabalho, Produção de bens e serviços				
Cooperativas	Faturamento (em milhões R$)	Ativos (em milhões R$)	Cooperados	Funcionários
16	360,658	172,481	8.248	138
Saúde				
Cooperativas	Faturamento (em bilhões R$)	Ativos (em bilhões R$)	Cooperados	Funcionários
36	9,837	6,157	17.042	8.836
Infraestrutura				
Cooperativas	Faturamento (em milhões R$)	Ativos (em milhões R$)	Cooperados	Funcionários
21	440,905	449,597	44.219	566
Transporte				
Cooperativas	Faturamento (em milhões R$)	Ativos (em milhões R$)	Cooperados	Funcionários
31	754,753	141,455	3.732	168
Consumo				

Cooperativas	Faturamento (em milhões R$)	Ativos (em milhões R$)	Cooperados	Funcionários
7	44,283	17,039	4.897	183

Fonte: Elaborado pela autora com base em “Cenário cooperativismo paranaense por ramo”/Ano base: 2024.

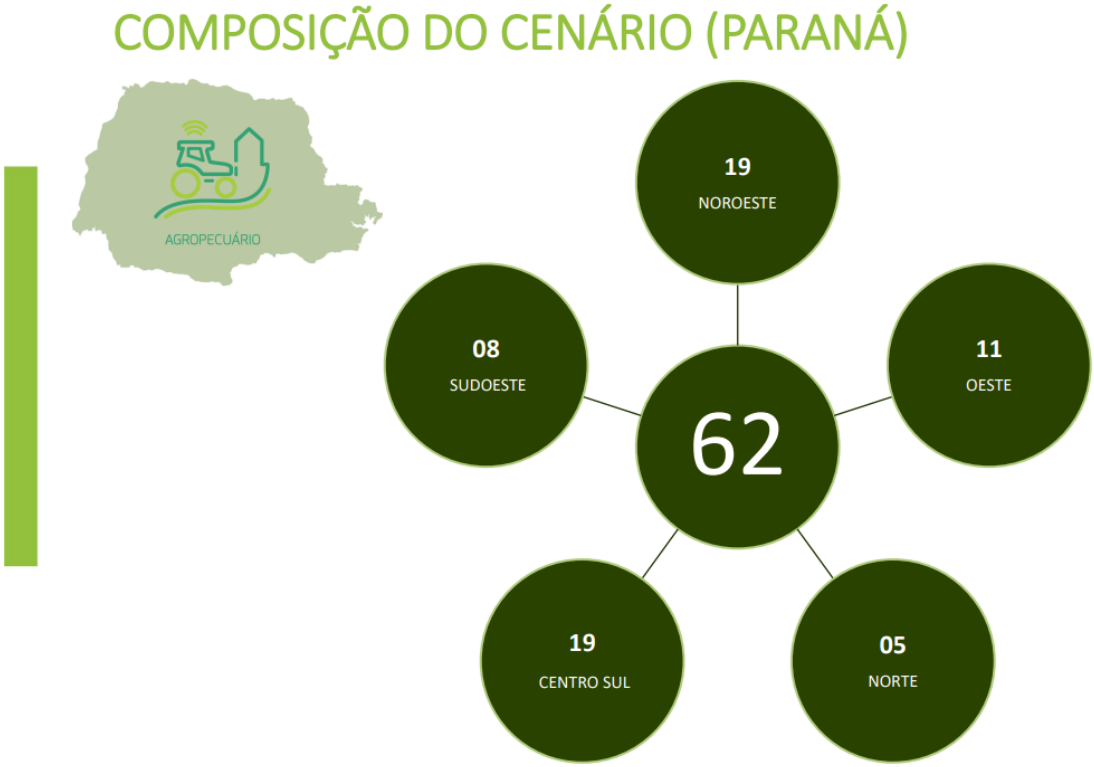
A prática dos fundamentos do modelo cooperativista, aliada à boa governança e investimentos em capital humano, modernização, pesquisa e aplicação de novas tecnologias têm destacado as cooperativas do Paraná no cenário nacional e internacional.

Com forte presença regional, as cooperativas paranaenses mantêm-se como as principais empregadoras em aproximadamente 130 municípios do estado, consolidando seu papel socioeconômico. Em 2024, o Sistema Ocepar contabilizou 227 cooperativas filiadas, reunindo mais de 4,02 milhões de cooperados e gerando cerca de 146 mil empregos diretos. Tais números evidenciam a relevância do cooperativismo para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade econômica do Paraná (OCEPAR, 2024).

A presença das cooperativas e a produtividade das lavouras proporcionam condições favoráveis à consolidação da agropecuária como um dos principais setores de desenvolvimento do estado (OCEPAR, 2024).

Apresenta-se, na Figura 2, a distribuição das cooperativas agropecuárias do Paraná por faturamento, no ano de 2024:

Figura 2 - cooperativas agropecuárias do paraná por faturamento



Fonte: OCEPAR (2024).

As cooperativas participam de todo o processo de produção, desde a assistência técnica aos produtores, ao armazenamento, industrialização e comercialização. Quase 50% da produção primária recebida pelas cooperativas passam por algum processo de transformação e agregação de valor (OCEPAR, 2023).

Com o ramo agropecuário, as cooperativas de produção agropecuária destinam-se, essencialmente, a prover, por meio da mutualidade, o fomento relacionado às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. São formadas por produtores agrícolas, pecuários, pescadores e/ou extrativistas.

De acordo com a OCEPAR (2024), que atua em diferentes cadeias produtivas — como grãos, oleaginosas, fibras, carnes, lácteos e outras —, esses modelos de negócios realizam atividades de fornecimento de insumos, classificação, armazenagem, processamento e comercialização dos produtos de seus cooperados. Dessa forma, proporcionam economia de escala nas negociações de compra e venda, além de promoverem a agregação de valor à produção e favorecerem uma participação no mercado menos desigual e mais competitiva. Destacam-se, também,

pela prestação de serviços de assistência técnica, transferência e fomento de tecnologias aos cooperados.

Ademais, as cooperativas paranaenses exportam para mais de 150 países, sendo que a expectativa é ganhar novos mercados com reconhecimento da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) (OCEPAR, 2024).

A permanência de uma cooperativa, no longo prazo, somente é possível com a presença de relações de confiança e contando com uma educação cooperativista que mantenha o cooperado integrado e buscando o melhor para a cooperativa, sendo essa a essência do capital social (Alves *et al*., 2013).

Sendo assim, a compreensão e a aderência aos princípios são fatores tão importantes para o sucesso do negócio cooperativo quanto as questões gerenciais, fazendo-se necessária a explanação dos princípios cooperativistas, que também estão presentes nos outros tipos de organização.

2.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Princípios são leis que regem a conduta, uma verdade geral ou fundamental, sobre a qual as leis são construídas e as regras são ditadas (Mendes, 2010). Os princípios cooperativistas são as principais características das cooperativas e descrevem com mais detalhes como elas devem proceder e operar. O estudo e a análise desses princípios são fundamentais para a compreensão dessa forma única de organização que são as cooperativas.

Os princípios básicos do cooperativismo surgiram em Rochdale da própria experiência da cooperativa formada pelos seus Pioneiros, em 1844, na Inglaterra, conforme abordado na Seção 1.1. Os pioneiros buscavam construir uma cooperativa que fosse ao encontro de suas necessidades e sobrevivesse como um negócio. Elaboraram, então, uma série de regras de conduta e procedimentos de organização que guiariam os negócios da associação (Cansado, Souza, Pereira, 2015).

Outras fontes para os princípios básicos do cooperativismo foram as filosofias sobre as melhores maneiras de suprir as necessidades financeiras dos membros por meio da ação coletiva, além das teorias econômicas e sociais (Mendes, 2010). As cooperativas, mais do que qualquer outro modo de organização, tentaram combinar as teorias e os sistemas econômicos para desenhar um novo tipo de empreendimento

(ACI, 2019). Conforme já ressaltado, os princípios de Rochdale tornaram-se a base do cooperativismo moderno, os quais são:

a) Controle democrático: um voto por sócio;

b) Adesão aberta de novos membros em pé de igualdade com os antigos;

c) Juros limitados ou fixados sobre o capital com que cada sócio contribuiu para sua constituição;

d) Distribuição de parte do excedente de dinheiro proporcional às compras realizadas por cada membro;

e) Vendas à vista, sem crediário;

f) Vendas só de produtos puros, de boa qualidade;

g) Neutralidade política religiosa da sociedade.

Posteriormente, esses princípios sofreram sucessivas reformulações pela ACI, nos anos de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester), com o objetivo de adaptá-los à realidade da economia mundial.

Essa “evolução” dos princípios cooperativistas foi acompanhada por diversas consultas e discussões entre teóricos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes das organizações cooperativas de todo o mundo, havendo sempre muito debate antes de alguma mudança (Schneider, 1999).

Em 1921, os sete princípios (Quadro 3) começaram a ser recomendados como critérios para filiação à ACI. Desde então, eles foram revisados e alterados (1937, 1966, 1995) com o intuito de modernizar o cooperativismo, manter sua relevância e adaptar o conceito do que pode ser classificado como cooperativa.

Em 1937, os três últimos princípios (neutralidade política e religiosa; vendas à vista e promoção da educação) perderam seu caráter obrigatório e passaram a ser apenas “métodos”. Tais mudanças estavam relacionadas ao contexto histórico da época, quando a Europa estava sofrendo com a grande influência do Estado e dos partidos políticos nas cooperativas.

As mudanças, em 1966, foram feitas para se adequar à nova realidade das cooperativas pós-guerra. As mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e o aparecimento de grandes multinacionais foram evidentes, tornando-se muito mais complexas (Mendes, 2010).

Dessa forma, no Congresso da ACI de 1966, em Viena, os princípios cooperativistas foram aprovados com a seguinte redação: 1) adesão livre (inclusive

neutralidade política, religiosa, racial e social); 2) gestão democrática; 3) distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos cooperados pró rata das operações; 4) taxa limitada de juros ao capital social; 5) constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6) ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional. Nota-se, por meio do princípio 5, a volta da educação e a inserção da noção de cooperação entre cooperativas (Mendes, 2010).

A terceira e última revisão dos princípios iniciou-se em 1988 e foi implantada em 1995, em Manchester Inglaterra. Tida como diferente das anteriores, essa revisão procurou ser mais profunda na questão da identidade das cooperativas. O crescimento das cooperativas em tamanho e complexidade, além da busca por uma eficiência econômico-administrativa no mercado cada vez mais competitivo fez com que valores básicos do cooperativismo fossem sendo substituídos. A nova redação dos princípios cooperativistas, aprovada pela ACI, preocupou-se em dar uma definição formal e internacional do que é uma cooperativa.

Segundo Cançado *et al.* (2012), as mudanças ocorridas nos princípios cooperativistas podem ser interpretadas como um reforço às suas características e não um desvio delas. Cabe ressaltar que muitos dos princípios, como a democracia, por exemplo, estão presentes desde o início.

Dessa forma, a definição de 1995 foi a última atualização, na qual esta pesquisa está baseada, de maneira que postula sete princípios como sendo os originais de Rochdale, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Definição dos sete princípios de Rochdale

Princípios	**Definição**
1 Adesão livre e voluntária:	Sociedades cooperativas são organizações voluntárias de livre adesão, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e, como membros, assumem as responsabilidades, sem discriminações de sexo, raça, classe social, religião e políticas. O cooperado é aceito se preencher as condições estabelecidas no estatuto e só pode ser demitido por vontade própria ou por infração legal/estatuária;
2 Controle Democrático, um sócio, um voto:	As sociedades cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que na formulação das políticas e na tomada de decisões, participam ativamente. Nas cooperativas singulares todos os membros têm direito igual de voto (um membro, um voto); as federações (conjunto de três cooperativas) e confederações (conjunto de três federações) também são organizadas de maneira democrática;
3 Participação econômica dos sócios:	Os membros contribuem equitativamente para a formação do capital das suas cooperativas, o qual é controlado democraticamente. Parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem frequentemente o resultado da cooperativa, que pode ser denominado excedente ou sobras

	limitadas ao capital integralizado como condição de adesão. Normalmente os excedentes são destinados a um dos seguintes objetivos: o desenvolvimento da cooperativa, eventualmente através da criação de reservas, sendo que uma parte destas será indivisível; benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;
4 Autonomia e independência:	As sociedades cooperativas são organizações autônomas, de mútua ajuda, controladas por seus membros. Se a estas se fizer necessário firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, e mesmo recorrerem à capital externo, devem fazer de maneira que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a sua autonomia;
5 Educação treinamento, e informação:	**As sociedades cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de maneira que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa. Informando o público em geral sobre a natureza e as vantagens da cooperação;**
6 Cooperação entre cooperativas:	As sociedades cooperativas servem de forma eficaz os membros e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
7 Preocupação com a comunidade:	As sociedades cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Elaborado pela autora com base em ACI (2020).

Os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) norteiam as leis cooperativistas de cada país, que podem ou não os alterar. No Brasil, as leis contemplam todos os princípios cooperativistas pregados pela ACI.

Segundo Alves (2003), os princípios do cooperativismo, uma vez seguidos adequadamente, podem prestar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país por meio do aumento das oportunidades de trabalho; da diminuição da desigualdade da renda; do fortalecimento das instituições democráticas; da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações econômicas.

Dessa forma, para Mendes (2010), os princípios cooperativistas são a base do cooperativismo. São eles que estabelecem as regras de conduta das cooperativas e transformam os valores de liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade em práticas. Compreendê-los e segui-los é fundamental para o desenvolvimento das cooperativas.

Nesse sentido, para a garantia desses princípios, é necessário, por parte das cooperativas, promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Esse movimento também pode contribuir para a informação do público em geral, particularmente os

jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens do cooperativismo.

De acordo com Mendes (2010), torna-se relevante que haja programas de formação que considerem o perfil dos diferentes atores internos. No caso dos cooperados, é indispensável que a assunção de cargos eletivos na cooperativa seja antecedida de uma passagem por um bem estruturado mecanismo de preparação para o mundo cooperativo.

Os valores e os princípios do cooperativismo estão em sintonia com o anseio como norteadores de vida para os cooperados. Por isso, busca-se o enfoque em ações que coloquem em prática essa diretriz. Segundo a OCB (2019), educar, formar e informar é fundamental, pois, quanto mais cooperativa for a nação, mais próspera e justa ela será.

Os princípios relacionam-se imediatamente com os valores da transparência e da responsabilidade, esclarecido, no entanto, que os programas/conteúdos que os levem à prática têm de ocupar-se de todos os valores.

Na próxima seção, enfatiza-se o quinto princípio cooperativista: Educação treinamento e informação, de modo a ressaltar a educação cooperativista e sua importância para o desenvolvimento das cooperativas.

2.4 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: CONSTRUINDO CONHECIMENTO E FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO

Situa-se, neste estudo, a concepção de educação cooperativista, proposta por Schneider (2003), a qual implica atividades educativas que investem na formação do homem cooperativo, solidário, responsável e participativo, bem como na formação de um competente e qualificado produtor, prestador de serviço e consumidor. Isso envolve conhecimentos e práticas que integram os processos da organização cooperativa.

Frantz, Schönardie e Schneider (2017) mencionam que a educação é vista como um processo que objetiva produzir comportamentos e visões de mundo, favoráveis à natureza da prática cooperativa, a qual cumpre uma função estratégica de gestão. Ademais, Teece, Pisano e Shuen (1997) enfatizam que competências e capacidades são ativos interessantes, visto que são construídos, isto é, gerados, não podendo ser adquiridos de pronto no mercado.

Schneider (2003) afirma que a educação é imprescindível nas instituições, mas, nas cooperativas, ela é o motivo da sobrevivência, visto que, sem essas atividades educacionais, as cooperativas são desvirtuadas ou absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante, que é a concorrência e o conflito.

Ao retomar sua trajetória e finalidade, a educação cooperativista ou educação cooperativa é oriunda do princípio intitulado: Educação, Formação e Informação, que nasceu junto ao movimento cooperativo, com os Pioneiros de Rochdale e que foi, posteriormente, reformulado pela ACI.

Assim, o quinto princípio “Educação, Formação e Informação” incentiva as cooperativas a fornecerem educação e treinamento aos seus cooperados, representantes eleitos, gerentes e funcionários, a fim de que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas e informar o público em geral – principalmente jovens e líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ACI, 2020).

Esse princípio revela que a educação é o “grande universo”, ao qual a formação e a informação estão fortemente submetidas, tendo, como função, difundir e colocar em prática os valores cooperativos (Schneider; Hendges, 2006). A preocupação com a educação e formação dos cooperados surge desde os primórdios do cooperativismo, ou seja, dos pioneiros de Rochdale (Frantz e Schönardie, 2016; Ferreira e Sousa, 2019).

Segundo Restakis (2010), a verdadeira força das cooperativas reside na educação de seus membros. Capacitar as pessoas com o conhecimento dos princípios cooperativistas é o alicerce sobre o qual se constrói uma economia mais justa e participativa. O autor ressalta que a educação não é apenas uma ferramenta, mas sim a “alma” do movimento cooperativista, visto que capacita os indivíduos a agir coletivamente em busca do bem comum (Restakis, 2010).

Observa-se que, segundo Ferreira e Sousa (2019), os pioneiros de Rochdale percebiam, na educação cooperativista, um instrumento fundamental para a compreensão das peculiaridades da cooperativa, bem como entendimento de sua forma econômica e social. Acrescentam que a educação cooperativista é declarada como um dos pilares de sustentação do desenvolvimento cooperativo.

Na essência do movimento cooperativista, reside a necessidade imperativa da educação. Capacitar os membros com conhecimento e compreensão dos princípios cooperativistas é a força vital que impulsiona a prosperidade e a resiliência das

cooperativas. A educação não apenas informa, mas transforma, criando uma base sólida para a participação ativa e o florescimento contínuo dentro de uma comunidade cooperativa (Thompson, 1994).

No cooperativismo brasileiro, a educação tem os seguintes propósitos: promoção da fidelidade cooperativa, qualificação do quadro social, homogeneização de valores e comportamentos coletivos (Frantz e Schönardie, 2016). No entanto, segundo Lago (2008), a maioria das cooperativas brasileiras tem dado maior atenção aos aspectos de gestão econômica e eficiência técnica e pouca atenção aos cooperados. O autor ressalta, ainda, que os aspectos econômicos são fundamentais para a sobrevivência das cooperativas, porém, como elas prestam serviços aos seus cooperados, os aspectos educativos, morais e sociais são de extrema relevância e antecedem as finalidades econômicas.

Nesse sentido, autores, como Schneider (2003), Schneider e Hendges (2006), Frantz e Schönardie (2016), além de Theodoro (2021), propõem soluções administrativas e gerenciais para resolverem problemas estruturais das cooperativas, contudo, sem educação e participação dos cooperados, nenhuma solução terá efetividade (Mendes, 2010).

Schneider (2003) e Schneider e Hendges (2006) acrescentam que as práticas de educação cooperativa são os meios pelos quais ocorrem a transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo. Frantz e Schönardie (2016) argumentam que, por intermédio das práticas de educação cooperativa, tem-se o desafio de reconstruir a identidade dos indivíduos com o sentido de coletividade, construindo novos valores e comportamentos cooperativos.

Schneider e Hendges (2006) evidenciam que o grande desafio e propósito da educação cooperativista, hoje, além da capacitação, é o resgate e a reafirmação permanente da identidade cooperativa. Educar para a cooperação não é uma ação fácil, pois o ser humano nasce e vive numa realidade de concorrência e individualismo (Schneider, 2003; Frantz, 2003). Assim, a educação cooperativista visa contribuir para a formação do homem cooperativo, solidário, responsável e participativo, que atua sob a luz de uma cultura cooperativista.

Dessa forma, configura-se a educação cooperativista como uma ação que promove o progresso permanente do cooperativismo e da cooperação como prática cotidiana, contínua e abrangente (Severo *et al*., 2014).

A relevância da educação cooperativista é ressaltada por vários autores na literatura, como Frantz (2002; 2010), Frantz e Schonardie (2016), Schneider e Hendges (2006), Ferreira, Sousa e Amodeo (2018). Tais autores atribuem-lhe qualidades que são essenciais para a consolidação da cooperativa, tanto nos aspectos econômicos quanto nos aspectos sociais. Ainda de acordo com esses autores, a educação cooperativista é considerada a “regra de ouro” do cooperativismo, uma vez que sua prática resulta no melhor entendimento dos outros princípios e da cultura cooperativista (Theodoro, 2021).

Outro atributo dado à educação cooperativista é mencionado por Schneider (2003) e Lago (2008) quando evidenciam que ela é a “mola mestra” do movimento cooperativo e pré-requisito para que a cooperativa atinja seus objetivos. Para Ferreira, Sousa e Amodeo (2018), a capacitação é um instrumento de empoderamento dos cooperados, visto que é capaz de promovê-los em verdadeiros sujeitos do seu destino.

Pinho (2003) defende que a educação cooperativista é tida, metaforicamente, como a “cláusula pétrea” para a consolidação do sistema cooperativo internacional, expressando-se da seguinte maneira:

> Diz-se, em direito, que as cláusulas pétreas do direito constitucional não podem ser mudadas porque representam os pilares básicos de sustentação das garantias individuais e da própria estabilidade de uma nação. Por isso, são convertidas em “pedras” e sua imutabilidade é garantida nas Constituições dos Estados modernos (Pinho, 2003, p. 136).

Cada um desses atributos, destacados pelos autores, vão ao encontro do que afirmam Safanelli *et al*. (2011), quando apontam que a educação cooperativa tanto é um meio quanto um fim; ela é processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, sem a qual não pode haver o cooperativismo.

Schneider (1991) menciona que a educação cooperativa deve ser compreendida como todas as atividades que motivam o comprometimento dos sócios com a cooperativa: “Transformando o perfil do cooperado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo e individualista, para um perfil de associado bem-informado, solidário, motivado e participativo” (Schneider, 2003, p. 14).

E, logo, sem educação cooperativista, é muito difícil para as cooperativas realizarem seus objetivos e responderem aos desafios que o ambiente lhes impõem (Ferreira, Sousa e Amodeo, 2018).

Ainda, os autores expõem que a função da educação cooperativista é operar, juntamente, na gestão social e empresarial das cooperativas, o que resulta em melhorias na participação dos cooperados e na profissionalização da gestão. Safanelli *et al.* (2011) destacam que essa educação deve dispor de instrumentos cultural, científico e tecnológico, em conformidade com o mundo moderno, respeitando o conhecimento e experiências populares, para melhor prestação de serviços e participação consciente do cooperado.

A Lei 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, em seu Art. 28, obriga as cooperativas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. Além disso, autoriza a celebração de convênios com entidades privadas ou públicas para a prestação de serviços oriundos desse Fundo.

Desse modo, as cooperativas podem investir em ações voltadas à educação e capacitação de seus cooperados, bem como dos demais envolvidos na cooperativa. Ademais, segundo Theodoro (2021), a educação cooperativista refere-se, particularmente, às cooperativas e, por isso, precisa ser apropriada ao perfil do cooperado, do dirigente, dos empregados e da comunidade, contemplando as reais deficiências e características desse público, os quais estão inseridos num contexto de concorrência e num mercado consumidor exigente (Theodoro, 2021).

Por conseguinte, não basta uma qualificação em gestão empresarial, assim como também não seria suficiente uma capacitação que enfatizasse apenas aspectos sociais da cooperativa (Ferreira, Sousa e Amodeo, (2018). Igualmente, não basta a associação pela associação, tampouco, uma cooperativa ser somente um negócio ou uma empresa visando à governança, visto que, no cooperativismo, almeja-se a superação humana, a qual só pode ser conquistada por meio da constante educação e capacitação do ser humano (Safanelli *et al*., 2011).

Reforçando a presente discussão desta tese, a educação cooperativista tem sido objeto de pesquisas para a comunidade científica, seja como objeto de estudo ou tema integrante de artigos, teses e dissertações.

Um dos estudos é apresentado na dissertação de Theodoro (2021) e trata-se de uma pesquisa desenvolvida por Sá (2010), que teve como objetivo central conhecer as ações de formação profissional nas cooperativas em Portugal e o tipo de conteúdo

desenvolvido. A metodologia adotada foi um estudo quantitativo, com aplicação de questionário estruturado, cujo universo amostral foi constituído de 1000 cooperativas portuguesas, da qual resultaram 201 entrevistas válidas, realizadas com diretores das cooperativas. Ainda, o estudo foi segmentando em cooperativas agrícolas e cooperativas não agrícolas.

Os resultados obtidos mostraram que 42% das cooperativas portuguesas têm um colaborador dedicado, mesmo que em tempo parcial, à organização de ações de formação integral. Quanto a esse percentual, o estudo não apresenta diferenças entre as cooperativas agrícolas e não agrícolas. Além disso, foi questionado se a cooperativa realizou, durante os últimos 12 meses, alguma ação de formação profissional destinada aos colaboradores internos da cooperativa e o resultado foi que apenas 58% das cooperativas realizaram alguma ação nesse período (Sá, 2010).

O estudo de Sá (2010), apresentado por Theodoro, revela a terceirização na aquisição de serviços de formação profissional interna nessas cooperativas. Outrossim, as cooperativas agrícolas apresentam maior propensão à realização de formação, embora, estatisticamente, a diferença seja pouca em relação às cooperativas não agrícolas

Quanto ao conteúdo da formação, o resultado mostra que a maior incidência trata da questão de higiene e segurança no trabalho, após conteúdo de tarefas administrativas. A pesquisa concluiu que os conteúdos referentes à formação cooperativa, previstos no Código Cooperativo Português, são muito pouco relevantes no conjunto da formação profissional realizada pelas cooperativas portuguesas. Sendo assim, a conclusão do estudo de Sá (2010) argumenta que existe o risco de a formação profissional não integrar as características próprias do cooperativismo, o que em nada contribui para o fortalecimento da identidade, princípios e valores do setor.

Já, no contexto brasileiro e paranaense, Staback (2020) realizou uma pesquisa sobre o conteúdo da educação cooperativista e a sua importância na manutenção do cooperado, tendo como foco uma cooperativa agroindustrial na mesorregião de Toledo.

Os resultados da pesquisa apontaram que a cooperativa pesquisada (C. Vale), por meio de seu programa corporativo de educação cooperativista, vem atingindo os objetivos traçados, os quais sejam: a) qualificar os cooperados, seus familiares, colaboradores e comunidade sobre os conceitos, princípios e benefícios do

cooperativismo e informações sobre a cooperativa e; b) proporcionar ao público-alvo capacitação e formação sobre cooperativismo, visando à aproximação, maior envolvimento e integrando-os no cotidiano da cooperativa.

Os resultados da pesquisa de Staback (2020) demonstraram que o programa de educação cooperativista da C. Vale é atuante e é percebido pela maioria dos cooperados que participaram da amostra da pesquisa, confirmando as hipóteses de pesquisa: a) a participação do cooperado na C.Vale é consequência da educação cooperativista executada por ela e; b) o cooperado que faz parte da cooperativa há mais tempo percebe mais os efeitos das ações da educação cooperativista praticada pela C.Vale.

Diante do resultado desses estudos, observa-se que é fundamental ter mais investimento e confiança nas pessoas, na força pessoal e coletiva que elas possuem de poder alterar a realidade na qual estão inseridas, o que pode tornar o lugar mais justo e digno. A educação cooperativista é um dos meios que se pode utilizar para alcançar os objetivos desejados, no entanto, precisa-se também de uma mudança de postura do indivíduo e do seu empoderamento, para que essa busca por objetivos seja estimulante e envolva o maior número de pessoas no processo de desenvolvimento do sistema cooperativista.

Dessa maneira, conforme Lago (2008), as cooperativas precisam propiciar educação para seus cooperados, colaboradores, jovens e crianças, por meio de atividades próprias ou em parceria com instituições. Do mesmo modo, visando resguardar a doutrina e aumentar a eficiência, faz-se necessária a profissionalização do quadro gestor da cooperativa, bem como a existência de órgão especializado em treinamento e capacitação cooperativista (Bialoskorski Neto, 2015).

Assim sendo, Ricciardi e Lemos (1997, p. 28) afirmam que “o nosso cooperativismo não ‘navega num mar de rosas’”. Ademais, argumentam que existem muitas dificuldades que, decorrentes da natureza da organização e das próprias características dos cooperados, são as mais diversas possíveis, destacando-se a falta de conscientização sobre o movimento cooperativo e a carência de bons administradores nas cooperativas.

Nessa mesma direção, Lago (2008) argumenta que a falta da educação cooperativa pode ter forte influência nos seguintes problemas: cooperado oportunista, que só opera com a cooperativa quando o preço for melhor que no mercado; não

participação nas assembleias e reuniões; e falta de lideranças preparadas para direção.

Sousa *et al.* (2018) complementam que a educação cooperativista necessita de eficientes instrumentos de comunicação, como forma de fomentar e assessorar uma eficiente e equilibrada gestão cooperativa, centrada nos interesses dos cooperados e na conquista de melhores resultados.

Segundo Alves (2019), a educação cooperativa deve ser dinâmica, adaptando-se às mudanças sociais e tecnológicas, de forma a compatibilizar seus princípios e valores com as novas configurações da sociedade.

O esquecimento da participação social e da educação cooperativista por parte dos cooperados é ressaltado por Frantz, (1985), Schneider (2003), Valadares (2005), Amodeo (2008) como um dos principais problemas encontrados nas cooperativas.

Para Theodoro (2021), muitas vezes, os princípios do cooperativismo não são considerados em toda sua relevância no desenvolvimento da gestão cooperativa, podendo, dessa forma, tanto esvaziar o seu conteúdo quanto limitar sua possibilidade de alcançar os seus objetivos, sendo fundamental, para tanto, fortalecer as estratégias de Educação e Aprendizagem Cooperativista.

A gestão eficaz nas cooperativas origina-se da educação enraizada nos princípios cooperativistas. Para Webb (2014), capacitar líderes com uma compreensão aprofundada do valor da participação, da democracia e do impacto social é fundamental para a eficácia e o sucesso das cooperativas. A educação não apenas molda gestores, mas forja líderes conscientes e comprometidos com a missão e os valores cooperativistas.

O resultado do processo de ensino-aprendizagem deve ser pessoas ou grupos com maior grau de participação, aptas a exercer seu papel nas organizações. Os graus de consciência podem ser medidos por meio dos níveis de participação. Um nível superior de participação ocorre quando os participantes elaboram propostas e recomendam medidas à Direção, de maneira que a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos participativos. O grau mais alto de participação é a autogestão, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles (Bordenave, 1999).

Para Ferreira e Amodeo (2008), os métodos de ensino devem ser eleitos de acordo com os objetivos pretendidos, a natureza dos conteúdos, as características dos alunos e a realidade da cooperativa. Nesse sentido, para que os métodos sejam

efetivos e alcancem sua finalidade, é necessário que a metodologia utilizada também esteja em conformidade com os fins propostos e que o educador escolha aquela que melhor orienta seu processo educativo.

Além disso, a educação cooperativista, segundo Sousa *et al*. (2018), é tida como ferramenta essencial para promover a fidelidade dos membros, aproximar interesses e necessidades, mantendo a organização coesa e fiel a seus objetivos. Em especial, isso pode ser percebido no caso das cooperativas agropecuárias inseridas no sistema UNICAFES, foco deste estudo, no qual o sistema agropecuário ocupa uma posição relevante e estratégica para o estado. Dessa maneira, carece de fortalecimento da cultura cooperativista e profissionalização do setor, a fim de se manter competitivo e próspero aos seus envolvidos.

Diante desse cenário que este estudo aborda, no próximo subtítulo, efetiva-se uma discussão sobre o cooperativismo solidário que aponta para um novo paradigma societário, alicerçado na autogestão; ademais, ele é sistema democrático, igualitário e autônomo. Dentro do capitalismo, o cooperativismo é uma estratégia de sobrevivência que exerce formas híbridas na economia capitalista, com mesclas de características do socialismo (Veras Neto, 2003), mas pode ser também uma estratégia de superação do próprio capitalismo.

2.5 COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NO BRASIL

O cooperativismo, em um contexto atual, carrega, a exemplo de aspecto fundamental, a valorização do trabalho humano, tendo, como base da organização cooperativa, as dimensões técnicas, políticas do trabalho humano, bem como suas interações sociais. De acordo com Frantz (2012, p. 25), é “no espaço das questões sociais, decorrentes do processo técnico e político de trabalho que se elaboram os conceitos de solidariedade vinculado a cooperação”.

Um empreendimento solidário tem, como característica, despertar nos indivíduos o senso da cooperação, construindo espaços coletivos, fomentando a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida (Frantz, 2012).

O Cooperativismo Solidário baseia-se na concepção de que os empreendimentos solidários representam uma forma alternativa de produção,

articulada com o que pesquisadores, líderes sociais, cooperativistas e ativistas têm denominado de "outra economia" (Cattani, 2003).

Essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (Brasil, 2012). Seu objetivo não é a busca pelo lucro, mas pela promoção do desenvolvimento com inclusão social, produtiva, cultural, econômica dos associados e da comunidade local.

O ideário do Cooperativismo Solidário articula-se ao entorno das crenças do movimento autogestionário. A autogestão é destacada como vetor de eficiência e inclusão, em práticas que estão além dos objetivos econômicos e que consolidam o empreendimento com a cooperação no trabalho, na gestão e no controle social, de maneira que propiciam fatores de eficiência que promovam a viabilidade Cooperativa. Pela autogestão, as Cooperativas alcançariam o diferencial da “economia de controles, com utilização da racionalidade e criatividade da ação conjunta e interativa dos membros, na construção de estratégias de produção, consumo e de criação do conhecimento” (Cattani, 2003, 38).

Diferentemente das empresas tradicionais, o Cooperativismo Solidário entende a organização como sistema cultural, simbólico e imaginário, que avança no envolvimento das pessoas para além do capital. O sistema cultural oferece uma estrutura de valores e normas, uma maneira de pensar e um modo de apreender o mundo que orienta a conduta dos seus atores.

Dessa forma, o cooperativismo solidário pode ser definido como um esforço de construção de uma alternativa à produção e de sua distribuição sob a lógica do capital, buscando a primazia da centralidade humana, bem como as necessidades de quem produz (Maréchal, 2000).

Staback, Bidarra e Cielo (2023) destacam que as relações sociais de cooperação e de solidariedade são inerentes à natureza humana, portanto, o cooperativismo solidário procura organização cooperativa do trabalho, como mecanismo de produção e distribuição de riquezas, na concepção de ser humano como um ator social cooperativo.

Assim definido, o cooperativismo solidário é um movimento moderno, apoiado por forte processo de organização local e por meio do fomento de gestões públicas, que prioriza uma agenda social comprometida com as lutas sociais, em função de

lacunas existentes na definição macroestrutural sobre o papel do Estado como fomentador do desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, o cooperativismo solidário tem a missão de promover desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar, bem como economia solidária, fortalecendo a visão do cooperativismo como ferramenta para o desenvolvimento local, a partir de bases diversificadas e sustentáveis.

Para Zanco (2017), o projeto do cooperativismo solidário pauta-se em estratégias organizacionais, com enfoque nas pessoas, com relações de proximidade, participação democrática e controle social, buscando aumentar a autonomia e empoderamento dos cooperados inseridos nesse contexto.

As bases para esse movimento seriam a solidariedade, a autogestão e a cooperação; seu fortalecimento acontece a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (Zanco, 2017).

O Modelo Solidário defende que, para construir essa economia, é necessário rever a forma de compreensão do desenvolvimento, garantindo autonomia e fortalecimento das dinâmicas locais, com ampliação do protagonismo das lideranças e organizações sociais (Zanco, 2016). Esse Cooperativismo defende estratégias de desenvolvimento, procurando conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com a inclusão social e fortalecimento das pessoas.

Somente com participação ativa das pessoas o desenvolvimento será sustentável, com a construção de propostas, aprovação de Leis e execução de programas estruturais. No Quadro 4, pode-se visualizar as características do cooperativismo solidário:

Quadro 4 - Características do cooperativismo solidário

Características	Conceito
Interação Solidária	As relações estabelecidas entre sócios, diretores, funcionários e parceiros é marcada pela interação solidária, favorecendo a construção da solidariedade na relação que se estabelece entre as famílias, comunidades e outras organizações da vida do agricultor familiar, na possibilidade de somar esforços para o benefício dos envolvidos.
Controle Social	A participação e o controle social são características que ampliam o protagonismo dos sócios. Os espaços de participação da Cooperativa que possibilitam aos associados e demais agricultores familiares expressar em suas necessidades, e também assumir responsabilidades pelos rumos que suas instituições possam seguir.
Autogestão	Nesta característica o quadro social é convidado a exercer o poder de gestão de sua Cooperativa, por meio das participações nos espaços políticos, administrativos, estratégicos, operacionais e cargos estatutários.

Equidade entre homens e mulheres	Fortalecer o protagonismo da juventude e das mulheres nas Cooperativas, ampliando oportunidades de empoderamento e inclusão deste público no quadro social e governança, desenvolvendo inovações e construindo espaços maior gestão participativa e sustentável.
Descentralização das estruturas	Estruturas pesadas solicitam sistemas de gestão robustos e maior nível de burocratização das organizações. Esse Cooperativismo prima por estruturas leves, organizadas com base nas pessoas.
Organização em rede	Permite a ampliação das experiências do Cooperativismo de Economia Solidária, democratizando o acesso ao conhecimento de práticas sociais, culturais, econômicas e políticas.

Fonte: elaborado pela autora com base na cartilha Pecsol - Modelo de inclusão do Cooperativismo Solidário (2019).

Diferentemente do cooperativismo tradicional, o cooperativismo solidário entende a organização como sistema cultural, simbólico e imaginário que avança no envolvimento das pessoas para além do capital.

Para Enriquez (1997), nesse âmbito, os processos de educação, formação e socialização reforçam uma identidade, fazendo a organização ser percebida e aceita pelo seu grupo social. Dessa maneira, por meio do sistema simbólico de valores, normas e formas de apreender o mundo, “a organização se oferece como objeto a interiorizar, mas este processo nem sempre é apreendido pelos seus participantes” (Enriquez, 1997, p. 33).

No contexto do cooperativismo solidário, existem diversas tipologias que podem variar, dependendo do contexto e das atividades específicas da cooperativa. No Quadro 5, estão apresentadas essas tipologias comuns no cooperativismo solidário; a escolha de realizar o quadro tem como prioridade sintetizar cada tipo seguido com seus autores base e sua definição.

Quadro 5 - Tipologias do Cooperativismo solidário que variam de acordo com suas atividades específicas da cooperativa

Tipologias	Autores base	Conceito/definição
Agricultura Familiar Solidária	Abramovay (1997) Wanderley (2009) Carneiro (1998 e 2007)	Cooperativas agrícolas que buscam promover a agricultura familiar, a produção sustentável e a equidade nas relações comerciais.
Economia Solidária	Singer (2002) Gaiger 2014; Kuyven (2016) Gaiger e Kuyven (2019)	Envolve diversas formas de organização econômica baseadas na cooperação, como cooperativas de produção, consumo, crédito e serviços. O foco é no fortalecimento das comunidades e na redução das desigualdades.
Consumo Solidário	Mance (1999 e 2002)	Cooperativas de consumo que buscam garantir produtos e serviços de qualidade, promover comércio justo e sustentável, e favorecer a produção local.
Comércio Justo	Cattani (2003)	Cooperativas que se envolvem na comercialização de produtos, garantindo

		condições justas para os produtores, especialmente em regiões em desenvolvimento.
Reciclagem solidária	Damasio (2008) Besen (2011)	Cooperativas que atuam na coleta seletiva, reciclagem e reaproveitamento de materiais, visando a geração de empregos e a promoção da sustentabilidade ambiental.
Cultura Solidária	Tiriba (2001) Sachs (2005) Singer (2007) Vilutis (2015)	Cooperativas que trabalham na área cultural, promovendo a produção artística e cultural de forma colaborativa e equitativa.
Habitação Solidária	Polanyi (1983) Tedesco; Campos (2001)	Cooperativas que buscam soluções habitacionais de forma cooperativa e solidária, proporcionando moradia digna e acessível.
Educação Solidária	Tognetta e Assis (2006) Adams (2010)	Cooperativas voltadas para a educação, promovendo modelos educacionais participativos, inclusivos e comprometidos com valores cooperativos.
Serviços Solidários	kraychette.; lara; costa (2000)	Cooperativas que oferecem diversos tipos de serviços, como saúde, transporte, turismo, entre outros, com base nos princípios do cooperativismo solidário.
Tecnologia Solidária	Santos (2003)	Cooperativas que exploram a tecnologia de forma colaborativa, visando a inclusão digital, a equidade no acesso e o desenvolvimento sustentável.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Essas tipologias representam apenas uma visão geral, visto que as cooperativas solidárias podem se envolver em várias dessas áreas simultaneamente, adaptando-se às necessidades específicas de suas comunidades. O cooperativismo solidário destaca-se por sua abordagem holística e inclusiva, buscando promover uma economia mais justa e sustentável (Cattani, 2003).

A Agricultura Familiar é o principal público das Cooperativas Solidárias; entretanto, milhões de pessoas ainda necessitam ser incluídas de forma sustentável. Embora esse segmento seja responsável pela produção da maioria dos alimentos destinados à alimentação da população brasileira, verifica-se que percentual considerável desses agricultores ainda se encontra sem condições mínimas de vida digna, sendo necessário inovar no fortalecimento das Cooperativas, com a missão de incluir esse público, por meio da implementação de políticas de apoio e fomento organizacional (Wanderley, 2009).

Todas as ações cooperativistas, independentemente do eixo ou ramo, pautam-se na promoção do desenvolvimento com inclusão social. Essa diretriz poderia ser ampliada se as políticas públicas fomentassem instrumentos para viabilizar maior

inclusão das pessoas no Cooperativismo, principalmente no acesso ao Crédito, ATER (Assistência Técnica), bem como nas estratégias de agroindustrialização e mercado.

Segundo Staback, Bidarra e Cielo (2023), dentro do contexto do cooperativismo solidário, encontram-se três organizações de representação do cooperativismo popular, sendo a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL). Diante da necessidade de fortalecer ainda mais esse cooperativismo, recentemente, essas instituições se uniram e constituíram a União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS).

Assim, a Unicopas, representando o Cooperativismo Solidário, busca crescimento no campo organizacional, principalmente nos eixos organização social e acesso às políticas públicas de crédito, produção, acompanhamento técnico e comercialização, com frentes na promoção do desenvolvimento local e com interlocução na execução de atividades de interesse público (Zanco, 2017).

> O Cooperativismo Solidário presente na UNICOPAS é um instrumento de luta e organização socioeconômica da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Essas iniciativas podem ser vistas como um processo de fomento educativo para instauração de novas relações socioeconômicas (Zanco, 2017, p. 16).

Desse modo, ao estabelecer o vínculo cooperativo e solidário, articulam-se outras iniciativas que poderão gerar um novo modelo social, positivo, agregador, que está na base do cooperativismo solidário. Na sociedade atual, existem vários modelos de desenvolvimento em disputa, mas destaca-se a diferença entre:

a) O modelo capitalista concentrador: que possui como objetivo ganhar mais, gerar sobras e excluir os não “adaptáveis”;

b) O modelo solidário: que busca inclusão sustentável, valorização da diversidade ambiental, soberania e identidade regional, em síntese, “uma outra economia” (UNICAFES, 2018).

O modelo solidário defende que, para construir essa economia, é necessário rever a forma de compreensão do desenvolvimento, garantindo autonomia e fortalecimento das dinâmicas locais, com ampliação do protagonismo das lideranças e organizações sociais.

O cooperativismo solidário ampara estratégias de desenvolvimento procurando conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com a inclusão social e o fortalecimento das pessoas.

No cenário atual, verifica-se uma estabilidade considerável nas estratégias que fundamentam a economia mundial e brasileira, mas é preciso analisar esse crescimento sob óticas sustentáveis. Todo avanço social precisa estar fundamentado em modelos de desenvolvimento em curso. Sendo assim, o cooperativismo solidário potencializa uma série de programas e de ações voltados aos jovens. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, assim sendo, suas rendas dependerão não só da agricultura, como também de outras atividades que deverão ser fortalecidas pela agricultura (UNICAFES, 2018).

O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário tem compromisso com a formação de lideranças na Agricultura Familiar, para ampliar a participação democrática e a equidade social, bem como defende ações formativas que fortaleçam a superação das desigualdades vinculadas às relações de gênero e de geração. A opção político-educativa de valorizar as contribuições e despertar mulheres e jovens no Cooperativismo têm a intenção de contribuir para o fortalecimento da identidade social, econômica e política do Cooperativismo Solidário.

Dessa forma, a próxima seção aborda a agricultura familiar — foco das tipologias apresentadas —, situando-a no contexto do cooperativismo solidário proposto neste estudo.

2.5.1 Agricultura Familiar Solidária

Mais que um modo de vida, a agricultura familiar é um conceito que, ao longo dos anos, vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil (Schneider, 2003). O debate sobre o rural brasileiro foi marcado, a partir do início dos anos 1990, pela emergência da identidade “agricultura familiar”, vinculando esse tema ao desenvolvimento rural. Até esse período, no Brasil, nos diferentes momentos históricos, a forma familiar de organização do trabalho e da produção era referenciada por meio de expressões como: minifundiária, colono, pequeno produtor, trabalhador rural ou campesinato, dentro dos marcos da análise marxista histórica.

De acordo com Wanderley (2009), a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos contextos

históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os agricultores familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural. Segundo Abramovay, a agricultura familiar inicia-se no campesinato:

> [...] referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (Abramovay, 1992, p. 106)

Conforme Stuani, Neckel e Ficagna (2016), a agricultura familiar passou por diversas transformações em sua estrutura, abrangendo famílias que possuem pequenas áreas, cultivam diferentes culturas, utilizam predominantemente mão de obra familiar e operam com níveis variados de tecnologia. Nesse contexto, mesmo inserida em um ambiente altamente competitivo e desigual, a continuidade dessa atividade depende, de forma determinante, da sucessão familiar nas pequenas propriedades.

A agricultura desenvolvida no âmbito familiar acontece enquanto o modo de vida e de produção no meio rural se estabelece com laços construídos e mantidos pelo vínculo afetivo com os membros da família, os quais cooperam para o desenvolvimento da propriedade, não apenas pelo trabalho rural, mas constituindo-se uma mesma unidade social e econômica.

Segundo Silva, Zerbato e Rocha Jr. (2010, p.42),

> a unidade de produção familiar possui condições de funcionamento que a diferenciam da unidade de produção capitalista. Na produção familiar inexiste a mais-valia, o trabalho empregado não é extraído nem apropriado de um trabalhador alheio, a fonte de trabalho da propriedade é aquela proveniente do proprietário dos meios de produção. Nesta relação de trabalho, o produtor familiar e sua família têm uma relação de esforço físico e mental na unidade de produção, além de que, o mesmo deve prover sua reprodução social, cabendo a ele gerir os recursos necessários para a manutenção e expansão patrimonial.

A agricultura familiar tem a sua importância consolidada na capacidade de gerar ocupação e renda no campo, tornando-se um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade, ou seja, extremamente valorizada como segmento gerador de empregos e de renda (Cellupi, 2021).

Para Carneiro (2009), a agricultura familiar é capaz de estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, que resulta na permanência de parte da população no espaço rural. Embora os agricultores tenham enfrentado inúmeras dificuldades, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA/USP, 2023), em 2023, o agronegócio brasileiro produziu R$2,62 trilhões, representando 24,1% do PIB. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2023), no que diz respeito às exportações, foi responsável por US$ 166,55 bilhões, em 2023, 49% da pauta exportadora total brasileira em 2023. No ano anterior (2022), a participação foi de 47,5%.

Não obstante, a agricultura familiar vem evidenciando a capacidade de modificação e de adaptação ao mercado e, nesse processo de transformação, tornou-se imprescindível para a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelos agricultores familiares, além de contribuir para a sua permanência no espaço rural. Segundo Schneider (2009), à medida que se amplia o reconhecimento da importância da agricultura familiar, eleva-se a atenção sobre a pluriatividade.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força ao longo do tempo, impulsionado, principalmente, pela concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (FAO, 2000).

Segundo Lamarche (1997), a família, o trabalho e a unidade de produção são os elementos centrais da agricultura familiar. Nesse contexto, um projeto de desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar deveria observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção, visto que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares. Isso mostra a importância da formação de identidades e da diferenciação de 45 das regiões ao pensar em desenvolvimento local, enfatizando as preocupações com os aspectos sociais (Abramovay, 2000).

A agricultura familiar favorece a inserção de práticas produtivas mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (Conab, 2020). Com base no argumento de

Abramovay (2006), a valorização da agricultura familiar no Brasil aconteceu a partir de três perspectivas. A primeira, no plano intelectual, foi consubstanciada por estudos que permitiram identificar a heterogeneidade da agricultura familiar no país e avaliar sua relevância socioeconômica. A segunda, no plano das políticas públicas, esteve relacionada à geração de novas oportunidades de ocupação e de negócios no campo para milhares de famílias. Por fim, no plano social, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como um conjunto fundamental para o desenvolvimento rural e a coesão social.

A realidade dos agricultores familiares incorpora, junto ao conceito de desenvolvimento, o de sustentabilidade, buscando um significado completo, no qual pensar um projeto de desenvolvimento includente é garantir ao agricultor ganho econômico, mas que esse ganho seja algo sustentável, ou seja, que viabilize sua permanência no campo com qualidade de vida. Cabe mencionar que o desenvolvimento local é baseado nos atores locais, relacionando-se a iniciativas inovadoras da coletividade e articulando as potencialidades locais estabelecidas pelo contexto.

Assim, os agricultores familiares, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, devem ser reconhecidos como atores sociais que participam do avanço da sociedade e, também, das transformações da agricultura e do espaço rural atualmente.

Quanto ao envelhecimento da população rural, destacam-se como fatores: a redução absoluta e relativa da participação da população jovem no campo, o retorno da população aposentada do meio urbano ao campo, a redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida do brasileiro (Mello *et al*., 2003; Sacco dos Anjos e Caldas, 2005).

A preocupação com a permanência da juventude no campo e na agricultura familiar é instigada pelo significativo êxodo rural, em que há uma tendência de envelhecimento no campo. Segundo Brumer (2014), para a juventude, as más condições de trabalho vinculadas com a rentabilidade são os fatores motivadores para a saída do campo.

Segundo Puntel, Paiva e Ramos (2011), o êxodo e o envelhecimento da população rural têm ganhado cada vez mais destaque, especialmente porque os jovens vivenciam um período de transformações e incertezas. A migração dos jovens do meio rural para o urbano contribui significativamente para o envelhecimento da

população do campo, fenômeno intensificado pelo aumento da expectativa de vida nas últimas décadas. Nesse contexto, a crise da produção familiar e a dificuldade de transmitir o ofício de agricultor às novas gerações têm se tornado questões preocupantes.

Na origem, pode-se identificar as questões sociais e econômicas que incluem a escassez da terra e um conjunto de problemas relacionados à política na manutenção da propriedade, na baixa renda e, de modo geral, na crença de sua profissão. Portanto, a migração dos filhos desses pequenos produtores à cidade tornou-se uma condição mais viável (Zago e Bordignoni, 2012).

É necessário estabelecer um diálogo contínuo e estar preparado para a gestão dos conflitos que inevitavelmente surgirão, iniciando-se esse processo pelo fundador da propriedade, com a participação ativa dos demais envolvidos. Conforme Abramovay (1998), mesmo com os números de políticas e programas que ajudam na permanência do jovem no campo, a sucessão familiar é um fator de preocupação. Esse processo que ocorria de forma natural passa a ter a necessidade de ser avaliado e repensado pelos jovens.

Ainda, de acordo com Abramovay (1998), os conflitos familiares nas empresas geralmente aparecem a partir da terceira geração, enquanto, na agricultura familiar, elas aparecem na geração direta. A questão da sucessão não é abordada dentro da família e os jovens não são preparados para dar continuidade às tarefas de seus genitores. Os principais motivos de saída são trabalho, casamento e os estudos (Celuppi, 2021).

A sucessão é um processo fundamental para garantir a continuidade da agricultura familiar na produção de uma ampla variedade de alimentos e sua permanência ao longo do tempo, configurando-se como uma alternativa aos grandes modelos econômicos e contribuindo para a geração de trabalho no meio rural.

Schuch (2010), por sua vez, destaca que, nas pequenas propriedades rurais, a tomada de decisões concentra-se na figura do pai. A sucessão deve ser planejada, discutida e competente a fim de preservar o patrimônio assegurando a continuidade da atividade; assim, recomenda-se que os pais passem a enxergar os filhos como sócios e não apenas como mão de obra barata.

Porém, de acordo com Kummer e Colognese (2013, p. 23): “vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo.” A reconfiguração

demográfica afeta tanto a zona rural quanto a urbana, uma vez que as cidades precisam absorver esse contingente populacional e se reestruturar.

Por outro lado, o esvaziamento do campo provoca a escassez de mão de obra, a concentração e o aumento no tamanho das propriedades. Além disso, em algumas regiões, a falta de qualificação e capacitação adequadas dos trabalhadores podem limitar sua eficácia e produtividade na agricultura (Boessio e Doula, 2017).

Isso resulta em dificuldades para encontrar trabalhadores qualificados a determinadas tarefas agrícolas; há possibilidade de falta de acesso à educação e capacitação de qualidade em tecnologia agrícola, por exemplo, com os tratores modernos, drones e sistemas de irrigação automatizados. Tal realidade tende a limitar as oportunidades dos jovens de adquirir as habilidades necessárias para operar máquinas e outras tecnologias agrícolas (Troian e Breitenbach, 2018). Esses fatores, a longo prazo, comprometem a implantação de novos projetos e, ainda, interferir no relacionamento entre os cooperados e as cooperativas agroindustriais.

Dentro da Cooperativa, o jovem representa uma oportunidade valiosa para impulsionar o empreendedorismo e aprimorar o uso de técnicas de gestão modernas, voltadas para mercados e produtos de maior valor agregado. Saber escutar o jovem e favorecer esse protagonismo é essencial para garantir inovação, qualificação e renovação do mundo cooperativo, além da sequência na participação da agricultura familiar.

2.6 JUVENTUDE RURAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Conforme Castro (2009), a juventude é uma categoria social que posiciona aqueles assim identificados em um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, o jovem é associado ao futuro e à transformação social. Ainda de acordo com Castro (2005), muitos desafios e incertezas são encontrados pela juventude rural.

Para Groppo (2000, p. 8), a juventude é definida como categoria social, “criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”. Aliado a isso, Feixa (2004) abordou a juventude nas sociedades camponesas, como uma etapa da vida marcada pela precoce inserção nas atividades produtivas e na

convivência com os adultos, mas ocupando posições de subordinação e de dependência, tanto na família quanto na sociedade.

Diante dos desafios contemporâneos que envolvem a juventude inserida no contexto da agricultura familiar e das implicações decorrentes desse cenário, os estudos sobre o tema buscam responder a questionamentos centrais, tais como: quem são esses jovens, onde residem, quais são suas condições de vida, quais suas percepções e de que forma projetam seu futuro.

> A juventude é uma categoria social que passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade. Deste modo, cabe salientar que as percepções correntes sobre ela são, necessariamente, sociais, culturais e historicamente determinadas. Isto implica reconhecer que, mesmo que já existissem jovens nos períodos históricos anteriores, seus significados, características e papeis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente (Weishemer, 2009, p. 51).

A juventude é uma categoria de múltiplos significados, de maneira que ser jovem, em muitos casos, representa uma estrutura social, a qual é entendida a partir de uma concepção transitória do ciclo de vida, que os posiciona como:

> [...] pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Juventude rural é uma categoria particularmente reveladora dessa configuração de relações de hierarquia. A análise dessa categoria permite percebermos como os processos de construção de categorias sociais configuram e reforçam relações de hierarquia social. Um recorte central para a compreensão da reprodução social de relações de poder e de subordinação é olharmos mais de perto para a “posição” que ocupa a “jovem mulher” nesse cenário (Castro, 2009, p. 124).

Quando se fala em agricultura familiar, encontra-se, nesse meio, a juventude que, segundo Deggerone (2013, p. 15), é definida como: “ser jovem e ser jovem agricultor familiar constitui uma das condições mais importantes para a continuidade de um modo de vida”. Diante disso, tem em vista a reprodução social da família aliada ao desenvolvimento socioeconômico da unidade produtiva e à preservação ambiental dos meios de produção.

Abramovay *et al.* (2001) ressaltam que a juventude rural é herdeira natural da profissão agricultor e que é necessário mais do que o aprendizado com a terra, ou seja, é importante aprender a gerir o patrimônio da família. Assim sendo, a continuidade da profissão de agricultor está ligada à sucessão familiar, cabendo aos filhos prosseguir com as atividades administrativas e sucessórias.

Uma das questões que comumente envolve a discussão sobre juventudes rurais é a permanência e o êxodo rural e, consequentemente, como isso se relaciona com a construção da identidade dos jovens rurais. É importante notar que sair ou ficar no campo perpassa muitas questões, como a garantia de direitos no campo, o trabalho, o projeto de vida dos jovens etc. Isso porque um jovem consciente das necessidades de sua comunidade pode identificar oportunidades de negócios, propor soluções, implementar projetos que envolvam outros jovens e ser multiplicador dos conhecimentos e da prática cooperativista.

Segundo Moreira *et al.* (2018), à medida que a zona urbana se torna atrativa paralelamente ao acesso de jovens agricultores às informações e à tecnologia, a variável sociocultural sofre influência de variáveis políticas e econômicas, incitando jovens agricultores ao êxodo rural, estimulados pelos desafios e possibilidades proporcionados pelas grandes cidades.

Como consequência, exige-se a necessidade de construção de projetos que estimulem as prerrogativas de conciliar o dinamismo das cidades com as necessidades contemporâneas do desenvolvimento rural, que pode enxergar no cooperativismo uma opção interessante para a busca de um equilíbrio de interesses nas dimensões individuais (jovens agricultores cooperados) e organizacionais (cooperativas). Para se criar e manter uma cooperativa, é essencial a participação dos cooperados, pois somente com a participação efetiva de todos será possível atingir os objetivos sociais e econômicos (Staback, 2020).

Para Ray (1997), o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial, estimulando a criação de condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades de mercados.

Nesse sentido, pressupõe-se que a decisão de permanecer no meio rural está intimamente ligada à dimensão política, uma vez que políticas públicas podem estimular o desenvolvimento de estratégias descentralizadas, capazes de valorizar a regionalização e promover a fidelização dos jovens agricultores.

Celuppi (2021) afirma que, para os jovens escolherem viver no espaço rural, é necessário ter algumas condições que favoreçam essa opção, a saber: renda, políticas públicas eficientes, acesso às tecnologias, transporte de qualidade, lazer, cultura e ter um projeto na unidade de produção definido junto com a família, tendo

em vista que a maior parte dos jovens migram para as cidades devido aos conflitos geracionais e à falta de autonomia financeira.

Para Moreira *et al*. (2018), o tamanho das propriedades constitui-se como um fator limitante para a permanência dos jovens no meio rural, porque a pequena propriedade não consegue gerar renda suficiente para manter toda a família no campo. Com relação aos fatores que norteiam a decisão dos jovens de permanecer ou não na propriedade, os autores apontam que o fator primordial na decisão dos jovens é a vocação para a atividade, seguida da possibilidade de obtenção de renda, destacando-se que, às vezes, os jovens gostariam de permanecer nas propriedades, mas não o fazem porque não gera renda suficiente para manter toda a família.

Segundo Novaes (2012), o local de domicílio impacta fortemente as oportunidades de estudo e trabalho dos jovens. Uma das consequências é que esses jovens não só têm maiores dificuldades na busca por trabalho e continuidade dos estudos, mas, nessa busca, são, muitas vezes, impelidos a abandonar suas famílias, amigos, namorados, local de moradia.

Nesse sentido, Celuppi (2021) afirma que um dos maiores apontamentos dos agricultores, mais especificamente dos jovens, em relação às vantagens do meio urbano, é a renda, sendo que a remuneração mensal e os direitos trabalhistas impulsionam a migração deles para o meio urbano.

Além disso, muitos jovens cresceram ouvindo de seus pais: “estudem para poder ter um emprego na cidade”, “estudem para não ter que puxar carroça”, “estudem para serem alguém na vida” (Celuppi, 2021, p. 21). Essas falas foram construindo estereótipos, ao longo do tempo, apontando que, para ser um jovem agricultor, não precisaria estudo e nem formação para o trabalho no espaço rural.

Mesmo inseridos no contexto do chamado “novo rural”, os jovens ainda enfrentam obstáculos significativos, como o descrédito, a invisibilidade e a falta de confiança, dificuldades que, muitas vezes, têm origem no próprio núcleo familiar. Em grande parte, trata-se de agricultores que, por medo ou desconhecimento, acostumaram-se a manejar um único tipo de produção e demonstram resistência em aceitar ou incorporar as ideias adquiridas e repassadas por seus filhos.

Da mesma forma, a própria organização tradicional do campo, como um espaço paternalista e patriarcal, impede que a juventude assuma com autonomia atividades voltadas à qualificação da produção dentro da Unidade Produtiva Familiar (UPF).

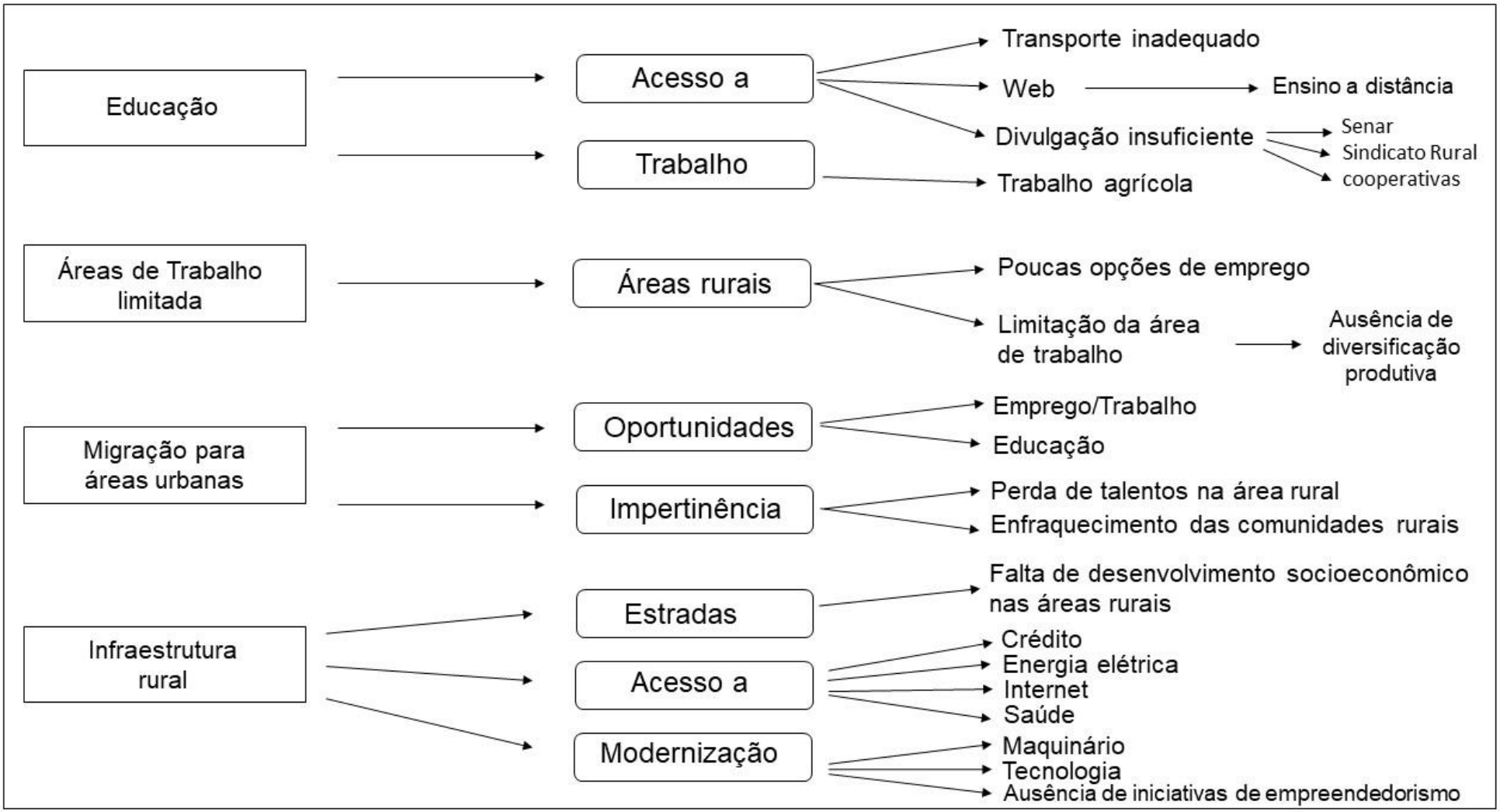
Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG (2015), os jovens que saem do campo são atraídos pelos centros urbanos devido ao acesso à educação, ao trabalho, à renda e pela falta de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população rural. A falta de escolas rurais e outras instituições educacionais, que poderiam oferecer acesso à tecnologia, como laboratórios de informática ou *tablets* para uso em sala de aula, ainda é significativa. Dessa forma, a saída do campo passou a ser uma condição e não uma necessidade ou desejo.

Portanto, a ausência de programas de treinamento e capacitação em tecnologia, que podem ser oferecidos em escolas, centros comunitários ou por organizações não governamentais, faz com que o jovem não desenvolva habilidades digitais no meio rural.

Aliado a isso, para Stropasolas (2002), abordar o contexto da juventude rural coloca em relevo esse fenômeno como um problema para se obter uma identidade social, uma vontade de afirmar a dignidade do lugar que se ocupa no mundo social, a sua utilidade para os outros e o desejo de ser alguém.

Esses aspectos podem ser visualizados na Figura 3, que retrata, de maneira sintetizada, algumas dessas dificuldades mencionadas, enfrentadas por jovens rurais, conforme os autores interpretaram acima:

Figura 3 - Dificuldades enfrentadas por jovens rurais



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme a Figura 3, para compreender a complexidade em torno dos jovens e da juventude, no âmbito rural, é necessário considerar fatores, como autonomia, espaço nas tomadas de decisão, acesso à educação e às atividades de lazer, infraestrutura e entretenimento. Quanto mais restritos forem esses fatores, mais se tornam motivos para que eles decidam deixar o meio rural em busca de novos horizontes pessoais e profissionais (Carneiro, 1998; Carneiro e Castro, 2007), o que é preocupante, tendo em vista as consequências dessa migração.

Sobre esse aspecto, Abramovay (1998, p. 92) afirma que “o interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades, que podem assumir no interior das unidades produtivas”.

Nota-se que houve uma revitalização do meio rural, com a ampliação do acesso a políticas públicas, melhorias nas condições de infraestrutura, de mobilidade, qualidade de vida, inclusão digital e acompanhamento técnico. Nos casos em que alguns jovens foram para a cidade e voltaram para o campo, os comentários foram: “deve ter se dado mal na cidade para ter que voltar”, como se o voltar para o espaço rural fosse o pior dos cenários, condição que vem se desconstruindo nos últimos anos (Celuppi, 2021, p. 21).

Quando se trata de perspectivas e desafios, é perceptível que a juventude, ao longo dos anos, vem criando estratégias para se manter e retornar para o campo. Assim, é importante, cada vez mais, ampliar a rede de pessoas e de entidades que assumam esse debate, tanto internamente, na família, quanto externamente, nos sindicatos, nas cooperativas e nas associações, para que, de fato, o debate e as práticas sejam constantes no quesito juventude da agricultura familiar.

Para Carneiro e Castro (2007), os jovens atualmente têm percebido o meio rural de forma mais positiva, valorizando-o como um espaço tranquilo, seguro e com boa qualidade de vida — em contraste com a visão anterior da sociedade, que o considerava atrasado e estagnado. Nesse mesmo sentido, Celuppi (2021) confirma que a juventude passou a ressignificar o rural, deixando de vê-lo como um lugar de atraso e penosidade, para reconhecê-lo como um espaço de oportunidades e bem-estar. Para compreender esse processo de revitalização e ressignificação do rural pela juventude, é fundamental entender o conceito de agricultura familiar, o histórico da modernização no campo, seus impactos sobre a vida das famílias agricultoras e, sobretudo, suas potencialidades.

Para incentivar a permanência dos jovens no campo, promover a produção sustentável, ampliar a diversificação produtiva e modernizar as pequenas propriedades, o poder público tem implementado diversas políticas públicas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo (Contag, 2015). Essas políticas, ao oferecerem suporte técnico, financeiro e organizacional, contribuem para criar condições que favorecem a participação ativa dos cooperados e, consequentemente, o fortalecimento institucional das cooperativas. O desempenho dessas organizações pode ser aferido, entre outros critérios, pelo nível de engajamento de seus membros — incluindo os jovens — nos processos decisórios e na construção coletiva de estratégias. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as cooperativas desenvolvam mecanismos e ações capazes de ampliar a interação com o seu quadro social, visto que sua razão de existir está intrinsecamente vinculada à inclusão, à representatividade e ao protagonismo dos cooperados nos espaços de deliberação (Baioto, 2018).

O jovem cooperativista pode ser um agente de transformação. Para isso, necessita ter espaço para compartilhar seu conhecimento, sua capacidade e habilidades com outros jovens e adultos, a fim de que possa criar uma força inovadora de transformação na comunidade e cooperativa. A contribuição dos jovens torna-se indispensável para o mundo cooperativo, os quais são mais do que meros receptores de serviços ou prestadores de trabalho que precisam ser inseridos. Os jovens representam fonte inesgotável de energia, talento e ideias, o que não se pode ignorar. A boa liderança necessita "pensar Jovem" (Libone e Heloani, 2016).

As cooperativas criaram e continuam a possibilitar diversos programas destinados aos pequenos agricultores familiares, como a garantia de preço, acesso ao crédito e à habitação rural. Logo, para Drebes e Spanevello (2017), as cooperativas agropecuárias buscam contribuir com as famílias associadas na consolidação de processos sucessórios nos empreendimentos de agricultura familiar, uma vez que uma sucessão familiar consolidada é também garantia para uma nova geração de agricultores associados à cooperativa.

2.6.1 Juventude Rural e Transformação Social: O Papel Protagonista no Fortalecimento do Sistema Cooperativista

Segundo Libone e Heloani (2016), a existência da cooperativa é percebida, tanto por pais quanto por jovens, como uma alternativa de futuro que possibilita a permanência deles em seu local de origem, sem a necessidade de migrar para áreas urbanas. Essa permanência está associada, entre outros fatores, ao acesso a serviços e oportunidades antes inexistentes, como assistência técnica e participação em programas governamentais de compra de produtos, elementos considerados fundamentais para a produtividade no meio rural e viabilizados pela formação das cooperativas.

De acordo com Rubenich (2017, p. 85), a “família é um fator importante para a permanência dos jovens no campo”, já que incentiva a participação e continuidade desses agentes na cooperativa, por meio de apoio, conselhos e orientações sobre “a qualidade de vida na cooperativa e o trabalho em família, contando a história de conquista da cooperativa e com muito diálogo diário em família”. Além disso, para os jovens, a permanência na cooperativa seria uma forma de continuidade daquilo que os pais conseguiram conquistar e, também, uma forma de ter renda (Rubenich, 2017).

Além disso, Ulrich (2010) destaca que os jovens se vinculam às cooperativas por encontrarem nelas a oportunidade de estocar e comercializar seus produtos, bem como por meio do vínculo com o trabalho e com a educação. O acesso ao crédito, a bens e ao consumo, aliado ao conhecimento do sistema cooperativista e à confiança em seus princípios, permite aos jovens participar da experiência do cooperativismo solidário como uma forma de suprir necessidades econômicas e promover a ajuda mútua.

Ademais, tem sido uma forma de colaborar na sucessão dos jovens rurais. Como afirma Ulrihc (2010, p. 35), em sua pesquisa, “do total da amostra, 42,5% dizem ter se vinculado a cooperativas por acreditar nos princípios cooperativistas [...] e 37,5% para obterem acesso facilitado ao crédito”. É preciso considerar que essa pesquisa possibilitou a escolha de mais uma opção para justificar o vínculo com a cooperativa.

Porém, como o autor destacou, as pessoas associam-se a uma cooperativa quando “possuem necessidades comuns e [interessam-se por] obterem ajuda mútua

em seus interesses, com vistas à eliminação de intermediários, a satisfação de suas necessidades e a obtenção de melhorias em sua situação econômica" (Ulrich, 2010, p. 35).

Pode-se destacar fatores que têm contribuído para a permanência dos jovens nas propriedades rurais, como ter a oportunidade de ser dono do próprio negócio, trabalhar com o que gosta, gerar renda, qualidade de vida e segurança, além de buscar diversidade nas atividades do meio rural. Conforme ressalta Kestring *et al.* (2020, p. 23):

> Para se manter nas atividades do meio rural, na maioria das vezes é necessário buscar diversificação da mesma, bem como a pluriatividade, ou seja, buscar um desenvolvimento rural e para que isso aconteça juntamente com a permanência do jovem no campo, é necessário estimular o jovem a colocar em prática o que aprende fora da propriedade, dar autonomia ao mesmo, para que se sinta motivado e livre a continuar no campo buscando ter uma melhor qualidade de vida e mantendo a unidade familiar.

Nessa perspectiva, o debate em torno da sucessão familiar é fundamental para que os jovens se sintam valorizados na construção de seus projetos de vida. Para Weisheimer (2009, p. 109), "a presença dos jovens agricultores e suas disposições de sucederem aos pais na atividade agrícola assumem importância crucial no processo de reprodução social dos agricultores familiares". Nesse caso, "a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis" (Woortmann, 1997, p. 11). Essa é uma das condições necessárias à formação das novas gerações de agricultores, a qual possibilita a reprodução social dessa categoria (Celuppi, 2021).

Estudos realizados identificaram e chamaram a atenção para a problemática da migração da juventude rural e da sucessão geracional na agricultura familiar em todo o Brasil e, de forma mais intensa, na região Sul. Brumer (2014) indica que as pesquisas que abordam o segmento juvenil têm, como foco central de análise, as principais causas de desinteresse dos jovens em permanecer nas atividades agrícolas ou o fascínio pelas cidades.

A autora salienta que é recorrente, na literatura sobre juventude rural, a preocupação quanto à definição dos aspectos estruturais que determinam qual o papel e o lugar da juventude e que, por sua vez, restringem a liberdade de escolhas: "Propõem-se que em lugar de procurar responder à questão por que os jovens saem

do meio rural", busque-se responder à questão: "por que os jovens permanecem no meio rural" e, mais especificamente, o porquê retornam (Brumer, 2007, p. 50).

Esse questionamento, levantado pela autora, torna-se relevante para a compreensão da realidade em que a juventude está inserida, o que implica, necessariamente, compreender o trabalho, as condições de vida e as representações construídas pelos próprios jovens.

De acordo com o IBGE (2010), a juventude residente na zona rural brasileira é composta por aproximadamente 9,4 milhões de pessoas. Além disso, considerando os dados do último Censo Populacional (2010) e comparando-os com os de 2000, observa-se, de forma geral, um aumento no número de jovens que deixaram o meio rural, tanto no estado do Paraná quanto no contexto nacional. Especificamente, conforme indicado na Tabela 2, na faixa etária de 19 a 29 anos, recorte adotado para definir a juventude, o número de jovens que migraram do meio rural no estado do Paraná, onde esta pesquisa foi desenvolvida, aumentou ao longo da década analisada.

Tabela 2 - Censo Demográfico 2000/2010. Características gerais da população - População residente - grupos de idade - Características Gerais da População -Variável - População residente (Pessoas).

		Rural					
		2000			**2010**		
		Homem	**Mulher**	**TOTAL**	**Homem**	**Mulher**	**TOTAL**
Paraná	19 anos	. 17.507	. 14.773	. 32.280	. 12.676	. 11.491	. 24.167
	20 a 24 anos	. 77.685	. 68.181	.145.866	. 59.449	. 52.908	.112.357
	25 a 29 anos	. 69.032	. 63.317	.132.349	. 56.214	. 51.065	.107.279
	30 a 34 anos	. 68.884	. 64.922	.133.806	. 55.971	. 51.578	.107.549
	35 a 39 anos	. 67.410	. 60.477	.127.887	. 57.113	. 52.914	.110.027
	Total	**.300.518**	**.271.670**	**.572.188**	**.241.423**	**.219.956**	**.461.379**
Brasil	19 anos	.336.314	.287.392	.623.706	.276.617	.244.875	.521.492
	20 a 24 anos	1.494.305	1.290.610	2.784.915	1.353.266	1.185.858	2.539.124
	25 a 29 anos	1.203.419	1.071.469	2.274.888	1.235.263	1.096.194	2.331.457
	30 a 34 anos	1.115.820	1.002.546	2.118.366	1.130.781	1.001.810	2.132.591
	35 a 39 anos	1.028.824	.914.473	1.943.297	1.016.166	.897.006	1.913.172
	Total	**5.178.682**	**4.566.490**	**9.745.172**	**5.012.093**	**4.425.743**	**9.437.836**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

A Tabela 2 apresenta dados da população residente em áreas rurais do Paraná e do Brasil referentes aos Censos Demográficos de 2000 e 2010, organizados por faixa etária e sexo. Para o ano de 2022, embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha divulgado os resultados gerais do Censo, até o ano de 2025, os dados desagregados por faixa etária com recorte específico da população rural não foram disponibilizados. Em razão disso, a atualização da série histórica com dados completos para o ano de 2022 permanece inviável nesse momento.

Ainda assim, os dados agregados do Censo 2022 apontam uma redução expressiva de aproximadamente 17% na população rural do Estado do Paraná em comparação com 2010, totalizando cerca de 1,2 milhão de habitantes residentes em áreas rurais (Olho no Agro, 2023). Essa tendência de declínio demográfico rural foi confirmada também pelas estimativas populacionais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), que indicam a continuidade da redução da população rural até 2025 (IPARDES, 2024).

Contudo, a migração ainda é tida como estratégia de reprodução dos jovens rurais. Como caracteriza Santos (2017), o que dificulta a permanência dos jovens no campo é a persistência de diversos problemas, como as intempéries relacionadas ao clima, os conflitos geracionais, a dificuldade em ter uma renda própria, além da ausência ou da precariedade de políticas públicas voltadas para essa categoria. No estado do Paraná, não foi diferente, conforme destaca Priori:

> A modernização agrícola no Estado do Paraná foi acompanhada de mudanças que historicamente ocorrem na instalação da base técnica ao campo, como problemas sociais, dentre eles, o êxodo rural, a concentração fundiária a partir dos anos de 1970 e o desemprego no campo (Priori, 2012, p. 115).

Além disso, conforme aponta Celuppi (2021), a juventude rural possui dois grandes desafios: o primeiro é conquistar o seu espaço no âmbito rural e disputar o seu lugar em relação às juventudes. O segundo envolve o fato de que, ao mesmo tempo em que esses jovens precisam lidar com a invisibilidade da juventude nos espaços decisórios do rural (família, cooperativas, sindicatos etc.), devem disputar espaço e pautas com os jovens das cidades e lutar pela superação da visão preconceituosa que identifica o rural como atrasado e sem papel no desenvolvimento local e regional.

2.6.2 Juventude Rural na Era Digital

O novo contexto do desenvolvimento rural sustentável e solidário requer dos jovens rurais capacidade para articular redes entre atores com interesses convergentes, em torno de empreendimentos econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais. A articulação de redes de inovação social, por sua vez, requer do jovem a participação política no sentido amplo, entendendo-a não restrita a contextos partidários, mas capaz de mediar e articular, seja em torno de projetos coletivos privados, seja a partir da intervenção pública.

Essa integração de redes, nos estados e no território, referidas a atores do espaço mais próximo ou dos mais distantes, exige do jovem o desenvolvimento de habilidades para se organizar coletivamente e gerir, de modo compartilhado, as ações em prol do desenvolvimento rural com enfoque territorial (regional).

A inserção da juventude rural na era digital é uma demanda estratégica para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Segundo a FAO (2021), investir em competências digitais para jovens do campo é essencial para promover inovação e conter o êxodo rural. Alinhado a isso, o IFAD (2019) destaca que a conectividade pode ampliar oportunidades econômicas e sociais, especialmente quando articulada a políticas públicas. Já a UNESCO (2018), alerta que a desigualdade no acesso às tecnologias compromete a formação e o futuro da juventude rural, o que exige esforços coordenados para superar o fosso digital.

Diante disso, a articulação de redes demanda a interação dos atores envolvidos em suas ações, requerendo habilidades e competências relacionadas à participação cívica e à deliberação coletiva. Nesse novo contexto rural, os jovens e as suas famílias são chamados a transcender as ações desenvolvidas estritamente em nível familiar e de vizinhança, bem como são instigados a adentrar, de modo protagonista, as esferas públicas.

Em conformidade com esse novo contexto e as suas proposições, o projeto de vida jovem tem, como eixo articulador de sua formação educacional, o cooperativismo, com foco na inovação social do jovem rural, que busca orientar uma estrutura temática voltada à agricultura familiar, à juventude rural e ao desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial (regional), complementar ao eixo estruturado.

Nesse sentido, o Programa de Educação Cooperativa Solidária (PECSOL) insere-se como um instrumento de formação cidadã, tecnológica e cooperativa,

oferecendo aos jovens oportunidades de desenvolver competências digitais aplicadas à gestão cooperativa e à organização produtiva solidária. Ao integrar educação cooperativista e práticas tecnológicas, o PECSOL contribui para que o jovem rural se torne sujeito ativo no desenvolvimento local, articulando inovação digital e valores solidários no contexto do cooperativismo.

Em muitas comunidades rurais, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) vêm se consolidando como instrumentos essenciais para o desenvolvimento da agricultura. Tratores modernos, sistemas de irrigação automatizados, drones agrícolas e aplicativos móveis para monitoramento de safras são exemplos de inovações tecnológicas cada vez mais presentes no cotidiano rural. Os jovens envolvidos com a agricultura familiar podem acessar essas tecnologias por meio de suas famílias ou de cooperativas agrícolas, o que evidencia a importância de políticas de inclusão tecnológica (Aleixo *et al.,* 2016).

Para que esse acesso gere impactos positivos, são indispensáveis programas de formação e capacitação em TICs, promovidos por escolas, capacitações, organizações não governamentais ou instituições públicas. Tais iniciativas ampliam as competências digitais da juventude rural, fortalecendo sua permanência no campo com autonomia, inovação e sustentabilidade (Brasil, 2020; FAO, 2014; Almeida e Haddad, 2021).

Nessa perspectiva, o PECSOL tem se mostrado relevante por integrar a educação digital ao processo formativo cooperativo, estimulando o uso das TICs como ferramenta pedagógica e de gestão solidária. Por meio de oficinas, formações e práticas cooperativas, o programa estimula o protagonismo juvenil, o empreendedorismo solidário e a capacidade de inovação aplicada às realidades rurais.

Conforme estudos recentes, o domínio das TICs por jovens rurais tem potencial para promover o empreendedorismo, a sucessão geracional e o protagonismo no meio agrícola (Silva e Schneider, 2016; Brito e Alves, 2020). Embora essas oportunidades existam, é importante reconhecer que ainda persistem disparidades de acesso à tecnologia em algumas áreas rurais, devido a questões como infraestrutura limitada de internet e recursos financeiros. Portanto, esforços contínuos são necessários para garantir que todos os jovens rurais tenham acesso igualitário à tecnologia e às oportunidades que ela oferece.

Lübeck (2004) destaca a importância dos investimentos na capacitação de jovens agricultores, para que possam adquirir conhecimentos no uso das novas tecnologias, no desenvolvimento de serviços de uso prático e de conteúdos locais, na criação de redes virtuais, para aproveitar o potencial apresentado por uma sociedade dinamizada pela interação entre comunidades, mercados e indivíduos que, por intermédio das TICs, possam unir esforços e recursos e contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, é fundamental a criação de leis que fomentem o investimento nacional em TICs, o que facilitaria o acesso democrático aos benefícios da nova Sociedade da Informação.

Frente ao cenário exposto acima sobre a realidade do trabalho para os jovens, a geração de trabalho e renda passa a ser alvo de políticas públicas; os empreendimentos da Economia Solidária são indicados como uma das alternativas, inclusive para jovens do campo (Santos, 2011; Barcellos e Mansan, 2014).

Costanzi (2009, p. 128), em relatório da OIT “Juventude e trabalho decente no Brasil”, preconiza: “É necessário levar em consideração outras alternativas de geração de trabalho e renda, como o empreendedorismo, individual ou coletivo, os empreendimentos econômicos solidários, como empresas autogestionárias, cooperativas, agricultura familiar e outras formas”.

Diante desse contexto e da importância de ações que tragam visibilidade para o jovem inserido na agricultura familiar cooperativista, o PECSOL desponta como uma experiência formadora e transformadora, que alia educação cooperativa, inclusão digital e protagonismo juvenil, reforçando a permanência do jovem no campo e a continuidade do sistema cooperativista.

Qualificar o PECSOL, na visão dos jovens, como participação em empreendimento rural de Economia Solidária, pode se constituir em experiência transformadora de suas identidades, resultando ou não na visão de ser um projeto de trabalho futuro dentro da agricultura familiar, e oportunizando continuidade ao sistema cooperativista de que participa.

2.7 O PECSOL E SUAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) foi desenvolvido pela UNICAFES Nacional, entre os anos de 2013-2014, com a missão de promover processos de inclusão de pessoas nas cooperativas, além de fortalecer

a gestão organizacional. Para isso, o programa contém diretrizes embasadas por referências teóricas e práticas, com vistas à multiplicação do conhecimento nos empreendimentos. Seu objetivo foi o aprimoramento das estratégias organizacionais do cooperativismo solidário, com foco em ações de fomento e inclusão de novos diretores na gestão e governança das cooperativas, com estratégias fundamentadas em processos multiplicadores, articulados com foco no empoderamento e fortalecimento do capital social (Zanco, 2017).

O PECSOL fundamenta-se no empoderamento e maior participação dos cooperados. Nessa concepção, as experiências pessoais dos sujeitos envolvidos ocupam lugar de destaque na construção do conhecimento durante os cursos e na multiplicação das propostas junto às cooperativas, já que “a educação não acontece exclusivamente nos cursos” (Zanco, 2017, p. 87).

Frente ao desafio de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e de cidadania, de acordo com a perspectiva do PECSOL, as lideranças, bem como as cooperativas precisam se organizar como uma rede de possibilidades educativas que, conjuntamente, participam da educação integral com ações vinculadas ao crescimento social, cultural, político e econômico. O Quadro 6 apresenta os eixos de capacitação desse Programa.

Quadro 6 - Eixos de capacitação do PECSOL

Consciência organizacional	Fortalecer a compreensão de que a Educação e Capacitação são processos necessários para promoção, fomento e qualificação da autogestão nas redes.
Gestão e Governança	Qualificar a capacidade de Gestão e Governança das redes, com fomento às práticas e iniciativas de autogestão, intercooperação e governança.
Controle Social	Empoderar Sócios e Diretores cooperativos para promoção do desenvolvimento local, com multiplicação do conhecimento junto à base social.

Fonte: Adaptado de Zanco (2017).

O PECSOL fundamenta suas ações de capacitação em metodologias participativas de educação popular, com processo de ensino-aprendizagem balizado pela valorização do saber dos participantes. Busca a construção coletiva do conhecimento e das formas de saber, bem como de repasse e multiplicação, com conteúdos apropriados à perspectiva da autogestão cooperativista. Suas diretrizes metodológicas fomentam-se na partilha de saberes, de forma que os participantes desempenham, simultaneamente, o papel de educadores e de educandos, para, com isso, poder ampliar as estratégias de multiplicação do conhecimento (Zanco, 2017).

O projeto piloto “Implementação de Soluções em gestão, governança e negócios para Cooperativas do Sistema UNICAFES” teve duração de um ano, o qual foi executado entre os meses de setembro de 2022 e setembro de 2023, visando atender 300 cooperados, de 100 cooperativas singulares, e de, no mínimo, dez estados.

Além de aprimorar a gestão, governança e negócios das cooperativas, por meio de soluções organizacionais, o projeto tem como objetivo fazer o mapeamento e análise das cooperativas; desenvolvimento de capacidades (cursos); implementação de soluções (consultorias) e a análise de impacto nas cooperativas, tendo como principal prioridade atender às demandas das cooperativas com atividades práticas, orientadas para melhor desenvolvimento organizacional da gestão e dos negócios.

As atividades acontecem com momentos presenciais nos Estados nos quais o Sistema UNICAFES possui unidades de apoio, prevendo cursos complementares por meio da Plataforma de Ensino a Distância (EaD). Assim, são disponibilizados serviços como: formação para jovens e mulheres; soluções de gestão e governança contábil, tributária, gerencial, bem como solução de negócios em comunicação, marketing, mercado, além de temáticas demandadas pelas cooperativas.

O público tem acesso a temas transversais e pode participar de turmas territoriais, conforme a demanda. A previsão é de que os encontros sejam trimestrais no território, na plataforma virtual EaD e por meio de assessoramento presencial nas cooperativas. Os critérios para participar do projeto são: Estados regulares e adimplentes; cooperativas regulares e adimplentes e cooperativas com adesão à contrapartida.

Dentre as políticas estabelecidas pelo PECSOL, destaca-se aquela que visa incentivar o fortalecimento da presença feminina na liderança e na gestão de empreendimentos cooperativos. Além disso, é fundamental que as cooperativas assumam o compromisso de promover mudanças estruturais, especialmente no que diz respeito à incorporação da juventude no cooperativismo — uma temática recorrente em diversos estudos sobre o futuro da agricultura familiar.

Essas políticas apontam a juventude como uma construção social, cultural e histórica dinâmica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de integração social, para que se assegurem formas de continuidade à sucessão familiar (UNICAFES, 2018).

Visando atender aos seus objetivos formativos, o PECSOL dispõe de materiais específicos para delinear os aspectos metodológicos, denominados de cadernos pedagógicos, cuja metodologia está apresentada no Quadro 7.

Quadro 7 - Metodologia dos cadernos pedagógicos atuantes do PECSOL

Fundamentação	Apresentação e introdução teórica dos conteúdos previstos no Programa, buscando provocar compreensão e fundamentar as aulas. Esta fase teve como objetivo permitir aos educandos domínio dos conteúdos e orientação para interlocução com as Cooperativas.
Problematização	Fase dos cursos que provocou o despertar consciência crítica sobre a operacionalização do tema, com participação dos educandos na análise crítica à situação das Cooperativas nas diferentes temáticas desenvolvidas no Programa de Educação.
Interação	Momento dinâmico, cujas turmas a partir de provocações das cartilhas pedagógicas, externalizam e construir de forma interativa e comunitária métodos e estratégias para multiplicar o conteúdo junto às práticas das cooperativas locais e das redes regionais.
Multiplicação	Orientações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, prevendo a definição de métodos para a multiplicação, aplicação prática nas cooperativas e comunidades participantes, buscando maior internalização das estratégias.

Fonte: Adaptado de Zanco (2017).

De acordo com a Cartilha da UNICAFES Multiplicação do PECSOL nas Cooperativas (2022), os cursos seguem a dinâmica da Pedagogia da Alternância com reforço à proposta da educação popular, baseado em momentos presenciais fundamentados em bases teóricas, com fases de problematização, socialização e interação entre os participantes e o professor. Também, são seguidos de períodos de Ensino a Distância, com ações práticas de multiplicação e foco na internalização do conhecimento nas pessoas participantes; ademais, há a assimilação das práticas nas cooperativas participantes, envolvendo sócios, diretores e funcionários, na construção do conhecimento pessoal e organizacional.

O Princípio da Educação, Formação e Informação na Cooperativa provoca direta e indiretamente complementaridade entre todos os princípios. Os Pioneiros de Rochdale tiveram um cuidado especial com o quinto Princípio, de maneira que instituíram que, das sobras que eventualmente tivessem as Cooperativas, parte seria destinada ao FATES, objetivando investir recursos na educação e na formação dos Associados, por meio da disseminação da doutrina, valores e os próprios Princípios aqui descritos.

No Quadro 8, destacam-se alguns aspectos presentes nas Cooperativas da Agricultura Familiar, conforme pesquisa realizada na primeira execução do PECSOL.

Quadro 8 - Aspectos presentes nas cooperativas de agricultura familiar conforme o PECSOL

Instituições de ensino	A carência de Instituições Centrais de Educação Cooperativa especializada na construção de metodologias apropriadas para atuação junto a Agricultura Familiar.
Capacidade Diretiva	Indiferença de alguns Dirigentes ao processo de formação, vinculando-o as ações sociais e não a viabilidade estrutural, com baixo nível de dedicação à ação educativa junto aos sócios.
Envolvimento Social	Descontinuidade nas atividades educativas e de capacitação por parte das Cooperativas, restringindo a ação às obrigações estatutárias, com pouco envolvimento da própria direção.
Domínio capitalista	Predomínio dos interesses da “Empresa” comercial sobre os da “Associação de Pessoas”, distanciando os sócios dos processos de capacitação e de deliberação em nome do sucesso.
Definições de Estratégia	Desvio das finalidades dos recursos previstos para a educação, a outras finalidades, como capital de giro, investimentos pontuais e outras ações vinculadas diretamente aos negócios.
Capacidade Técnica	Baixo nível de estruturação das Cooperativas, determinando a ação dos Diretores na execução de problemas pontuais, lhes distanciando da construção de estratégias para a sustentabilidade.

Fonte: elaborado pela autora com base na cartilha do PECSOL (2019).

A compreensão dos Princípios é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois a preocupação com a Educação fortalece a vivência dos demais Princípios, vinculando-os às relações humanas e ao desenvolvimento social. As Cooperativas preocupam-se com a sociedade e o ambiente. A Responsabilidade Social está, de certa forma, associada aos próprios Princípios Cooperativistas, já que o sétimo dentre eles é chamado de “Interesse pela Comunidade”. A vivência radical dos Princípios fundamenta o surgimento do Cooperativismo Solidário Brasileiro (PECSOL, 2019).

2.7.1 Atuação do PECSOL no Paraná

No contexto do cooperativismo voltado à agricultura familiar e à economia solidária, ações estratégicas desempenham papel fundamental para promover o fortalecimento institucional e a melhoria das condições socioeconômicas de seus membros. Entre essas ações, destacam-se iniciativas que buscam integrar planejamento, capacitação e articulação entre cooperativas e demais atores locais.

Uma ação importante desenvolvida pela UNICAFES Paraná é a visita às cooperativas, cuja pretensão é construir o planejamento das atividades e a sensibilização dessas instituições em relação ao mapeamento inicial de suas potencialidades e limites. Nesse sentido, busca-se promover o desenvolvimento

econômico, além da inclusão social da agricultura familiar e economia solidária, o que contribui para o fortalecimento das cooperativas filiadas, bem como dos agricultores e agricultoras que produzem alimentos no estado (UNICAFES, 2019).

Ainda, durante a visita às cooperativas, há possibilidade de maior interação entre os educandos e as instituições participantes dos cursos PECSOL. Assim, desenvolvem-se ações de formação que beneficiam diretamente os conselheiros administrativos, fiscais, funcionários e cooperados das cooperativas. Além disso, as visitas possibilitam que a UNICAFES possa estabelecer o Eixo a ser enfatizado pelas formações do PECSOL nas respectivas cooperativas, de acordo com o projeto: “Implementação de Soluções em Gestão, Governança e Negócios em Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Sistema UNICAFES” (UNICAFES, 2022).

Diante disso, são objetivos da UNICAFES Estadual:

a) fortalecer, com união e organização, as cooperativas de agricultores familiares no estado do Paraná;
b) difundir o Cooperativismo de base Solidária;
c) promover a educação, formação e informação cooperativista;
d) estimular e promover a organização e autogestão;
e) aperfeiçoar a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar e de base solidária;
f) promover a intercooperação entre os diversos ramos do cooperativismo.

Para apoiar esse processo, o PECSOL disponibiliza materiais pedagógicos, como cartilhas e cadernos, que orientam os participantes na Elaboração do Plano de Desenvolvimento Cooperativista (2022), cujo objetivo é planificar metas e soluções que podem ser aplicadas nas Cooperativas participantes do PECSOL no estado do Paraná. Esse plano foi modelado na fase de diagnóstico e estratificação das Cooperativas, orientando o estágio de maturidade e soluções a serem aplicadas nos eixos gestão, governança, negócios, jovens e mulheres.

No Paraná, foi constituído o Núcleo de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), formado por organizações e autarquias que desenvolvem ações para fortalecer a organização social e econômica da Agricultura Familiar. Esse espaço tem, como objetivo, debater estratégias para fortalecer as Cooperativas, com a construção de materiais, metodologias e inovações para fortalecer a Gestão e a Governança, assim como outras demandas solicitadas pelas Cooperativas.

O PECSOL, nesse momento, procede para o fortalecimento e ampliação do Programa de Educação do Cooperativismo Solidário, que tem, como objetivo, realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da Gestão/Governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Sistema UNICAFES. Ademais, visa integrar estratégias institucionais de educação, finanças, mercados e serviços para fortalecer o Cooperativismo Solidário.

São participantes do PECSOL estadual as Secretarias de Estado (Agricultura, Planejamento), autarquias (IDR), Senar, Sebrae, Sescoop, a partir das demandas oriundas das cooperativas. Dessa forma, o objetivo das atividades é buscar, com esses parceiros, meios de construir e implantar as soluções que serão desenvolvidas nas cooperativas.

De acordo com Schneider (1999, p. 162), entende-se por educação cooperativa "todas as atividades que despertam o interesse comprometido dos sócios". Essa atitude por si só já é um caminho para alcançar a educação. A dificuldade reside em saber despertar o interesse dos sócios para comprometer-se, uma vez que, de uma maneira geral, as pessoas querem resultados imediatos e a imediatidade não faz parte da educação cooperativa.

A educação cooperativa é um processo que dura por toda a vida, é inesgotável, devendo ser cuidado, revisado, experimentado, degustado, isento de qualquer tipo de discriminação quanto à: gênero, idade, profissão, raça etc. Nada impede sua evolução, não havendo nenhum entrave que o impeça de seguir seu percurso e, para tanto, deve existir sempre o *animus cooperandi* [6] para tal. Enquanto estivermos vivos, temos oportunidade de nos educar (Schneider e Hendges, 2006).

A inserção de conteúdos, direcionados à tecnologia nas capacitações em educação cooperativista voltadas à juventude rural, é fundamental para fortalecer a permanência dos jovens no campo e assegurar sua continuidade no sistema cooperativista.

Diante disso, o acesso à informação, à inovação e ao domínio de ferramentas digitais permite que esses jovens desenvolvam competências compatíveis com as

[6] O termo animus cooperandi refere-se à intenção consciente e voluntária de cooperar, baseada na solidariedade, confiança mútua e corresponsabilidade entre os indivíduos. No contexto do cooperativismo, esse conceito expressa a disposição ética e social dos cooperados para atuarem coletivamente em prol de objetivos comuns, indo além do vínculo formal com a cooperativa. Trata-se de um elemento essencial para a consolidação de práticas cooperativas autênticas e sustentáveis (Singer, 2002).

demandas contemporâneas da gestão e da produção rural, promovendo maior autonomia, eficiência e capacidade de tomada de decisão. Ao integrar a tecnologia aos processos formativos, as cooperativas ampliam o potencial de inovação no meio rural e contribuem para a construção de um ambiente mais atrativo, sustentável e competitivo, onde o jovem se reconhece como agente estratégico de transformação e continuidade das atividades no campo. Dessa forma, o fortalecimento da educação cooperativista com ênfase em tecnologias digitais representa um pilar essencial para a sucessão geracional e para a modernização das práticas cooperativas no meio rural.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, na era digital, a existência virtual nas redes sociais quase se apresenta como um modo de viver, relacionar, resolver as coisas do dia a dia (pagar contas, fazer compras etc.), para trabalhar, além de se concretizar como ferramenta de articulação e organização popular. A internet revolucionou a forma de comunicação e articulação e tornou-se importante instrumento de socialização. Ampliou ainda mais a noção de comunidade e território.

Com relação às reflexões apresentadas, torna-se necessário compreender como essas dinâmicas se manifestam na realidade empírica. Para tanto, a próxima seção deste estudo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, os quais foram delineados com o objetivo de analisar as práticas de educação cooperativista ofertadas aos jovens no Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) para a sua permanência no sistema União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Nessa etapa, serão detalhados o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, o universo e a amostra investigada, bem como os critérios que orientaram a construção e a condução da investigação.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, adotados na presente pesquisa, com o propósito de viabilizar o alcance do objetivo proposto por esta tese, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste. A seguir, apresenta-se o delineamento deste estudo, o universo de pesquisa e os critérios para a coleta e análise dos dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Toda pesquisa acadêmica demanda tratamento científico e revela o caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais a partir de uma série de formalidades, as quais serão avaliadas pela comunidade científica (Severino, 2009).

A pesquisa proposta é do tipo aplicada, no que se refere à utilização de seus resultados, uma vez que tem o intuito de resolver problemas de ordem prática. Visa empregar elementos teóricos que tratam da educação cooperativista para subsidiar todo o procedimento metodológico. Dessa forma, não se busca apenas a discussão teórica do assunto, mas sua aplicação e utilização prática (Richardson, 1999).

A pesquisa classifica-se, quanto à abordagem, como qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa foi utilizada, pois buscou-se compreender fenômenos de acordo com a perspectiva dos participantes (Neves, 1996). Para Richardson (2008), as pesquisas qualitativas podem descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de certas variáveis, além de compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Esse tipo de pesquisa parte de questões amplas, que vão sendo definidas à medida que o estudo é desenvolvido, uma vez que envolve a obtenção de dados descritivos, por meio do contato direto entre pesquisador e situação.

Para Oliveira *et al*. (2020, p. 02), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”. A pesquisa qualitativa está enraizada nas Ciências Sociais, uma vez que alcança significados articulados à realidade do objeto pesquisado, como crenças, valores e atitudes. Minayo (2009, p. 21) cita que:

> [...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Knechtel (2014) corrobora as concepções de Minayo (2009) ao argumentar que a pesquisa qualitativa se caracteriza, fundamentalmente, por evidenciar a natureza socialmente construída da realidade, a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, bem como os atributos e processos que compõem a experiência social, a qual é continuamente construída e ressignificada. Nessa perspectiva, infere-se que a pesquisa qualitativa possui como uma de suas características centrais a assertividade descritiva, ao buscar compreender, em profundidade, os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências.

Já na perspectiva da pesquisa quantitativa, o pesquisador deve retirar do meio e dos sujeitos pesquisados dados que irão fundamentar suas observações (Günter, 2006).

Conforme Knechtel (2014), os dados coletados e registrados de modo quantitativo são valores oriundos da observância de alguns ou de muitos elementos variáveis de um determinado contexto, grupo social ou comunidade. Esse tipo de pesquisa tem sua aplicabilidade na realização de estudos de cunho social, econômico, político, mercadológico, administrativo e de comunicação. Portanto, é uma pesquisa de investigação empírico-descritiva, com a finalidade de descobrir e classificar a analogia entre as variáveis, além das relações de causa e efeito entre os diferentes fenômenos (Rodrigues, Oliveira e Santos, 2021).

Nesse sentido, a estatística descritiva é uma ferramenta de análise quantitativa, que visa organizar, resumir e interpretar conjuntos de dados de forma objetiva e compreensível (Triola, 2013). Seu uso possibilita uma visão geral dos dados coletados, permitindo identificar padrões, tendências e comportamentos das variáveis observadas, sem, contudo, extrapolar conclusões para além da amostra analisada.

No contexto desta pesquisa, a estatística descritiva foi escolhida por sua capacidade de fornecer uma compreensão inicial e detalhada das características do público e dos fenômenos investigados, o que se mostra fundamental para a construção de análises subsequentes mais robustas. Permite, dessa forma, que se tenha uma visão global da variação desses valores, além de organizar e descrever os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas

(Sampieri, Collado e Lucio, 2013).

Minayo (2009) assegura que há uma relação entre abordagens quantitativas e qualitativas e que devem ser vistas em oposição complementar. Quando se trata de educação, especificamente, a pesquisa qualiquantitativa possibilita descrever os fenômenos observados pelo pesquisador, assim como fundamentar essas visões por meio de evidências. Gatti (2004) aponta que pesquisas qualitativas e quantitativas não são opostas e antagônicas, ao contrário, são complementares e oportunizam compreender melhor os fenômenos investigados.

Quanto ao objetivo desta tese, enquadra-se por seu caráter descritivo que, segundo Gil (2010), é aquele que tem como intuito a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou, ainda, o estabelecimento de relações entre as variáveis analisadas. Dessa forma, esse tipo de estudo é utilizado para proporcionar uma melhor visão do problema ou situação, sendo, para tanto, convergente ao objetivo desta pesquisa.

Assim sendo, este trabalho caracteriza o fenômeno pesquisado, por meio de identificação e descrição das práticas de educação cooperativistas ofertadas pelo PECSOL, as quais são realizadas pelas cooperativas vinculadas à UNICAFES. Além do mais, buscou caracterizar o perfil desse público jovem, para compreender a efetividade das práticas de educação cooperativista como uma ação estratégica para a permanência do jovem no meio rural e nas cooperativas agropecuárias.

Além disso, o estudo também possui um caráter explicativo, tendo “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2009, p. 32), que instigam a realização desta investigação. Ou seja, o estudo buscou uma explicação para verificar se o PECSOL promove a permanência dos jovens nas cooperativas agropecuárias, que fazem parte da UNICAFES.

> Com o propósito de avaliar a coerência das relações estabelecidas pelos procedimentos metodológicos, aqui delimitados, além de proporcionar melhor clareza ao modo de pesquisa, elaborou-se a matriz de amarração (Quadro 9), que, segundo Telles (2001), proporciona uma abordagem sistêmica para o exame da qualidade da pesquisa. Isso significa que há maior harmonização entre o modelo adotado, os objetivos propostos, questões ou hipóteses formuladas e tratamento dos dados.

Quadro 9 - Matriz de Amarração da Pesquisa

Problema de pesquisa	Objetivos específicos	Etapa	Procedimentos metodológicos	Coleta de dados	Análise de Dados	Resultado
Qual a eficiência do programa Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) em promover a permanência dos jovens nas cooperativas agropecuárias de economia solidária no estado do Paraná?	Identificar e descrever a percepção dos jovens participantes do PECSOL sobre o sistema cooperativista.	1	Pesquisa Descritiva (Análise de dados)	Banco de dados pelas Cartilhas do PECSOL e dados da Unicafes/Pecsol	2024	2024
	Analisar as áreas de interesse e as motivações dos jovens para a capacitação e permanência no sistema cooperativista, com base em indicadores como tipos de cursos demandados, expectativas de carreira, potencial de sucessão familiar, vínculo com cooperativas locais e uso de tecnologias digitais na formação.	2	Pesquisa Explicativa (Análise de dados)	Questionários	2024	2024
	Propor estratégias de fortalecimento da educação cooperativista no âmbito do PECSOL, orientadas por indicadores de efetividade das ações formativas, engajamento dos jovens nas atividades de economia solidária, integração digital e continuidade no sistema UNICAFES.	2	Pesquisa Explicativa (Análise de dados)	Questionários	2025	2025

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Telles (2001).

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados neste estudo são apresentados nos tópicos: Procedimentos de Coleta de dados e Procedimentos de Análise dos dados, seguidos da descrição do universo da Pesquisa e de demais aspectos relevantes à condução deste estudo. A delimitação metodológica visa assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados, além de refletir o compromisso com o rigor científico, o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica da pesquisadora.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido em treze cooperativas do ramo agropecuário do Estado do Paraná, inseridas no sistema UNICAFES, que participaram da edição piloto do PECSOL, a qual foi realizada de setembro de 2022 a julho de 2023.

Atualmente, a UNICAFES Paraná conta com 58 cooperativas em 42 municípios no estado do Paraná, organizadas em Comitês Regionais: Centro-Sul/Sudeste, Metropolitana de Curitiba, Norte/Noroeste, Oeste/Costa Oeste e Sudoeste/Fronteira. As cooperativas filiadas atuam em diversos ramos organizados em redes ou centrais (Cartilha, PECSOL 2023).

Das 58 cooperativas participantes da pesquisa, apenas 20 sinalizaram as dificuldades por meio de seus relatórios, com a temática do jovem e da ausência de sucessão familiar, além do envolvimento limitado da juventude rural em suas atividades. Essas cooperativas evidenciam tal fragilidade a ser trabalhada pelo Pecsol conforme apresentado no projeto “Implementações de Soluções em gestão/governança e negócios em Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Sistema Unicafes” (2022), reconhecendo a importância da formação como estratégia para estimular a renovação geracional e fortalecer a continuidade das práticas cooperativistas.

No entanto, ao entrar em contato com as 20 cooperativas, que inicialmente foram elencadas por apresentarem essas dificuldades, observou-se que nem todas efetivamente integraram ao quadro de participantes. A pesquisadora realizou contato direto com todas elas, por meio de ligações telefônicas, a fim de confirmar a efetiva adesão ao processo. Como resultado, constatou-se que apenas 15 cooperativas, de fato, participaram da iniciativa. As demais alegaram desconhecimento sobre o programa, ausência de jovens em seus quadros sociais ou dificuldades no acesso às

informações e orientações necessárias para viabilizar a participação. Essa discrepância entre o interesse manifestado e a participação efetiva evidencia fragilidades na comunicação e na mobilização das cooperativas, o que compromete o alcance das ações propostas pelo projeto. Diante disso, no Quadro 10, tem-se a relação das quinze cooperativas que, de fato, participaram da capacitação, as quais retornaram com as quantidades de participantes em seu quadro de cooperados.

Quadro 10 - Cooperativas participantes que foram verificadas

Nº de Cooperativas	Nome da Cooperativa	Subtemas
1	Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores e Agricultoras familiares Ltda – COAFTRIL	Necessária a implantação de política de cota-parte familiar e de programas de capacitação e sensibilização de gênero e geração. Sucessão Familiar.
2	Cooperativa Marialvense dos Fruticultores – COMAFRUT	Produção de alimentos e sucessão rural Sucessão Familiar. Falta de envolvimento dos cooperados com a cooperativa. O papel do jovem no Cooperativismo Solidário.
3	Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar – COPASOL TRENTINA	Cooperativa necessita (e anseia por) aprimorando a gestão financeira para a ampliação de mercados. Participação da comercialização em rede. Sucessão familiar
4	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Francisco Beltrão – COOPAFIFB	Canais de venda - praça e preço - Ampliação de mercados.
5	Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná - COAFASO	Participação ativa das Lideranças e Sócios - Dificuldade em envolver os cooperados na cooperativa Desenvolvimento da gestão social; cooperação e cooperativismo. Capacitação Jovem.
6	Cooperativa da Agricultura Familiar de São Jerônimo da Serra - COOAF	A gestão e a governança (atualização estatutária, pois impede obtenção de crédito). Aprovação do Plano de Melhoria da Gestão. Falta de organização de produção devido a amplitude da área de atuação. Sucessão familiar
7	Cooperativa da Agricultura Familiar de Pinhão – COOAFAPI	O fortalecimento do Sistema de Gestão - Imagem da cooperativa frente aos cooperados após dificuldades na comercialização; A gestão e a Governança. Inclusão de Jovens no cooperativismo
8	Cooperativa Agropecuária Familiar Rural - COAFAR	Conhecimento dos processos produtivos por unidade de processamento em funcionamento.
9	Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar de Honório Serpa –	Conhecimento dos processos produtivos por unidade de processamento em funcionamento.

	CODESAFA	
10	Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – COOPRAFA	Juventude e Gestão. Produção de alimentos e sucessão rural A participação ativa das Lideranças Dificuldade de comunicação com gestor Geração de renda para as juventudes; processos econômico financeiros. Falta de capital de giro (aumentar espaço comercialização) Implementação de capitalização de cooperativas.
11	Cooperativa Mista de Desenvolvimento da Agricultura Familiar de Rebouças – COMDAFAR	Necessidade de *software* de gestão - Implementação de capitalização de cooperativas Sucessão familiar
12	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Adrianópolis Paraná - CAFA	A construção do cooperativismo - Implementação de capitalização de cooperativas; processos econômico-financeiros. Inexistência de estrutura física da cooperativa controles no beneficiamento/processamento e análise de produto. Geração de renda e juventude rural.
13	Cooperativa Agropecuária de Quatro Barras – COAG- QB	Produção de alimentos e sucessão rural (Falta de experiência). A gestão e a Governança - Planejamento estratégico
14	Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Integração Solidária – COOPLAF CASCAVEL	Fundamentos da governança Plano de negócios – Planejamento estratégico; processos econômico-financeiros. Falta de capital de giro (construção espaço próprio) Implementação de capitalização de cooperativas.
15	Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Salto do Lontra – CLAF	A gestão e a Governança - Planejamento estratégico Envolvimento de jovens no sistema cooperativista

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Com a pesquisa realizada em campo, notou-se que foi apresentada a possibilidade de participação de vinte cooperativas; no entanto, somente quinze participaram.

Nesse contexto, evidencia-se que o programa tem, por critério de participação de seu público, o mínimo de 30% dos participantes, que deve ser composto por jovens (de acordo com o Estatuto da Juventude, são considerados jovens aqueles que têm idade entre 15 e 29 anos).

A seguir, na Figura 4, apresenta-se o mapa do estado do Paraná elaborado pelo *software* Qgis com a sinalização das cooperativas participantes do estudo e sua localização geográfica.

Figura 4 - Localização geográfica das cooperativas participantes verificadas pela pesquisa (2024)

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Dos objetivos propostos para a execução do programa, destaca-se o geral, o qual propôs o lançamento do PECSOL, durante a execução do Projeto “Implementação de Soluções em Gestão/Governança e Negócios em Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Sistema UNICAFES”; nessa situação, definiu-se a proposta, no que se refere às demandas das ações do Convênio 04/2022, firmado entre a Unicafes e o SESCOOP.

As cooperativas agroindustriais inseridas pelo sistema UNICAFES são vistas como agentes geradores de desenvolvimento econômico social pela agricultura familiar, pois promovem renda aos cooperados, os quais, por sua vez, direcionam essa renda para a própria região (Unicafes, 2022). As cooperativas são empresas que geram postos de trabalho e arrecadação de impostos nos municípios ao redor, fomentando o desenvolvimento regional. No contorno da verticalização da produção, as cooperativas em questão ainda propiciam, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento social e econômico da localidade onde estão inseridas.

3.2.1 Determinação da amostra de pesquisa

Quanto à amostragem deste estudo, evidencia-se que é não probabilística. A amostra, “é uma parte da população, retirada segundo uma regra conveniente” (Costa, 2015, p. 15). Isso porque:

> o propósito da amostra é o de fornecer informações que permitam descrever os parâmetros do universo, da maneira mais adequada possível. A boa amostra permite a generalização de seus resultados dentro de limites aceitáveis de dúvidas (Bolfarine; Bussab, 2005, p. 14).

Dessa maneira, a amostra é uma porção ou fração da população pesquisada, a partir da qual é possível realizar inferências acerca das características da população. A qualidade da amostra pode determinar uma melhor representatividade da população. E, para tanto, devem ser levados em conta os fatores relacionados ao tamanho da amostra e à metodologia empregada na sua obtenção (Fonseca e Martins, 2012).

Assim, a amostragem não probabilística é um método de seleção de elementos de uma população para compor uma amostra em que a seleção não é baseada em critérios aleatórios. Na amostragem probabilística, todos os indivíduos da população possuem uma chance conhecida e maior que zero de serem selecionados. A amostragem não probabilística envolve a seleção dos elementos da amostra com base em critérios específicos, conveniência ou julgamento do pesquisador.

Conforme Costa (2015), a amostragem não probabilística diverge da probabilística na forma pela qual os elementos que compõem a amostra podem não ser escolhidos. Consequentemente, uma vez que não existe a probabilidade real e igual de se escolher os elementos integrantes da amostra, o processo de amostragem não-probabilística não permite que inferências sejam generalizadas para a respectiva população (Fonseca e Martins, 2012).

Na amostragem não-probabilística, “as amostras são obtidas de forma não aleatória, ou seja, a probabilidade de alguns ou de todos os elementos da população pertencerem à amostra é desconhecida” (Fávero e Belfiore, 2017, p. 178). Nesta pesquisa, a tipologia escolhida foi a amostragem por conveniência, sendo considerada pertinente por ser um método de seleção de participantes para um estudo que envolve a seleção dos elementos da amostra com base em sua disponibilidade e

acessibilidade.

O estudo adotou essa técnica, uma vez que não havia um número previamente definido da população de jovens participantes. Para a coleta de dados, foi enviado um questionário a esse público-alvo, sem um controle exato sobre a quantidade total de indivíduos que o recebeu. Assim, uma amostra do estudo correspondeu ao número de questionários avaliados e considerados válidos para análise, caracterizando um processo de seleção não probabilístico, baseado na acessibilidade e disponibilidade dos respondentes.

Com o objetivo de identificar os jovens participantes da edição piloto do PECSOL, no estado do Paraná, a pesquisa desenvolveu-se em duas etapas. Na primeira etapa, a Assessoria da Unicafes forneceu uma lista contendo 350 participantes vinculados à modalidade de ensino a distância (EAD), distribuídos em dez estados brasileiros. A partir dessa base, foram selecionados apenas os jovens residentes no Paraná, com idades entre 15 e 29 anos, o que resultou na identificação de 44 participantes.

Na segunda etapa, buscou-se mapear os participantes da capacitação presencial. Verificou-se que 15 cooperativas haviam inscrito jovens nessa modalidade, o que possibilitou a obtenção de mais 20 contatos adicionais. Os questionários foram enviados a partir de 13 de agosto de 2024, utilizando os contatos disponibilizados pelas cooperativas.

Durante esse processo, constatou-se que alguns nomes presentes na lista da modalidade EAD também constavam na lista presencial fornecida pelas cooperativas, o que gerou duplicidade de registros. A coleta de dados foi encerrada em 30 de setembro de 2024.

Inicialmente, estimava-se um total de 104 jovens. No entanto, após o cruzamento e a verificação dos dados, foram identificados efetivamente 64 participantes no estado do Paraná, sendo 44 provenientes da lista EAD e 20 indicados pelas cooperativas. Dos 44 jovens do EAD, apenas 21 confirmaram participação na capacitação; seis negaram tal participação, sete não responderam e dez visualizaram a mensagem sem retorno. Entre os 20 jovens listados pelas cooperativas, sete já constavam na base da modalidade EAD, restando 13 contatos efetivamente novos.

Ao final do processo, foram reconhecidos 57 jovens participantes, dos quais 44 via EAD e 13 pela via presencial. Contudo, um dos jovens informados pelas

cooperativas declarou não ter participado presencialmente, o que reduziu esse grupo para 12. Assim, confirmou-se o contato com 43 jovens ativos para a pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Severino (2007, p. 82) aponta que a coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas”. Em uma mesma abordagem, afirma-se que:

> Sem dúvida alguma, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações (Triviños, 1987, p. 138).

Nesse sentido, para a coleta de dados desta pesquisa, optou-se pelo instrumento questionário, por ser uma técnica de coleta de dados da pesquisa descritiva que consiste no preenchimento das respostas das questões com informações do entrevistado pelo pesquisador (Severino, 2007).

De modo geral, a técnica do questionário é uma ferramenta valiosa, comumente utilizada na coleta de dados de pesquisa, devido à sua eficiência, padronização, acessibilidade, facilidade de análise e flexibilidade. Quando bem elaborados e aplicados, os questionários podem fornecer informações relevantes para responder às perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos do estudo (Minayo, 2011).

Primeiramente, de acordo com Semeler e Pinto (2019, p. 115), dados referem-se “ao resultado de qualquer investigação sistemática que envolva processos de observação, experimentação ou simulação de procedimentos de pesquisa científica”. Isso posto, destaca-se que, nesta investigação, o processo para a coleta de dados foi realizado de maneira *on-line*, a partir do envio do questionário (Apêndice A).

Os dados compreendem o período de um ano (2022 a 2023), referentes às cooperativas do segmento agropecuário do estado do Paraná, que efetuaram capacitações e treinamentos oferecidos pelo PECSOL. Nessa perspectiva, esta tese busca contribuir para a compreensão do papel da educação cooperativista na participação dos jovens cooperados e filhos de cooperados na continuidade das propriedades rurais familiares e na manutenção do sistema cooperativista, especialmente, no contexto das cooperativas da agricultura familiar, que, segundo

Drebes e Santos (2023, p. 638), “se constituem em um importante vetor da economia solidária no país”.

Para tanto, buscou-se compreender as vivências e experiências dos participantes do PECSOL; como a prática cotidiana da Economia Solidária é compartilhada com os jovens; o que pensam os jovens sobre o PECSOL relacionado ao trabalho nas Cooperativas de Agricultura familiar solidária; e, finalmente, se os jovens veem nessa alternativa do programa um projeto para seu futuro profissional.

Os jovens participantes da pesquisa foram selecionados considerando os seguintes critérios: a) faixa etária de 15 a 29 anos; b) serem participantes do PECSOL na edição de 2022 a 2023; c) fazer parte do meio rural e das cooperativas agropecuárias inseridas no sistema UNICAFES.

Com o objetivo de validar o instrumento de coleta de dados, foi realizada previamente a aplicação de um questionário-piloto. Dessa forma, o questionário-piloto foi direcionado a jovens da mesma faixa etária, por meio do google forms obtendo-se um total de 22 respostas, na data de 29 de julho de 2024, com um retorno de 100%. Após a aplicação, as respostas foram reavaliadas com o intuito de identificar e corrigir possíveis inadequações na linguagem, bem como verificar a existência de redundâncias nas perguntas. Além disso, as dúvidas levantadas pelos participantes durante o processo foram consideradas para aprimorar a clareza e a precisão do instrumento de pesquisa.

Os questionários foram elaborados e enviados por meio do aplicativo de relacionamento WhatsApp; os contatos foram disponibilizados pelos educadores do programa PECSOL bem como com base nas próprias cooperativas que participaram. O questionário foi formulado via ferramenta *Google Forms e,* na sequência, foi enviado aos jovens participantes do PECSOL. Isso foi efetivado no período de agosto a setembro de 2024.

Tal instrumento de coleta de dados apresentou 41 perguntas (Apêndice A), entre fechadas e abertas. O questionário foi elaborado com base no referencial teórico, contemplando aspectos como: perfil; atividade desempenhada na propriedade rural; percepções referentes ao PECSOL; necessidades para dar continuidade ao sistema Cooperativista e como consequência à agricultura familiar.

Para as questões fechadas, foi necessário o uso da escala Likert[7], com opções

de resposta, sendo que (1) significa Discordo Totalmente; (2) Discordo em Partes; (3) Nem Concordo e nem discordo; (4) Concordo em Partes; (5) Concordo totalmente. Na escala de Likert, as respostas variam segundo o grau de intensidade. Essa escala é comumente utilizada em questionários de pesquisas que visam classificar um elemento/característica em função de um critério determinado, pois fornecem direção sobre a atitude do respondente em relação a cada afirmação (Malhotra, 2001).

Dessa forma, tal escala foi considerada adequada, uma vez que este estudo visa classificar as ações realizadas pelo PECSOL, de acordo com o jovem cooperativista. A escolha de cinco categorias foi feita para facilitar o preenchimento do questionário por parte dos cooperados e tornar a interpretação mais objetiva. Além disso, optou-se por colocar a opção neutra (3), por se entender que ela pode significar muito com relação ao conhecimento dos cooperados. Para cada um dos aspectos, foram elaboradas frases por meio das quais se acredita medir o grau de educação e de participação dos cooperados e responder às proposições feitas.

Dos 43 questionários enviados aos jovens identificados como participantes ativos, 31 foram devidamente preenchidos e considerados válidos, constituindo a base final utilizada para a realização das análises desta pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DOS DADOS

Dessa maneira, foram examinadas com referência à abordagem de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), utilizada parcialmente para orientar a organização e interpretação das respostas.

Diante disso, foi utilizado o teste Qui-quadrado, técnica estatística que verifica se existe uma associação entre duas variáveis categóricas. Ele é usado para testar hipóteses sobre a distribuição de dados categóricos, de maneira que compara as frequências observadas com as frequências esperadas. Para testar a independência entre as variáveis, são consideradas as seguintes hipóteses:

Ho: as variáveis são independentes

H1: as variáveis não são independentes.[8]

Neste estudo, o método descritivo foi utilizado para apresentação dos dados, após análise das características dos jovens cooperados, bem como a respeito da

[8] Para mais detalhes sobre o teste Qui-quadrado, consultar Larson (2010) e Hoffmann (2011).

capacitação ofertada pelo PECSOL e a disposição pela educação cooperativista. Isso porque, na falta desses princípios, tais fatores interferem na continuidade do sistema cooperativista e, consequentemente, na sucessão familiar, além da participação como sócio da cooperativa agropecuária.

A tabulação dos dados foi executada no software Excel 2019, com a análise descritiva dos dados no software R. Para a preparação dos dados, foi realizada uma análise exploratória do banco de dados com a finalidade de identificar ocorrências que pudessem comprometer os resultados e as conclusões da análise, tais como a presença de observações atípicas (*outliers*) ou dados perdidos. A interpretação dos dados foi construída com base na estatística descritiva, por meio do confronto dos resultados empíricos com a teoria abordada. Por fim, foram compreendidos os dados obtidos a partir de uma pesquisa explicativa.

Para a etapa dois, apresentou-se a avaliação do PECSOL, que permite garantir que o programa esteja alcançando os objetivos declarados. Isso possibilita que os responsáveis pelo programa avaliem se as metas estão sendo atingidas e se as atividades estão alinhadas com os resultados esperados. Ao avaliar a efetividade de um programa, é possível identificar áreas que precisam de melhorias. Tal fator pode incluir ajustes nas estratégias, realocação de recursos, revisão dos métodos de implementação ou modificação dos objetivos, possibilitando que o programa atenda melhor às necessidades do público-alvo (Patton, 1997).

Ao avaliar essa efetividade, propicia-se que o Pecsol se desenvolva a partir das experiências anteriores, pois esse tipo de avaliação permite que as organizações aprendam com suas experiências passadas. Isso colabora a fim de evitar a repetição de erros para capitalizar sobre as lições aprendidas para futuros programas e intervenções com o público-alvo. Uma avaliação eficaz da efetividade de um programa permite demonstrar seu impacto positivo, sendo essencial para explicar sua continuidade, atrair novos investimentos e obter o apoio da comunidade e das partes interessadas.

Posto isso, este capítulo teve como objetivo descrever os procedimentos metodológicos adotados para atingir os propósitos da pesquisa. Trata-se de um estudo de caráter descritivo e explicativo, cujo foco é avaliar a eficiência do PECSOL a partir da perspectiva da juventude. O delineamento da pesquisa foi estruturado para garantir o rigor metodológico, propiciando a confiabilidade dos resultados. As proposições formuladas para cada objetivo do estudo orientaram a construção do

instrumento de pesquisa, que consistiu na aplicação de um questionário. Para facilitar a compreensão dos procedimentos metodológicos, o Quadro 11 apresenta uma visão geral deste capítulo.

Quadro 11 - Síntese dos procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa

Quanto à natureza	Pesquisa aplicada.
Quanto ao objetivo	Pesquisa descritiva/explicativa.
Quanto ao caráter	Pesquisa qualitativa e quantitativa
Tipo de Amostragem	Amostragem por conveniência.
Tamanho da amostra	Quarenta e três jovens
Técnica de pesquisa	Questionário.
Onde foi a pesquisa	Estado do Paraná
Quando foi	Agosto a setembro de 2024.
Quem foram entrevistados	Juventude rural no total de 31 jovens.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Após a apresentação dos métodos adotados para alcançar os objetivos da pesquisa, o próximo capítulo oferece continuidade ao estudo, abordando a análise dos resultados e suas implicações.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

O universo da pesquisa foi composto por 43 jovens participantes das cooperativas agropecuárias solidárias do estado do Paraná. Determinou-se a amostra de forma não probabilística, considerando que, dos 43, um total de 31 foram os respondentes, de acordo com a devolução voluntária dos questionários.

Conforme foi mencionado nos procedimentos metodológicos, as atividades de capacitação aconteceram com momentos presenciais nos Estados nos quais o Sistema UNICAFES possui unidades de apoio e por meio da Plataforma de Ensino a Distância (EaD).

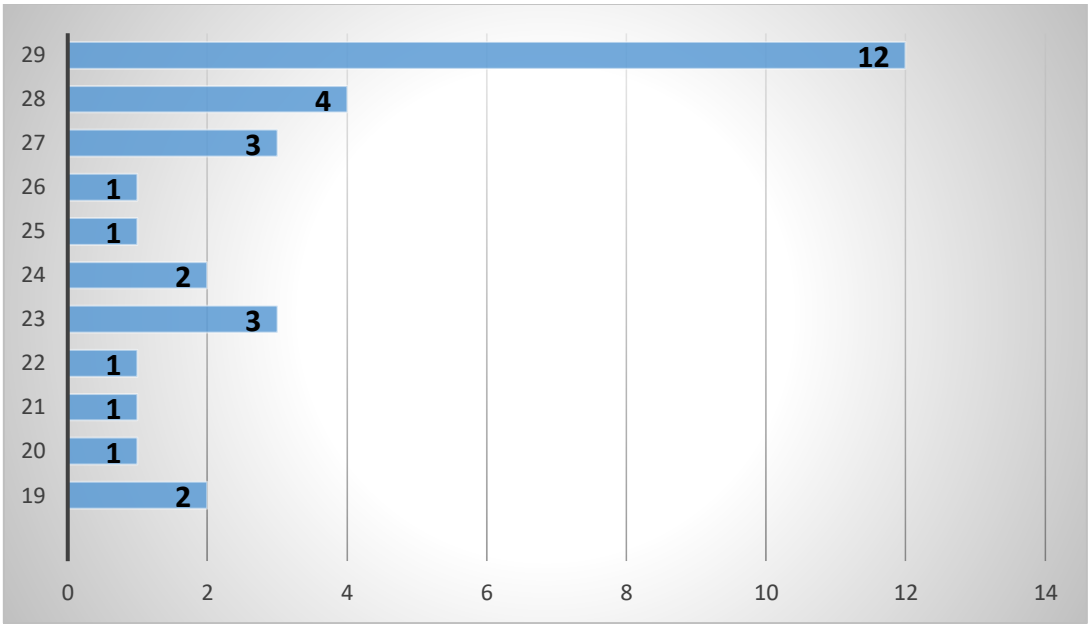
De acordo com as cartilhas que são intituladas como “cadernos”, no projeto piloto, foram disponibilizados serviços como: formação para jovens e mulheres; soluções de gestão e governança contábil, tributária, gerencial, bem como solução de negócios em comunicação, marketing, mercado, além de temáticas demandadas pelas cooperativas.

4.1 JUVENTUDE RURAL: QUAL É SEU PERFIL?

A etapa inicial do questionário teve como objetivo identificar se os respondentes haviam participado do Programa de Educação Cooperativista Solidária (PECSOL), possibilitando, assim, delimitar o universo de análise. Em seguida, buscou-se caracterizar o perfil dos jovens rurais por meio de questões voltadas ao estilo e modo de vida desses participantes.

O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos jovens participantes da pesquisa conforme suas respectivas faixas etárias. Essa categorização permite compreender o perfil demográfico dos respondentes, elemento fundamental para a análise da inserção e do interesse da juventude rural nas ações propostas pelo PECSOL. A observação dessas faixas etárias também contribui para avaliar o alinhamento da iniciativa com o público-alvo previsto pelo programa, voltado à formação de jovens entre 15 e 29 anos.

Gráfico 1 - Distribuição de jovens por faixa etária



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 1 evidencia que há uma sequência de idades entre 19 a 29 anos, o que indica um envolvimento positivo de jovens. Além disso, percebe-se que há uma concentração na idade de 29 anos, o que pode significar que o programa atrai principalmente participantes no final da juventude, possivelmente, por busca de consolidação profissional, estabilidade financeira ou social, bem como integração ao sistema cooperativista.

Uma das possibilidades para atrair jovens na faixa etária de juventude é considerar, por parte do PECSOL, em programas futuros, que se possa explorar atrativos, a fim de angariar mais jovens, atuar em escolas e cursos técnicos, para que se possa oferecer crescimento e desenvolvimento profissional.

Nesta pesquisa, percebeu-se um número maior de participantes femininas, que são jovens, e que fazem parte das atividades de agricultura familiar. No que diz respeito ao gênero dos participantes, foi possível constatar que a maioria (68%) é do sexo feminino, com 21 respondentes; 32% representam 10 respondentes, do sexo masculino. De acordo com Oliveira *et al.* (2018, p. 631), “a participação das mulheres em ações coletivas, como o cooperativismo, tem sido importante para o aumento do empoderamento feminino”.

Por mais que, antigamente, as mulheres participassem da agricultura familiar, elas não eram consideradas trabalhadoras rurais, mas sim donas de casa, o que tornava ainda mais evidente a necessidade do reconhecimento e da visibilidade do

trabalho desempenhado por essas mulheres, cenário que vem sendo transformado nos últimos anos (Meus e Ethur 2021).

A predominância feminina nesta pesquisa comprova uma maior participação ou interesse de mulheres em iniciativas inovadoras ao desenvolvimento rural e cooperativista. Isso pode refletir o protagonismo feminino em ações comunitárias ou na busca de oportunidades educacionais e profissionais no campo.

Apesar de ainda existirem muitos desafios a serem enfrentados pelas mulheres para conquistar o reconhecimento no agronegócio, suas características e a maneira de lidar com as atividades rurais fazem com que esse público se destaque. De acordo com Tejon (2024), liderança, comunicação, empreendedorismo, afetividade, velocidade, responsabilidade e resiliência são características que mulheres possuem e desenvolvem durante sua vida.

Por conta desses diferenciais, as mulheres têm conquistado cada vez mais protagonismo e empoderamento no agronegócio. A sua participação nas atividades rurais diversificadas, a exemplo de plantio, colheitas, manuseio de maquinários agrícolas, criação de animais, horticultura, acompanhamento do mercado ou participação em cursos e palestras, proporcionados por organizações, programas de educação para a cooperação e por meio das cooperativas, só tendem a agregar conhecimento e credibilidade a essas jovens mulheres (Cielo, 2015; Catorino e Schmidt, 2024).

Dentre as políticas estabelecidas pelo PECSOL, uma delas visava ao incentivo do fortalecimento da presença feminina na liderança e gestão de empreendimentos cooperativos. A promoção de mudanças estruturais no cooperativismo exige que as cooperativas mantenham um compromisso contínuo com práticas inclusivas e estratégicas. No contexto desta pesquisa, observou-se uma participação expressiva de mulheres, o que reforça a necessidade de ampliar e consolidar programas específicos voltados ao incentivo e à valorização da atuação feminina no meio rural e cooperativo.

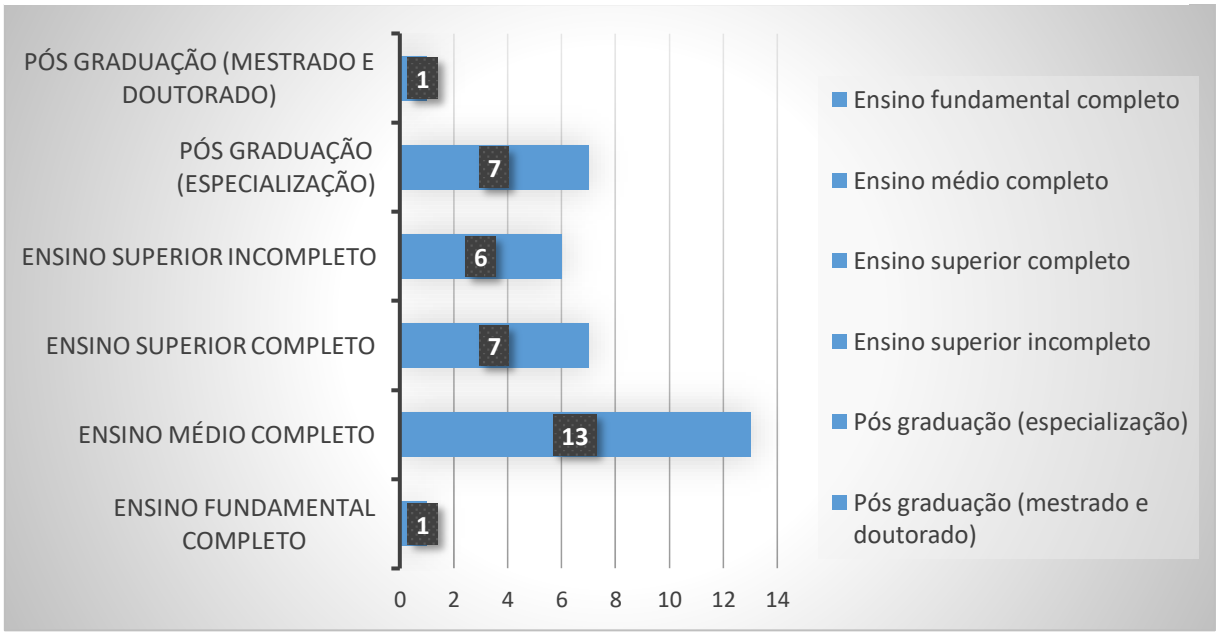
No que se refere ao estado civil dos participantes, observou-se que 18 jovens (58%) declararam-se solteiros, resultado condizente com o perfil etário predominante na amostra, caracterizada, em grande parte, por um momento de transição e consolidação de escolhas pessoais e profissionais. Outros 12 jovens (39%) afirmaram viver em casamentos ou uniões estáveis. Ressalta-se, ainda, a presença de um participante (3%) que declarou ser divorciado, o que, embora pouco representativo

numericamente, contribui para a compreensão da diversidade das trajetórias pessoais entre os respondentes.

Nesse sentido, sugere-se pensar que a família ainda se constitui como o principal espaço de pertencimento do jovem, atuando como mediadora das relações sociais e de apoio na transição para a vida adulta. Como afirma Sarti (2005, p. 123), é a família quem “introduz o outro” nesse espaço relacional.

Em relação ao grau de escolaridade dos participantes, observa-se uma diversidade de níveis educacionais, com predomínio daqueles que concluíram o ensino médio. Também, foi possível identificar uma presença expressiva de jovens com ensino superior completo ou em curso, bem como com formação em nível de pós-graduação, especialmente *lato sensu*, o que revela avanços significativos no acesso à educação formal entre os jovens do meio rural. Ainda que minoritária, a presença de participantes com formação em níveis mais elevado, como mestrado e doutorado, reforça a tendência de valorização da qualificação acadêmica no contexto da juventude cooperativista. A distribuição detalhada da escolaridade dos respondentes pode ser visualizada no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024),

Os dados do Gráfico 2 mostram uma juventude rural em processo de qualificação, com muitos já alcançando o ensino superior. Os níveis avançados (pós-graduação) indicam que o programa atrai jovens com aspirações acadêmicas e

técnicas elevadas. Celuppi (2021) relata, em seu estudo, a observação de que houve uma revitalização do meio rural, com a ampliação do acesso a políticas públicas, melhorias nas condições de infraestrutura, de mobilidade, qualidade de vida, inclusão digital e acompanhamento técnico, o que gera, consequentemente, mais acesso à educação. Tais fatores facilitaram o ingresso desses jovens no meio educacional.

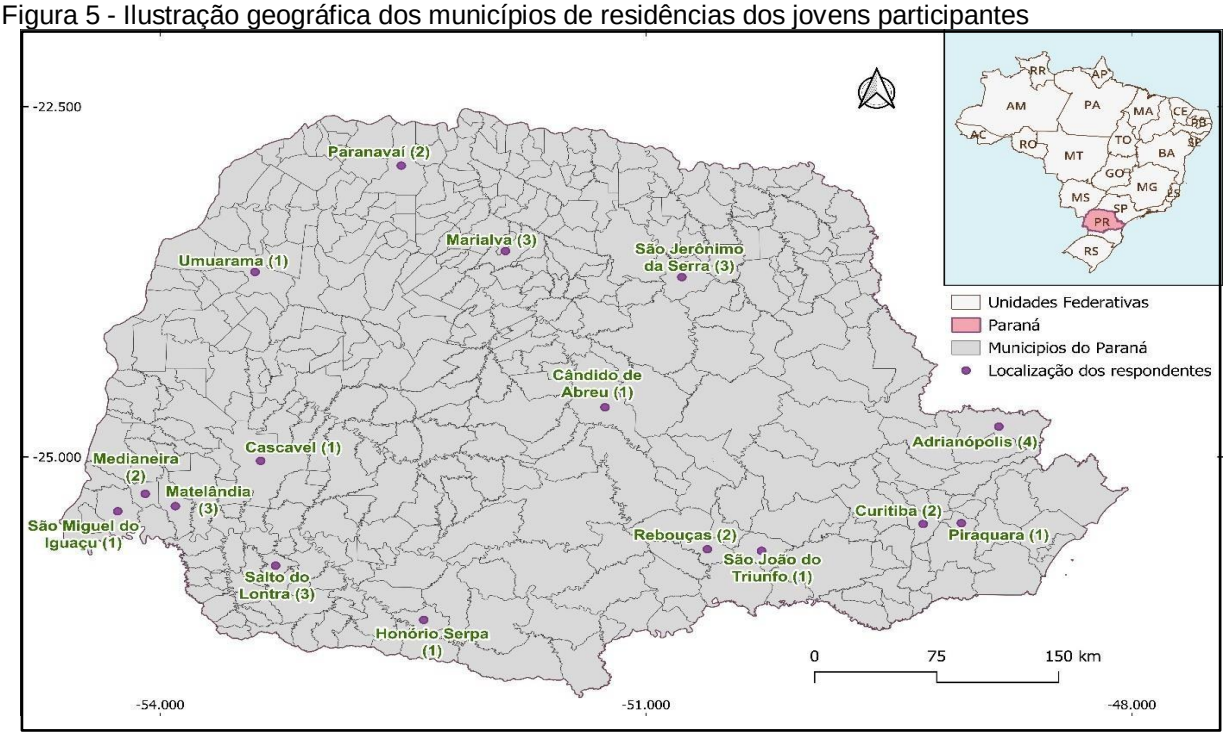
Em relação à área de residência atual, identificou-se que 61% residem na zona rural e 39%, na zona urbana. Os dados revelam uma predominância de jovens residentes em áreas rurais, o que era previsto, considerando que o foco da pesquisa está voltado à juventude rural. Essa predominância também está em consonância com os objetivos do PECSOL, cujas ações são direcionadas ao engajamento de jovens do campo, com o propósito de fortalecer seus vínculos com o meio rural e estimular sua permanência nas atividades agropecuárias e cooperativistas.

Esse indicativo demonstra que a amostra se torna alinhada ao objetivo do programa de promover o cooperativismo e o desenvolvimento nas áreas rurais. A presença significativa de jovens na zona rural destaca a importância de criar oportunidades econômicas, educacionais e sociais que incentivem a permanência no campo.

Como sugestão para os jovens da zona rural, o PECSOL pode oferecer capacitações que desenvolvam habilidades e criem redes de suporte que promovam a valorização das comunidades rurais. Para os jovens da zona urbana, pode-se criar iniciativas que estimulem o retorno ou a contribuição para o desenvolvimento rural, como projetos de empreendedorismo no campo ou parcerias entre áreas rurais e urbanas.

Diante dessa questão, foi solicitado aos jovens que informassem o município paranaense de sua residência, com o intuito de visualizar a distribuição geográfica dos respondentes. A Figura 5, a seguir, apresenta um mapa do estado do Paraná com a representação dos municípios de origem dos participantes da pesquisa.

Figura 5 - Ilustração geográfica dos municípios de residências dos jovens participantes



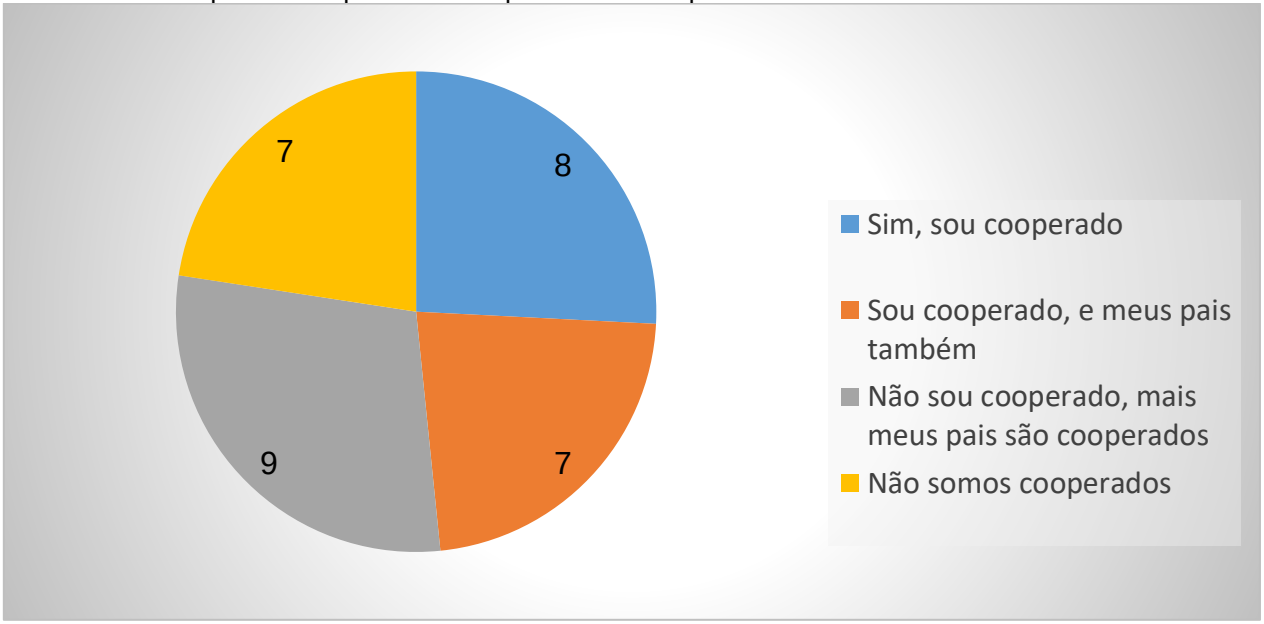
Fonte: elaborado pela autora (2024).

Observa-se que os jovens estão distribuídos em diferentes regiões do estado, com destaque para uma maior concentração nos municípios de Matelândia, Marialva, São Jerônimo da Serra e Salto do Lontra. Essa diversidade geográfica revela a abrangência do Programa de Educação Cooperativista Solidária (PECSOL), indicando que suas ações alcançam públicos de distintas mesorregiões paranaenses, tanto em áreas mais próximas a centros urbanos quanto em regiões mais interioranas.

Essa capacidade territorial evidencia a potencialidade do programa em atingir jovens rurais em diferentes contextos socioespaciais, o que pode contribuir para um maior enraizamento das ações cooperativistas no estado. Além disso, buscou-se compreender se esses jovens já integravam o quadro social de alguma cooperativa agropecuária da economia solidária, ou se seus pais possuíam vínculo com tais organizações.

O Gráfico 3 exibe a distribuição dos respondentes em relação ao envolvimento com cooperativas. As categorias apresentadas indicam os diferentes níveis de vínculo com cooperativas.

Gráfico 3 - Participantes do quadro de cooperados da cooperativa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As observações realizadas no Gráfico 3 foram de que apenas 8 respondentes têm participação individual em cooperativas, o que sugere uma baixa adesão ativa, considerando o impacto esperado do cooperativismo em áreas rurais. Já em relação à participação familiar, tem-se um total de 16 respondentes (categorias "Sou cooperado, e meus pais também" e "Não sou cooperado, mas meus pais são"), indicando que a tradição cooperativista é comum, mas não necessariamente convertida em adesão por parte dos jovens.

Sete dos respondentes declararam não ter qualquer vínculo, o que é um indicativo de incongruência com o sistema cooperativista. Isso pode representar indícios de uma oportunidade de engajamento da parte do PECSOL para atrair esses jovens e familiares ao sistema cooperativista, seja pela sensibilização dos benefícios do cooperativismo ou pela introdução de programas e ações que aproximem o público-alvo.

Com base nesses resultados e achados da pesquisa, há um indicativo de engajamento e continuidade geracional representado pela categoria "Não sou cooperado, mas meus pais são", o que destaca a lacuna geracional no cooperativismo. Esse dado aponta a necessidade de ações voltadas à sucessão cooperativa, incentivando os jovens a se envolverem nas atividades já estabelecidas por suas famílias a fim de dar continuidade à sucessão familiar, fato que foi explanado no decorrer desta análise.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o fortalecimento da participação juvenil no cooperativismo está intrinsecamente ligado à educação cooperativista. Educação significa também conhecimento; para que um cooperado ingresse em uma cooperativa, cuja adesão é, por natureza, voluntária, é imprescindível que compreenda os valores, princípios e normas que regem tanto o movimento cooperativo quanto a organização empresarial na qual estará integrado.

Diante dessa realidade, as cooperativas têm trabalhado na intenção de inserir os jovens rurais na vida social da cooperativa, por meio de algumas ações. Santos e Kieling (2020) destacam algumas dessas ações: realizar campanhas de incentivos aos cooperados para que associem seus filhos na cooperativa, em que o associado transfere uma parte da cota capital para o filho, para estimular a sua integração no processo de produção da família; isso proporciona a ele responsabilidades e participação na administração financeira por meio da comercialização de partes das safras colhidas e entregues em seu nome na cooperativa.

Além disso, Santos e Kieling (2020) destacam que tais ações têm favorecido o ingresso de um número significativo de jovens no quadro social das cooperativas nos últimos anos. As cooperativas, por sua vez, promovem anualmente o “Encontro do Jovem Cooperativado”, evento que aborda temáticas voltadas à inserção efetiva dos jovens no contexto cooperativista. Esses encontros buscam estimular o comprometimento com as atividades familiares, incentivando os jovens a reconhecerem as oportunidades oferecidas pelo agronegócio, especialmente no que diz respeito à construção de uma vida mais digna e saudável, em contraste com os desafios e pressões típicos dos grandes centros urbanos. Além disso, há as parcerias por meio do SESCOOP/RS, que têm oportunizado ao jovem do campo o acesso a conhecimentos bem-estruturados no sentido de percepção das oportunidades existentes na propriedade rural, quando bem administrada.

Ainda no estudo de Santos e Kieling (2020), identificaram, com relatos da Cooperativa investigada, que os programas efetivados pelas ações concretizadas propiciaram um aumento significativo de adesão, nos últimos três anos, na oportunidade em que vários jovens estão associando-se na cooperativa. Ademais, observa-se um movimento reverso, de muitos jovens que saíram em busca de formação profissional dentro do agronegócio e que agora estão retornando para a nossa região a fim de atuar nas propriedades de seus pais, ou como profissionais de assistência técnica nas atividades agropecuárias desenvolvidas na região onde está

localizada a Cooperativa estudada.

A proporção de jovens que já são cooperados (48%) indica uma base sólida para engajamento, mas fica evidente que precisa ser ampliada e promovida a permanência desses jovens por parte do PECSOL.

Os respondentes que não possuem qualquer vínculo representam um público desafiador, que pode requerer abordagens mais direcionadas, além de refletir sobre quais seriam as possibilidades de estratégias para os jovens sem vínculo. É preciso, ademais, identificar, por meio do programa, as necessidades desses jovens que se enquadram como não sócios, bem como o que seria viável para ele e para a família a fim de que possam se tornar cooperados. Uma sugestão seria realizar visitas até suas propriedades, apresentar os benefícios que a cooperativa mobiliza, realizar palestras, capacitações e incentivos específicos para mostrar as vantagens de ser cooperado e participar do quadro social.

Os Programas de Educação Cooperativista possuem o objetivo de desenvolver iniciativas voltadas para jovens que crescem em famílias cooperativistas, com o foco de integrá-los formalmente ao quadro social. Além disso, poderia haver o estímulo à adesão direta por parte desses jovens para aqueles que já possuem contato com cooperativas, bem como promover benefícios claros de ser membro ativo, como acesso a crédito, capacitação e redes de contato. Para atrair jovens que não possuem nenhuma relação com a cooperativa, é preciso refletir sobre projetos que demonstrem como o cooperativismo pode agregar valor à vida econômica e social, destacando sua importância para a sustentabilidade rural. Essas podem ser iniciativas válidas a serem efetivadas.

Abramovay (1998) ressalta que as organizações que representam os agricultores não estão prontas para enfrentar os desafios que englobam a sucessão familiar. O autor defende que somente será possível motivar a permanência juvenil na propriedade familiar a partir da valorização dos jovens, ou seja, quando eles assumirem papeis decisórios dentro da unidade e vislumbrarem alternativas de melhorar a produção e aumentar o retorno financeiro. No caso específico das cooperativas inseridas no meio rural e no ramo agropecuário, é nítida a necessidade de valorizar e incentivar o jovem na sucessão familiar.

Os Programas de Educação Cooperativista surgem com o objetivo de desenvolver iniciativas voltadas para jovens que crescem em famílias cooperativistas, com o foco de integrá-los formalmente ao quadro social.

Nesse sentido, deve-se desenvolver formas de estimular a adesão direta a esses jovens, que possuem contato com cooperativas; promover benefícios, como capacitações gratuitas ou subsidiadas em temas, a exemplo do cooperativismo, gestão, liderança, educação financeira, empreendedorismo juvenil; intercâmbios e viagens de formação para conhecer outras cooperativas ou ecossistemas inovadores no Brasil e exterior; incentivo à formação de cooperativas juvenis escolares ou incubação de negócios cooperativos liderados por jovens; acesso facilitado a produtos e serviços financeiros (contas, crédito, consórcios, seguros) com taxas diferenciadas, para atrair jovens que não possuem nenhuma relação com a cooperativa.

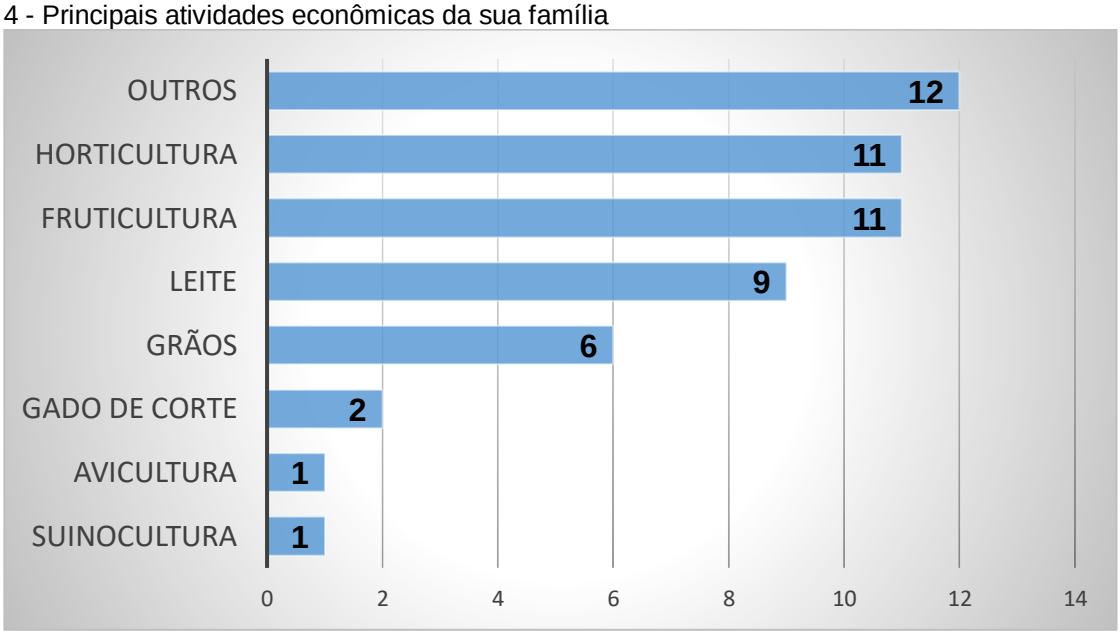
Diante disso, refletir sobre projetos que demonstrem como o cooperativismo pode agregar valor à vida econômica e social, destacando sua importância para a sustentabilidade rural, pode ser uma iniciativa.

De acordo com Piacentini (2017), para a fixação de jovens no campo, é necessário considerar problemas estruturais, como a concentração de terras, principalmente as agricultáveis, o que compromete a sucessão geracional de forma digna, bem como a desvalorização social da agricultura familiar, especialmente a tradicional, mais presente no Nordeste do país.

Sendo assim, o Gráfico 3, que sinalizou os participantes do quadro de cooperados da cooperativa, demonstra que a base do cooperativismo está presente entre os jovens, mas existem lacunas importantes a serem preenchidas para garantir a continuidade geracional e aumentar o número de cooperados ativos.

Na sequência, foi solicitado aos jovens que selecionassem as principais atividades econômicas da sua família. Assim, o Gráfico 4 apresenta o resultado, que ilustra quais produtos agropecuários são mais produzidos e comercializados pelas famílias, por meio da agricultura familiar dos jovens respondentes.

Gráfico 4 - Principais atividades econômicas da sua família



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 4 apresenta as principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias dos 31 jovens participantes da pesquisa, todos vinculados à agricultura familiar. A análise dos dados demonstra uma expressiva diversidade produtiva, característica intrínseca dos sistemas familiares de produção rural. As atividades mais mencionadas foram classificadas na categoria "outros" (12) (apicultura, derivados de leite, agroindústria caseira), seguida por horticultura (11) e fruticultura (11), o que indica que a produção de alimentos, especialmente voltada ao cultivo de hortaliças e frutas, se configura como eixo central na geração de trabalho e renda das famílias.

A produção de leite também se destaca, com 9 menções, demonstrando a relevância da pecuária leiteira como uma atividade tradicionalmente associada à agricultura familiar na região. As culturas de grãos aparecem em menor proporção (6), o que sugere que, embora importantes, essas culturas não constituem a principal fonte de renda dos respondentes, sendo provavelmente complementares às demais atividades.

Setores, como gado de corte (2), avicultura (1) e suinocultura (1), possuem baixa representatividade no universo pesquisado, enquanto caprinocultura e ovinocultura não foram mencionados, o que pode indicar ausência ou irrelevância econômica dessas criações nas unidades produtivas familiares dos jovens respondentes.

Observa-se que a opção 'outros' obteve 12 respostas, representando 38% dos

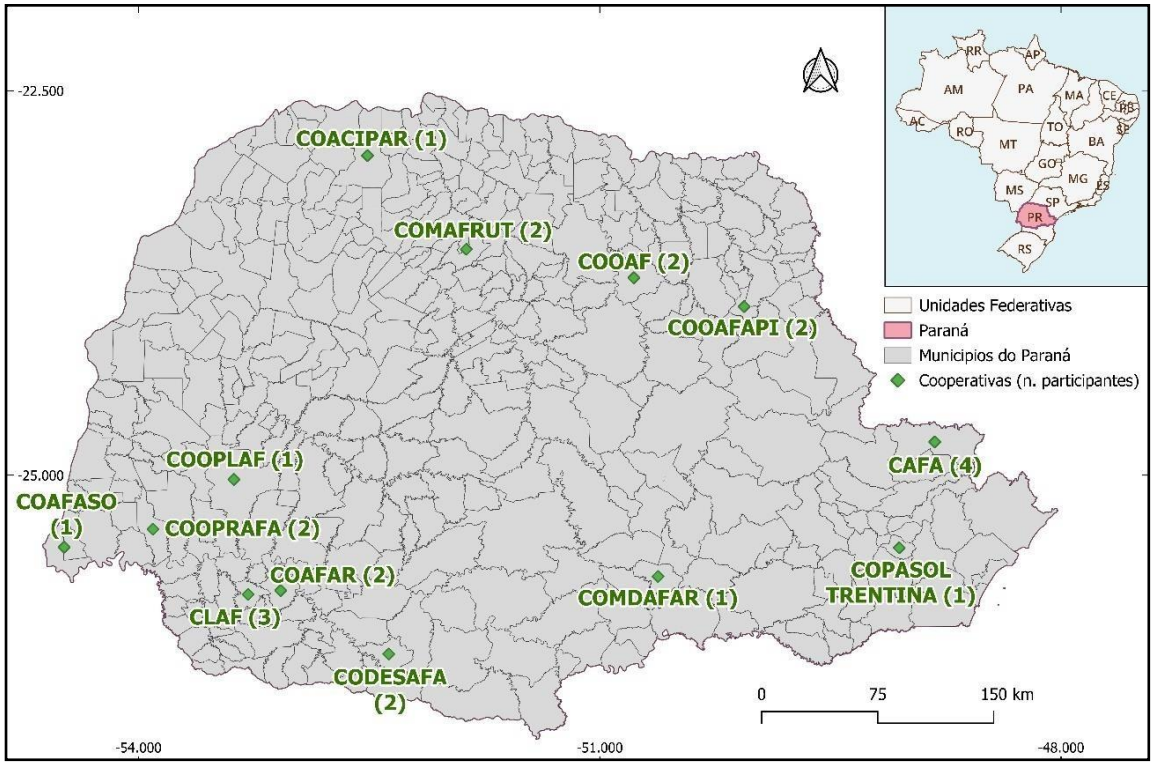
participantes. Esse dado suscita uma reflexão relevante sobre as dinâmicas econômicas das famílias vinculadas à agricultura familiar. Nota-se que a renda desses núcleos pode não advir exclusivamente das atividades agropecuárias, mas também de outras fontes que complementam e sustentam financeiramente esses grupos.

Esse fenômeno está diretamente relacionado ao conceito de pluriatividade, amplamente discutido na literatura sobre desenvolvimento rural, que se refere à inserção de membros das famílias rurais em atividades não agrícolas, tanto no meio rural quanto no urbano, como estratégia de geração de renda e de reprodução social (Abramovay, 1997; Schneider, 2003;).

Iniciativas, como o PECSOL, desempenham um papel estratégico na conexão de jovens com o sistema cooperativista, o que ajuda a fortalecer comunidades rurais e a economia local.

Na questão seguinte, o objetivo era identificar a cooperativa à qual o jovem estava vinculado. Com base na amostra desta pesquisa, foi possível confirmar a participação de 15 cooperativas na edição piloto do PECSOL. A Figura 6 representa as cooperativas, às quais os jovens participantes disseram pertencer.

Figura 6 - Distribuição geográfica das cooperativas com o número de respondentes no estado do Paraná

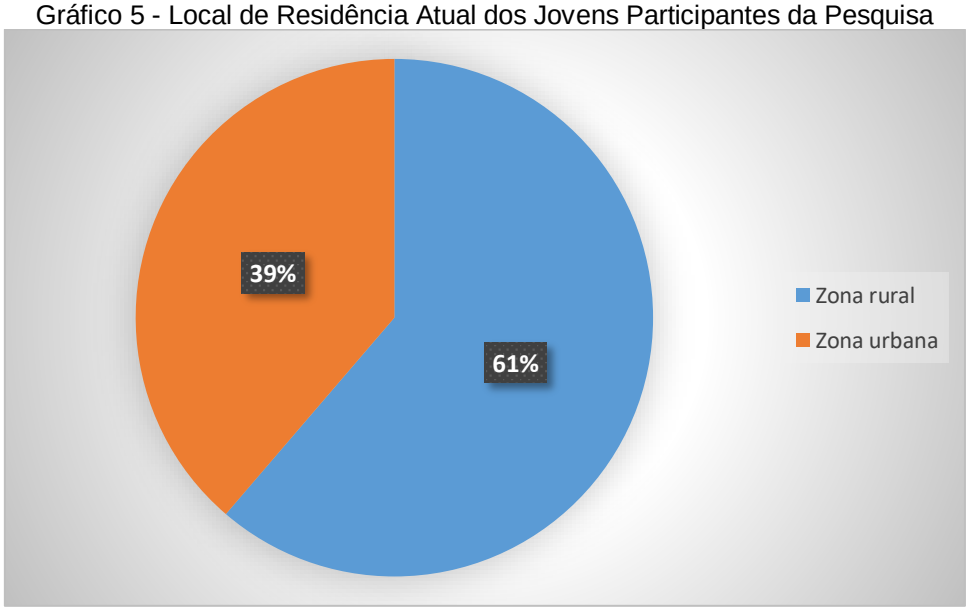


Fonte: elaborado pela autora (2024).

Na Figura 6, observa-se a distribuição geográfica das cooperativas agropecuárias da economia solidária localizadas no estado do Paraná, vinculadas aos jovens que participaram da pesquisa. No total, quinze cooperativas foram contatadas, participantes da edição do PECSOL. Dentre essas, treze efetivamente obtiveram retorno por parte dos jovens vinculados a elas, cujas respostas foram recebidas e registradas para análise. Esse dado evidencia que, embora o número de cooperativas envolvidas tenha sido significativo, nem todas conseguiram mobilizar seus jovens para responderem à pesquisa, o que revela desafios de comunicação ou de engajamento interno.

No Gráfico 5, observa-se que dezenove participantes relataram residir na zona rural, o que sinaliza que alguns membros da família podem ter migrado para áreas urbanas, a fim de exercer atividades econômicas que sejam de fora do setor agropecuário, entretanto, com a manutenção de vínculos com o meio rural.

Gráfico 5 - Local de Residência Atual dos Jovens Participantes da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A manutenção dessa população jovem no campo pode ser interpretada como um indicativo positivo, uma vez que representa o potencial de continuidade das unidades produtivas familiares, além de apontar para a possibilidade de formação de novos quadros cooperativistas a partir de práticas educativas voltadas à economia solidária. A atuação do PECSOL, ao promover processos formativos baseados na valorização dos saberes locais, na construção coletiva do conhecimento e no fortalecimento das redes de cooperação, contribui diretamente para estimular a

permanência desses jovens nos territórios rurais.

Esse cenário também reforça a importância de políticas públicas e estratégias educacionais que incentivem o protagonismo juvenil no campo, ampliando suas oportunidades de geração de renda, autonomia e participação ativa na gestão das cooperativas e no desenvolvimento territorial sustentável. O sistema cooperativista e até mesmo a Unicafes oferece atenção a esse número, que revela que esses jovens estão menos relacionados à agropecuária tradicional e mais envolvidos em outros setores.

Diante do cenário identificado nesta pesquisa, no qual se evidencia a baixa adesão de jovens ao cooperativismo e à atividade agropecuária, torna-se necessário que entidades representativas, como a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), juntamente com as cooperativas vinculadas ao sistema, adotem estratégias estruturadas para reverter essa realidade. Entre os possíveis caminhos, destaca-se o investimento em capacitação técnica voltada para os jovens rurais, com ênfase em práticas sustentáveis, gestão eficiente e inovação tecnológica, de modo a tornar a agropecuária mais atrativa, tanto do ponto de vista da sustentabilidade quanto da rentabilidade no contexto do agronegócio familiar (Schneider; Cassol, 2014).

Nesse contexto, é recomendável fomentar atividades econômicas complementares, como o desenvolvimento de agroindústrias familiares, que ampliem as possibilidades de inserção produtiva da juventude rural. Outra estratégia relevante consiste na sensibilização dos jovens quanto à importância econômica e social da agropecuária, por meio de ações de formação continuada, bem como pelo oferecimento de suporte técnico e financeiro, assegurando condições mínimas para a permanência e protagonismo juvenil no meio rural (Abramovay, 1998; Piacentini, 2020).

Ao questionar se a agropecuária era a principal atividade econômica da família, 52% responderam afirmativamente. Para a opção “Não”, 48% relataram que a agropecuária não é a principal atividade econômica.

Embora a agropecuária tenha um papel relevante, não é a atividade predominante para quase metade dos jovens respondentes. Pode-se interpretar que a diversidade de atividades econômicas nas famílias rurais é significativa, o que tende a influenciar as percepções e interesses dos jovens em relação ao campo. O percentual de 48%, que não considera a agropecuária como atividade principal, pode

ser explicado pela crescente diversificação econômica em áreas rurais, como prestação de serviços e pequenos negócios.

Corroborando esse cenário, tal dado revela que 52% dos respondentes indicaram que a agropecuária permanece como a principal atividade econômica da família. Entretanto, é significativo observar que 15 participantes afirmaram que as atividades desenvolvidas não estão vinculadas ao campo. Esse dado evidencia que, embora a agropecuária ainda exerça papel central para parte dos entrevistados, uma parcela expressiva das famílias adota estratégias econômicas diversificadas, buscando outras formas de trabalho e renda fora da atividade agrícola tradicional.

Essa realidade reflete um movimento típico das transformações no meio rural brasileiro, em que a agricultura familiar, para além de sua função produtiva, assume características multifuncionais, articulando atividades agrícolas, não agrícolas e até urbanas, como prestação de serviços, comércio, trabalho assalariado e empreendedorismo. Tal dinâmica se configura como um mecanismo de resiliência socioeconômica, permitindo às famílias enfrentarem as instabilidades do mercado agrícola, as adversidades climáticas e as limitações de acesso a políticas públicas específicas.

4.1.1 Síntese e conclusão do perfil dos participantes do tópico 4.1

O perfil dos jovens participantes desta pesquisa a respeito do Programa de Educação Cooperativista Solidária (PECSOL) pode ser caracterizado pelas seguintes dimensões inseridas no Quadro 12.

Quadro 12 - Caracterização do perfil dos jovens rurais participantes da pesquisa

Idade	A média de idade dos participantes se concentra em torno dos 29 anos, sendo está a faixa etária mais comum, com representatividade de aproximadamente 40%. A participação abrange jovens adultos, com idades variando entre 19 e 29 anos.
Gênero	A distribuição de gênero aponta uma predominância feminina, com aproximadamente 68% dos respondentes se identificando como mulheres, enquanto 33% se identificam como homens. Isso sugere uma presença mais expressiva de mulheres na amostra, refletindo possivelmente um maior interesse ou engajamento feminino em iniciativas de capacitação Rural ou cooperativista.
Grau de escolaridade	O nível educacional dos respondentes é diversificado, predominando o ensino médio completo (39%), seguido pelo ensino superior completo (16%) e ensino superior incompleto (16%). Alguns participantes possuem pós-graduação (especialização ou mestrado), representando um público com um perfil educacional relativamente elevado para contextos rurais, o que pode influenciar as expectativas e o interesse em relação ao programa e às cooperativas.

Residência e contexto rural	Os participantes residem majoritariamente em áreas rurais 61%, o que está de acordo com o público-alvo do programa. Essa característica indica uma possível afinidade e necessidade de iniciativas que fortaleçam a formação e oportunidades econômicas para jovens no campo, promovendo a permanência e o desenvolvimento dessas áreas.
Vínculo com as cooperativas	Uma parte significativa dos jovens participantes ou seus familiares está vinculada a cooperativas agropecuárias 78%, com diferentes cooperativas citadas, como CAFA, COACIPAR, entre outras. A diversidade de cooperativas mencionadas reflete uma integração dos jovens com o setor cooperativista, com alguns já desempenhando papéis como cooperados ou pertencentes a famílias cooperativistas.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Esse perfil revela um jovem rural adulto, com nível educacional, majoritariamente feminino e vinculado ao contexto cooperativista. O grupo mostra potencial para engajamento em atividades que fortaleçam sua permanência no campo e sua inserção ativa no cooperativismo, sendo, dessa forma, o PECSOL uma ferramenta relevante para sua capacitação e desenvolvimento profissional.

A análise de seu perfil indica que programas, como o PECSOL, quando alinhados às suas necessidades e expectativas, podem desempenhar papel crucial no fortalecimento das comunidades rurais e na promoção da sucessão familiar em atividades agrícolas.

4.2 JOVENS RURAIS: CULTIVANDO O FUTURO

Os jovens rurais são os protagonistas de um movimento transformador que busca revitalizar o campo, tornando-o mais atraente, produtivo e sustentável. Este tópico aborda sobre a importância dos jovens rurais no contexto atual, os desafios enfrentados e as oportunidades que surgem com a modernização do setor agrário (Puntel, Paiva e Ramos, 2011).

Nesse contexto, quando os jovens foram questionados sobre estarem atualmente envolvidos em atividades agrícolas ou relacionadas à vida rural, para a opção “Sim”, 81% dos participantes indicaram envolvimento, ou seja, jovens que estão engajados com atividades rurais; para a opção “Não”, foram obtidas seis respostas, o que representa 19% dos participantes que não estão envolvidos.

A predominância de jovens envolvidos na agricultura indica que a maior parte dos participantes têm uma relação direta ou indireta com o trabalho no campo, refletindo o contexto rural. A menor parcela (19%) representa uma oportunidade para

o engajamento de jovens no setor agrícola por meio de capacitação ou incentivo, além de uma alternativa de atuação para o PECSOL estar engajando esses jovens. Esse resultado corrobora as questões anteriores, que foram indicativas dessa parcela de jovens estarem envolvidos com atividades urbanas.

Para os jovens que responderam com a opção “sim,” na questão anterior, se estariam envolvidos com alguma atividade agrícola, foi questionado quais seriam essas atividades rurais. Assim, o Gráfico 6 destaca as principais atividades agrícolas que os jovens rurais mencionaram, com a lavoura e a horticultura como atividades principais realizadas na agricultura familiar. Essas respostas refletem a diversidade de interesse agrícola entre os jovens, com foco na produção vegetal.

Gráfico 6 - Principais atividades produtivas desempenhadas por jovens no meio rural

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O Gráfico 6 apresenta as principais atividades produtivas desenvolvidas pelos jovens participantes da pesquisa em seus respectivos contextos rurais. As informações foram organizadas em categorias representativas das práticas mais recorrentes no meio agrícola familiar, a fim de melhor ilustrar a diversidade e o grau de envolvimento dos jovens com a produção rural.

Observa-se que as atividades envolvem tanto o cultivo de culturas alimentares básicas, como grãos e hortaliças, quanto a criação de animais e práticas associadas à agroindustrialização de produtos primários. A inserção dos jovens

nesses segmentos revela não apenas a continuidade das atividades tradicionais no campo, mas também uma tendência à valorização de cadeias curtas de produção e comercialização local, o que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e das economias locais.

Essas atividades revelam uma característica marcante da agricultura familiar, a diversificação produtiva e o valor agregado oriundo da combinação entre culturas e criações, conforme descrito por Guanziroli (2001). Tal estrutura produtiva é, geralmente, desenvolvida em pequena escala e voltada ao abastecimento de mercados locais e regionais, embora já se percebam esforços em direção a mercados mais amplos, conforme destaca Buainain (2007).

Ainda que não vise, necessariamente, à maximização do lucro, a agricultura familiar cumpre um papel estratégico na segurança alimentar, sendo responsável por significativa parte da produção de alimentos no Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário (2020), essa forma de organização produtiva sustenta a economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, reforçando sua relevância territorial e social. No âmbito das cooperativas da UNICAFES, observa-se a organização das cadeias produtivas em segmentos, como leite, frutas, cereais, hortaliças, mel e carnes, embora ainda enfrentem limitações estruturais nos processos de agroindustrialização, armazenagem e logística (Unicafes, 2014).

Portanto, os dados apresentados no Gráfico 6 corroboram a ideia de que a juventude rural permanece vinculada à realidade produtiva de suas famílias e comunidades, mantendo vivas práticas agropecuárias essenciais ao desenvolvimento regional e à sustentabilidade socioeconômica do campo. A fim de visualizar, de forma sintética e ilustrativa, as principais atividades desempenhadas pelos jovens no meio rural, elaborou-se uma nuvem de palavras.

Essa representação gráfica evidencia, por meio da frequência e relevância dos termos mencionados, as ações que fazem parte do cotidiano produtivo desses sujeitos. Observa-se que atividades, como horticultura, lavoura, produção de leite, criação de animais, olericultura e participação em cooperativas, são amplamente citadas, o que reflete a diversidade de práticas vinculadas à agricultura familiar e ao cooperativismo solidário. A Figura 7 apresenta essa composição visual das atividades mais recorrentes entre os participantes da pesquisa.

Figura 7 - Nuvem de palavras com as atividades que mais são realizadas pelos jovens

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O envolvimento dos jovens com a lavoura tem sido um tema de grande relevância, especialmente, no contexto da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável.

Com o intuito de estimular o jovem rural a suceder os pais e dar continuidade à atividade agrícola de pequena escala, diversas políticas públicas vêm sendo efetivadas, tais como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dispõe de uma linha de crédito específica para jovens agricultores com idade entre 16 e 29 anos. Além dessa linha de crédito, há ainda um programa denominado Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), voltado ao financiamento de imóveis e estruturas básicas com juros de 1% ao ano e prazo de 35 anos para pagar a terra. Os beneficiados desse programa são jovens com idade entre 18 e 29 anos, filhos de agricultores familiares ou provenientes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, que queiram viabilizar o próprio

projeto de vida no meio rural (Brasil, 2022).

O Quadro 13 foi elaborado com base nas respostas fornecidas pelos jovens ao serem questionados sobre os principais desafios enfrentados pela juventude residente na zona rural. Entre os 31 participantes, as respostas foram organizadas de forma a suprimir repetições, resultando em um total de 20 diferentes menções.

Quadro 13 - Quais são os maiores desafios que você enfrenta como jovem na zona rural

Jovem rural	Resposta
Entrevistado 1	Falta de mão de obra e mudanças climáticas.
Entrevistado 2	Crédito para começo.
Entrevistado 3	Confiança ao jovem.
Entrevistado 4	Ficar um pouco longe da zona urbana.
Entrevistado 5	Espaço para inovação.
Entrevistado 6	Falta de apoio e incentivo.
Entrevistado 7	Dificuldade na sucessão familiar.
Entrevistado 8	A falta de confiança por causa da idade.
Entrevistado 9	O custo do leite ser muito baixo.
Entrevistado 10	A falta de oferta de crédito.
Entrevistado 11	Enquanto estava na zona rural, era o não acesso a cooperativas da Agricultura Familiar, o que dificultava a comercialização de produtos diferenciados e de acesso à programas governamentais, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com isso ficava direcionado poucos modelos de produção para o agricultor estabelecer seus trabalhos e ainda com vários riscos em relação a comercialização, principalmente vinculadas a atravessadores e oscilação de preços e não garantia de compra.
Entrevistado 12	Os desafios são muitos, um deles é conseguir se manter no campo em pequenas propriedades. Na minha família a produção de fumo ainda é muito forte. Se manter no campo produzindo grãos como milho e feijão em pequenas propriedades é muito difícil, pois a produção está cada dia mais difícil e o preço não está compensando.
Entrevistado 13	Falta de políticas públicas voltadas a juventude (lazer).
Entrevistado 14	Incentivo econômico do estado, e subsídio para produção de silagem
Entrevistado 15	Não ser ouvido, ou não ter tanta credibilidade no mercado de trabalho.
Entrevistado 16	Atualmente os desafios que não temos controle como clima enfrentamos dificuldades com a falta de assistência especializada e comercialização dos produtos.
Entrevistado 17	Falta de tecnologia e excesso de pragas.
Entrevistado 18	Comercialização, crédito para produção.
Entrevistado 19	Êxodo rural.
Entrevistado 20	Falta de verba.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Diante do Quadro 15, é possível observar as lacunas que existem no meio rural, que impedem os jovens de se manterem na propriedade rural e de dar continuidade ao sistema cooperativista, por conta de questões financeiras e sociais.

Para a juventude rural, a falta de crédito rural é considerada um dos principais entraves para a permanência e o desenvolvimento dos jovens no campo. Esse

problema afeta diretamente a capacidade dos jovens de investir em suas propriedades, adotar novas tecnologias e expandir suas atividades produtivas, o que coloca em risco a sucessão geracional e a sustentabilidade da agricultura. Isso causa dificuldades de iniciar atividades produtivas, dependência familiar, tendência ao êxodo rural, bem como, para suas propriedades rurais, uma baixa inovação, pois, sem crédito, os jovens têm dificuldade de implementar inovações tecnológicas e práticas seguras que possam aumentar a sua produtividade e, como consequência, sua renda.

Um estudo da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares (CONTAG) destacou que a falta de crédito é uma das principais barreiras enfrentadas pela juventude rural brasileira. Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) enfatiza que o acesso ao crédito é crucial para fortalecer a agricultura familiar e garantir a sucessão rural (Contag, 2022).

Diante disso, seria necessário investir em políticas públicas específicas, que ofereçam linhas de crédito acessíveis, com condições facilitadas, como juros reduzidos, carência ampliada e menor exigência de garantias. Também, a capacitação técnica e financeira, aliada a iniciativas de assistência técnica e participação em cooperativas, pode fortalecer o protagonismo dos jovens no campo.

Soluções integradas entre governo, instituições financeiras e organizações agrícolas podem ser fundamentais para garantir que a juventude rural tenha as condições permitidas para contribuir com o desenvolvimento sustentável. A inclusão financeira dos jovens no segmento agrícola é um passo interessante para construir um futuro mais equitativo e próspero.

Outro ponto a ser destacado é a falta de incentivo e a confiança no jovem rural. Muitas vezes, os jovens enfrentam não apenas barreiras financeiras, como a falta de crédito, mas barreiras culturais e sociais que desvalorizam sua capacidade de empreender e inovar no campo. Essa desconfiança pode vir de familiares, comunidades locais e até de instituições financeiras, que enxergam os jovens como inexperientes ou incapazes de administrar propriedades rurais.

Mesmo diante do contexto do novo rural, os jovens ainda enfrentam o “gargalo” do descrédito, da invisibilidade e da falta de confiança, que parte da própria família. Isso porque, em sua maioria, são agricultores que aprendem a lidar com um único produto, por medo ou desconhecimento, de maneira que relutam em aceitar as ideias aprendidas e transmitidas para os seus filhos (Pereira, 2006).

A ausência de incentivos, como programas de capacitação específicos, políticas de estímulo à liderança jovem e acesso facilitado a recursos, reforça essa percepção negativa e limita o potencial da juventude rural. Esse cenário pode desmotivar jovens talentosos, levando-os a abandonar o campo em busca de oportunidades em áreas urbanas, o que contribui para o êxodo rural e a estagnação das práticas agrícolas familiares.

Evidencia-se que a sucessão familiar no meio rural não depende apenas da transferência formal da propriedade ou das funções produtivas, mas envolve, sobretudo, aspectos socioeconômicos, culturais e simbólicos que influenciam diretamente a decisão da juventude em permanecer ou não no campo. A insegurança quanto ao acesso contínuo à renda, a falta de autonomia econômica e a ausência de perspectivas de crescimento pessoal e profissional são fatores decisivos na ruptura dos vínculos dos jovens com as atividades familiares.

Estudos demonstram que a sucessão familiar bem-sucedida exige a construção de um ambiente favorável à valorização do jovem como sujeito ativo no processo produtivo, reconhecendo suas aspirações e proporcionando condições para que ele participe da gestão e da inovação nos empreendimentos familiares (Wanderley, 2007; Schneider e Cassol, 2014).

Abramovay *et al.* (2001) e Ahlert (2009) reforçam que o planejamento e a discussão da sucessão não acontecem na maioria dos estabelecimentos familiares rurais brasileiros. É importante que o pai proporcione formação adequada aos filhos, discuta, de forma organizada, sobre o processo sucessório o mais cedo possível e planeje gradualmente essa sucessão (Ahlert e Chemin, 2010).

Portanto, discutir a sucessão familiar sob uma ótica ampliada que considere a renda estável, a valorização do trabalho juvenil e o acesso a políticas públicas específicas torna-se essencial para garantir a continuidade da agricultura familiar e fortalecer o protagonismo da juventude rural.

Isso, conforme os autores, facilita inclusive que o produtor rural propicie a resolução de problemas e situações conflitantes enquanto ainda estiver no comando da propriedade. O planejamento no processo sucessório minimiza os conflitos que possam existir entre os herdeiros, assim como permite à família pensar na distribuição dos bens ou divisão e manutenção das terras após a morte dos pais. No entanto, essa é uma condição ideal que não se efetiva, conforme salienta Ahlert (2009), no mundo rural brasileiro.

Outro aspecto de destaque refere-se à suficiência ou insuficiência de renda resultante do modelo e da facilidade, ou à dificuldade de acesso ao mercado. O baixo resultado econômico em muitas unidades familiares dificulta a garantia da reprodução dos meios de vida que justifique aos jovens a permanência na terra e a ideia de construir seu projeto de vida no campo. A renda aparece como um dos fatores decisivos na maioria das pesquisas, a exemplo do que é efetivado por Abramovay *et al.* (1998) e Silvestro *et al.* (2001).

Para transformar essa realidade, é essencial que a Unicafes, com suas cooperativas vinculadas e outras organizações, reconheça o papel estratégico dos jovens no futuro da agricultura. É vital, nesse sentido, investir sobre esse tema dentro da capacitação do PECSOL, de maneira que se fomente a inclusão dos jovens no planejamento das propriedades rurais, além de oferecer incentivos financeiros, tecnológicos e educacionais,

Promover a confiança no jovem, por meio de iniciativas que valorizem seu papel como agente de transformação, é fundamental para garantir a sucessão familiar, a sustentabilidade no campo, dar continuidade ao sistema cooperativista e ao fortalecimento da agricultura como base econômica e social.

Para o Entrevistado 12, o fato de permanecer no meio rural torna-se desafiador devido à renda, fato que se comprova pelo estudo de Celuppi (2021), que afirma que um dos maiores apontamentos dos agricultores, mais especificamente dos jovens, em relação às vantagens do meio urbano, é a renda, sendo que a remuneração mensal e os direitos trabalhistas impulsionam a sua migração para o meio urbano (Kischener, Kiyota e Perondi, 2015). A renda também está relacionada à disponibilidade de benfeitorias, maquinário e equipamentos que facilitam o trabalho e a eficiência produtiva, o que também influencia a permanência no campo.

Outro obstáculo é a dificuldade de implementar novas tecnologias e práticas inovadoras que poderiam aumentar a produtividade e diversificar as fontes de renda. Muitos jovens demonstram interesse por tecnologias digitais e agrícolas, mas enfrentam barreiras financeiras e educacionais, como ressaltado pelos Entrevistados 5 e 17, os quais mencionaram a falta e o espaço para a tecnologia.

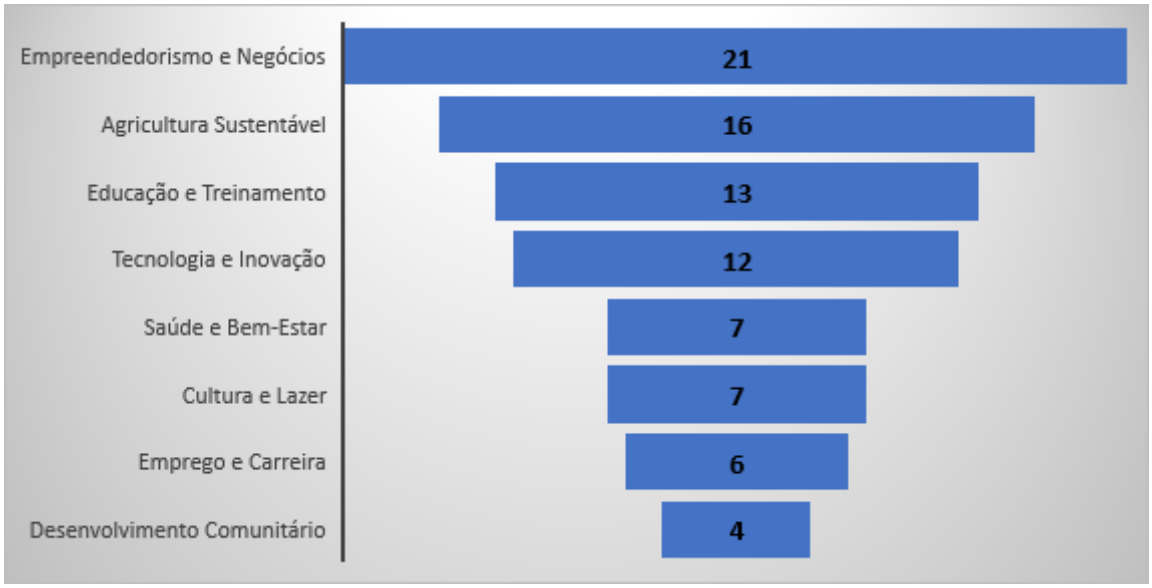
Diante disso, com o intuito de responder ao objetivo específico, b) Analisar as áreas de interesse e as motivações dos jovens para a capacitação e permanência no sistema cooperativista, com base em indicadores como tipos de cursos demandados, expectativas de carreira, potencial de sucessão familiar, vínculo com cooperativas

locais e uso de tecnologias digitais na formação, foram elencadas, por meio das respostas obtidas, quais seriam as principais necessidades de capacitação dos jovens na área rural. Isso porque era necessário identificar e priorizar as opções que eles mais teriam interesse para o Programa PECSOL, a fim de inserir como módulo em suas capacitações, ou até mesmo criar oficinas, com os temas mais estipulados pelos jovens para atender à real expectativa e necessidade deles.

No questionário aplicado, buscou-se compreender os interesses dos jovens quanto à participação em futuras formações e capacitações. Para isso, foi apresentada uma questão que dispunha de diversas áreas temáticas, como empreendedorismo e negócios, agricultura sustentável, educação e treinamento, entre outras. Os participantes puderam selecionar mais de uma alternativa, indicando, assim, múltiplas áreas de interesse. Essa estratégia permitiu identificar, de forma mais abrangente, quais são os campos que mais despertam o engajamento da juventude rural vinculada às cooperativas da economia solidária.

O Gráfico 7 apresenta os resultados dessa etapa, evidenciando as temáticas mais demandadas pelos jovens, as quais refletem tanto as necessidades práticas do cotidiano produtivo quanto o interesse na ampliação de conhecimentos técnicos, de gestão, de comercialização e de organização social vinculados aos princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Gráfico 7 - Áreas Temáticas de Interesse dos Jovens para Participação em Capacitações no Contexto Cooperativista



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Como resultado, a área de Empreendedorismo e negócios representou a maior demanda, evidenciando a busca por autonomia financeira, inovação e desenvolvimento de negócios dentro do campo. Isso reflete o desejo de aprender habilidades para gerar renda e inovação a fim de se manter no campo. Os empreendimentos modificam-se constantemente em vários ramos, o que inclui inovações em produtos, serviços, processos, gestão, desenvolvimento de novos mercados, melhoramento na logística e inovações organizacionais. O lançamento de algo novo é essencial diante de um padrão de competição assentado na diferenciação (Tigre, 2006).

Corroborando essa realidade, os dados levantados na pesquisa revelam que 68% do público respondente é composto por mulheres. Esse dado, por si só, já evidencia a expressiva participação feminina no contexto rural pesquisado, o que permite refletir sobre a crescente inserção das mulheres nas atividades produtivas, na gestão dos empreendimentos familiares e, sobretudo, no protagonismo econômico no meio rural, o que reforça o interesse e a necessidade de desenvolvimento de competências empreendedoras no campo.

Tal resultado evidencia a busca pelo fortalecimento das atividades econômicas locais, inovação e desenvolvimento de negócios sustentáveis no meio rural. Tal movimento reflete o desejo de aprender e aprimorar habilidades voltadas à geração de renda, à valorização dos recursos locais e à permanência no campo com qualidade de vida.

O desenvolvimento de empreendimentos no meio rural não se limita à produção agrícola, mas envolve também inovações em diversos segmentos, como agroindústrias, artesanato, turismo rural, gastronomia, comercialização direta e serviços. Nesse sentido, a inovação se manifesta tanto na criação de novos produtos e serviços quanto na melhoria de processos, gestão, logística e estratégias comerciais, conforme destaca Tigre (2006), ao afirmar que o lançamento de algo novo é essencial em contextos competitivos baseados na diferenciação.

Especificamente no que se refere ao empreendedorismo feminino rural, observa-se que essa prática tem se consolidado como uma estratégia de empoderamento, fortalecimento da autonomia econômica e de enfrentamento às desigualdades de gênero no campo. Estudos, como os de Siliprandi (2012), Silva e Fraga (2019, apontam que as mulheres rurais têm desempenhado papéis centrais na condução de agroindústrias familiares, na adoção de práticas sustentáveis, na

comercialização e na gestão dos empreendimentos, demonstrando elevada capacidade de inovação, liderança e resiliência.

Além disso, essas experiências estão frequentemente associadas à pluriatividade, o que permite que as famílias diversifiquem suas fontes de renda e promovam maior estabilidade econômica, além de contribuir para a dinamização dos territórios rurais.

Portanto, o interesse expressivo pelo tema Empreendedorismo e Negócios revelado nesta pesquisa não apenas reflete uma demanda por conhecimento, mas também se conecta diretamente a uma transformação em curso nos territórios rurais, na qual o protagonismo feminino se apresenta como eixo central para o fortalecimento da agricultura familiar, para o desenvolvimento local sustentável e para a construção de novos arranjos produtivos, econômicos e sociais no campo (Dourado, Schmidt e Cielo, 2023).

Na sequência, dezesseis jovens sinalizaram a área de agricultura sustentável como especto de interesse para qualificação, o que pode revelar uma preocupação com práticas agrícolas ecologicamente responsáveis dentro do campo por parte dos jovens. Além disso, para a capacitação em Educação e Treinamento, treze jovens selecionaram essa opção; e, para o ponto Tecnologia e Inovação, foram doze marcações, o que indica uma busca por qualificação técnica e modernizada.

Esses dados destacam o foco no desenvolvimento econômico e técnico, alinhado à sustentabilidade e inovação. Schneider e Hendges (2006) apontam que a educação para a cooperação pode ser entendida como todo o tipo de atividade que desperte o interesse comprometido dos cooperados. No entanto, o grande dilema que tem desafiado tais instituições interessadas nos valores e princípios cooperativos está justamente em saber despertar esse interesse, uma vez que as pessoas buscam cada vez mais resultados imediatistas, aceitando a competição e o individualismo como naturais e a única alternativa possível. Isso se opõe à educação para a cooperação, à visão coletivista centrada no bem-comum (Schneider e Hendges, 2006).

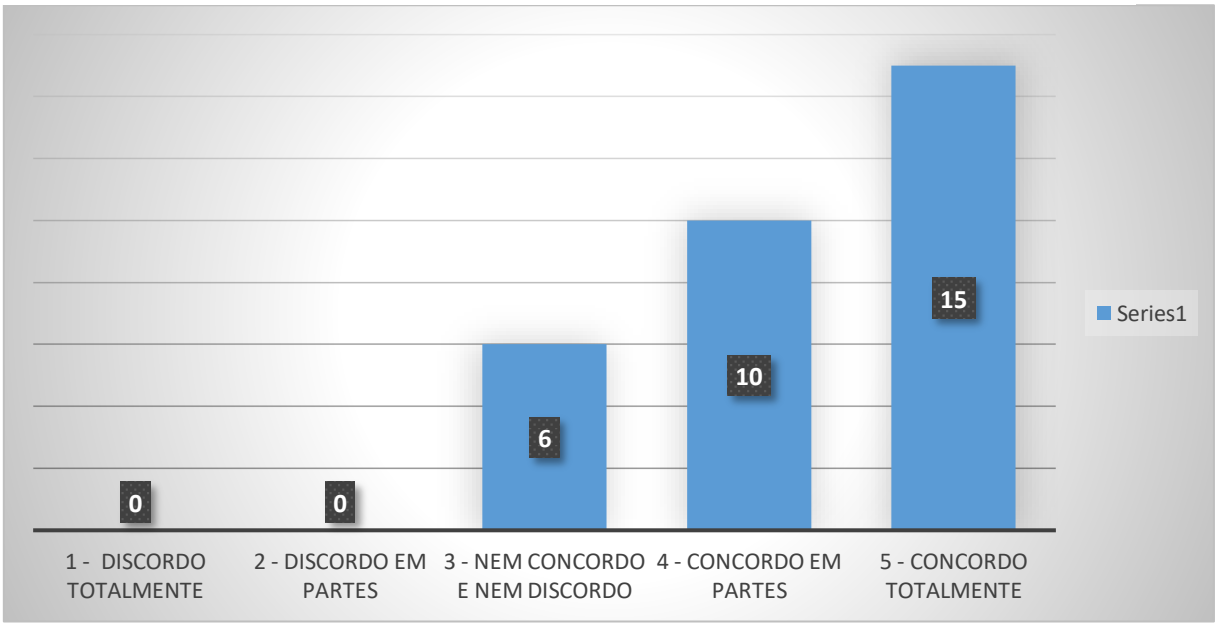
Os itens oriundos das agroindústrias familiares agregam maior valor monetário aos produtos e conferem atributos valorativos, como artesanais, livres de conservantes químicos, o que são fatores qualitativos apreciados por um número de consumidores cada vez maior. Isso porque se diferenciam dos produtos alimentícios desenvolvidos em larga escala produtiva e oriundos de regiões, muitas vezes, distantes daqueles que os consomem.

Para Barbosa e Brondani (2005), empreender no setor agroindustrial significa dotar o negócio com eficiência e eficácia, principalmente, em relação à competitividade que as famílias devem agregar para enfrentar o dinamismo do mercado capitalista. Os métodos de elaboração das estratégias devem ser observados de forma especial, levando em consideração as práticas e atividades que a agroindústria desenvolve para que a proposta elaborada tenha maior probabilidade de êxito.

Dando continuidade à análise dos dados coletados por meio do questionário, optou-se por aprofundar a interpretação de determinadas variáveis, utilizando a Escala de Likert, conforme já descrito nos procedimentos metodológicos. Essa escala, amplamente empregada em pesquisas de natureza social, permite mensurar o grau de concordância dos respondentes em relação a diferentes afirmações, a partir de uma estrutura ordinal de respostas.

Para esta etapa, foram analisadas questões, cujas alternativas consideram os seguintes níveis de concordância: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo em partes; (3) Nem concordo nem discordo; (4) Concordo em partes; e (5) Concordo totalmente. O uso da Escala de Likert possibilita transformar percepções subjetivas em dados quantificáveis, facilitando a análise estatística e a interpretação dos padrões de opinião dos participantes. A seguir, apresenta-se o Gráfico 8, que sintetiza os resultados desta etapa.

Gráfico 8 - Você tem acesso à educação adequada na área rural que você reside



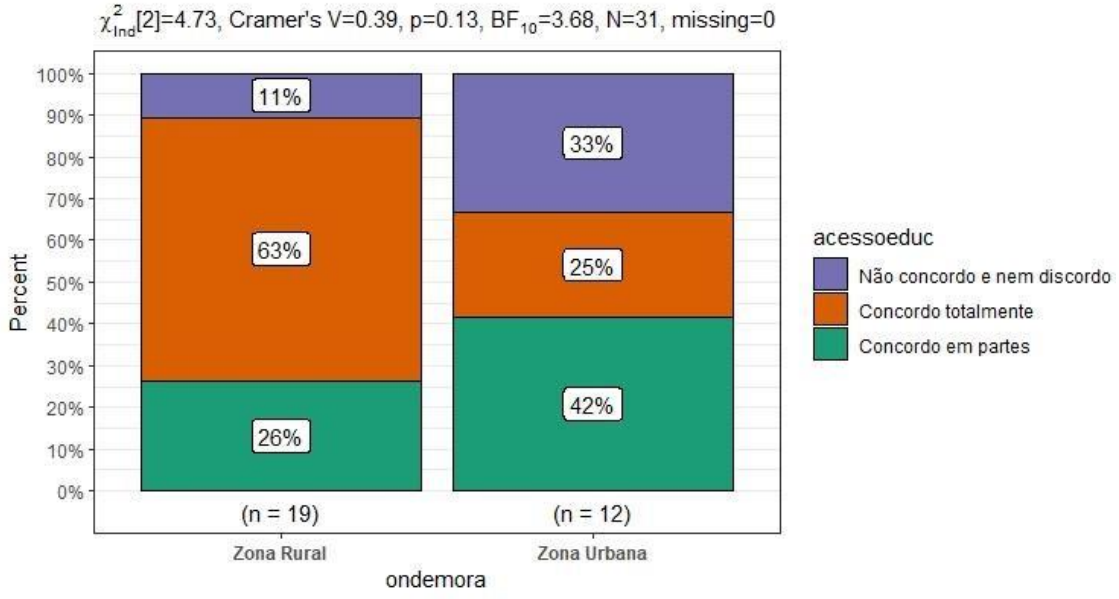
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A categoria Concordo Totalmente, com 50%, representa a maioria dos participantes que acreditam ter acesso pleno à educação na zona rural. Isso pode indicar que programas, por exemplo, o PECSOL ou infraestruturas educacionais, tendem a atender bem às expectativas desse grupo.

Na categoria “concordo em partes”, 32% refletem que, embora os participantes percebam avanços no acesso à educação, ainda há desafios ou lacunas a serem resolvidas. Possíveis questões relacionadas podem ser incluídas nesse quesito, como a distância e infraestrutura de algumas regiões rurais, que podem apresentar acesso limitado a escolas ou instituições de ensino técnico e superior. Ademais, há a qualidade desse ensino e educação repassados a esses jovens.

No Gráfico 9, evidencia-se a elaboração pela análise feita por meio da estatística do teste QUI-quadrado, com base no valor de *p*. Observa-se uma discrepância na percepção do acesso à educação entre os moradores da zona rural e urbana. Especificamente, relaciona-se a proporção de indivíduos que afirmam "Concordar Totalmente" com a afirmação sobre o acesso à educação, que é significativamente maior entre aqueles que residem na zona rural (89%), em comparação com os residentes da zona urbana (67%).

Gráfico 9 - Percepção de acesso à educação pela variante onde mora



Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

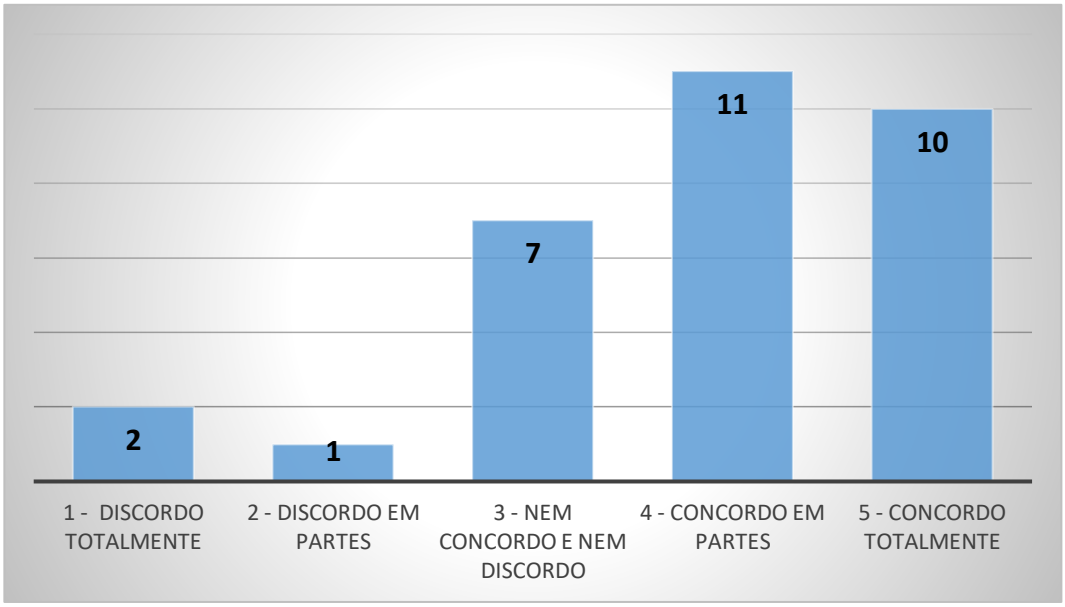
Esses dados sugerem que, apesar das dificuldades especificamente associadas ao ensino no campo, a percepção da população rural quanto ao acesso à educação é mais positiva do que a da população urbana. Esse resultado pode estar relacionado a políticas públicas direcionadas à ampliação da infraestrutura educacional em áreas rurais, bem como a uma possível diferenciação nos critérios de avaliação do acesso por parte dos diferentes grupos. Dessa forma, a análise dos dados reforça a importância de considerar o contexto territorial para avaliar a efetividade das políticas educacionais e a percepção da população quanto ao local onde residem.

Para Ray (1997), o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial, estimulando a criação de condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados.

Nesse sentido, pressupõe-se que a decisão de continuidade no ambiente rural está intimamente relacionada à dimensão política que, por meio de políticas públicas, pode estimular o desenvolvimento de estratégias descentralizadas capazes de valorizar a regionalização e fidelização de jovens agricultores. Celuppi (2021) afirma que, para os jovens escolherem viver no espaço rural, é necessário ter algumas condições que favoreçam essa opção, a saber: renda, políticas públicas eficientes, acesso às tecnologias, transporte de qualidade, lazer, cultura e ter um projeto na unidade de produção definido junto com a família, tendo em vista que a maior parte dos jovens migra para as cidades devido aos conflitos geracionais e à falta de autonomia financeira.

No Gráfico 10, apresenta-se o resultado da investigação do que foi questionado, de maneira que foi solicitado a esses jovens se eles tinham acesso a serviços de saúde na sua comunidade.

Gráfico 10 - Você tem acesso a serviços de saúde em sua comunidade



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados da pesquisa evidenciam observações distintas quanto ao acesso aos serviços de saúde por parte da população residente em áreas rurais. A maioria dos respondentes (35%) afirmou "concordar em partes" com a assertiva sobre a efetividade desse acesso, o que denota a existência de uma percepção moderadamente positiva, mas ainda marcada por limitações. Outros 32% declararam "concordar totalmente", sinalizando uma parcela significativa da população que demonstra satisfação em relação aos serviços prestados.

Em contrapartida, 22% mantiveram uma postura neutra ("nem concordam nem discordam"), o que pode refletir experiências inconsistentes ou desconhecimento sobre seus direitos de acesso. Por fim, 10% manifestaram algum grau de discordância, apontando para uma possível insatisfação com as condições atuais de atendimento.

Esses resultados confirmam os achados de Lima *et al.* (2019), que demonstram que moradores de zonas rurais enfrentam desafios substanciais no que tange ao acesso aos serviços de saúde, como a escassez de unidades de atendimento, a carência de profissionais especializados e a limitação de transporte público, o que agrava a vulnerabilidade desses grupos. Tais barreiras estruturais e geográficas comprometem a equidade no atendimento entre os espaços urbano e rural,

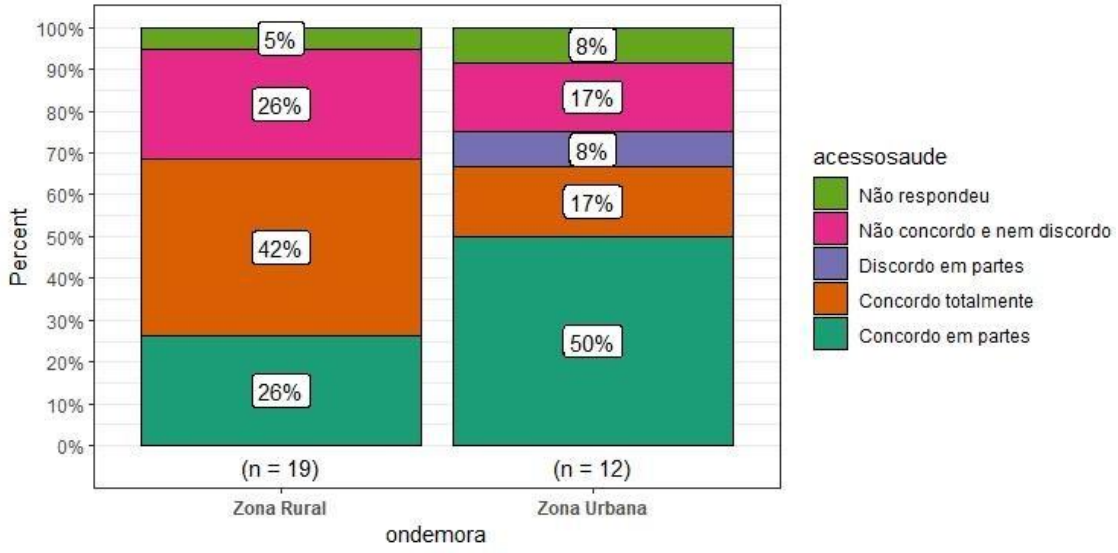
contrariando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que diz respeito à universalidade e integralidade do cuidado.

Embora a assimilação seja positiva para a maioria (70%), a presença de respostas neutras e negativas revela a necessidade de melhorias no acesso e qualidade dos serviços de saúde, especialmente por parte das comunidades rurais. As ações podem focar na infraestrutura médica, atendimento contínuo e disponibilidade de profissionais de saúde.

Em estudo realizado no município de Cascavel, no Paraná, no qual ocorreram entrevistas com 29 mulheres moradoras da zona rural, denotou-se que, apesar de existir avanço nos serviços ofertados às mulheres na zona rural do município, a maior cobertura dos atendimentos oferecidos, ainda, está restrita à consulta de planejamento familiar e realização do exame preventivo (Maraschinet *et al*., 2020).

A seguir, no Gráfico 11, apresenta-se o entendimento dos respondentes em relação ao local em que moram.

Gráfico 11 - Entendimento do acesso a saúde pela variante onde moram



Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

A descrição dos dados revela diferenças significativas na percepção do acesso à saúde entre os residentes das zonas urbanas e rurais. No meio urbano, apenas 17% dos entrevistados afirmam "Concordar Totalmente" com a afirmativa sobre o acesso à saúde, enquanto, na zona rural, esse percentual é maior, atingindo 42%.

Além disso, na zona urbana, observa-se uma distribuição mais igualitária entre

as categorias de resposta, com 50% dos participantes declarando "Concordo em Partes" e 8% afirmando que "Não Concorda Totalmente". Já na zona rural, 42% dos participantes afirmaram “Concordo Totalmente”, enquanto 26% indicaram “Concordo em Partes”, o que resulta num total de 68%.

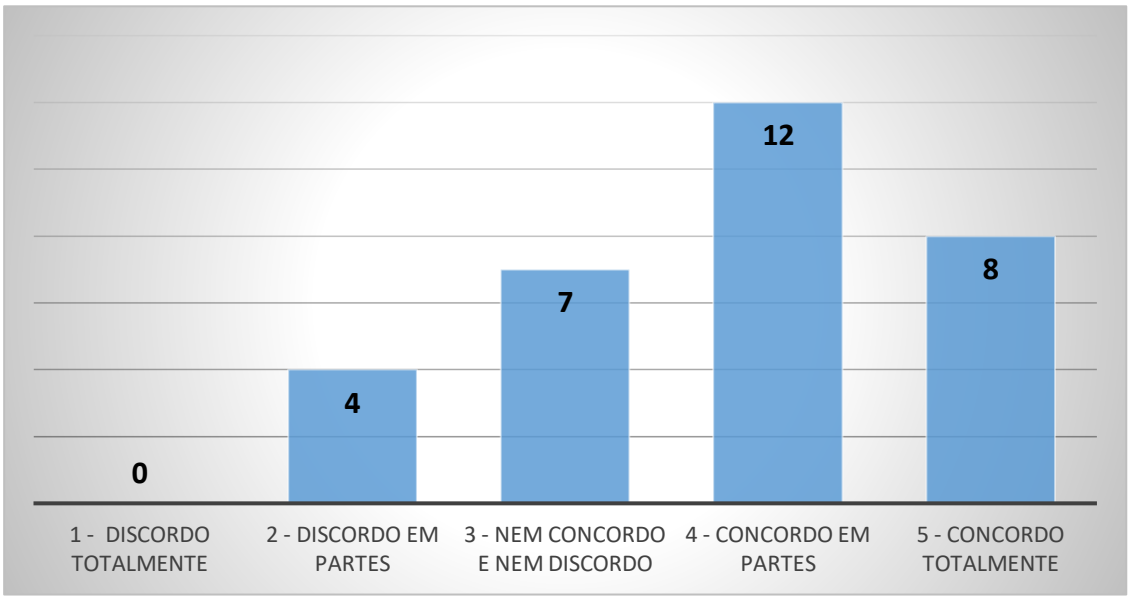
Por outro lado, na zona urbana, embora o total de entrevistados que confirmem algum nível de acesso à saúde seja semelhante (67%), a maioria está equipada na categoria "Concordo em Partes" (50%), o que sugere uma compreensão menos favorável em comparação com os residentes do meio rural. Essas revelações indicam que, apesar das desigualdades estruturais historicamente associadas ao acesso à saúde na zona rural, os indivíduos dessas regiões demonstram uma interpretação mais positiva em relação à oferta de serviços de saúde daqueles que vivem em áreas urbanas.

Tal situação aparente pode estar relacionada à proximidade de unidades básicas de saúde em comunidades específicas ou até mesmo às diferenças nas expectativas e critérios utilizados pelos respondentes ao avaliar o acesso à saúde.

Na sequência, buscou-se compreender o meio rural em que os jovens vivem, especialmente diante do avanço da globalização, que tende a derrubar barreiras entre pessoas, cidades, estados e países. Assim, é igualmente essencial considerar a vivência em uma sociedade marcada pela constante aceleração das tecnologias de comunicação. Atualmente, no mundo globalizado, as relações, por meio de redes, sejam elas virtuais ou físicas, fazem parte do cotidiano das pessoas e é importante que essa comunicação seja disseminada por toda a parte.

Nesse contexto, o Gráfico 12 mostra o resultado da questão que investigava acerca do acesso adequado à tecnologia na zona rural por parte dos jovens

Gráfico 12 - Acesso adequado à tecnologia na zona rural

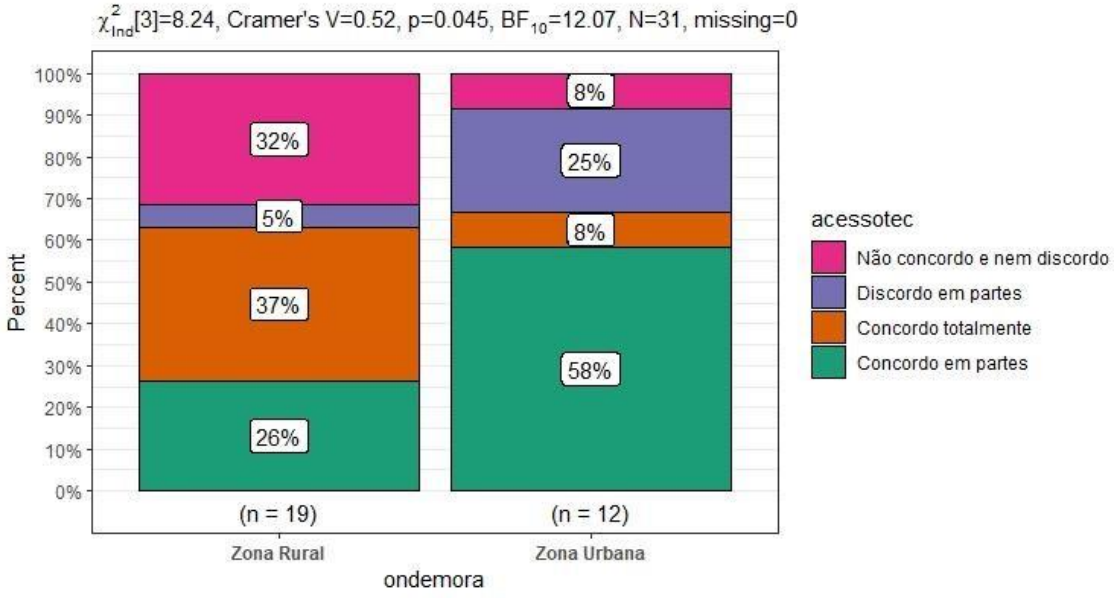


Fonte: elaborado pela autora 2024.

Observa-se, de acordo com o Gráfico 12, que a maior parte dos entrevistados acredita parcialmente que há acesso adequado à tecnologia na zona rural, enquanto uma parcela específica “Concorda Totalmente”. Por outro lado, uma minoria discorda em partes, indicando que existem desafios tecnológicos a serem superados para atender plenamente às demandas da população rural.

Na sequência, no Gráfico 13, apresenta-se a interpretação por parte dos entrevistados em relação ao acesso à tecnologia de acordo com o local onde residem:

Gráfico 13 - Percepção do Acesso à tecnologia segundo o local de residência



Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

No entanto, a categoria mais definida nesse grupo foi “Concordo em Partes”, com 58%, o que pode indicar oscilações no acesso à tecnologia ao transitar entre os diferentes espaços rurais e urbanos. Esses achados evidenciam que, embora a conectividade digital tenha avançado em áreas rurais, ainda podem existir barreiras estruturais que impactam a experiência dos jovens ao acessar recursos tecnológicos fora dos centros urbanos, como instabilidade na conexão à internet e limitações na infraestrutura de comunicações.

Ainda que a falta de internet limite o jovem rural em diversos aspectos, ela não impede completamente o seu trabalho. Na ausência dela, o jovem adota estratégias tradicionais e alternativas para desenvolver suas atividades e lidar com os desafios do trabalho no campo. No entanto, esses jovens perdem oportunidades de crescimento, inovação e integração com mercados mais amplos. O investimento na ampliação do acesso à internet na zona rural é, portanto, crucial para fortalecer a agricultura familiar e fomentar o crescimento de suas propriedades rurais.

Nos estudos de Ramos, Angnes e Costa (2018), ao realizarem um percurso pelo meio rural do município de Prudentópolis, localizado na região centro-sul do Estado do Paraná, foi constatada a presença de sinal de telefonia móvel e Internet — em alguns locais, inclusive, com qualidade superior à da área urbana. Nos poucos povoados onde o sinal era inexistente, as propriedades dispunham de antenas próprias, o que lhes garantia acesso à telecomunicação. Os smartphones e a TV digital fazem parte do novo cenário rural; as vias de acesso anteriormente tão criticadas por seu estado de conservação não foram alvo de reclamações e nem mesmo a falta de entretenimento para os jovens.

A conectividade rural é um elemento de infraestrutura essencial para a agricultura digital. A importância de sua expansão pode ser comparada à universalização do acesso à energia elétrica, que atende 99,8% da população brasileira, além de possibilitar aos pequenos, médios e grandes produtores acesso a mais conhecimento, tecnologia e oportunidades que transformarão os processos e sistemas produtivos (IPEA, 2022).

A melhoria do acesso à internet efetiva-se por meio das redes 3G, 4G e da recém-chegada 5G. O 5G é uma tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga com a qual o Brasil passou a contar desde o ano de 2021. Essa tecnologia permite um tempo muito mais rápido de processamento e troca de informações entre dispositivos, equipamentos e usuários, o que possibilita a implantação da Internet das

Coisas (em inglês IoT) (Spadinger, 2021).

Nesse contexto, observa-se que o acesso à internet nas áreas rurais ainda enfrenta limitações significativas, especialmente devido à localização geográfica das propriedades, frequentemente situadas em regiões remotas e com baixa cobertura de sinal das operadoras tradicionais (IPEA, 2022). Tal cenário impacta diretamente a inclusão digital, o acesso à informação e a geração de oportunidades, sobretudo para os jovens do meio rural, que relataram dificuldades recorrentes na estabilidade e na qualidade da conexão.

Frente a esses desafios, surgem alternativas inovadoras no mercado de conectividade, como a tecnologia oferecida pela Starlink, desenvolvida pela empresa SpaceX. A Starlink consiste em uma rede de satélites de baixa órbita que tem como objetivo fornecer internet de alta velocidade e baixa latência em regiões de difícil acesso, incluindo zonas rurais e áreas isoladas (SPACEX, 2023; Ferreira *et al.,* 2022).

Segundo Silva e Dias (2023), essa tecnologia representa um avanço significativo na redução das desigualdades digitais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de territórios historicamente excluídos da transformação digital. Assim, a expansão desse tipo de serviço se apresenta como uma possibilidade concreta para ampliar a conectividade rural, impactando diretamente não apenas os processos educativos, mas também o empreendedorismo, o acesso à informação e a permanência dos jovens no campo. Na pesquisa, foi indagado, na forma de questão aberta, que tipo de apoio ou recursos os jovens acreditam que seriam mais úteis para as áreas rurais. O Quadro 14 demonstra algumas das respostas coletadas.

Quadro 14 - Tipos de apoio ou recursos que o jovem acredita que seriam mais úteis para os jovens rurais em sua área

Jovem rural	Resposta
Entrevistado 1	Assistência técnica
Entrevistado 2	Apoio de Cooperativas
Entrevistado 3	Mais acesso à internet
Entrevistado 4	Apoio técnico
Entrevistado 5	Intercâmbios em propriedades bem-sucedidas
Entrevistado 6	Abordagens sobre sucessão rural e não somente com os jovens, mas com seus pais
Entrevistado 7	Cursos, incentivos
Entrevistado 8	Acesso a créditos
Entrevistado 9	Tecnologia, e incentivo a continuar no campo
Entrevistado 10	Maior acesso a novas tecnologias

Entrevistado 11	Os recursos necessários para os jovens variam conforme a proximidade dos centros urbanos, influenciada pela produção, aptidão das unidades produtivas e interesses individuais. Quanto mais distante das cidades, menor o acesso à tecnologia, impactando suas necessidades, que podem incluir crédito para o Pronaf, infraestrutura de estradas, escolas e saúde. Para os que desejam atuar em agroecologia, estágios remunerados e políticas públicas que garantam bolsas e equipamentos são essenciais. De forma geral, os jovens precisam de recursos diversos, desde crédito fundiário até infraestrutura local.
Entrevistado 12	Cursos
Entrevistado 13	Políticas de fomento à agricultura familiar, como o Pronaf, Políticas de compra dos produtos produzidos no campo
Entrevistado 14	Lazer e cultura
Entrevistado 15	Incentivo econômico para geração de receita e abatimentos em custeios na área de produção familiar; ex.: exames de brucelose e tuberculose subsidiados pelo estado, análises de solo, pelo IDR, captação de manifestações de equipamento agrícolas (ordenhas e plantadeiras).
Entrevistado 16	Apoio para novos empregos capacitações de profissão
Entrevistado 17	Cursos e incentivo
Entrevistado 18	Ter recursos para poder apresentar os resultados na cooperativa, ter apoio de projetos para poder aplicar na cooperativa.
Entrevistado 19	Incentivo ao empreendedorismo rural, cursos, assistência, além de recursos financeiros mais acessíveis.
Entrevistado 20	Educação empreendedora, linhas de crédito específicas, acesso a mercados
Entrevistado 21	Facilitar financiamento, assim, eles investiam na melhoria da sua atividade rural, também alimentaria sua área produtiva.
Entrevistado 22	Cursos/capacitações e incentivos pra continuar sendo um produto rural
Entrevistado 23	Educação, pesquisas, cursos relacionados à agricultura sustentável e tecnologias não convencionais que muitas vezes são desconhecidas.
Entrevistado 24	Cursos
Entrevistado 25	Cursos e apoio financeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Assistência técnica, apoio por parte das cooperativas, abordagem sobre sucessão rural, acesso a novas tecnologias, apoio ao jovem, cursos e capacitações foram as respostas mais retratadas e as mais indicadas como recursos necessários para esses jovens.

Em relação ao tema da “sucessão”, para o Entrevistado 6, “essa questão não é abordada dentro da família”, fato que Celuppi (2021) atesta, em seu estudo, visto que o maior relato dos jovens rurais envolve o fato de que os jovens não são preparados e instruídos para dar continuidade às tarefas de seus genitores. Os principais motivos de saída são trabalho, casamento e os estudos.

O Entrevistado 11 destaca que as necessidades dos jovens no meio rural variam de acordo com sua localização e contexto produtivo. Ele aponta que aqueles próximos a grandes centros urbanos têm demandas diferentes dos que vivem em áreas mais afastadas, onde o acesso à tecnologia e infraestrutura é mais limitado. Além disso, fatores, como a aptidão com a terra e os interesses individuais, também

influenciam suas necessidades.

Ainda, o entrevistado 11 menciona que os recursos podem ir desde crédito agrícola (como o Pronaf) até melhorias na infraestrutura de estradas, escolas e saúde. No caso específico dos jovens que desejam seguir carreira na agricultura familiar, ele enfatiza a importância de estágios remunerados e políticas públicas que garantam bolsas de estudo, assim como acesso a equipamentos. No entanto, não há uma solução única para todos os jovens rurais, pois cada realidade exige diferentes tipos de apoio.

Em relação à falta de lazer e cultura, o relato do Entrevistado 14 evidencia que a ausência dessas atividades impacta diretamente o bem-estar, a integração social e a qualidade de vida de seus moradores. Esse cenário resulta, muitas vezes, em uma sensação de isolamento, especialmente entre os jovens, que podem buscar alternativas em áreas urbanas, o que contribui para o êxodo rural.

Esse relato corrobora os achados na pesquisa de Celuppi (2021) ao evidenciar que a permanência do jovem no meio rural depende da existência de condições estruturais e simbólicas que tornem essa escolha viável e atrativa. A autora aponta que fatores, como a geração de renda, o acesso a políticas públicas eficazes, às tecnologias digitais, ao transporte, ao lazer e à cultura, aliados à construção de um projeto de vida elaborado em conjunto com a família, são determinantes para fortalecer o vínculo dos jovens com o campo.

A partir dessa perspectiva, observa-se que a migração juvenil para os centros urbanos está frequentemente associada à ausência dessas condições, somada aos conflitos intergeracionais e à limitação da autonomia econômica no ambiente familiar rural.

Na sequência, no que se refere à interpretação dos jovens em relação ao interesse de continuar vivendo e trabalhando na zona rural, 81% dos respondentes assinalaram a opção “Sim”, um fator que pode ser considerado positivo; para 19%, é necessário mudar e ir para a zona urbana.

O alto interesse em permanecer no campo é um sinal positivo, o que revela o potencial para investimentos em capacitação, tecnologia e oportunidades de trabalho, a fim de garantir qualidade de vida e desenvolvimento sustentável aos jovens rurais. Para Carneiro e Castro (2007), os jovens estão percebendo de forma positiva o meio rural, valorizando-o como tranquilo, seguro e com boa qualidade de vida, o que contraria o que antes se afirmava por parte da sociedade, como atrasado e parado.

Celuppi (2021), também, corrobora Carneiro e Castro (2007), ao mencionar que a juventude passou a ressignificar o rural, não mais como um lugar de atraso e de penosidade, mas de oportunidades e de qualidade de vida.

Ao perguntar ao jovem se tinha interesse em permanecer no campo, também foi indadgado se pretendia deixar a zona rural, o que indicaria uma resposta negativa à permanência no meio rural. Diante disso, questionou-se por que teriam interesse em sair do campo. Os entrevistados apresentaram diferentes justificativas relacionadas à sua não inserção no contexto rural. O Entrevistado A afirmou que: “ eu trabalho na cooperativa no administrativo e minha realidade é urbana”. De forma semelhante, o Entrevistado B declarou: “atualmente trabalho no administrativo de uma cooperativa”, reforçando a predominância de atuação em ambientes urbanos e administrativos.

O Entrevistado C relatou: “não trabalho na zona rural”, enquanto o Entrevistado D expressou: “não sou da área rural”, evidenciando o distanciamento direto da realidade do campo. Já o Entrevistado E destacou uma compreensão de desigualdade entre os contextos urbano e rural, afirmando que “os recursos de serviço na cidade são mais valorizados”. Por fim, o Entrevistado F optou por não se manifestar de forma expressiva, limitando-se a uma resposta lacunar (“...”), o que pode indicar ausência de opinião consolidada ou não identificação com a temática.

Há uma tendência entre alguns jovens de buscar trabalho no contexto urbano; nesse caso, os jovens B, C, E, e F não possuem interesse na zona rural, o que os leva a buscar novas possibilidades no contexto urbano. Esse número justifica os dados apresentados sobre 19% não estarem envolvidos em atividades agrícolas.

A migração dos jovens do campo para a cidade tem afetado a dinâmica das áreas rurais, contribuindo para a diminuição da mão de obra no setor agrícola e impactando a estrutura demográfica das cidades. Nesse contexto, compreender as razões envolvidas nessa necessidade de migração é essencial para identificar soluções que possam mitigar seus efeitos e promover um equilíbrio entre o meio rural e urbano.

Nessa condição, o estabelecimento rural continua sendo uma necessidade de sobrevivência, limitando o deslocamento dos jovens. Ainda, o nível baixo dos rendimentos gerados nos estabelecimentos rurais, quando impacta o sustento da família, força alguns dos entes familiares, principalmente os filhos, a recorrer ao trabalho na cidade, mesmo que em situações precárias (Abramovay, 1992; Abramovay *et al.,* 2001).

Assim, a mudança não é uma opção, mas uma necessidade de sustento da família. Por esse motivo, a opção de os jovens ficarem na propriedade rural ou saírem dela não é algo simples, pois o contexto social interfere nesse processo de tomada de decisão (Troian, Breitenbach, 2018)

No Quadro 15, pode-se observar algumas soluções para atrair jovens rurais a permanecerem no campo.

Quadro 15 Estratégias para fixação e inclusão de Jovens no meio rural

Implementações	Sugestões ao PECSOL
Capacitação Técnica	Cursos focados em tecnologia agrícola, gestão e inovação para modernizar o setor rural.
Oportunidades de Empreendedorismo	Incentivo à criação de pequenos negócios rurais com apoio financeiro e logístico.
Valorização da Agricultura familiar	Mostre o impacto positivo da produção sustentável na comunidade e no meio ambiente.
Acesso à Tecnologia e Conectividade:	Melhorar o acesso à internet e tecnologias para facilitar a produtividade e a educação.
Políticas de Incentivo:	Subsídios, programas de sucessão familiar e valorização do trabalho rural.
Infraestrutura e Qualidade de Vida	Investimentos em saúde, educação e lazer no campo.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Conforme destacado no Quadro 15, 'cursos' foi o item mais solicitado pelos jovens, evidenciando uma forte demanda por capacitações e atualizações, especialmente nas áreas de tecnologia agrícola e inovação. Nesse contexto, cabe também às cooperativas oferecer suporte e orientações sobre como se inscrever nesses cursos, divulgar editais abertos, viabilizar transporte e fornecer recursos quando as formações ocorrem fora da comunidade.

Além disso, é importante considerar soluções para o acesso à internet no meio rural — como a opção da Starlink, mencionada no estudo — e incentivar a atuação dos jovens ao lado de seus pais nas propriedades. Essa participação pode fortalecer a confiança mútua e contribuir para a construção do protagonismo juvenil no campo, favorecendo o processo de sucessão rural, uma preocupação também apontada pelos entrevistados

No Quadro 16, foram sistematizadas as principais preocupações manifestadas pelos jovens em relação à sua permanência no meio rural. As respostas evidenciam que os desafios são múltiplos e interligados, abrangendo questões socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e estruturais. Entre os fatores mais recorrentes, destacam-se: as mudanças climáticas, a instabilidade na comercialização da produção, a

escassez de tecnologias adequadas, a falta de recursos hídricos, a desvalorização do pequeno produtor, além das dificuldades em gerar renda suficiente para a manutenção da família.

Quadro 16 - Preocupações dos jovens sobre a permanência no campo

Entrevistado	Resposta
Entrevistado A	Mudanças climáticas
Entrevistado B	Venda da produção
Entrevistado C	Poucas tecnologias
Entrevistado D	Falta de água
Entrevistado E	Desvalorização do pequeno produtor e do setor agropecuário
Entrevistado F	Renda suficiente para manter a família
Entrevistado G	Falta de recursos para melhoria da produção e nos preços dos nossos alimentos.
Entrevistado H	Sucessão familiar
Entrevistado I	Uma grande preocupação é o uso indevido de venenos na agricultura, impulsionado pela falsa ideia de sua necessidade. Isso tem causado contaminação de nascentes, degradação do solo e maior dependência de insumos externos, tornando a agricultura mais frágil.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Também, foram apontados entraves, a exemplo do acesso limitado a recursos para investimento na melhoria da produção, os baixos preços praticados na comercialização dos alimentos, os desafios relacionados à sucessão familiar e, de forma bastante expressiva, as preocupações ambientais quanto ao uso inadequado de agrotóxicos, que impactam diretamente a saúde dos ecossistemas e das famílias agricultoras. Tais elementos, sistematizados no Quadro 16, revelam um panorama complexo, que influencia diretamente as decisões dos jovens sobre permanecer ou não no campo, refletindo as fragilidades, mas também apontando possíveis caminhos para a construção de alternativas sustentáveis e inovadoras para o meio rural.

As preocupações dos jovens também envolvem aspectos ambientais, já apontados como um dos principais desafios enfrentados pelo setor. Entre 2022 e 2024, a agricultura foi duramente impactada pelas mudanças climáticas globais, o que afetou negativamente as práticas de plantio em diversas regiões do mundo. Esse cenário compromete diretamente a economia global e a segurança alimentar. A seca prolongada, por exemplo, tem inviabilizado a germinação de sementes devido à escassez de água (Andrade dos Santos *et al.* 2024).

Em contrapartida, o excesso de chuvas também se revela prejudicial, visto que ocasiona a morte das plantas devido à grande quantidade de água, como relatou o Entrevistado D. “Diante desse cenário, marcado por eventos climáticos, como geadas,

períodos de secas e excesso de chuva, há a consequência de prejudicar a produção agrícola, bem como os preços dos alimentos". O aumento nos custos de produção e as oscilações na oferta resultam em efeitos significativos à economia.

Ainda, uma das situações mencionadas é a sucessão familiar, o que tem sido recorrente nas respostas dos jovens para esta pesquisa. De acordo com os levantamentos realizados por Brumer (2007), no que se refere à questão sobre a sucessão agrícola, na propriedade rural dos pais, isso está relacionado também com a sua localização (inserção no mercado, distribuição) e tamanho do estabelecimento (possibilidade de comportar investimentos e assegurar o retorno esperado). Segundo a autora, em alguns países, a sucessão acontece, geralmente, ainda com os pais vivos. Já, no Brasil, essa realidade tende a efetivar-se, usualmente, por um processo de herança, destacando-se que a maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor, o que, geralmente, cria uma tensão com os pais, em vista das diferenças nas técnicas empregadas no campo.

Nesse âmbito, dois fatores suscitam abordagens específicas. O primeiro deles refere-se à situação de invisibilidade da juventude rural, como já mencionado pelos entrevistados, constituída pelo escasso reconhecimento na sociedade brasileira dessa categoria como agente social.

Além disso, há uma variedade de elementos, dentre os quais se destacam, nesta análise: os processos de saída, isto é, os mecanismos de inserção em atividades urbanas; o envelhecimento da população rural; a saída recorrente das jovens e a consequente masculinização da população do campo; os problemas de acesso à educação no campo; a característica urbana das escolas do campo; os processos de sucessão; as estratégias de permanência adotadas por uma parcela desses sujeitos; além das demandas por atividades de lazer, acesso à informação (internet) e à renda. (Kummer e Colognese, 2013).

No estudo realizado por Costa e Ralisch (2013), essa condição da renda limitada fica compreensível. Os autores buscaram, por meio de um estudo de caso, conhecer os anseios, as perspectivas de futuro e a realidade em que vivem os jovens rurais, moradores do assentamento Florestan Fernandes, localizado em Florestópolis-PR. A pesquisa foi realizada com 27 jovens (18 homens e 9 mulheres); os resultados mostraram que a maioria deles manifestou a vontade de continuar vivendo no assentamento, mas, por causa da limitação da renda obtida na propriedade, muitos deles sentiam a necessidade de buscar independência financeira. Isso ocorreu,

em parte, por falta de estímulo da própria família para que os jovens permanecessem na propriedade rural e pela maioria das entidades governamentais e não governamentais que não incentivavam a permanência da juventude no campo (Costa e Ralisch, 2013).

Para Zanol e Stropasolas (2019), a oportunidade para os jovens rurais se fixarem no campo implica o fato de a juventude brasileira ainda se encontrar em um convívio que envolve situações de não reconhecimento social, preconceito, marginalidade e exclusão das políticas públicas. Tais fatores ocasionam um comprometimento da reprodução social e formulação de projetos profissionais para esses jovens, os quais têm enfrentado enormes dificuldades para o acesso à terra, à renda, ao crédito, à formação profissional e às políticas públicas específicas. Tais situações produzem uma diminuição do interesse e da motivação desses jovens no propósito de dar continuidade aos empreendimentos produtivos da família e ao modo de vida dos pais.

Dessa forma, é necessário criar alternativas para a permanência de jovens no campo. Nesse contexto, a Unicafes, por meio do PECSOL, pode abranger tais discussões sobre as novas funções do espaço rural, sejam agrícolas ou não agrícolas, em atividades secundárias ou terciárias, como beneficiamento de matérias-primas e de serviços, o que tende a ampliar as oportunidades para os jovens rurais, expandir o convívio e a inserção dos jovens com as cooperativas.

4.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISITA SOLIDÁRIA (PECSOL)

Entende-se que trabalhar o Princípio da Educação, Formação e Informação nas cooperativas agroindustriais é fundamental, pois prepara os cooperados e seus familiares para lidar com assuntos do cotidiano na propriedade rural e na cooperativa, bem como informa a comunidade sobre os benefícios de ser cooperado (Catorino e Schmidt, 2024).

Em um primeiro momento, questionou-se se os jovens tinham conhecimento ou entendimento sobre programas educativos destinados a jovens rurais. O resultado foi expressivo, pois quatorze participantes responderem que não, ou seja, quase a metade dos participantes.

Ações voltadas para esse princípio qualificam os colaboradores e os parceiros para melhor atender os cooperados. Tendo em vista que o cooperado e sua família são

“donos” da cooperativa, é importante que estejam preparados para assumir as atividades rurais e dar continuidade à sucessão familiar juntamente à cooperativa. A educação cooperativista deve ser apresentada de forma clara e explícita nos programas de capacitação.

É essencial que os participantes compreendam que, ao se engajarem em formações, não apenas podem ampliar seus conhecimentos e ideias, mas também passam a integrar um sistema, cujo objetivo central é a promoção e disseminação dos princípios cooperativistas. Entre os entrevistados, 17 afirmaram já ter participado de programas dessa natureza, representando 55%; esse indicativo corrobora o estudo de Schneider e Hendges (2006), que afirma que o processo educativo amplia a visão do homem e possibilita que descubra novas fontes de oportunidades, como a reflexão, a capacidade de previsão, a consciência das relações homem/mundo, que conduzem à ação. Essa, por sua vez, reclama a avaliação sobre o que foi feito, visando à progressiva humanização do mundo.

Para identificar em quais programas os jovens tinham participado, foi questionado sobre quais seriam os cursos em que houve participação. Entre os jovens participantes da pesquisa, observa-se diversidade quanto à participação em programas e capacitações voltados ao desenvolvimento rural e cooperativista. Nove entrevistados relataram ter participado do PECSOL, enquanto dois mencionaram capacitações promovidas pela Unicafes. Outros participaram de iniciativas, como o Senar (1 jovem), Dia de Campo (1 jovem), Encontro de Jovens e Mulheres (1 jovem), Encontro de Jovens (2 jovens) e capacitação ofertada pela cooperativa (1 jovem). Esses dados evidenciam que, embora programas como o PECSOL tenham maior alcance, existem diferentes oportunidades de formação disponíveis para os jovens no contexto rural.

A formação, efetivada por programas e capacitações, amplia as oportunidades de trabalho aos jovens, garantindo que eles estejam preparados para contribuir no mercado cooperativo e na economia, pois, ao participar de programas de educação cooperativista, pode haver um fortalecimento do entendimento do papel das cooperativas.

Diante desse contexto, observa-se que os jovens passam a valorizar e a se engajar ativamente no cooperativismo, reconhecendo-o como uma estratégia fundamental para fortalecer a sucessão familiar e promover o desenvolvimento sustentável das cooperativas. Esse movimento já é uma realidade entre os

participantes da pesquisa, que relataram atuar diretamente em cooperativas vinculadas à agricultura familiar. Dos jovens entrevistados, seis afirmaram desenvolver atividades relacionadas às cooperativas, demonstrando, assim, que a participação coletiva e o associativismo representam caminhos concretos para fortalecer as dinâmicas produtivas, ampliar a geração de renda e garantir a continuidade das atividades no meio rural.

Dando continuidade à análise do questionário, no que se refere à eficiência do programa na capacitação dos jovens, Arretche (1998) destaca que a avaliação da eficiência é, possivelmente, a mais necessária e urgente na atualidade. Além disso, observa-se que, nos últimos anos, os métodos utilizados para essa avaliação têm se tornado cada vez mais sofisticados.

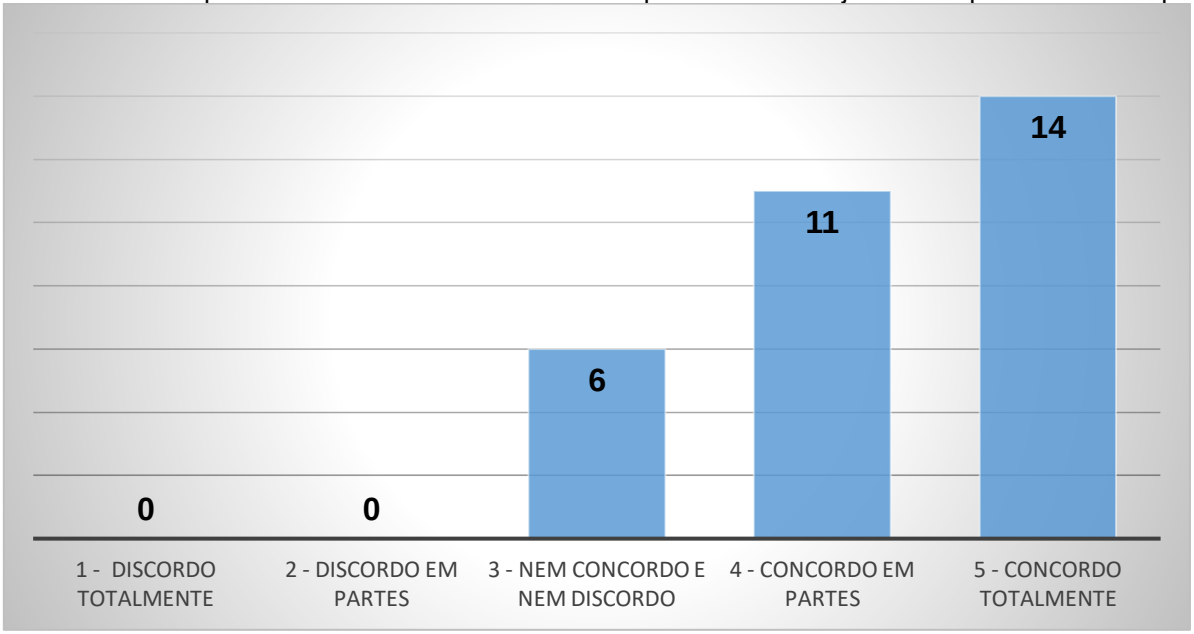
Para Sano e Filho (2013), a avaliação tenta determinar os custos de um programa e traçar um julgamento, bem como verificar se esse montante de custo proporciona resultados com qualidade, esperados e eficientes.

Por essa razão, a avaliação de eficiência, segundo Martins Lima (2007), investiga a relação entre o esforço empregado na implementação do programa (pensado enquanto custo) e os resultados alcançados (no sentido amplo da palavra). O questionamento típico para esse tipo de avaliação é se as atividades ou processos se organizam tecnicamente, da maneira mais apropriada; se operam com os menores custos para a produção máxima dos resultados esperados e no menor tempo possível.

Com base nisso, a parte do questionário que trata da participação da juventude rural foi elaborada com o objetivo de retratar, a partir das compreensões dos próprios participantes, a eficiência do programa. Para isso, foi aplicado um conjunto de perguntas fundamentadas nas informações previamente repassadas aos jovens.

Na primeira questão, utilizando a escala Likert, solicitou-se a opinião dos participantes sobre as atividades realizadas pelo PECSOL, dirigidas aos jovens cooperados, e se essas atividades estimulam a permanência deles no campo. O Gráfico 14 demonstra o que foi indicado.

Gráfico 14 - Impacto das atividades do PECSOL na permanência de jovens cooperados no campo



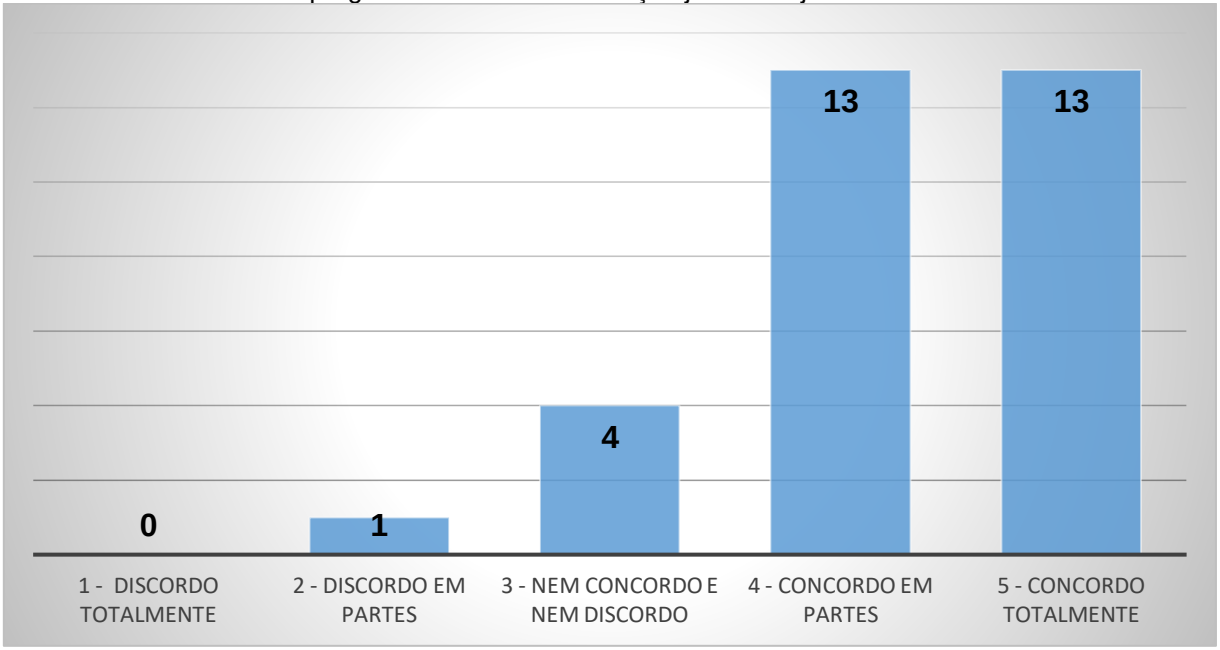
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A grande maioria dos jovens (80%) tem uma percepção positiva sobre as atividades do PECSOL, com destaque para a categoria concordo totalmente. O programa parece estar cumprindo seus objetivos, proporcionando atividades que envolvem os jovens e fornecem ensinamentos necessários para sua atuação no campo e no sistema cooperativista.

A neutralidade com representação de 17% pode indicar oportunidades de adaptação. Esses dados sugerem um cenário promissor, no qual o PECSOL é bem recebido pelos jovens cooperados; as recomendações são que investiguem as razões de neutralidade, reforcem as ações bem-sucedidas e garantam que todos os jovens percebam sua capacitação.

A questão seguinte objetivava identificar a eficiência do programa PECSOL em atender às suas necessidades e expectativas como jovem rural. Os resultados dessa investigação podem ser observados no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Eficiência do programa PECSOL na atuação junto aos jovens rurais



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

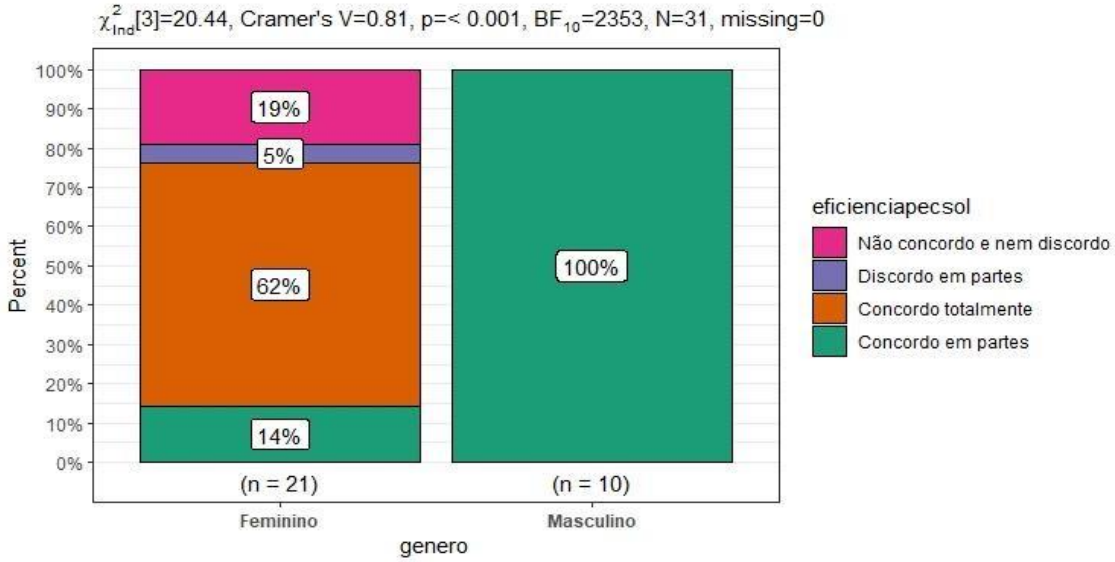
Observa-se que, para a opção “Concordo Totalmente”, foram obtidas treze respostas. Um número expressivo de participantes considera o programa como eficiente, tendo como “Concordo em Partes” também a mesma quantidade de participantes, pois “Concorda parcialmente” com a eficiência do programa. Isso sugere que, embora haja reconhecimento positivo, existem áreas com potencial de melhoria ou lacunas a serem identificadas. Observa-se também que há uma nova categoria sinalizada, com “Discordo em partes”, visto que apenas um participante apresentou insatisfação parcial; isso reflete um caso isolado e não envolve a avaliação geral.

Dessa forma, constata-se que 84% dos participantes avaliam de forma positiva, seja total ou parcialmente, a eficiência do PECSOL, o que demonstra que o programa tem atendido, de maneira significativa, às suas necessidades e expectativas. A concentração equilibrada nas categorias ‘Concordo totalmente’ (42%) e ‘Concordo em partes’ (42%) evidencia uma percepção majoritariamente favorável, embora sinalize que ainda há pontos que podem ser aprimorados para ampliar sua efetividade. Paralelamente, os índices de neutralidade (13%) e de insatisfação parcial (3%) revelam que uma parcela dos respondentes não percebe impacto direto ou não possui vínculo mais próximo com as ações do programa.

Para transformar essa realidade, poderiam ser realizadas entrevistas ou questionários abertos com os participantes para identificar os aspectos que ainda

podem ser melhorados nas próximas edições do PECSOL, pois entender as razões do “Discordo em Partes” e implementar soluções específicas para resolver as limitações percebidas faz com que aumente sua eficiência, além de sua credibilidade perante todos os envolvidos.

Gráfico 16 - Análise da Eficiência do Programa PECSOL frente às Demandas e Expectativas de Jovens do Meio Rural, sob a Perspectiva de Gênero

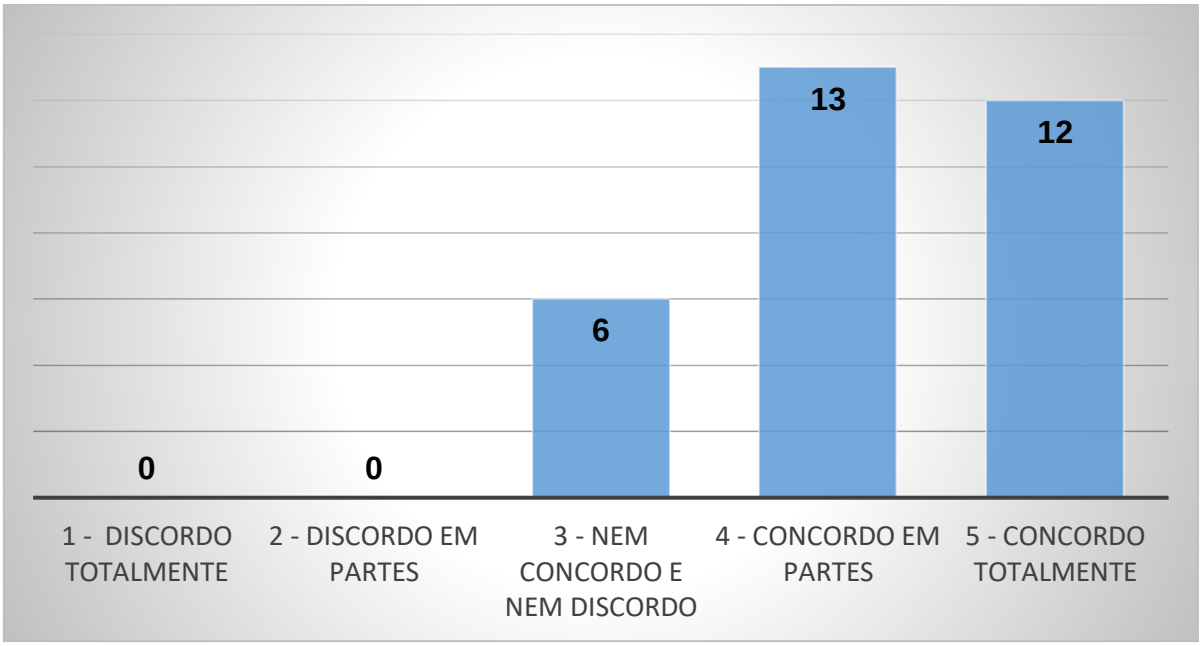


Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

Com base na análise do Gráfico 16, observa-se que todos os dez jovens do gênero masculino responderam que concordam parcialmente com a afirmação apresentada. Essa interpretação foi confirmada pela aplicação do teste Qui-Quadrado, o qual indicou que a eficiência do PECSOL é maior por parte do público feminino. O programa PECSOL é amplamente percebido como eficiente, com um índice elevado de satisfação entre os participantes. Contudo, há oportunidades de refinamento para transformar as percepções parcialmente positivas em avaliações totalmente favoráveis, garantindo, assim, um impacto ainda mais robusto e abrangente.

Na sequência, analisa-se a interpretação dos participantes quanto à contribuição das atividades desenvolvidas pelo PECSOL para a promoção da sucessão familiar. Essa realidade está representada no Gráfico 17, que ilustra como os respondentes avaliam o impacto do programa nesse aspecto.

Gráfico 17 - Contribuição do PECSOL para a sucessão familiar segundo os participantes



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 17 apresenta a assimilação dos participantes quanto à contribuição do PECSOL na promoção da sucessão familiar. Observa-se que 40% dos respondentes afirmam concordar totalmente com essa afirmação, o que demonstra uma avaliação positiva e significativa sobre o impacto do programa nesse sentido.

No entanto, a maior concentração de respostas situa-se na categoria ‘Concordo em partes’, com 43%, evidenciando que, apesar de reconhecerem avanços, os participantes percebem que ainda existem aspectos que podem ser aprimorados. Tal resultado está em consonância com as preocupações previamente relatadas pelos jovens, especialmente no que se refere à falta de apoio e às dificuldades estruturais enfrentadas no meio rural.

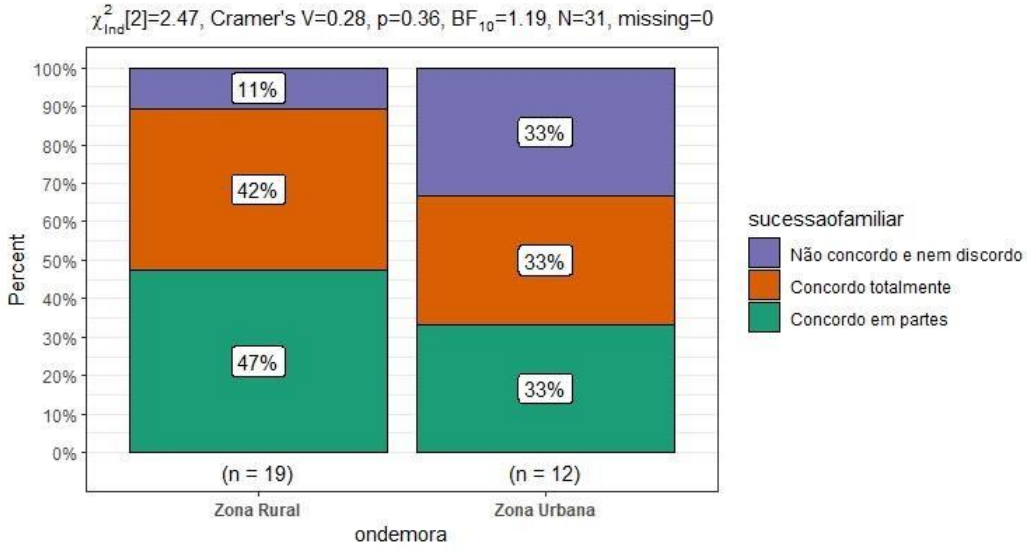
Embora o PECSOL atue como um agente facilitador da sucessão familiar, a compreensão dos participantes indica que sua abordagem sobre o tema pode não ser suficientemente aprofundada ou homogênea entre os beneficiários. Alguns jovens sentem que faltam ferramentas práticas ou apoio contínuo para assumir negócios familiares no futuro.

Também, conforme resposta de seis respondentes, há aqueles jovens que não estão diretamente envolvidos em atividades agrícolas ou cooperativas, o que pode gerar uma percepção de impacto desigual do programa. Ressalta-se, ademais, que a sucessão familiar depende não apenas do jovem, mas também do apoio da família e

da comunidade rural.

O Gráfico 18 indica que o teste QUI quadrado não mostrou dependência entre o quesito sucessão familiar e o local onde moram, zona rural ou zona urbana, apontando que 89% da zona rural concorda em partes; para os que residem na zona urbana, 66% indicaram concordar com essa prática realizada pelo PECSOL.

Gráfico 18 - Percepção das atividades realizadas pelo PECSOL promovem a sucessão segundo o local onde reside



Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

Diante disso, destaca-se que o programa pode necessitar de fortalecimento em ações que integrem toda a família no processo, garantindo uma transição mais eficaz. O PECSOL fundamentou suas ações de capacitação em metodologias participativas de Educação Popular, com processo de ensino-aprendizagem balizado pela valorização do saber dos participantes. Nesse sentido, busca a construção coletiva do conhecimento e das formas de saber, bem como de repasse e multiplicação, com conteúdos apropriados à autogestão cooperativista. Suas diretrizes metodológicas são evidenciadas na partilha de saberes, de forma que os participantes desempenharam simultaneamente o papel de Educadores e de Educandos, ampliando as estratégias de multiplicação do conhecimento.

4.3.1 Cartilhas e Cadernos do PECSOL: Conteúdos, Abordagens e Papel Formativo

A metodologia adotada pelo PECSOL estrutura-se em quatro fases principais: socialização, combinação, externalização e internalização dos conhecimentos, com o objetivo de capacitar os participantes para atuar como multiplicadores em suas respectivas unidades de trabalho. Essa abordagem está descrita nos materiais pedagógicos do programa, incluindo cadernos didáticos e documentos analíticos, que evidenciam resultados positivos, como o engajamento dos Diretores, a aceitação dos conteúdos e a formação de parcerias estratégicas para a disseminação das ações. A seguir, o Quadro 17 apresenta de forma sintética as etapas metodológicas que orientam a produção e aplicação das cartilhas pedagógicas utilizadas no PECSOL.

Quadro 16 - Metodologia das cartilhas pedagógicos

Número das Cartilhas	Título dos Cartilhas	Ementa
Cartilha 1	Módulo 1 - Organização do Cooperativismo solidário	Este material tem por finalidade fortalecer a capacitação de Conselheiros administrativos e fiscais das cooperativas participantes do programa, bem como auxiliar a implantação e melhoria de práticas de gestão e governança.
Cartilha 2	Módulo 2 - Modelo de gestão do cooperativismo solidário	Nesta cartilha, é desenvolvido o “Modelo de gestão” das cooperativas da agricultura Familiar e Economia solidária.
Cartilha 3	Módulo 3 - Modelo de Governança do Cooperativismo solidário	Neste documento, são apresentadas temáticas relacionadas à Governança das Cooperativas da agricultura familiar e Economia solidária, tema importante para a implantação de processos ligados ao aprimoramento organizacional das cooperativas.
Cartilha 4	Módulo 4 - Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário	Este módulo fundamenta as diretrizes, as quais orientam a organização e as práticas das redes de cooperação. As estratégias de inclusão social, cultura, produtiva e econômica são máximas transversais que influenciam o formato organizacional das Cooperativas Solidárias.

Fonte: elaborado pela autora (2025), adaptado de Zanco (2017).

No primeiro momento, as edições do PECSOL tiveram como recurso pedagógico 4 cartilhas e 8 vídeos de apoio, formatados com foco nas pessoas e na construção de estratégias participativas que objetivam proporcionar melhores condições para o empoderamento social e fortalecimento econômico das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Foram desenvolvidos, de forma complementar e interativa, favorecendo processos de acesso ao conhecimento,

multiplicação e internalização, além de ter fortalecido a gestão/governança das Cooperativas direcionada para Conselheiros, colaboradores e cooperados em geral.

Para a juventude rural, o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário Jovem (PECSOL JOVEM) tem como meta o fortalecimento da participação da juventude nas Cooperativas participantes, com objetivo de ampliar o empoderamento da pessoa para a organização, gestão e implementação, além das inovações estratégicas e sustentáveis a esse segmento organizacional (Unicafes, 2021).

O PECSOL Jovem é composto por uma trilha de conhecimento formada por quatro cursos, que têm como objetivo dialogar sobre a realidade da juventude no atual momento histórico; ampliar o entendimento, por uma série de treze cadernos, que visam dialogar sobre a realidade da juventude rural; ampliar o diálogo e potencializar novas condições e possibilidade para a juventude do campo; além de qualificar o diálogo e construir propostas para a sustentabilidade do campo, a sucessão familiar e a construção do projeto de vida da juventude. Paralelamente a isso, visa fortalecer o cooperativismo solidário e ampliar a atuação da juventude nas cooperativas.

A metodologia adotada para o desenvolvimento dos cadernos está apresentada no Quadro 18, que detalha as fases e os processos pedagógicos empregados no PECSOL Jovem.

Quadro 17 - Metodologia dos Cadernos PECSOL Jovem

Número do caderno	Título do Caderno	Ementa
Caderno 1	Contexto e Desenvolvimento de Habilidades pessoais	Apresenta uma abordagem ampla de contexto e interfaces com o desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental, que envolve a juventude contemporânea. Alguns conteúdos importantes são aprofundados mais nos cadernos seguintes.
Caderno 2	Protagonismo e visibilidade do jovem do campo	Evidencia uma abordagem sobre a importância das ferramentas digitais para o protagonismo da juventude no campo e nas organizações, entendendo melhor os potenciais e os desafios para boas práticas nas redes sociais, também para se prevenir dos extremos e dos resultados contraditórios ao desenvolvimento, à existência humana e ao protagonismo social positivo.
Caderno 3	Sucessão do Negócio Familiar	Este caderno explana uma abordagem sobre um tema dos mais centrais para a juventude do campo: a sucessão familiar e permanência no campo. Esse é um debate e desafio antigo, assumido muito mais como um problema interno à família e pouco tratado pelas organizações e instituições públicas. Esse é um assunto importante também para o cooperativismo solidário no momento atual e também na sua projeção futura.

Caderno 4	Relações de Gênero	Tem por objetivo uma percepção sobre as relações de gênero a partir de uma abordagem mais ampla, mas fazendo interfaces com a realidade concreta enfrentada pelas mulheres no campo e junto ao cooperativismo solidário, apontando dificuldades, avanços e desafios.
Caderno 5	Modelo Organizativo da Agricultura Familiar e Movimentos Sociais	Propõe uma abordagem sobre a trajetória histórica da agricultura familiar/camponesa no Brasil, os movimentos do campo, as lutas, as formas de organização, as conquistas e os desafios. A juventude está presente nessa trajetória e é sujeito importante para a continuidade da agricultura familiar/camponesa, dos seus movimentos e das suas organizações, a destacar, o cooperativismo solidário.
Caderno 6	Sistemas Sustentáveis de Produção	Este estudo propõe um aprofundamento sobre a agroecologia no Brasil, abordando sua trajetória histórica, as diversas correntes e propostas que compõem o movimento. Serão analisados os conceitos fundamentais, a construção do conhecimento agroecológico e as metodologias aplicadas na transição para sistemas sustentáveis, com foco nos desafios estratégicos para sua ampliação. Por fim, discute-se a institucionalização da agroecologia e o marco legal que orienta as iniciativas, com ênfase nos ajustes técnicos e nos procedimentos de avaliação da conformidade exigidos para a comercialização da produção orgânica.
Caderno 7	Valorização da cultura local e do território	Apresenta uma abordagem sobre as dimensões de sociedade, de cultura e de significação do campo e da cultura camponesa, além das oportunidades relacionadas ao potencial econômico no desenvolvimento territorial. Entende-se que essas dimensões contribuam para a animação da juventude e para a construção de oportunidades a fim de efetivar sua permanência no campo.
Caderno 8	Plano de Vida coletivo da juventude cooperativista	Este caderno pode ser considerado como um dos mais importantes, pois pretende subsidiar a construção do plano de vida e produção da juventude do campo. As concepções do projeto de vida jovem são fundamentadas em pressupostos sobre o contexto novo rural e as novas profissões, a ressignificação do ensino do campo – em um contexto de revisão das concepções sobre desenvolvimento rural e sobre o papel dos jovens, das filhas e dos filhos de agricultores familiares – nas dinâmicas de inovação socioeconômica dos territórios rurais. O plano de vida jovem deve ser elaborado e construído de forma coletiva, cujo objetivo principal é o desenvolvimento de uma proposta inovadora e transformadora para a juventude e para o contexto no qual ela está inserida. Nessa dimensão, este caderno traz subsídios e aborda algumas dimensões a serem consideradas a respeito do novo rural, além disso, apresenta sugestões de ferramentas e metodologias participativas para contribuir na construção dos planos de vida da juventude.
Caderno 9	Educação Cooperação e Associativista	Faz uma abordagem sobre o cooperativismo, a importância da educação e da formação cooperativista, destacando especialmente o PECSOL como estratégia metodológica que contribui significativamente para o desenvolvimento de ações que preparam a juventude para assumir espaços dentro das cooperativas.

Caderno 10	Ativismo Social e diversidade nas Organizações	Este caderno tem por objetivo apresentar os temas relacionados às práticas de ativismo social na promoção de organizações inclusivas e diversas. Durante o caderno, apresentamos de qual forma a juventude rural se insere no contexto analisado. Ao final, espera-se que os assuntos abordados geram mobilização social e de protagonismo das juventudes na defesa e na ampliação dos direitos sociais.
Caderno 11	Sensibilização dos dirigentes e dos Cooperados	Este caderno trata a análise do processo organizativo da juventude do campo, e as estratégas de sensibilização dos dirigentes para a inserção e o fortalecimento da juventude nos espaços do cooperativismo solidário.
Caderno 12	Inclusão Produtiva nas cooperativas solidárias	O caderno aborda as contradições e as perversidades do atual sistema agroalimentar industrial globalizado, bem como as oportunidades existentes diante desse contexto, sobre as inovações na produção e nas formas de comercialização demandadas pelo próprio contexto.
Caderno 13	Inovação e Tecnologias Sociais: caminhos para a transformação social	Neste caderno, discute a iniciativa econômica e social da juventude na construção de projetos específicos sobretudo, sobre as inovações sociais e a construção de tecnologias sociais e populares objetivando a inserção desses jovens nas cooperativas.

Fonte: elaborado pela autora (2025), adaptado dos cadernos do PECSOL (2021).

O Caderno 3, nesse contexto, apresenta uma abordagem sobre um tema dos mais centrais para a juventude do campo e para essa pesquisa: a sucessão familiar e permanência no campo. Esse é um debate e desafio antigo, assumido muito mais como um problema interno da família, que é pouco tratado pelas organizações e instituições públicas.

Na Tabela 3, estão elencados os fatores indicados no Caderno 3, que influenciam a continuidade na zona rural, além das situações que motivam o êxodo rural por parte dos jovens.

Tabela 3 - Fatores de influência sobre a continuidade ou êxodo da juventude no campo.

Renda Satisfatória	Participação da gestão e decisões e falta de liberdade para alguma iniciativa própria;
Área de terra suficiente para suportar mais pessoas/ famílias;	Acesso à terra;
Perfil do modelo e sistema de produção;	Incentivos – e políticas públicas para iniciar algum empreendimento;
Influências negativas na autoestima resultantes de ações sociológicas intencionadas na história do desenvolvimento;	Lazer e outros atrativos urbanos;
Localização e acesso (comunicação, deslocamento, ...)	Sentimento de liberdade.

Fonte: caderno 03 (2021) adaptado pela autora (2025).

Brumer e Spanevello (2008) destacam a importância da autonomia para

introduzir inovações, além do reconhecimento por parte da família, o que se efetiva como dois dos principais fatores para a permanência da juventude no campo.

Portanto, as condições vividas na família pesam decisivamente sobre a permanência ou não da juventude no campo. A existência de eventos, bem como outras formas de encontro e convivência social na comunidade ou no entorno, além da presença de outros jovens, também contribuem para a permanência desse grupo. Sendo assim, a compreensão sobre a eficácia do PECSOL na promoção da sucessão familiar é majoritariamente positiva, ressaltando a importância de continuar e expandir esses esforços para fortalecer as comunidades rurais por meio da transição de pai para filho.

Diante disso, foi solicitado ao jovem, a partir de uma pergunda aberta, quais temáticas específicas do programa PECSOL ele considerava importantes para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Esses jovens puderam explanar o que mais trazia impacto e capacitação para a formação como jovem rural, corroborando o que é ofertado pelos cursos pelo PECSOL no decorrer da edição do programa.

Para o 'Entrevistado A', o conteúdo do programa 'ensina como funcionam as cooperativas', o que está alinhado ao que é abordado no Módulo 1 das cartilhas — organização do cooperativismo solidário — e no Módulo 2 — modelo de gestão do cooperativismo solidário —, ambos voltados à compreensão do sistema cooperativista. Essa interpretação é corroborada por Mendes (2010), ao afirmar que as cooperativas são incentivadas a buscar informação e promover o treinamento de seu quadro social e público interno por meio de ações educativas e de capacitação, o que contribuiu, assim, para o desenvolvimento da sociedade em que estão inseridas.

As falas dos entrevistados revelam a diversidade de sentidos atribuídos pelos jovens ao processo formativo vinculado ao meio rural e ao cooperativismo. Para o Entrevistado B, a experiência foi marcada pela oferta de “muitos cursos produtivos”, demonstrando a valorização das oportunidades de capacitação prática. O Entrevistado C destacou a dimensão subjetiva do processo ao mencionar o “planejamento de vida”, sinalizando a importância de uma formação que transcenda os aspectos técnicos e contenha a construção de um projeto de futuro.

Já o Entrevistado D expressou a relevância da inserção sociocultural, afirmando: “sentir o pertencimento à agricultura familiar, e à produção de alimentos saudáveis, além da importância local para outros jovens”. Esses depoimentos evidenciam que os processos educativos, mais do que transmitir conteúdos, atuam na

constituição da identidade rural e na valorização dos vínculos com o território.

Essa perspectiva encontra respaldo em Schneider e Hendges (2006), para quem a educação no cooperativismo não se limita à instrução técnica, mas envolve a formação integral dos sujeitos, considerando seus valores, sua visão de mundo e suas condições sociais, econômicas e culturais. A capacitação, nesse contexto, é compreendida como um processo contínuo, voltado não apenas para a eficiência da gestão cooperativa, mas também para o desenvolvimento humano dos envolvidos.

O campo, portanto, deve ser compreendido como um modo de vida que articula dimensões produtivas, familiares, ambientais e culturais. Essa possibilidade amplia o entendimento sobre o papel da juventude rural e reforça a importância de programas como o Plano Produtivo da Vida Jovem (PPJ), que se estrutura como princípio educativo dentro da proposta do PECSOL Jovem. O PPJ promove a construção coletiva de projetos de vida enraizados nas “novas ruralidades”, valorizando o território, os saberes locais e as vivências cooperativas como elementos formativos essenciais.

Dessa forma, ao elaborar seus projetos pessoais e coletivos, os jovens não apenas refletem sobre suas trajetórias, mas também se reconhecem como sujeitos protagonistas de transformações em seus espaços de origem. O projeto de vida, nesse sentido, ultrapassa a função pedagógica e se afirma como instrumento de emancipação, pertencimento e valorização da cultura rural, consolidando-se como um componente central na avaliação das aprendizagens no PECSOL.

Nesse sentido, o projeto de vida configura-se como uma proposta de pesquisa-ação de caráter interventivo, que pode abarcar diversos eixos temáticos, tais como agricultura familiar, educomunicação, educação do campo, cooperativismo, agroecologia, economia solidária e cultura, entre outros. Conforme destaca o “Entrevistado E”, o cooperativismo solidário exerce papel fundamental ao promover a participação ativa de mulheres e jovens nos espaços de debate e tomada de decisão nas cooperativas. Ademais, as relações de gênero são abordadas sob uma visão ampliada, evidenciando as interfaces com a realidade concreta enfrentada por mulheres no meio rural e no contexto do cooperativismo solidário, contemplando os desafios, avanços e dificuldades enfrentados por jovens e mulheres.

Segundo a Unicafes (2021), o esforço pela maior participação das mulheres acontece desde a criação da UNICAFES, em 2005; assim, a partir do esforço organizativo das mulheres, criou-se, em 2008, o Departamento de Mulheres da

Unicafes. Um desafio colocado para o Cooperativismo Solidário é a capacidade de incorporar, em seus pilares, o envolvimento das mulheres nas estratégias de produção, industrialização e gestão.

No Brasil, as mulheres representam 41% dos mais de 20 milhões de cooperados, segundo o Anuário do Cooperativismo divulgado pelo Sistema OCB. No Paraná, elas respondem por cerca de 35% do quadro social e 43% do quadro funcional, de acordo com a Gerência de Monitoramento e Consultoria do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR). Diante disso, quando o tema é a busca por qualificação, as mulheres se destacam por representar cerca de 55% das participações em atividades de desenvolvimento profissional executadas com apoio do Sescoop/PR no Estado. Tal fato se comprova neste estudo, visto que há maior participação de mulheres entre os respondentes.

Esse compromisso deve ser fortalecido com a implantação de ações de questionamento sobre a divisão sexual do trabalho, prevendo maior reconhecimento do trabalho doméstico e do cuidado familiar, geralmente desenvolvido pelas mulheres.

Além disso, é necessário rever a capacitação, pensar na ampliação dos produtos e agregar valor. Os desafios do acesso à capacitação e ao crédito limitam as oportunidades de agregação e valor, consequentemente, diminuem a força organizativa, produtiva e comercial das mulheres.

Já para o “Entrevistado F”: “Todos as temáticas proporcionadas pelas cartilhas são importantes, porém a gestão e a governança e negócios são essenciais para visão geral do nosso negócio”. O padrão de gestão é fundamental para a viabilidade do negócio cooperativista; nesse cenário, destaca-se a gestão, governança e negócios. Assim, a gestão Cooperativista desempenha um papel importante nas Cooperativas, garantindo que processos sejam devidamente definidos para manter a rotina bem-organizada, identificar possíveis ameaças e oportunidades, buscar diferenciais de atuação mercadológica, estabelecer metas, investimentos e, claro, a tão desejada liderança.

O princípio da governança corporativa está baseado em mecanismos de solução dos conflitos empresariais, por meio da busca por ajustar os interesses dos envolvidos, alinhando as diferenças entre expectativas dos gestores das organizações e dos proprietários (Unicafes, 2019). A relação de confiança com o mercado precisa ser preservada e aperfeiçoada, uma vez que a falta de transparência e má gestão das cooperativas podem ser extremamente prejudiciais para suas estruturas

organizacionais, solidez e imagem.

O cooperativismo reúne valores e práticas que o associam a uma proposta de existência sustentável. Como movimento socioeconômico voltado ao bem-estar social, fundamenta-se na democracia, solidariedade, independência e autonomia. Com essas características bem definidas, as cooperativas encontram, na Governança, um importante instrumento para fortalecer sua organização interna e aprimorar suas relações com o mercado.

A fala do Entrevistado G, ao destacar o interesse por “cursos referentes a mercados, marketing, planejamento”, evidencia uma demanda concreta por qualificação nas áreas de gestão, empreendedorismo e estratégias de comercialização. Tal manifestação revela não apenas uma necessidade formativa, mas também a disposição ativa dos jovens em se inserirem de forma mais qualificada e estratégica no ambiente cooperativo. Essa busca por capacitação está alinhada aos princípios formativos apresentados no Caderno 13 Inovações e Tecnologias Sociais: Caminhos para a transformação social, o qual enfatiza o papel da juventude na construção de iniciativas econômicas e sociais por meio de projetos autônomos, voltados à realidade local.

O referido caderno orienta a promoção de inovações sociais e o desenvolvimento de tecnologias sociais e populares como instrumentos de fortalecimento da autonomia juvenil e de sua inserção qualificada nas cooperativas. Assim, a fala do entrevistado G corrobora a importância de investir em processos educativos que articulem formação técnica, consciência crítica e protagonismo juvenil, contribuindo para a transformação dos territórios rurais por meio do cooperativismo solidário e sustentável.

O Entrevistado H ressaltou a importância de compreender o sistema de cooperativismo, destacando a relevância dos módulos formativos que abordam o tema de maneira aprofundada e sistematizada. Esse aspecto formativo encontra na cartilha Organização do Cooperativismo Solidário, especialmente no segundo capítulo, que trata detalhadamente dos fundamentos históricos, conceituais e operacionais do cooperativismo, com foco nas práticas de cooperação, solidariedade e autogestão. A consistência teórica apresentada nesse material didático contribui para ampliar a compreensão crítica dos jovens sobre a lógica cooperativa e sua aplicação nos contextos locais. Confirmando essa compreensão, o Entrevistado J afirma: “Aprendi muito sobre cooperativa e cooperativismo”, o que reforça o papel pedagógico da

cartilha na construção de saberes essenciais à atuação juvenil no meio cooperativo.

O “Entrevistado L” enfatiza que o PECSOL oferece suporte fundamental para o desenvolvimento profissional dos jovens, afirmando que, por meio do programa, eles poderão reconhecer o valor e a gratificação associados ao crescimento em suas trajetórias profissionais. Essa possibilidade está contemplada no Módulo 4, intitulado Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário, que aborda o papel dos jovens no cooperativismo solidário, considerando as dimensões de gênero e gerações. Essa abordagem correlaciona-se com a visão do “Entrevistado M”, que destaca a importância da visibilidade no contexto do cooperativismo solidário.

Por sua vez, o “Jovem N” destaca que a experiência e o conhecimento adquiridos são elementos essenciais para o protagonismo juvenil. Esse fator é aprofundado no Caderno 2, intitulado Protagonismo e Visibilidade do(a) Jovem do Campo, que evidencia a importância das ferramentas digitais para fortalecer o protagonismo dos jovens rurais e sua atuação nas organizações. Ademais, o caderno discute os potenciais e desafios das redes sociais, abordando estratégias para prevenir efeitos adversos e promover um protagonismo social positivo, que contribua para o desenvolvimento sustentável e a valorização da existência humana.

Como o objetivo dos cadernos é repassar conhecimento e aumentar as capacidades de seus envolvidos, faz-se essencial revisar o seu conteúdo para garantir que todas as informações sejam objetivas, acessíveis e relevantes às necessidades dos jovens, o que se efetiva como uma boa sugestão de prática e recomendação.

Diante disso, é preciso também garantir que todos os participantes tenham acesso e compreendam o potencial dessas cartilhas, talvez, por meio de workshops ou sessões interativas, por exemplo, a fim de divulgar casos reais de jovens que utilizaram os planos de ação desses cadernos para se envolver no sistema cooperativista ou dar continuidade à sucessão familiar.

As edições das cartilhas devem ser constantemente atualizadas, considerando que o material utilizado para as análises se baseou nas edições dos anos de 2019 e 2021. Para futuras publicações, recomenda-se a inclusão de conteúdos mais recentes, com atualização dos dados e fatos. Além disso, é importante que esses materiais sejam alinhados aos interesses dos jovens e do público em geral, incorporando temas contemporâneos, como tecnologia no campo, gestão inovadora e práticas sustentáveis, a fim de garantir a atratividade e a relevância do conteúdo.

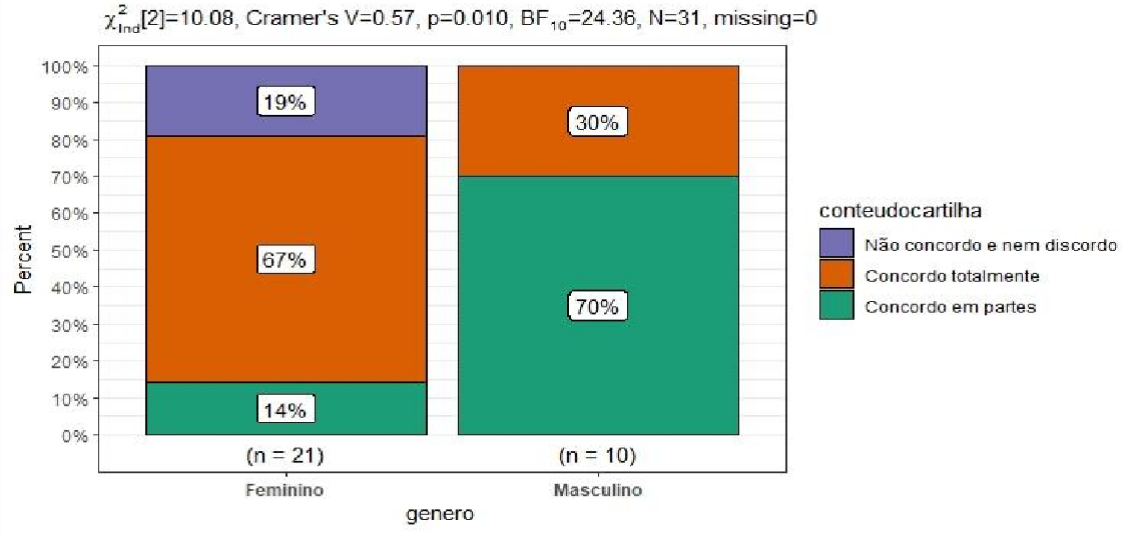
Por fim, questionou-se sobre os cadernos (cartilhas) do PECSOL que desenvolvem planos de ação e estimulam a participação do sistema cooperativista, a fim de saber como esses jovens avaliaram essa estimulação e desenvolvimento de conhecimento perante essas cartilhas.

A categoria de “Concordo Totalmente” obteve 67%, ou seja, a maioria das respostas, o que evidencia que as cartilhas são altamente eficazes para estimular a participação no cooperativismo. Isso demonstra o reconhecimento do impacto positivo das cartilhas como instrumento educacional e de mobilização.

Para “Concordo em Partes”, foram obtidos 17%, isto é, um grupo menor acredita que as cartilhas têm um papel parcialmente positivo, mas pensam que elas podem apresentar lacunas ou oportunidades de melhoria. Conforme evidenciado na Tabela 1, seis jovens declararam não estar envolvidos com a área rural. Essa parcela pode estar associada à categoria selecionada na pesquisa, a qual, possivelmente, não representa com precisão a realidade vivenciada por esses respondentes.

Houve, também, alguns dos participantes que selecionaram a categoria “Nem Concordo, Nem Discordo”, o que representou 20%. Esses participantes estão neutros quanto ao impacto das cartilhas, possivelmente, por não perceberem claramente os benefícios ou não estarem suficientemente familiarizados com o material. O Gráfico 19 demonstra a percepção sobre as cartilhas, se estimulam a participação do sistema cooperativista.

Gráfico 19 - As cartilhas do PECSOL que desenvolvem planos de ação estimulam a participação do sistema cooperativista segundo o gênero



Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

Os resultados do teste Qui-Quadrado revelaram uma diferença significativa na percepção do conteúdo das cartelas entre os gêneros. Verificou- se que 67% do público feminino classificou sua opinião na categoria “Concordo totalmente”, enquanto, entre o público masculino, esse percentual foi de apenas 30%. Esses dados denotam que o conteúdo das cartilhas pode estar mais alinhado às expectativas, interesses ou experiências das mulheres, o que resulta em uma avaliação mais positiva por parte desse grupo. Por outro lado, uma menor porcentagem de concordância entre os homens pode indicar a necessidade de ajustes no conteúdo para atender, de forma mais equitativa, aos diferentes gêneros.

Dessa maneira, observa-se que os materiais didáticos do Programa de Educação Cooperativista e Solidária (PECSOL), especialmente as cartilhas educativas, exercem influência significativa no estímulo à participação cooperativista, evidenciada pelo fato de que 67% dos participantes da pesquisa declararam concordar plenamente com sua eficácia. Por outro lado, a neutralidade demonstrada por uma pequena parcela dos respondentes revela a necessidade de intensificar ações que promovam maior engajamento e compreensão quanto aos benefícios concretos desse conteúdo formativo.

Assim, o fortalecimento das estratégias de disseminação e aplicação prática das cartilhas configura-se como um caminho promissor para ampliar seu impacto na formação de sujeitos cooperativistas, uma vez que a educação é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o fortalecimento do cooperativismo, conforme estabelecido pelos princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995) e reafirmado por estudiosos, a exemplo de Silva e Nunes (2023), que destacam o papel transformador da educação na consolidação de práticas cooperativas.

A educação voltada ao cooperativismo e à gestão rural é essencial para fomentar a sucessão geracional com sustentabilidade, conforme Buainain *et al.* (2007, p. 165) constatam em seu estudo: “a permanência do jovem no campo depende, entre outros fatores, do acesso a oportunidades de capacitação técnica e política que o insiram de maneira qualificada nos processos produtivos e decisórios das organizações rurais, como as cooperativas.”

Desse modo, percebe-se que os materiais didáticos do PECSOL, especialmente as cartilhas, constituem instrumentos pedagógicos relevantes para a formação cooperativista, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas e valores solidários entre os jovens. No entanto, a análise também evidencia

que o êxito dessas ações formativas depende de estratégias contínuas de aprimoramento, capazes de fortalecer o vínculo entre a teoria cooperativista e sua aplicação no cotidiano das comunidades rurais.

Diante dessa compreensão, torna-se pertinente aprofundar a análise das percepções dos jovens acerca do PECSOL, suas expectativas quanto às práticas formativas e as formas de fortalecimento das conexões no contexto rural, aspectos que serão explorados no próximo tópico.

4.3.2 Percepções dos Jovens sobre o PECSOL, Estratégias e Fortalecimento de Conexões no Contexto Rural

A agilidade, velocidade e a não necessidade de estar presente no local onde o evento está ocorrendo criaram possibilidades de informações, relacionamentos e articulações, contribuindo para a superação da invisibilidade juventude do campo. Ainda, abre novos caminhos no próprio campo com a automação, programas e sistemas cada vez mais presentes na produção e na comercialização. A juventude tem mais facilidade do que as gerações mais antigas para lidar com os equipamentos eletrônicos, programas e sistemas, portanto, essa habilidade torna-se também uma oportunidade sob sua responsabilidade, o que possibilita a sucessão e afirmação no campo.

Na sequência, foi solicitado quais desses cursos o jovem teria interesse em realizar como forma de atender ao objetivo específico B) analisar as áreas de interesse para capacitação e permanência do jovem no sistema cooperativista, composto na introdução; os resultados foram tabulados e são evidenciados no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Capacitações de interesse do jovem

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Conforme o Gráfico 20, a preferência ou interesse dos jovens em diferentes tipos de cursos ou capacitações indica o número de pessoas que escolheram cada curso como prioridade, de acordo com suas necessidades e expectativas.

Evidenciam-se, nesse sentido, as áreas de capacitação apontadas como prioritárias pelos jovens participantes da pesquisa, refletindo suas expectativas quanto ao desenvolvimento de competências alinhadas às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e às transformações no meio rural. Observa-se que a gestão de projetos aparece em primeiro lugar (15 menções), sinalizando o interesse pela aquisição de habilidades organizacionais e de planejamento estratégico, o que pode estar relacionado ao desejo de empreender ou atuar em contextos cooperativos e associativos.

Na sequência, destacam-se design gráfico (13), empreendedorismo on-line (12) e desenvolvimento *agritech* (11), o que indica uma forte inclinação dos jovens para áreas que combinam criatividade, inovação tecnológica e possibilidades de geração de renda a partir do uso das mídias digitais e das tecnologias aplicadas ao campo. Esses dados revelam uma juventude conectada com as novas dinâmicas do mercado e consciente da importância da qualificação técnica para o fortalecimento de iniciativas empreendedoras no meio rural.

Marketing digital (10) e curso para pilotagem de drones (8) também figuram entre

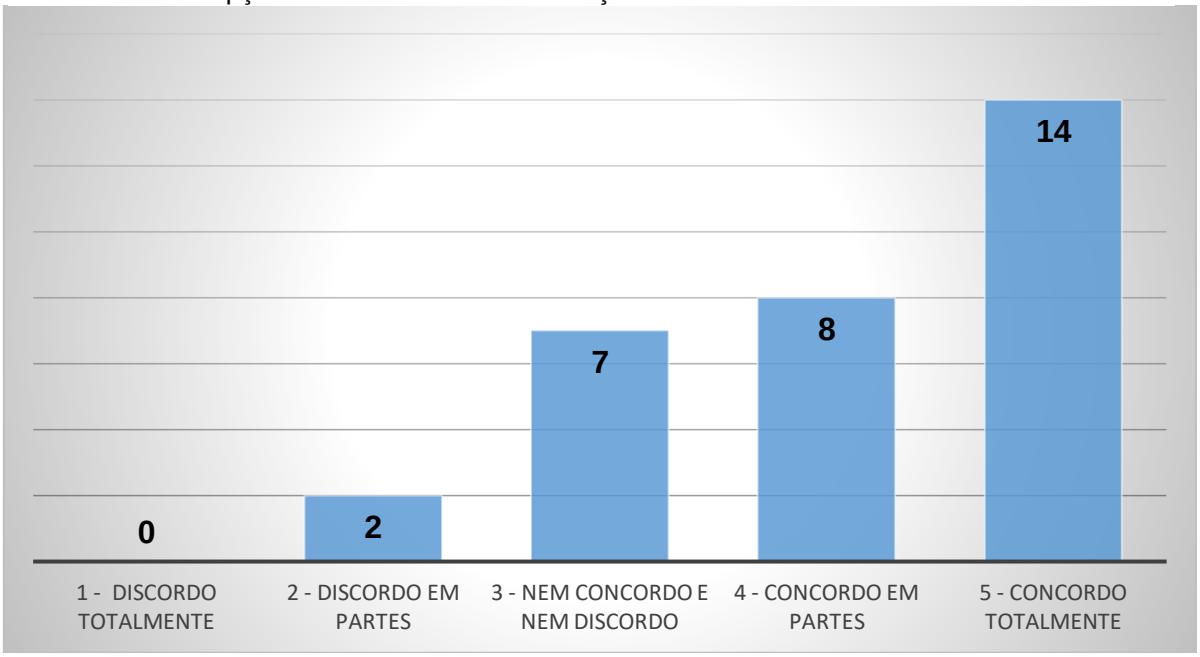
os interesses mais citados, evidenciando a valorização de tecnologias de precisão, estratégias de divulgação e comercialização digital — elementos essenciais para o reposicionamento do jovem agricultor enquanto agente ativo no ecossistema da inovação rural.

Por fim, temas, como tecnologias de energias renováveis (6), programação (5) e informática básica (4), demonstram que, embora em menor proporção, ainda há uma demanda por competências voltadas à sustentabilidade, automação e inclusão digital. Esses interesses dialogam diretamente com os princípios da agroecologia, da economia solidária e da inovação sustentável — e apontam para a necessidade de políticas públicas e programas educacionais que integrem essas dimensões na formação da juventude do campo.

Assim, os dados representados no gráfico reforçam a importância de iniciativas como o PECSOL Jovem, que buscam promover o protagonismo juvenil e a qualificação técnico-científica com base nos reais interesses e potencialidades dos sujeitos sociais envolvidos.

Para concluir este tópico sobre a eficiência do PECSOL, foi questionado se o programa ajudou a criar redes ou conexões úteis para o seu futuro na zona rural. O Gráfico 21 apresenta a compreensão dos participantes sobre o impacto do programa PECSOL na criação de redes ou conexões úteis para o futuro dos jovens na zona rural.

Gráfico 21 - Percepção sobre o PECSOL e a Criação de Conexões Úteis na Zona Rural



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Uma parcela expressiva dos participantes da pesquisa (47%) concorda totalmente que o PECSOL desempenha um papel essencial na construção de conexões relevantes para o desenvolvimento pessoal e profissional na zona rural. Outros 27% concordam em partes, reconhecendo benefícios no programa, mas apontando possíveis lacunas ou oportunidades de aprimoramento na criação de redes mais eficazes. Já 23% adotam uma posição neutra, o que pode estar relacionado à falta de participação em atividades específicas do PECSOL ou à ausência de benefícios percebidos diretamente. Por fim, apenas 7% dos respondentes discordam em partes, indicando que, para esse grupo, o programa não foi eficaz em gerar conexões úteis.

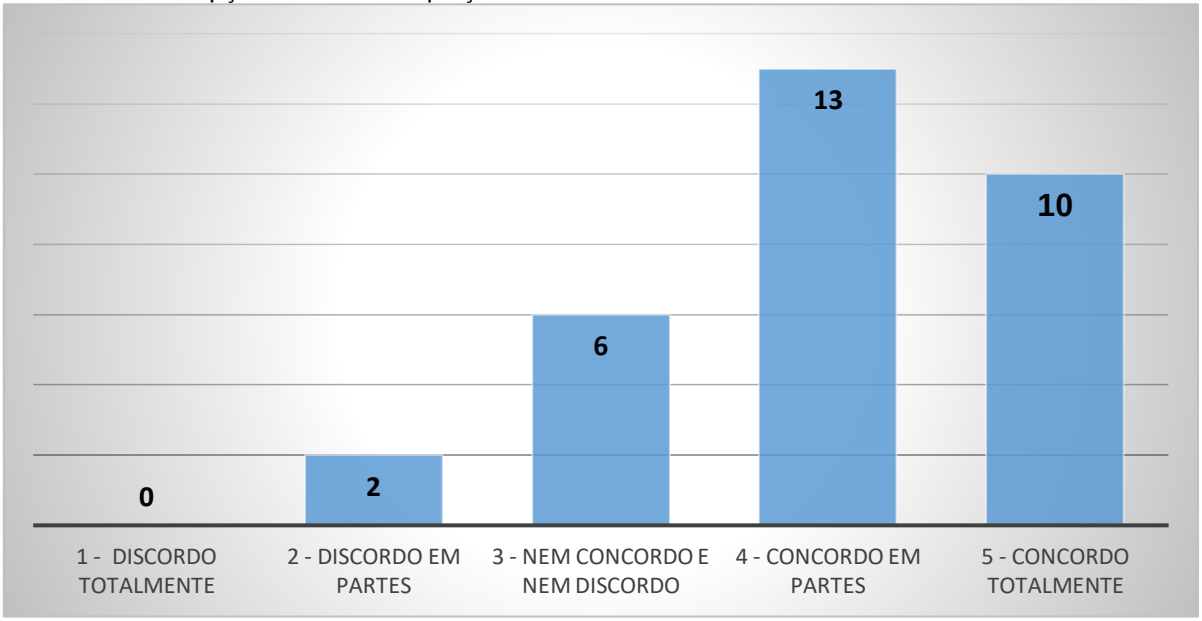
Em muitas comunidades rurais, a tecnologia está presente na agricultura, conforme Varella (2022) afirma, visto que, para realizar essa prática de atuação com a tecnologia na agriculta familiar, programas de treinamento e capacitação em tecnologia são essenciais a fim de que possam ser desenvolvidos na comunidade. Isso porque é essencial focar nessa juventude rural, já que tais programas podem ser oferecidos em escolas, centros comunitários ou por organizações não governamentais, o que ajuda os jovens a desenvolver habilidades digitais (Varella, 2022).

Embora essas oportunidades existam, é importante reconhecer que ainda persistem disparidades de acesso à tecnologia em algumas áreas rurais, devido a questões, a exemplo da infraestrutura limitada de internet e recursos financeiros. Portanto, esforços contínuos são necessários para garantir que todos os jovens rurais tenham acesso igualitário à tecnologia e às oportunidades que ela oferece.

Nenhum participante avaliou o impacto do PECSOL como totalmente negativo, o que sugere ausência de rejeição ao valor do programa. Ao todo, 74% dos participantes (soma dos que concordam totalmente e em partes) consideram que o PECSOL foi eficaz em estimular a criação de redes ou conexões úteis — um aspecto crucial para o futuro dos jovens rurais.

Sobre o programa estar adaptado às necessidades e realidades dos jovens em sua comunidade, o Gráfico 22 demonstra esse resultado:

Gráfico 22 - Percepção sobre a Adequação do PECSOL às Demandas da Juventude Rural Local



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Os dados indicam que a maioria dos participantes tende a uma avaliação positiva do programa: 13 respondentes afirmam que “concordam em parte” e 10 afirmam que “concordam totalmente”, somando 82% dos participantes com percepção favorável à atuação do PECSOL. Isso evidencia a credibilidade do programa como ferramenta de apoio ao desenvolvimento juvenil em territórios rurais.

Apenas 7% dos respondentes demonstraram algum grau de discordância, enquanto 21% se mantiveram neutros. Essa distribuição sugere que, embora haja espaço para aprimoramentos, o PECSOL tem conseguido atender, em grande parte, às expectativas da juventude rural, alinhando-se a princípios fundamentais de uma educação contextualizada, participativa e emancipadora.

De acordo com Santos (2011), uma política educacional voltada ao campo deve considerar as particularidades socioterritoriais da juventude, promovendo o seu protagonismo, o que contribui para a construção de projetos de vida viáveis e enraizados nas realidades locais. Nesse sentido, a percepção positiva dos jovens quanto à adequação do PECSOL confirma a importância de programas educativos que integram formação técnica, valorização da identidade rural e fortalecimento da organização juvenil.

Além disso, a abordagem do PECSOL dialoga com os pressupostos da Educação do Campo, que defende práticas pedagógicas vinculadas ao cotidiano dos

sujeitos do meio rural, conforme discutido por Caldart (2009). A formação integral, a valorização dos saberes locais e o estímulo à participação cidadã são elementos que se refletem na avaliação positiva expressa no gráfico.

Portanto, os dados reforçam o papel do PECSOL como instrumento de formação estratégica, capaz de articular juventude, território e desenvolvimento sustentável, ainda que haja margem para reflexões contínuas sobre como ampliar sua efetividade frente aos desafios emergentes das juventudes rurais contemporâneas.

Para concluir esse tópico, sobre a efetividade do PECSOL por meio dos Jovens, foi indagado quais seriam as sugestões que eles dariam para melhorar a eficiência do programa e torná-lo mais útil para os jovens rurais.

A soma dos participantes que concordam totalmente (10 respondentes) e em parte (13 respondentes) representa 76% dos participantes, o que indica que a grande maioria percebe o programa PECSOL como adequado às necessidades dos jovens rurais. A categoria neutra, com 6 respondentes (20%), pode refletir a falta de envolvimento direto com as atividades do programa ou a ausência de benefícios percebidos no contexto individual. Já a avaliação negativa parcial, com apenas 2 participantes (4%), aponta um número muito reduzido de percepções críticas, mas que, ainda assim, sugere a importância de investigar possíveis áreas de aprimoramento, a fim de alinhar o programa às expectativas de todos os envolvidos.

Na questão aberta, a maioria dos entrevistados destacou o desejo de que o programa seja realizado de forma presencial, apontando um maior aproveitamento nesse formato. O entrevistado A, por exemplo, afirma: “Algumas aulas presenciais, o método de aprendizagem é melhor comparado ao *on-line*”, enfatizando que o ensino presencial proporciona maior compreensão e engajamento, especialmente devido à falta de suporte e interação no formato remoto. A ausência de diálogo entre os jovens no ambiente *on-line* foi uma das principais críticas, reforçando o apelo por mais conversas com os jovens, como mencionado por vários participantes.

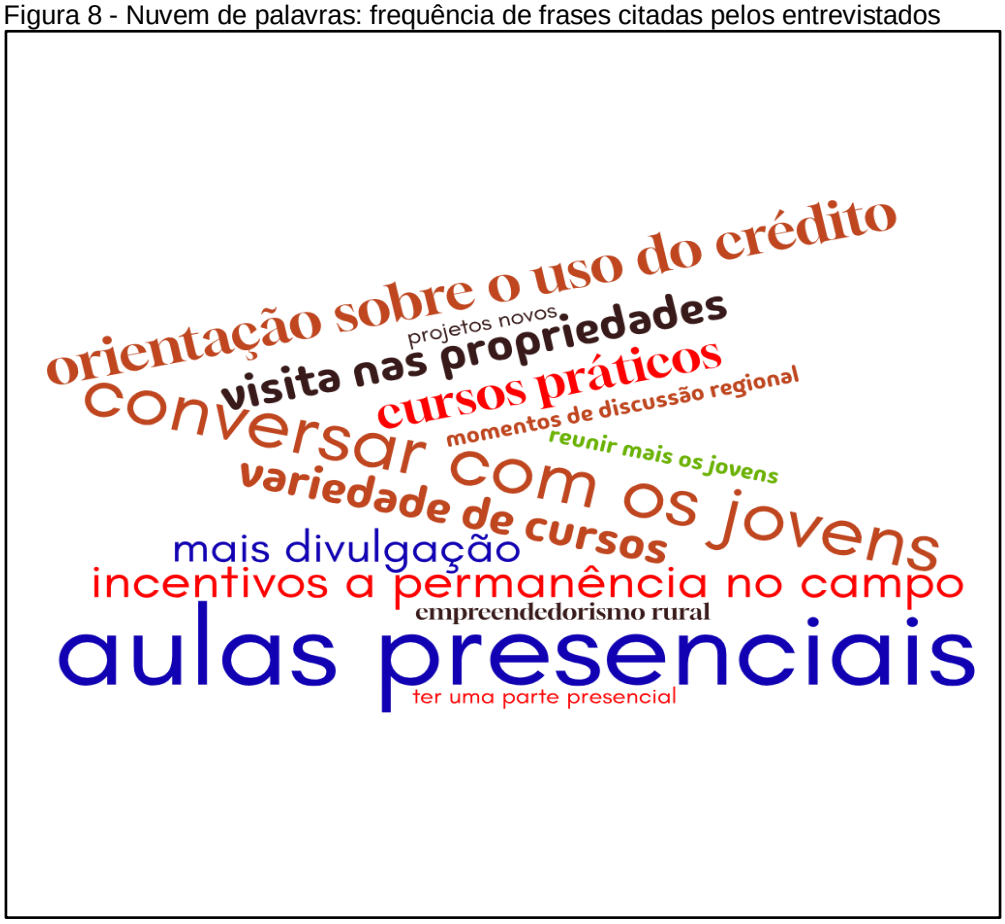
O entrevistado B sugere um maior investimento nos jovens, afirmando: “Acredito que o programa precisa investir mais nos jovens, apoiar com recursos. Poder financiar o jovem para que ele possa se aperfeiçoar e mostrar os seus resultados.” Essa fala destaca a importância de fomentar a confiança, o empoderamento e a orientação dos participantes, especialmente no que diz respeito ao uso de créditos e ao fortalecimento do vínculo entre a juventude rural e o sistema cooperativista.

Já o entrevistado C propõe: “Minha sugestão é realizar mais trocas de

experiências entre os jovens, como rodadas de conversas e visitas a campo.” Essa sugestão foi amplamente compartilhada por outros participantes, que também ressaltaram a importância de visitar as propriedades, compreender as realidades locais, promover encontros entre jovens e educadores e realizar rodas de conversa temáticas. Essas atividades permitem discutir os desafios e oportunidades de cada período agrícola, levando em conta a sazonalidade da produção e as necessidades específicas de cada região.

Para facilitar a visualização das percepções dos jovens, foi elaborada uma nuvem de palavras com base na frequência das falas, apresentada na Figura 10. Nessa representação, o tamanho da fonte de cada expressão indica sua recorrência nas respostas. Dentre os termos mais destacados, evidenciam-se: aulas presenciais, conversar com os jovens, orientações sobre o uso de crédito e fomentos, variedade e opção de cursos dentro do PECSOL e incentivos à permanência no campo.

Figura 8 - Nuvem de palavras: frequência de frases citadas pelos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A proposta educativa necessita ter presente que projetos políticos-

pedagógicos são conjunturais, referem-se a um dado tempo, podendo ou mesmo devendo ser mudados se não atenderem aos objetivos principais de levar o cooperativado a uma aprendizagem contínua e a uma permanência ininterrupta na cooperativa. Com essa questão, pode-se visualizar o objetivo c) Elaborar estratégias de educação cooperativista, visando maior inserção e permanência dos jovens no sistema UNICAFES, proposto nesta tese.

A educação cooperativista é essencial para fortalecer a compreensão dos valores, princípios e práticas do cooperativismo entre os associados, colaboradores e a comunidade em geral. Para isso, é necessário adotar estratégias planejadas que combinem teoria e prática, além de promover o engajamento e a adesão ao modelo cooperativo.

A análise da nuvem de palavras, apresentada na Figura 8, permite compreender com clareza os anseios dos jovens rurais participantes da pesquisa. Suas demandas revelam a urgência por ações concretas e estruturadas, que envolvam cursos práticos, projetos inovadores, incentivo ao empreendedorismo rural, atividades presenciais, rodas de conversa, orientações técnicas e maior inclusão nas estruturas cooperativas. Esses apontamentos evidenciam não apenas uma necessidade objetiva, mas também o desejo ativo desses jovens de participar de forma mais efetiva dos processos de capacitação e desenvolvimento local.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as cooperativas e os programas de formação profissional incorporem tais práticas em suas estratégias, com o objetivo de valorizar e promover a permanência do jovem no campo. A educação cooperativa, portanto, deve ir além da abordagem teórica, assumindo um papel transformador, capaz de inserir a juventude em iniciativas produtivas, sustentáveis e inovadoras, alinhadas aos princípios do cooperativismo e às demandas atuais do meio rural.

Por ser a educação um processo que permanece por toda a vida, de cunho social e cultural, também requer um alto grau de responsabilidade por parte de seus líderes. Percebe-se que programa PECSOL é bem avaliado pelos jovens rurais, com 76% de respostas positivas. O programa já atende boa parte das expectativas, mas há espaço para melhorias que podem garantir um impacto mais profundo e uniforme, especialmente entre os que se mostraram neutros ou parcialmente insatisfeitos.

Com ajustes pontuais, por exemplo, mais capacitações sobre o que os jovens precisam, sucessão familiar envolvendo pais e filhos, auxílio para o acesso ao crédito, estreitar os laços entre o jovem e a cooperativa, além de, principalmente, reconhecer

que o jovem é o caminho para dar continuidade ao sistema cooperativista, o PECSOL pode se consolidar ainda mais como um programa essencial para o desenvolvimento dos jovens no meio rural.

Síntese do tópico 4.3:

Os jovens rurais participantes do programa PECSOL demonstraram:

a) Interesse pelo meio rural, especialmente pela valorização da agricultura familiar, da produção sustentável e das raízes culturais.

b) Reconhecimento da importância do cooperativismo como ferramenta para fortalecer a permanência no campo e para desenvolver atividades produtivas com viabilidade econômica e social.

c) Desejo de protagonismo juvenil, com interesse em se envolver mais ativamente em ações comunitárias, na gestão de propriedades e nas cooperativas.

d) Participação ativa em oficinas e rodas de conversa, o que evidenciou o engajamento com os temas tratados, como associativismo, agroecologia, sucessão familiar e identidade rural.

e) Aproximação entre teoria e prática, por meio de dinâmicas participativas, troca de experiências e construção coletiva do conhecimento.

Durante as questões, os jovens indicaram as seguintes necessidades:

f) Maior acesso à informação e formação continuada sobre cooperativismo, empreendedorismo rural e políticas públicas voltadas à juventude.

g) Oportunidades de renda e inserção no mercado de trabalho, por meio de iniciativas cooperativas e valorização das vocações locais.

h) Fortalecimento da sucessão rural, com incentivo à permanência dos jovens no campo, por meio de incentivos econômicos e de acesso à terra.

i) Espaços de escuta e diálogo permanentes, que incluam as juventudes nas decisões das comunidades e das cooperativas.

j) Apoio à inovação e uso de tecnologias no meio rural, aliando saberes tradicionais com ferramentas modernas.

Como contribuição propositiva a esses jovens, pode-se indicar as seguintes ações e caminhos:

k) Constituir ou integrar núcleos jovens dentro de cooperativas solidárias participantes, promovendo maior representatividade nas decisões coletivas.

l) Investir em formação continuada com parcerias entre cooperativas, universidades e instituições públicas (como o SENAR, SEBRAE e IFs).

m) Criar projetos de empreendedorismo rural juvenil, com apoio técnico e microcrédito orientado, voltados para atividades, como agroindústrias, turismo rural, hortas agroecológicas etc.

n) Estimular redes de troca de saberes e experiências entre jovens de diferentes comunidades e regiões.

o) Aproveitar editais de incentivo à juventude rural para viabilizar projetos coletivos.

p) Utilizar tecnologias de informação e redes sociais como ferramentas de mobilização, comercialização e valorização da identidade rural.

q) Promover fóruns ou encontros periódicos da juventude rural, com o objetivo de ouvir o jovem, gerar propostas políticas e ampliar a articulação local e regional.

Sendo assim, ao findar-se este tópico, as respostas revelam que os jovens rurais demonstraram forte interesse em permanecer no campo, desde que existam condições dignas, formação adequada e oportunidades econômicas sustentáveis.

Houve reconhecimento da importância do cooperativismo como instrumento de fortalecimento comunitário e desenvolvimento socioeconômico, mesmo que todos os jovens cooperados não tenham sido contemplados pela pesquisa. Nesse sentido, os participantes expressaram desejo por maior inserção nas decisões das cooperativas, demandando espaços de escuta, formação continuada e incentivo à liderança juvenil.

Por fim, as atividades educativas despertaram nos jovens o interesse pelo empreendedorismo rural, pela agricultura sustentável e pelas tecnologias apropriadas à realidade local.

4.4 O SISTEMA COOPERATIVISTA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO JOVEM

Quando abordado o referencial teórico desta tese, pôde-se observar a importância da continuidade do sistema cooperativista. Muitas cooperativas enfrentam o desafio de envelhecimento de seus membros, colocando em risco sua continuidade. A educação e a capacitação tornam-se indispensáveis para qualquer instituição, porém, nas cooperativas, elas são questão de sobrevivência (Schneider, 2003).

Isso porque o cooperativismo, em todas as fases e segmentos da sociedade,

constituiu-se como um mecanismo importante para a promoção do desenvolvimento regional e para a construção de estratégias socioeconômicas. Na Agricultura Familiar e na Economia Solidária, esse segmento organizacional tem proporcionado condições para a sobrevivência social, com a articulação de alternativas para geração de renda e agregação de valor (Zanco, Zanco e Alves, 2018).

A expectativa é de que, a partir do conhecimento de sua organização, os cooperados possam entender melhor a realidade que lhes circunda, passando a ser promotores do seu próprio desenvolvimento e agentes de melhorias ou mesmo de transformação de suas realidades.

O jovem desempenha um papel fundamental no sistema cooperativista, pois representa o futuro da sucessão, inovação e crescimento sustentável das cooperativas. A integração e capacitação dos jovens no cooperativismo garantem a continuidade e a modernização das atividades rurais e econômicas, impactando diretamente o desenvolvimento das comunidades e do setor como um todo.

Não há dúvida de que o pensamento de Robert Owen sobre a importância da educação para a formação do “homem novo”, em prol de um “Novo Mundo Moral”, influiu sobre os pioneiros de Rochdale. Para ele, a educação era fundamental para melhorar o caráter humano das pessoas (Schneider, 2003).

Nesse momento do questionário, visou-se identificar a proximidade do jovem e das cooperativas agropecuárias. Objetivou-se também responder ao objetivo específico: A) Identificar e descrever a percepção dos jovens participantes do PECSOL sobre o sistema cooperativista.

Para dar início a este tópico, foi solicitado, como questão aberta, qual seria a opinião do jovem rural sobre o papel das cooperativas na comunidade rural.

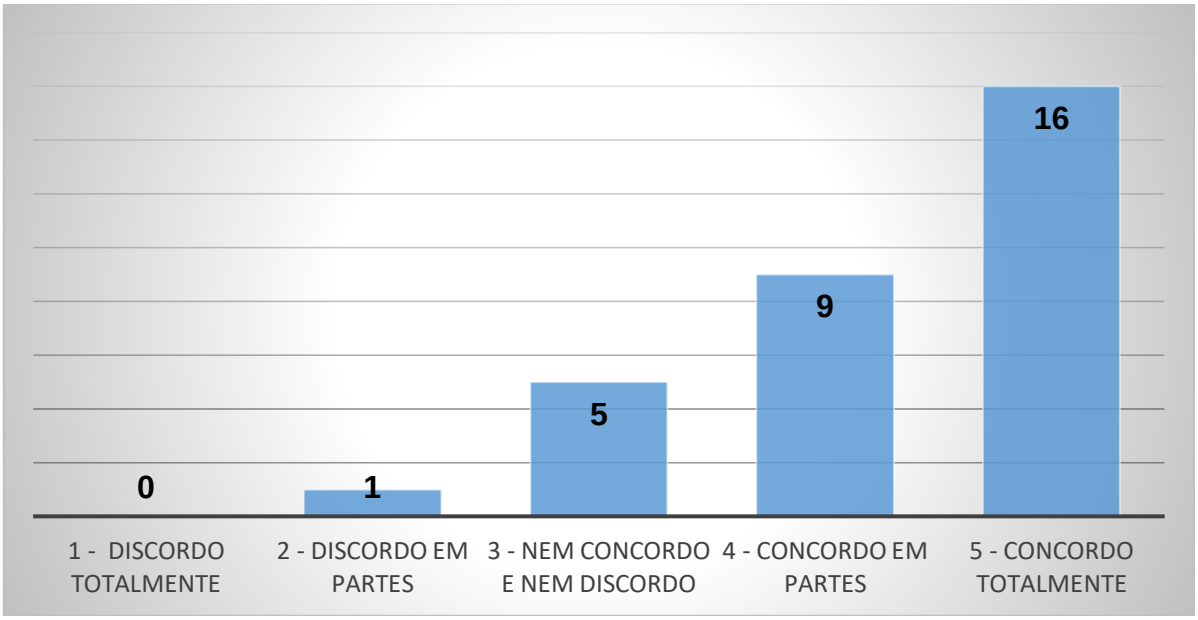
As respostas foram unânimes ao destacar que as cooperativas são importantes para promover oportunidades e oferecer ferramentas que incentivem os cooperados a permanecer em suas propriedades rurais. Os participantes explicaram que as cooperativas reúnem pequenos produtores para unir esforços na compra de insumos, na comercialização de produtos e no acesso a mercados mais amplos. Essa organização coletiva reduz custos, aumenta o poder de negociação e possibilita melhores preços e condições para seus membros.

Além disso, os entrevistados ressaltaram o papel das cooperativas no fomento à união e ao trabalho conjunto, reconhecendo que essas instituições transformam realidades e contribuem significativamente para o fortalecimento das comunidades

rurais. Também, apontaram que as cooperativas promovem um futuro mais justo e sustentável, sendo agentes de incentivo à permanência dos jovens e produtores no campo.

Com o objetivo de investigar a relação que o programa PECSOL busca estabelecer no sentido de manter os jovens no campo e dar continuidade ao sistema cooperativista, foi apresentada a seguinte questão: se, na percepção dos participantes, o programa contribuiu para fortalecer seu interesse e desenvolver habilidades para atuar nas cooperativas agropecuárias. O Gráfico 23, diante disso, apresenta a compreensão dos participantes sobre o impacto do programa.

Gráfico 23 - Fortalecimento do Interesse e das Habilidades Cooperativistas por Meio do Programa PECSOL



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Observa-se que a categoria 'Concordo Totalmente' corresponde a 53% dos participantes, indicando que a maioria acredita que o programa PECSOL fortaleceu plenamente seu interesse e suas habilidades para atuar no cooperativismo agropecuário. Esse dado reforça a visão de que o programa tem sido eficaz na capacitação dos jovens. A categoria 'Concordo em Partes', com 30% das respostas, representa uma parcela significativa dos participantes. Cinco jovens expressaram concordância parcial, o que sugere que, embora o impacto do programa seja positivo, ainda existem áreas que demandam aperfeiçoamento.

Já a categoria 'Discordo em Partes', com 3%, corresponde à opinião de um único participante, revelando uma avaliação parcialmente negativa. Esse resultado pode refletir expectativas não atendidas ou dificuldades individuais em perceber os benefícios proporcionados pelo programa.

De modo geral, observa-se uma avaliação positiva do programa: 83% dos participantes — somando as categorias Concordo Totalmente e Concordo em Partes — reconhecem que o PECSOL tem sido eficaz no fortalecimento do interesse e das habilidades necessárias para a atuação em cooperativas agropecuárias. Esse resultado reforça a importância e a relevância do programa na formação e no engajamento dos jovens, evidenciando seu papel como ferramenta eficiente de capacitação no contexto do cooperativismo rural.

No decorrer da pesquisa, buscou-se compreender, a partir da perspectiva dos jovens entrevistados, quais seriam os principais benefícios e oportunidades associados à condição de ser cooperado. Essa reflexão permite observar como a juventude percebe as vantagens da participação no cooperativismo solidário. Diante disso, o Quadro 19 sistematiza as respostas dos participantes, evidenciando os aspectos mais recorrentes mencionados no âmbito da pesquisa.

Quadro 18 - Benefícios e oportunidades proporcionados pela condição de cooperado

Jovem rural	Resposta
Entrevistado 1	Maior facilidade em vender seus produtos
Entrevistado 2	Questão econômica sustentabilidade sociedade
Entrevistado 3	Muitas áreas de conhecimento
Entrevistado 4	Seria um lugar de aprendizado
Entrevistado 5	Conhecimento e renda
Entrevistado 6	Vantagens no momento da comercialização do produto
Entrevistado 7	Vendas garantido, apenas se preocupando em entrega produto de qualidade
Entrevistado 8	Vendas, oportunidade de crescimento econômico e também aprender a trabalhar em conjunto.
Entrevistado 9	Projetos e aprendizado
Entrevistado 10	Ter desconto e ser acessível
Entrevistado 11	Maior acesso a crédito, facilidade em negociar os produtos
Entrevistado 12	Segurança tanto para a venda quanto para a construção ou ampliação de negócios, assim como o incentivo do desenvolvimento da comunidade ou dos jovens.
Entrevistado 13	Acesso a maiores mercados de venda
Entrevistado 14	Sensação de mais força perante as dificuldades
Entrevistado 15	Organização da produção; Melhoria de preço x custo de produção; Renda da família oriunda da propriedade; Organização e união social;
Entrevistado 16	Participais de programas sociais, acesso a um mix maior de conhecimento e orientação que não encontramos na iniciativa privada
Entrevistado 17	Poder vender suas mercadorias; Mercado disponível; Renda; se preocupar mais em produzir
Entrevistado 18	Benefícios pra vender alimentos

Entrevistado 19	Acesso cursos, experiência na área
Entrevistado 20	Qualidade de vida
Entrevistado 21	Temos uma opção a mais para entregar nossos produtos, incentivam a fazer cursos.
Entrevistado 22	um melhor preço nas compras de seus produtos, poder proporcionar eventos e cursos.
Entrevistado 23	Auxílio e assistência técnica. Facilita a comercialização dos produtos. Preços mais ajustados entre outros
Entrevistado 24	Oportunidades de vender seu alimento, vínculo com outras pessoas e ganhar conhecimento, também conhecendo parceiros que ajuda fortalecendo através de projetos e indicações para melhorias.
Entrevistado 25	Acesso à tecnologia e recursos/maior poder de negociação/serviços compartilhados/economia em escala, melhoria na qualidade de vida
Entrevistado 26	Melhor colocação da produção no mercado, facilidade ao acesso à informações úteis para a produção, conhecimentos que, sozinhos seria muito difícil de adquirir.
Entrevistado 27	Participação de projetos, como por exemplo coopera etc...

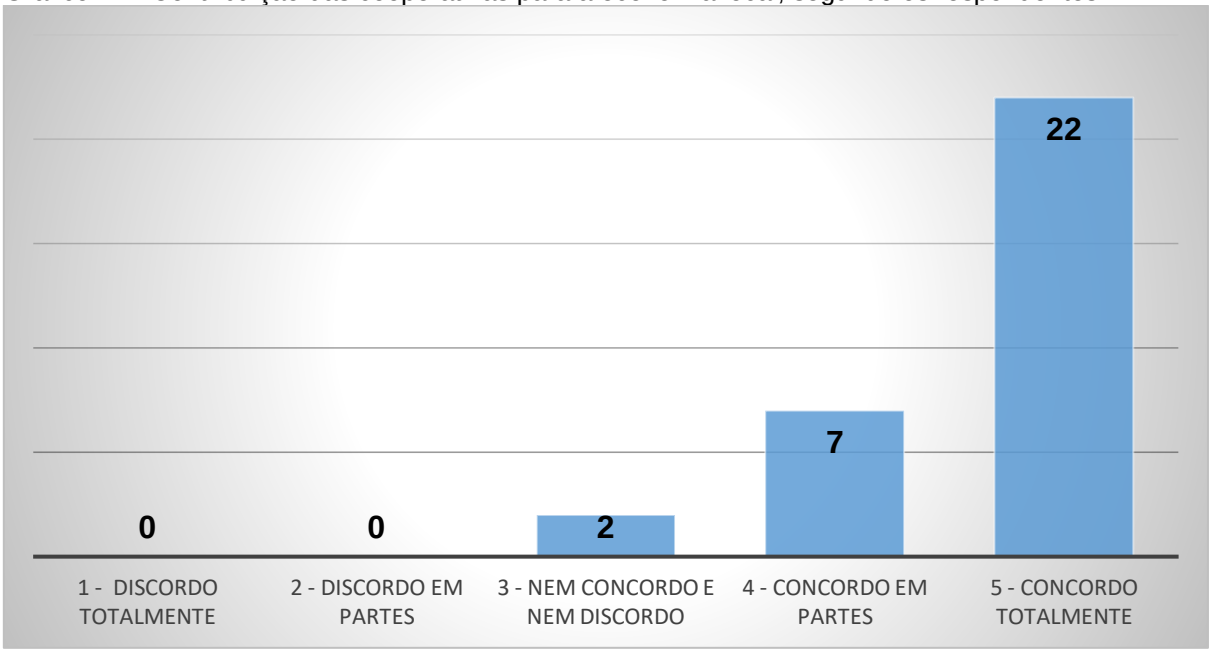
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Embora apenas 24 jovens estejam envolvidos, direta ou indiretamente, com cooperativas — conforme já mencionado —, todos os 31 participantes se manifestaram de forma positiva em relação ao sistema cooperativista. Mesmo aqueles que não fazem parte diretamente desse modelo reconhecem sua importância e relevância, tanto para os produtores quanto para a comunidade em geral. Isso demonstra uma compreensão coletiva do valor que o cooperativismo agrega ao meio rural.

Por isso, sua importância é mais do que estratégica, pois garantem a dinâmica econômica de vários municípios (Lima e Alves, 2011). Além disso, fomentam o acesso à assistência técnica e infraestrutura em todos os elos da cadeia de produção agrícola e pecuária de seus cooperados, bem como para todos que realizam negócios com o cooperativismo (Theodoro, 2021). O sistema cooperativo, além da importância econômica, representa importância social, especialmente em certos municípios e regiões, a exemplo da cooperativa agropecuária, que é o único meio que os agricultores possuem de organizar e comercializar sua produção.

O Gráfico 24 apresenta a percepção dos participantes sobre o papel das cooperativas no fortalecimento da economia local, com resultados amplamente positivos.

Gráfico 24 - Contribuição das cooperativas para a economia local, segundo os respondentes



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A grande maioria dos respondentes acredita que as cooperativas desempenham um papel fundamental no fortalecimento econômico das comunidades.

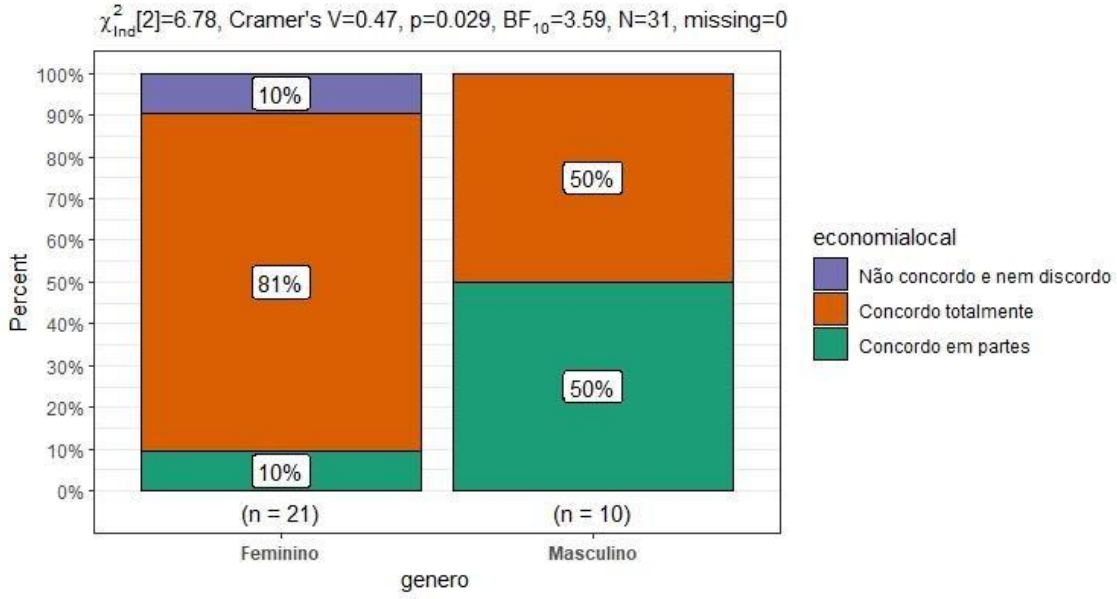
Isso reflete o reconhecimento das cooperativas como agentes geradores de renda, emprego e desenvolvimento local. Sete respondentes optaram por “Concordo em Partes”, o que pode ser um indicativo de perceberem lacunas ou desafios que podem ser aprimorados ou até mesmo por ainda não haver um envolvimento direto como cooperado, visto que há uma parcela de respondentes (23%) que não são cooperados.

Nesse contexto, 94% dos participantes (concordo totalmente + concordo em partes) acreditam no impacto positivo das cooperativas, confirmando sua importância como ferramentas de desenvolvimento socioeconômico. Esse resultado ressalta o valor das cooperativas na geração de oportunidades de trabalho, na valorização dos produtos locais e na distribuição mais equitativa da riqueza. O grupo neutro (6%) pode não estar envolvido diretamente em cooperativas ou desconhecer os resultados de suas atividades econômicas.

O Gráfico 25 demonstra que, de acordo com o teste Qui-Quadrado, a percepção sobre o impacto das cooperativas no fortalecimento da economia local varia de acordo com o gênero dos entrevistados. Observa-se que 100% dos jovens do gênero masculino concordaram, ao menos parcialmente, com afirmação, enquanto

81% das jovens do gênero feminino afirmaram concordar totalmente com essa influência.

Gráfico 25 - Percepção dos jovens por gênero sobre as cooperativas fortalecerem a economia local



Fonte: elaborado pelo software R teste QUI quadrado (2025).

Esses dados indicam que os jovens possuem uma visão positiva e bem definida sobre o papel das cooperativas no desenvolvimento econômico local, reconhecendo sua influência e os benefícios percebidos por meio de sua atuação.

Na sequência, os jovens foram convidados a apresentar as visões sobre estratégias que podem ser adotadas pelas cooperativas para atrair um maior número de jovens para seu quadro social e para as atividades cooperativistas. O Quadro 20 sintetiza as respostas mais recorrentes, bem como sugestões que refletem uma visão crítica e propositiva, voltada ao fortalecimento do envolvimento da juventude com o cooperativismo.

Quadro 19 - Estratégias para Atrair e Engajar Jovens na Participação Cooperativista e no Quadro Social das Cooperativas

Jovem entrevistado	Sugestões e visão da realidade de um dos entrevistados jovens
Entrevistado A	Acredito que para mostrar a força do jovem é de alguma maneira poder financiar o jovem na cooperativa, demonstrando seus resultados e para seu crescimento profissional.
Entrevistado B	promovendo cursos, mostrando os benefícios destas interações
Entrevistado C	Através do seu crescimento, assim geraria empregos para mantê- lós(as).
Entrevistado D	Fazendo com que os jovens tenham mais participação e conhecimento na função e na importância da cooperativa na sociedade

Entrevistado E	Mostrando a importância e o potencial de renda da agricultura e pecuária, porque muitas vezes os jovens preferem outras profissões pensando que vão ter mais renda lá.
Entrevistado F	Promovendo dias de campo
Entrevistado G	Palestras, programas de estágios cursos
Entrevistado H	Fazendo capacitações, encontros com os jovens
Entrevistado I	Primeiro com a garantia de espaço, mas não apenas no quadro diretor, mas em momentos de construção do jovem poder demonstrar seus interesses, onde o jovem pode ser ouvido, e receber apoio.
Entrevistado J	Trazendo o jovem para dentro da gestão e da tomada de decisão na cooperativa
Entrevistado K	Em minha opinião, exposição em escolas, filhos de cooperados, comunidade em geral e também vai dá força de vontade de cada cooperativa
Entrevistado L	Incentivar os jovens a realizar as atividades que a cooperativa nos proporciona
Entrevistado M	Procurar temas que chamem atenção
Entrevistado N	Trazendo novos incentivos

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A participação de jovens em cooperativas é essencial para garantir a continuidade e a inovação dessas organizações. No entanto, para atrair e envolver esse público, é necessário adotar estratégias que tornem o cooperativismo mais atraente, relevante e conectado às suas expectativas e valores.

Conforme relatado por cinco entrevistados, a oferta de capacitação e oportunidades de desenvolvimento pessoal é um fator-chave para atrair mais jovens ao cooperativismo. Para os entrevistados B, F, G, H e N, os jovens estão constantemente em busca de aprendizado e aprimoramento de habilidades. Nesse sentido, as cooperativas podem atuar como facilitadoras, promovendo cursos em parceria com outras instituições, inclusive por meio do PECSOL. Treinamentos e programas de capacitação nas áreas de gestão, empreendedorismo, novas tecnologias, marketing digital e práticas agrícolas sustentáveis foram os mais mencionados como desejáveis pelos participantes.

Em relação ao potencial e ao aumento da renda, há muitos jovens que possuem o desejo de iniciar seus próprios negócios. As cooperativas podem oferecer apoio ao empreendedorismo, com serviços de consultoria, acesso a crédito e informações sobre como iniciar e gerenciar negócios no campo. Incentivar iniciativas de jovens empreendedores dentro da cooperativa pode atrair pessoas interessadas em inovar e gerar valor à agricultura familiar.

Outro fator mencionado é o envolvimento dos jovens na gestão e nas decisões

da cooperativa. Dessa forma, trazer os jovens para atuar e participar do sistema cooperativista efetiva-se como crucial para garantir a continuidade e a renovação dessas organizações. Isso requer estratégias que promovam a inclusão, capacitação e senso de pertencimento.

Vários estudos, a exemplo de Brumer *et al.* (2007), Silvestro *et al.* (2001), Stropasolas (2002), Brumer e Spanevello (2008), têm comprovado que muitas propriedades podem passar pelo processo de abandono devido à falta de interesse dos filhos; outras se tornam sítios de lazer e outras, ainda, são incorporadas por propriedades maiores ou trabalhadores liberais.

Entretanto, qualquer um dos possíveis destinos pode pôr em risco a reprodução da agricultura familiar, cenário de imprecisão que pode ser amenizado diante de fatores considerados estimuladores para os jovens rurais. Além disso, é preciso considerar o tamanho da área, propriedade da terra e renda familiar (Weisheimer, 2009); também, merecem destaque os fatores de reconhecimento da família, vontade e dedicação pessoal (Brumer e Spanevello, 2008).

Segundo Brumer e Spanevello (2008), a permanência dos jovens no meio rural e a continuidade da agricultura familiar estão condicionadas a uma série de fatores interligados, que podem atuar como obstáculos ou incentivos. Esses fatores envolvem aspectos socioeconômicos da família e da unidade produtiva, o tipo de trabalho desempenhado (agrícola ou não agrícola), as oportunidades de emprego disponíveis tanto no campo quanto em áreas urbanas próximas, a educação, o acesso e as expectativas em relação ao lazer, o engajamento em movimentos sociais, a possibilidade de obter remuneração e autonomia nas decisões, a perspectiva de herdar a propriedade, a visão sobre o trabalho agrícola e o modo de vida rural, bem como o acesso a crédito e a políticas públicas voltadas aos jovens.

Além disso, influenciam também as projeções relacionadas à vida conjugal no campo. Essas dimensões estão diretamente associadas às motivações que levam os jovens a desejarem ou não seguir na atividade agrícola, permanecer no meio rural e manter vínculos com o cooperativismo.

Nesse contexto, é essencial promover projetos específicos e que sejam liderados pelos jovens, dentro do quadro social das cooperativas, visto que permite autonomia e responsabilidade, mostrando que suas contribuições têm impacto direto no sucesso da cooperativa.

Promover capacitações, visitas e dias de campo é uma estratégia essencial

para que as cooperativas divulguem a educação cooperativista e fortaleçam o vínculo entre seus cooperados, fato que os jovens também indicaram. Essas atividades não apenas podem capacitar os participantes, mas também criar um ambiente de aprendizagem prático e de colaboração, alinhado aos princípios do cooperativismo.

Ao oferecer oportunidades concretas de participação e liderança, as cooperativas podem envolver os jovens de forma significativa na gestão e nas decisões. Isso não apenas fortalece a cooperativa, mas também cria uma geração de líderes comprometidos com os princípios cooperativistas e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Dando sequência à questão anterior, os jovens também se reportaram sobre alguma ideia ou projeto empreendedor que poderia ser desenvolvido em sua cooperativa, na sua comunidade rural, conforme o Quadro 21 aponta:

Quadro 20 - Ideia ou projeto empreendedor que poderia ser desenvolvido em sua cooperativa na sua comunidade rural

Jovem entrevistado	Ideias ou projetos empreendedores.
Entrevistado A	Cursos
Entrevistado B	Trabalhar o tema da sucessão, mostrando que não é um pedido de aposentadoria dos pais e sim uma chance de se trabalhar em conjunto
Entrevistado C	Busca melhorias para a gestão
Entrevistado D	trabalhar com os jovens para que permaneçam nas propriedades
Entrevistado E	Hoje na cooperativa cooperpinhas penso que seria bom ter um espaço de formação técnica contínua. Para cooperativas de produção penso que a valorização dos produtos locais, como as frutas da região virarem picolé específico, produção de Cogumelos, alimentos com alto valor nutritivo.
Entrevistado F	Projeto de agronegócio, administração
Entrevistado G	Acredito que um projeto legal é a força do jovem no campo, e trazer os jovens para o campo e forçar a participação dele.
Entrevistado H	Projeto ligado a preservação dos recursos hídricos e seu uso sustentável.
Entrevistado I	Sim, uma cozinha certificada, um terreno para colocar essa cozinha e nesse local seria fundamental para o crescimento, das famílias como um todo.
Entrevistado J	Fazer com que os jovens tenham mais conhecimento para que possam participar dos cargos e lideranças na cooperativa

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Diante das respostas dos jovens entrevistados, torna-se necessário identificar os fatores que condicionam a permanência no meio rural e a continuidade do sistema cooperativista, relacionando a contextualização apresentada no referencial teórico com as falas dos jovens, as quais foram destacadas no Quadro 22.

Quadro 21 - Fatores condicionantes à permanência dos jovens no meio rural: consensualidade entre a pesquisa científica e a visão empírica dos jovens entrevistados conforme representado no quadro 21

Fator Condicionante	Visão dos Pesquisadores	Visão dos jovens participantes da pesquisa
Renda	A cidade aparece como horizonte tanto mais promissor, quanto menor é a renda familiar (Silvestro *et al.,* 2001).	Entrevistado C; E
Relacionamento intrafamiliar	Divergências e conflitos devido às mudanças de ideias, hábitos e modo de vida de cada geração podem dificultar a ocorrência do processo sucessório (Carneiro, 1998).	Entrevistado B; D
Autonomia e participação dos lucros	A autonomia refere-se as condições que possibilitam aos jovens construir um espaço próprio no processo de trabalho familiar agrícola e obter uma renda própria. Na ausência de tais condições a recusa de permanecer no campo tende a aumentar (Weisheimer, 2009).	Entrevistado C; J
Vocação	A vocação, a aspiração do jovem também são consideradas um fator condicionante a sua permanência no meio rural (Silvestro *et al.,* 2001)	Entrevistado G; I
Socioambiental	De acordo com Abramovay (1998), a permanência dos jovens no meio rural não se sustenta apenas pela atividade econômica, mas depende de um conjunto de fatores socioambientais, culturais e de qualidade de vida, que proporcionem condições para que esses sujeitos construam projetos de vida viáveis no território. A ausência de oportunidades, tanto no campo produtivo quanto no educacional e social, constitui um dos principais vetores de êxodo, enquanto o fortalecimento de redes cooperativas, o acesso à educação contextualizada e a valorização dos saberes locais são elementos-chave para a sustentabilidade das comunidades rurais.	Entrevistado H
Educação	“A escola preenche, idealmente, uma condição para a realização dos projetos individuais, o que, na maioria das vezes implica a saída da localidade, trazendo consequências negativas para o processo sucessório nas famílias de agricultores, principalmente daqueles cuja reprodução social não é satisfatoriamente garantida pela atividade agrícola” (Carneiro, 2005, p.251).	Entrevistado A; E; F

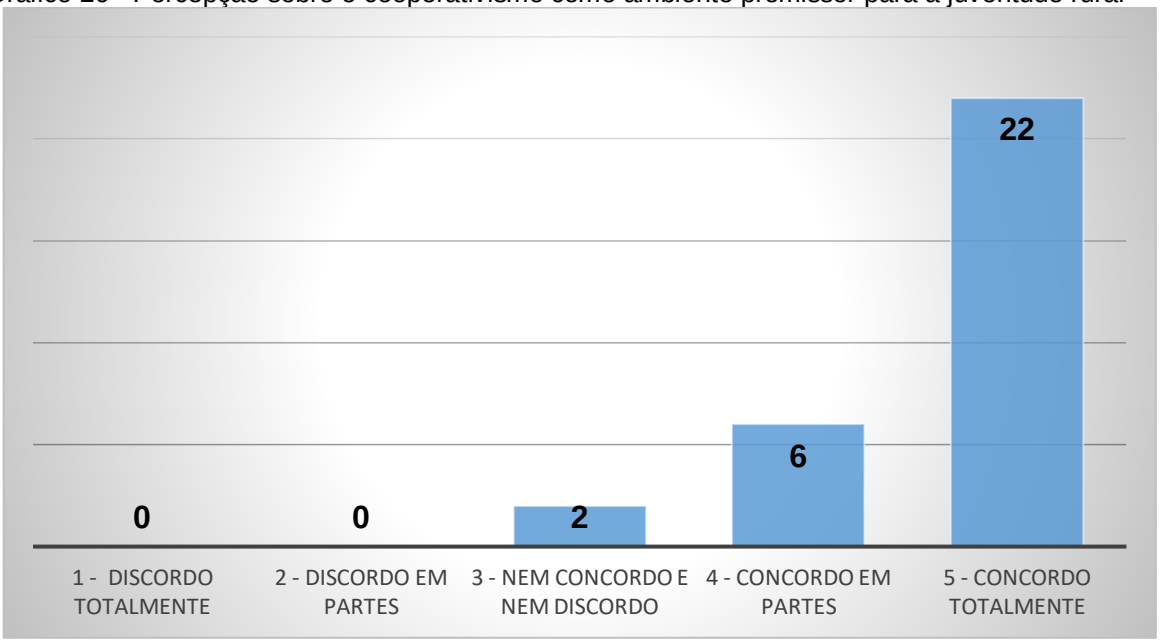
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Foi possível perceber, por meio do Quadro 21, os fatores condicionantes analisados no Quadro 22, visto que a continuidade e atuação dos jovens são fatores que demonstraram que essa geração e as novas gerações, se não estão prontas ainda, seguem buscando e desejando estar em busca de novos conhecimentos, em aprender e, acima de tudo, compartilhar. Esse avanço no sistema cooperativista pode ser potencializado quando eles se reconhecem nos valores e princípios do cooperativismo. Diversas pesquisas, citadas no Quadro 22, mostram que o jovem não

quer apenas prosperar individualmente.

Para concluir o tópico sobre cooperativismo, buscou-se identificar a percepção dos jovens quanto ao potencial das cooperativas como um ambiente promissor para a juventude rural. A proposta foi compreender se eles veem nas cooperativas um agente de geração de empregos — diretos e indiretos — e uma alternativa eficaz para reduzir o desemprego local, além de facilitar o acesso ao mercado e melhorar as condições de comercialização para os produtores da região. O Gráfico 26 apresenta as respostas dos jovens, evidenciando suas opiniões sobre o papel das cooperativas nesse contexto.

Gráfico 26 - Percepção sobre o cooperativismo como ambiente promissor para a juventude rural



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O resultado da pesquisa, apresentado no Gráfico 26, revela que o cooperativismo é reconhecido como um ambiente promissor para os jovens do meio rural. De forma geral, a avaliação positiva — alcançando 94% dos participantes — evidencia o potencial das cooperativas em gerar oportunidades de trabalho e renda, além de promover o desenvolvimento sustentável e contínuo no campo. Os dados também apontam para a relevância das cooperativas na permanência dos jovens no meio rural, incentivando a ação coletiva e fortalecendo o protagonismo juvenil no desenvolvimento local.

A neutralidade apresentada (7%) pode ser atribuída à falta de envolvimento direto com cooperativas ou até mesmo ao desconhecimento sobre

os benefícios do cooperativismo por parte de algum jovem.

Síntese do capítulo 4. Análises e discussão:

A grande maioria dos respondentes (24 jovens) acredita que as cooperativas desempenham um papel fundamental no fortalecimento econômico das comunidades. Isso reflete o reconhecimento das cooperativas como agentes geradores de renda, emprego e desenvolvimento local.

Os dados confirmam que as cooperativas são percebidas como pilares do fortalecimento econômico local, com uma avaliação positiva (94%). Isso reflete o sucesso das cooperativas em promover o desenvolvimento econômico, social e sustentável nas comunidades em que atuam. Reforçar e expandir suas ações pode garantir ainda mais impacto no futuro, atraindo maior engajamento da juventude e das comunidades rurais.

As análises demonstram que a base do cooperativismo está presente entre os jovens, mas existem lacunas importantes a serem preenchidas para garantir a continuidade geracional e aumentar o número de cooperados ativos. Iniciativas, como o PECSOL, desempenham um papel estratégico no relacionamento de jovens com o sistema cooperativista, ajudando a fortalecer comunidades rurais e a economia local. Dezesseis dos jovens ainda não são cooperados. E nove afirmaram que somente os pais são cooperados. A constatação de que parte significativa dos jovens ainda não integra formalmente o quadro social das cooperativas, mesmo quando seus pais já são cooperados, evidencia a persistência de uma lacuna geracional no cooperativismo rural.

Essa ausência de continuidade entre as gerações compromete o processo de sucessão cooperativa e o fortalecimento das práticas associativas no longo prazo. Conforme afirmam Silva e Nunes (2023), a participação da juventude é estratégica para a renovação do cooperativismo, pois os jovens representam a oportunidade de inovação, dinamização e sustentabilidade das cooperativas.

Para reverter esse cenário, faz-se necessário adotar políticas de incentivo à adesão juvenil, com foco em estratégias formativas, como programas de educação cooperativista, oficinas práticas de gestão e empreendedorismo rural, além de oportunidades reais de inserção nas decisões e atividades das cooperativas (Ferreira, Souza, 2019).

Ademais, a criação de núcleos de juventude cooperativista, conforme recomendam as diretrizes da ACI (2019), pode contribuir significativamente para o sentimento de pertencimento, promovendo o *animus cooperandi* e favorecendo a sucessão tanto familiar quanto institucional no ambiente cooperativo.

Embora a agropecuária tenha um papel relevante, não é a atividade predominante para a metade dos jovens respondentes. O que se pode interpretar, diante disso, é que a diversidade de atividades econômicas nas famílias rurais é significativa, de maneira que pode influenciar as percepções e interesses dos jovens em relação ao campo, fato comprovado com o percentual de 48% que não considera a agropecuária como atividade principal.

Ao serem questionados sobre seu envolvimento com as atividades agrícolas, 81% dos jovens responderam afirmativamente, o que corresponde a 25 participantes engajados com o meio rural. Por outro lado, apenas 19% — ou seja, seis jovens — indicaram não estar envolvidos em atividades agrícolas, conforme informaram, por meio do questionário, não fazer parte do meio rural. Esses dados demonstram um alto nível de participação dos jovens no contexto rural, reforçando a importância de políticas e programas que valorizem, bem como incentivem sua permanência e atuação no campo.

A predominância de jovens envolvidos com a agricultura indica que a maior parte dos participantes possui uma relação direta ou indireta com o trabalho no campo, refletindo fielmente o contexto rural em que estão inseridos. Além disso, ao serem questionados sobre o interesse em continuar vivendo e trabalhando na zona rural, 81% dos entrevistados assinalaram a opção *“Sim”*, o que representa 25 jovens. Esse resultado demonstra uma forte disposição em permanecer no meio rural, o que pode ser interpretado como um sinal positivo para a continuidade das atividades agrícolas, a sustentabilidade das comunidades locais e o fortalecimento do setor rural no futuro.

Por outro lado, os 19% restantes declararam não ter interesse em permanecer na zona rural. Essa resposta pode estar relacionada a fatores desmotivadores, como a falta de infraestrutura, poucas oportunidades de crescimento ou maior atratividade das áreas urbanas. Esse dado é relevante para a formulação de políticas públicas e iniciativas que busquem não apenas valorizar a permanência dos jovens no campo, mas também criar condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento pessoal e profissional no ambiente rural.

Nenhum participante avaliou o impacto do PECSOL como totalmente negativo,

o que pode sugerir que não há rejeição ao valor do programa. 74% dos participantes consideram que o PECSOL foi eficaz em estimular a criação de redes e vínculo com o sistema cooperativista, um aspecto considerado pertinente para o futuro dos jovens rurais.

Em relação ao gênero dos participantes, observa-se que a maioria (68%) é do sexo feminino. Esse dado ganha relevância ao ser relacionado com uma das diretrizes do PECSOL, que visa incentivar a presença feminina na liderança e na gestão de empreendimentos cooperativos. Trata-se de um compromisso importante, que deve ser assumido pelas cooperativas como parte de um processo de mudança estrutural, especialmente no que diz respeito à inclusão da juventude no cooperativismo. A partir desta pesquisa, é possível identificar um avanço nesse aspecto, evidenciado pelo aumento da participação feminina.

Quanto às preferências dos jovens em relação a cursos e capacitações, os dados indicam um interesse maior em áreas, a saber, gestão, empreendedorismo, design e inovação tecnológica aplicada. As escolhas demonstram uma tendência crescente por habilidades que combinam criatividade, tecnologia e inovação, com destaque para a gestão e as ferramentas digitais. Esse interesse sugere que os jovens estão buscando maneiras de aplicar soluções tecnológicas no meio rural — seja para aumentar a produtividade agrícola, seja para diversificar suas fontes de renda, contribuindo, assim, para a modernização e sustentabilidade do campo.

Diante disso, a introdução do trabalho sobre o papel dos jovens rurais na agricultura sustentável apresenta, de maneira clara e objetiva, a importância de compreender o tema, destacando a relevância do envolvimento ativo dos jovens no desenvolvimento e na inovação do meio rural. Conforme Santos e Kieling (2020), é nítida a escassez de jovens cooperados nas cooperativas, bem como o desinteresse do jovem em dar continuidade ao trabalho da sua família, a fim de continuar na atividade rural, pois hoje a vida na cidade se torna mais interessante, vende uma imagem de conforto com os serviços existentes, dinheiro fácil e grandes oportunidades.

Além disso, ressalta-se a necessidade de garantir que o segmento agrícola seja verdadeiramente atrativo para a juventude, buscando soluções criativas e eficazes para os diversos desafios enfrentados pelos jovens no campo. A valorização da participação desses jovens é essencial para a renovação do trabalho agrícola e a promoção de práticas sustentáveis que possam beneficiar

tanto a produção quanto a qualidade de vida nas áreas rurais.

5. CONCLUSÕES

Na contemporaneidade, as transformações no meio rural brasileiro exigem novas estratégias para garantir a sustentabilidade das comunidades locais e a continuidade da agricultura familiar. O desafio de manter os jovens no campo, evitando o êxodo rural, torna-se cada vez mais relevante diante da crescente desvalorização das atividades agropecuárias e da atração exercida pelos centros urbanos. Nesse cenário, a presente tese teve como objetivo central analisar as práticas de educação cooperativista ofertadas aos jovens no Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), com vistas à sua permanência e efetiva inserção no sistema UNICAFES, no Estado do Paraná.

Nesse sentido, a escolha por investigar a relação entre juventude rural, cooperativismo solidário e educação técnico-formativa fundamenta-se na compreensão de que o desenvolvimento regional sustentável passa, necessariamente, pela valorização dos sujeitos locais e pelo fortalecimento das práticas coletivas. O cooperativismo, especialmente aquele fundado nos princípios da economia solidária, representa uma alternativa real de democratização econômica e inclusão social. O PECSOL, nesse contexto, surge como uma ferramenta institucional com potencial para articular formação crítica, organização produtiva e sucessão geracional.

Com base nesta proposta, a pesquisa foi delineada a partir de três objetivos específicos: (a) Identificar e descrever a percepção dos jovens participantes do PECSOL sobre o sistema cooperativista; b) Analisar as áreas de interesse e as motivações dos jovens para a capacitação e permanência no sistema cooperativista, com base em indicadores, como tipos de cursos demandados, expectativas de carreira, potencial de sucessão familiar, vínculo com cooperativas locais e uso de tecnologias digitais na formação; c) Propor estratégias de fortalecimento da educação cooperativista no âmbito do PECSOL, orientadas por indicadores de efetividade das ações formativas, engajamento dos jovens nas atividades de economia solidária, integração digital e continuidade no sistema UNICAFES. A abordagem metodológica adotada combinou técnicas quantitativas e qualitativas, por meio da aplicação de questionários com jovens rurais vinculados às cooperativas da UNICAFES-Paraná e participantes da edição piloto do PECSOL entre 2022 e 2023.

Diante desse cenário, a análise da efetividade do PECSOL revelou aspectos positivos, mas também evidenciou lacunas que precisam ser superadas. Em termos gerais, a percepção dos participantes em relação ao programa foi predominantemente favorável: 74% avaliaram que o PECSOL contribuiu significativamente para o fortalecimento dos vínculos com o sistema cooperativista; nenhum participante classificou sua experiência como totalmente negativa. Esse dado demonstra que a abordagem adotada pelo programa possui potencial transformador, especialmente, por meio de metodologias participativas, como oficinas, rodas de conversa e construção coletiva do conhecimento.

Contudo, a pesquisa também revelou inconsistências na execução do programa, sobretudo no que se refere à mobilização dos jovens pelas cooperativas, à comunicação interna entre educadores e lideranças, bem como à clareza dos critérios de participação. Foram identificados diversos relatos de jovens que constavam formalmente como participantes da capacitação, mas que não foram de fato envolvidos no processo formativo, o que compromete a fidelidade dos registros institucionais e reduz o alcance real das ações planejadas. Houve também resistência de algumas cooperativas em divulgar ou promover o PECSOL junto à juventude local, o que denota um desafio estrutural relacionado à valorização da educação cooperativista.

Essa constatação é particularmente relevante ao se considerar que parte expressiva dos jovens ainda não integra formalmente o quadro social das cooperativas, mesmo sendo filhos de cooperados ou atuando na produção rural. Esse distanciamento institucional é um sintoma de uma lacuna geracional no sistema cooperativista, que compromete o processo de sucessão, a renovação das lideranças e a própria sustentabilidade do modelo.

Nesse sentido, o PECSOL deve ser compreendido não apenas como uma iniciativa formativa, mas como um instrumento estratégico de política pública para o desenvolvimento regional sustentável. Sua continuidade e expansão exigem o fortalecimento da articulação entre cooperativas, universidades, entidades públicas (como SEBRAE, SENAR e IFs) e movimentos sociais, com vistas à construção de uma educação cooperativista intergeracional, participativa e orientada à realidade territorial dos jovens.

A principal contribuição deste trabalho consistiu em demonstrar empiricamente como a educação cooperativista solidária, por meio do PECSOL, pode funcionar como

estratégia de fortalecimento da juventude rural e de promoção da sucessão cooperativa no sistema UNICAFES, sobretudo, no contexto paranaense. O estudo não apenas identificou as percepções, necessidades e interesses dos jovens rurais, como também traduziu esses dados em estratégias práticas e viáveis de intervenção formativa e institucional, contribuindo para a modernização do cooperativismo solidário com foco no protagonismo juvenil.

As contribuições deste estudo abrangem diferentes dimensões, ao ampliar a compreensão sobre os fatores que influenciam a permanência da juventude rural no campo e propor um diálogo entre educação cooperativista, políticas públicas e sucessão familiar, suprindo lacunas na avaliação empírica de programas como o PECSOL. Socialmente, destaca-se o fortalecimento do protagonismo juvenil e, em especial, da juventude feminina como vetor de inovação e liderança no meio rural. Metodologicamente, a adoção de abordagem mista, com dados provenientes de jovens de diferentes regiões do Paraná, oferece um modelo de análise replicável a outros contextos cooperativistas e extensionistas. No âmbito das políticas públicas, os resultados subsidiam ações voltadas à juventude rural, como programas de crédito, capacitação técnica, empreendedorismo, ampliação da conectividade e incentivo à participação em instâncias decisórias das cooperativas.

Esta tese buscou contribuir com esse debate ao avaliar criticamente a efetividade do Programa de Educação Cooperativa Solidária (PECSOL) no contexto paranaense, revelando que os jovens rurais demonstram interesse, disposição e potencial para permanecer no campo e transformar o sistema cooperativista, desde que sejam reconhecidos, ouvidos e efetivamente incluídos nas decisões.

No que se refere ao Objetivo C) estratégias de educação cooperativista, os resultados da pesquisa apontam direções relevantes. É necessário avançar na criação de núcleos jovens dentro das cooperativas, assegurando espaço de escuta, representatividade e participação efetiva nas decisões. Também se destaca o potencial de ações formativas em temas como inteligência artificial aplicada à agricultura familiar, comercialização digital, agroecologia, turismo rural e inovação social.

Além disso, o uso das redes sociais e plataformas digitais, como ferramentas de mobilização e capacitação, deve ser incorporado às práticas do PECSOL, com vistas a ampliar seu alcance e relevância junto à juventude conectada.

Essas ações devem ser acompanhadas de modelos de monitoramento e avaliação mais rigorosos, com indicadores de impacto que permitam mensurar não apenas a adesão formal aos cursos, mas a efetiva apropriação dos conteúdos, a permanência dos jovens nas cooperativas e a geração de resultados concretos nos territórios.

Como toda investigação empírica, este estudo também enfrentou limitações, que merecem ser reconhecidas, tanto do ponto de vista operacional quanto metodológico.

Em primeiro lugar, destaca-se a dificuldade de comunicação e articulação com algumas cooperativas participantes da UNICAFES, o que impactou diretamente o acesso aos jovens vinculados ao PECSOL. A pesquisadora enfrentou dificuldades iniciais de comunicação, mas conseguiu estabelecer contato com as cooperativas por meio de ligações telefônicas e mensagens via WhatsApp; algumas chegaram a negar a realização da capacitação ou desconheciam a edição do programa em suas unidades.

Em certos casos, os jovens constavam como participantes formais do PECSOL, mas declararam não ter tido envolvimento com as atividades educativas.

Além disso, alguns educadores vinculados ao programa não forneceram informações solicitadas; também, houve episódios em que os contatos compartilhados não eram atualizados ou pertenciam a pessoas que não participaram efetivamente da capacitação. A ausência de um banco de dados institucional consolidado com os nomes e contatos dos jovens participantes também dificultou a amostragem. Como consequência, a amostra foi definida por conveniência, tendo como base os jovens que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa após contato individual feito pela autora.

A dispersão geográfica das cooperativas no território paranaense também se apresentou como um obstáculo, pois a distância entre os municípios inviabilizou visitas presenciais, sendo necessária a utilização de aplicativos de mensagens (como o WhatsApp) para a aplicação dos questionários. Ainda, alguns jovens bloquearam os canais de contato ou não retornaram, limitando o alcance da coleta de dados.

Essas limitações, embora não comprometam a validade dos resultados, indicam a necessidade de fortalecimento da articulação entre os atores envolvidos no PECSOL (educadores, cooperativas e juventude), além da implementação de mecanismos de registro, monitoramento e avaliação mais transparentes e integrados.

Diante das reflexões construídas, este estudo possibilita pesquisas futuras que possam ampliar a compreensão sobre o papel da juventude rural no fortalecimento do cooperativismo solidário e na promoção do desenvolvimento regional sustentável. Sugerem-se, como discussões, para novas pesquisas:

a) Avaliações longitudinais do impacto do PECSOL na trajetória profissional e na permanência dos jovens no campo, com análise comparativa entre os que participaram do programa e os que não participaram;

b) Estudos de caso em cooperativas que conseguiram integrar com êxito a juventude em seus quadros decisórios, identificando boas práticas de sucessão cooperativa;

c) Pesquisas sobre o papel das tecnologias digitais, da inteligência artificial e das redes sociais na formação de lideranças juvenis, bem como no fortalecimento da identidade cooperativa no meio rural;

d) Avaliações de políticas públicas voltadas à juventude rural e sua interface com programas de extensão universitária, como o PECSOL, com vistas à proposição de marcos legais e institucionais mais eficazes.

Essas pesquisas, aliadas a ações práticas de extensão e políticas públicas, podem contribuir significativamente para a formulação de estratégias integradas que unam juventude, cooperativismo, território e inovação.

O PECSOL cumpre um papel relevante ao promover espaços de formação, diálogo e construção coletiva do conhecimento. No entanto, para que se torne verdadeiramente estratégico, precisa ser institucionalizado com mecanismos permanentes de avaliação, articulação interinstitucional e financiamento, bem como assumir a juventude rural não apenas como público-alvo, mas como sujeito histórico de transformação territorial.

Conclui-se, portanto, que a educação cooperativista, com ênfase na juventude, no uso de tecnologias apropriadas e na valorização dos saberes locais, constitui um pilar para o desenvolvimento regional sustentável, sendo um caminho promissor para enfrentar o êxodo rural, promover a sucessão familiar e consolidar um modelo de economia solidária mais inclusivo e resiliente. O fortalecimento dessa agenda requer o engajamento conjunto de cooperativas, universidades, setor público e sociedade civil, em torno de uma visão de futuro ancorada na cooperação, na justiça social e na sustentabilidade dos territórios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: ANPOCS; Unicamp; Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Maria Lúcia; MELLO, Maria Aparecida; DORIGON, Clarice; BALDISSERA, Ivone Teresinha. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e reforma agrária**: estudo da dimensão territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

ALCÂNTARA, Lúcio Carlos de Sena; SAMPAIO, Carlos Augusto Cordeiro; ZABALA, Lucía Unamuno. Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 33, n. 3, p. 887-914, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030010. Acesso em: 17 jul. 2025.

ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto; REYES, Jacquelin Teresa Camperos; SARTO, Júlia Maria Defavari; MODENEIS, Thais. A apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação pela Agricultura Familiar: em foco a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, Tupã (SP), v. 2, n. 2, p. 81–94, 2016

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Statement on the co-operative identity:** define uma cooperativa e descreve seus princípios e valores. 1995. Disponível em: https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/. Acesso em: 13 ago. 2023.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Statistical information on the co-operative movement:** apresenta as estatísticas do movimento cooperativista no mundo. 2019. Disponível em: http://www.ica.coop/coop/statistics.html. Acesso em: 15 out. 2023.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Identidade cooperativa, valores e princípios.** 2020. Disponível em: https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALMEIDA, Renata; HADDAD, Maria. Capacitação digital para jovens rurais: fortalecendo autonomia e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2021. Disponível em:

https://www.rbed.com.br/artigos/capacitacao-digital-jovens-rurais. Acesso em: 9 jul. 2025.

ALVES, Antonio. Guilherme. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE:** histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Diretoria de Planejamento, Superintendência de Planejamento, 92 p., 2003.

ALVES, Lucir Reinaldo; BILHA CRUZ, Lizandra; FERRERA DE LIMA, Jandir Ferrera de; PIFFER, Moacir. O capital social na microrregião de Toledo-PR – 1985/2009. **Desenvolvimento em Questão,** [s.l.], v. 11, n. 22, p. 139-172, 2013.

ALVES, Cinara Neumann. **O campo do ensino superior em cooperativismo:** uma análise a partir da construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul. Orientador: Marco André Cadoná. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) — Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

ALVES, Lucir Reinaldo; LIMA, Jandir Ferrera de. Cooperativismo agropecuário e de crédito do Brasil do agronegócio. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3605. Acesso em: 11 out. 2023.

AMODEO, Nina. Beatriz. Paulon.; ALIMONDA, Héctor. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. *In*: AMODEO, N. B. P.; ALIMONDA, H. (org.). **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento.** Viçosa: UFV, 2008. p. 151-176.

ANDRADE DOS SANTOS, Fabiana; DOS SANTOS JÚNIOR, José Luiz; CIRÍACO DA SILVA, Edvaldo. A hidratação descontínua beneficia a germinação de sementes e confere maior tolerância à seca em mudas de Sesbania virgata (Cav.) **Pers.?. Revista Semiárido De Visu,** [s.l.], v. 12, n. 3, 2024. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/1335-1349. Acesso em: 10 jun. 2025.

ANUÁRIO COOP. *O impacto do cooperativismo na economia brasileira*. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, 2023. Disponível em: https://www.somoscooperativismo.coop.br/noticias/anu%C3%A1riocoop-23-milhoes-de-brasileiros-juntos-por-um-objetivo-comum. Acesso em: 25 out. 2023.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, Elizabeth Moraes (org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-40.

BAIOTO, Carlos Daniel. Cultura cooperativista como potencializador de eficiência cooperativista: um estudo de caso da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira. Orientadora: Adriane Ferrarini. 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7101. Acesso em: 9 jul. 2025.

BALHANA, Alfredo Antônio; WESTPHALEN, Romeu Paulo; COSTA, Maria Emília Vellozo de. **História do Paraná.** Curitiba: Graphipar, 1969.

BARBOSA, Emerson Rodrigues; BRONDANI, Gilberto. Planejamento estratégico organizacional. **Revista Eletrônica de Contabilidade,** Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 123-130, 2005.

BARCELLOS, André; MANSAN, João. A economia solidária e a juventude rural: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Economia Solidária,** Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 80-95, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital. Orientador: Pedro Valentim Marques. 1998. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) — Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. *In*: ZYLBERSZTAJN, Decio; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo (org.). **Agronegócio cooperativo:** reestruturação e estratégias. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2002. p. 305.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agribusiness cooperativo. *In*: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava; CALEMAN, Silvia Maria Quelhas (orgs**.). Gestão de sistemas de agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2015. p. 184-201.

BOESSIO, Amábile Tolio; DOULA, Sheila Maria. Sucessão familiar e cooperativismo agropecuário: perspectivas de famílias cooperadas em um estudo de caso no Triângulo Mineiro. **Desenvolvimento em Questão,** Passo Fundo, v. 15, n. 40, p. 433-458, jul.–set. 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/752/75251857017/75251857017.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

BOEING, Luciana Guimarães. **Construindo a vida adulta:** trajetórias, sentidos e práticas cotidianas de pessoas com formação universitária. Orientadora: Dulce Helena Penna Soares. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Elementos de amostragem.** São Paulo: Blucher, 2005.

BÖTTCHER, Erik. **Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft** [Cooperação e democracia na economia]. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1974. (Schriften zur Kooperationsforschung, A/Studien, 10).

BORDENAVE, Juan Eulálio Díaz. **O que é participação.** 1. ed. São Paulo: [s.n.], 1999.

BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. *In:* ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (ANPED Sul).** Caxias do Sul: ANPED Sul, 2012. p. 1-16. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia popular e solidária.** Brasília: MTE/Senaes, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia popular e solidária:** autogestão, cooperação e solidariedade como fundamentos. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Digital:** formação para o uso das TICs na educação. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-digital. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Internet das Coisas e conectividade no campo. *In*: **AGROPECUÁRIA BRASILEIRA:** evolução, resiliência e oportunidades. Brasília, DF: Ipea, 2022. cap. 6, p. 136–155. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12242/9/220662_LV_Agropecuária%20Brasileira_Cap.6.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Pronaf Jovem:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares. Brasília, DF: MAPA, 2022. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem/. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Exportações do agronegócio batem recorde e somam US$ 166,55 bilhões em 2023**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRITO, Ana Carolina; ALVES, Fabiano. Desafios e oportunidades para o protagonismo juvenil no meio agrícola: a importância do acesso às TICs. **Revista Brasileira de Agricultura Sustentável**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 70-85, 2020. Disponível em: https://www.agriculturasustentavel.org.br/artigos/67890. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRUMER, Anita *et al.* **Como será o campo amanhã?** A situação dos jovens do Oeste Catarinense, numa perspectiva de gênero. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, 2007.

BRUMER, Ana; SPANEVELLO, Rosangela Maria. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil:** relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BRUMER, Ana. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. *In:* RENK, Alexandre Arbex; DORIGON, Clarice (orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014. p. 115-138.

BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil:** características, desafios e obstáculos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2025.

CANÇADO, Aline Couri; RIGO, Adriana Siqueira; PEREIRA, José Roberto; GONTIJO, Maria Clara Horta Gomes. Movimento e princípios cooperativistas: evolução e reflexões para novos estudos. *In:* CANÇADO, Aline Couri; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JÚNIOR, João Tavares da (orgs.). **Gestão social:** aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012. p. 456.

CANÇADO, Aline Couri; SOUZA, Marcos de França Alves de; PEREIRA, José Roberto. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 51-62, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2359043216279. Acesso em: 17 jul. 2025.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. *In*: SILVA, Francisco de Castro Teixeira da; SANTOS, Ricardo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (orgs.). **Mundo rural e política:** ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. p. 35-63.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. *In:* ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Paulo Pereira de Moura (orgs.). **Retratos da juventude brasileira.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 73-87.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura familiar e pluriatividade: desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *In:* BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2009. p. 57-76.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair:** uma etnografia da construção social da categoria juventude rural. Orientador: Moacir Gracindo Soares Palmeira. 2005.

444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud,** Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, jan./jun. 2009. Disponível em: https://scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2009000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 11 mar. 2024.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATORINO, Luciana Fiori; SCHMIDT, Caroline Michels. Cooperação e mulheres do campo: as experiências de uma cooperativa agroindustrial do Oeste do Paraná. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas,** Santa Maria, v. 11, e88020, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2359043288020. Acesso em: 17 jul. 2025.

CELUPPI, Daniela. **Juventude da agricultura familiar e seu retorno para o campo:** trajetória de jovens de Francisco Beltrão – Paraná. Orientadora: Norma Kiyota. 2021. 444 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

CENZI, Neivo Luiz. **Cooperativismo:** desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro de 2023 atinge R$ 2,62 trilhões.** Piracicaba: ESALQ/USP, 2023. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br. Acesso em: 11 jul. 2025.

CIELO, Ivanete Daga. **O sistema de integração da avicultura de corte na mesorregião oeste paranaense:** uma análise sob a ótica da Nova Economia Institucional. Orientador: Weimar Freire da Rocha Júnior. 2015. 199 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **A agricultura familiar no Brasil:** evolução recente, importância econômica e políticas públicas. Brasília: Conab, 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-setor-agropecuario/agricultura-familiar. Acesso em: 8 abr. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **Carta proposta da juventude trabalhadora rural:** 3° Festival da Juventude Rural (Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina). Brasília, 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fh_TTGLccAJ:www.agenciajovem.org/wp/%3Fp%3D6874. Acesso em: 22 ago. 2023.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Juventude rural e acesso ao crédito**. Brasília: CONTAG, 2022.

COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. **Curso de estatística básica:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

COSTA, Fábio Luiz Mazzaro; RALISCH, Rouverson. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural,** [s.l.], v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

COSTANZI, Rogério N. **Relatório:** juventude e trabalho decente no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2009.

COOK, Michael L.; PLUNKETT, Benjamin. Collective entrepreneurship: an emerging phenomenon in producer-owned organizations. **Journal of Agricultural and Applied Economics,** Griffin, v. 38, p. 421-428, 2006.

DREBES, Luciane; SANTOS, Tatiane Karine Lima dos. Cooperativismo agropecuário e sucessão geracional em propriedades rurais: reflexões sobre o caso da Cotrijal/RS. **Interações**, Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 635-649, 2023. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3581. Acesso em: 11 set. 2023.

DREBES, Luciane Maria; SPANEVELLO, Rosangela Maria. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos,** Natal, v. 2, p. 360-374, 2017.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) — Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelitaDeggerone.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul.** Orientador: Luís Fernando da Silva Laroque. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) — Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelitaDeggerone.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, Laís; SCHMIDT, Caroline Michels; CIELO, Ivanete Daga. Presença de atitude empreendedora em gestores de ambientes de coworking: um estudo no estado do Paraná. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas,** [S. l.], v. 8, n. 02, p. 18-40, 2023. Disponível em: https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/584. Acesso em: 13 jun. 2025.

DUGATKIN, Lee Alan. **Cooperation among animals:** an evolutionary perspective. Oxford: Oxford University Press, 1997.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. São Paulo: Vozes, 1997.

FAJARDO, Samuel; ROCHA, Murilo. Aspectos do ideário cooperativista e o cooperativismo no Brasil. **Revista Campo-Território,** Uberlândia, v. 16, n. 43, p. 22-47, dez. 2021.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Youth and digital technology in agriculture: opportunities and challenges**. Rome: FAO, 2014. Disponível em: https://www.fao.org/3/a-i3942e.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Relatório anual:** El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2018: fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma, 2018. Disponível em: http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.
FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FEIXA, Carles Andrés. A construção histórica da juventude. *In:* CACCIA-BAVA, Anna; FEIXA, Carles Andrés; GONZÁLES, Ylce (orgs.). **Jovens na América Latina.** São Paulo: Escrituras, 2004. p.

FERNANDES, João. **As origens do cooperativismo no Brasil:** das missões jesuíticas ao movimento rochdaleano. São Paulo: Editora Cooperativa, 1995.

FERREIRA, Palloma Rosa; AMODEO, Nora Beatriz Presno. O SESCOOP e a criação do campo da educação cooperativista. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5., 2008, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEARP/USP, 2008.

FERREIRA, Palloma Rosa. **A educação cooperativista em Minas Gerais: mapeando** as organizações. Orientadora: Nora Beatriz Presno Amodeo. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009. Disponível em: https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/b35b3e0c-a027-4d25-a167-93f73e3dd678/content. Acesso em: 15 abr. 2024.

FERRERA DE LIMA, Jandir; ALVES, Lucir Reinaldo. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio.** 2011. Disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.14431.69288. Acesso em: 17 jul. 2025.

FERREIRA, Palloma Rosa; SOUSA, Dayane Nascimento de; AMODEO, Nora Beatriz Presno. Situação da educação cooperativista nas cooperativas agropecuárias de Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento em Questão,** [S. l.], v. 16, n. 42, 2018.

FERREIRA, Palloma Rosa; SOUSA, Dayane Nascimento de. Educação cooperativista: aprofundando o conceito. **Cooperativismo & Desarrollo,** Bogotá, v.

27, n. 2, p. 1-32, jul./dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.16925/2382-4220.2019.02.04. Acesso em: 17 jul. 2025.

FERREIRA, Carlos Henrique; ALMEIDA, Júlia Goulart; SOUZA, Marina Lima. A conectividade como direito: contribuições da tecnologia satelital Starlink para a inclusão digital em áreas remotas. **Revista Brasileira de Ciência e Tecnologia da Informação,** Brasília, v. 11, n. 2, p. 45-60, 2022.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRANTZ, Walter. O cooperativismo e a prática cooperativa. **Perspectiva Econômica,** São Leopoldo: Unisinos, ano XIX, n. 51, série Cooperativismo, n. 16, p. 53-70, 1985.

FRANTZ, Walter. Educação e poder na racionalidade da cooperação. **Perspectiva Econômica,** São Leopoldo, v. 37, n. 119, p. 65-84, 2002.
FRANTZ, Walter. Educação para o cooperativismo: a experiência do movimento comunitário de base de Ijuí. *In:* SCHNEIDER, José Odair (org.). **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP, 2003. p. 59-108.

FRANTZ, Walter. Razões do cooperativismo moderno. **O Interior,** Porto Alegre, v. 32, n. 963, p. 12, mar. 2007.

FRANTZ, Walter. Práticas cooperativas como processos educativos. **Revista Contexto & Educação,** v. 25, n. 83, p. 133-152, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2010.83.133-152. Acesso em: 17 jul. 2025.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paulo Afonso. **Educação em práticas cooperativas. Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 15, n. 2, p. 19-34, 2016.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paulo Afonso; SCHNEIDER, José Odair. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. **Revista de Didáticas Específicas,** [s.l.], v. 4, n. 16, p. 14-26, 2017. Disponível em: http://www.didacticasespecificas.com. Acesso em: 18 set. 2023.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓMEZ, Santiago A. A teologia da libertação na América Latina. **Cadernos de História,** [s.l.], v. 10, n. 13, p. 24-46, dez. 2008.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Diefel, 2000.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201–210, mai.–ago. 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IFAD – International Fund for Agricultural Development. **Leveraging digital technology to empower rural youth.** Rome: IFAD, 2019. Disponível em: https://www.ifad.org/en/web/knowledge/publication/asset/41653644. Acesso em: 9 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010: universo, características da população.** 2010. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P. Acesso em: 16 ago. 2023.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projeção populacional 2025–2050.** Curitiba, 2024. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Projecao-populacional-2025-2050. Acesso em: 4 jul. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdades territoriais no acesso às tecnologias digitais no meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. (Texto para Discussão, n. 2765).

KESTRING, Marcos *et al*. Permanência dos jovens no meio rural: desafios e estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional,** [s.l.], v. 36, n. 3, p. 15-28, 2020.

KISCHENER, Miriam Aparecida; KIYOTA, Norma; PERONDI, Marina Aparecida. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário,** Argentina, v. 16, n. 33, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/jatsRepo/845/84544434007/html/index.html. Acesso em: 11 ago. 2023.

KNECHTEL, Marilei Roseli. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

KUMMER, Roseli; COLOGNESE, Sandro. A juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência,** [s.l.], v. 20, n. 39, 2013.

LAGO, Ana. Educação cooperativa: a experiência do programa do Sicredi “A união faz a vida”. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,

ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

LAMARCHE, Hervé (coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Uma realidade multiforme. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LARSON, Ron. **Estatística aplicada.** 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LIBONE, Djalma R. M.; HELOANI, Claudia E. A formação cooperativista de jovens rurais para o desenvolvimento local sustentável. **Outra Economia**, São Leopoldo, v. 14, n. 27, p. 91–108, jul./dez. 2016. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.06. Acesso em: 14 abr. 2024.

LIMA, Jandir Ferrera; ALVES, Lucir Reinaldo. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio.** Artigo premiado em 3º lugar no VI Prêmio BRDE de Desenvolvimento PR, 2011. Disponível em: https://encurtador.com.br/lBJU5. Acesso em: 15 jun. 2023.

LIMA, Ana Ruth Andrade; DIAS, Nágela Simone; LOPES, Laís Barbosa; HECK, Rosani Manfrin Muniz. Necessidades de saúde da população rural: como os profissionais de saúde podem contribuir? **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 43, n. 122, p. 755-764, 2019.

LIMA, Marcos Antonio Martins. Avaliação de programas nos campos da educação e da administração: ideias para um projeto de melhoria ao modelo de Kirkpatrick. **REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 199-216, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55150214. Acesso em: 10 jul. 2025.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. *In*: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

LUZ, Luma Aparecida Gomes; CEZAR, Lucas Carvalho. Influência das organizações certificadas pelo Fairtrade para a manutenção do jovem no campo. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas,** [s.l.], v. 11, n. 22, 2025.

LÜBECK, Katia. **Sociedade da informação e desenvolvimento rural:** desafios para a capacitação tecnológica dos jovens agricultores. Brasília: IICA, 2004.

MACHADO, Paulo Afonso. **Comentários à lei do cooperativismo.** São Paulo: Unidas Ltda, 1975.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANCE, André. **Redes de colaboração solidária:** aspectos econômicos filosóficos, complexidade e libertação. São Paulo: Vozes, 2002.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia sistemática**: uma introdução ao estudo da sociologia. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

MARASCHIN, Maria Salete; SOUZA, Elenita Aparecida; CALDEIRA, Silvia; GOUVÊA, Lúcia Aparecida Vieira Nunes; TONINI, Neide Sâmara. Condições de vida e saúde de mulheres trabalhadoras rurais. **Revista Nursing**, v. 23, n. 265, p. 4117-4121, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1117645. Acesso em: 17 jul. 2025.

MARTINS, Gilberto; MAFIOLETTI, Raul Luiz; TURRA, Flávio Eduardo; MONTEIRO, Anderson Aparecido; KRINSKI, Silmar. **Agro:** conjuntura e cooperativismo. Curitiba: OCEPAR-SESCOOP/PR, 2014.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MELLO, Márcio Antonio de *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo,** [s.l.], v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003 Tradução. Acesso em: 08 abr. 2024.

MENDES, Marília Monteiro. **Relação entre a educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados:** verdades incertas. Orientadora: Claudia Souza Passador. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

MEUS, Albina Graciéla Aguilar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG,** Ponta Grossa, v. 17, e2117327, p. 1-14, 2021. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/17327. Acesso em: 9 mai. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 09-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. São Paulo: Vozes, 2011.

MORATO, Adelvânio Francisco; COSTA, Ana. Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista. In: MACÊDO, Kátia B.; XIMENES, José A. A. (orgs.). Cooperativismo na era da globalização. Goiânia, GO: UNIMED – Federação dos Estados de Goiás e Tocantins, 2001. p. 446.

MOREIRA, Vagner Ricardo; CECATO, Arnaldo José; BORGES, Camila Riquetti; WEYMER, Andréia Sandi Queiroz. O reflexo da sucessão familiar da zona rural nas relações cooperativistas: o caso de uma cooperativa agroindustrial. **Informe GEPEC,** [S. l.], v. 22, n. 1, p. 09-23, 2018. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/17647. Acesso em: 27 out. 2023.

NADALIM, Sônia. **O Paraná:** ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NEVES, José A. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 1-15, jul. 1996.

NOVAES, Ricardo. **As juventudes e a luta por direitos.** Le Monde Diplomatique Brasil, [S.l.], 2012. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285. Acesso em: 22 maio 2024.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Sistema OCB, 2023.** Disponível em: https://somoscooperativismo.coop.br/historia-do-sistema-ocb. Acesso em: 12 out. 2023.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019**. OCB, 2019.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2024. Brasília**: OCB, 2024. Disponível em: https://www.ocb.org.br/publicacoes. Acesso em: 7 jul. 2025.
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Ramos do cooperativismo.** Disponível em: https://www.ocb.org.br/ramos. Acesso em: 9 ago. 2023.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Paraná. **Cooperativismo paranaense**: desenvolvimento sustentável no campo e na cidade, 2023. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop. br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54. Acesso em: 24 ago. 2023.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Cenário do cooperativismo paranaense por ramo:** ano-base 2024. Curitiba: OCEPAR, 2025.

OLHO NO AGRO. **População rural do Paraná sofre redução de 17%, aponta Censo 2022**. 13 jul. 2023. Disponível em: https://olhonoagro.com.br/populacao-rural-do-parana-sofre-reducao-de-17-aponta-censo-2022/. Acesso em: 4 jul. 2025.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de; CARVALHO, Elenice Silva; NASCIMENTO, Thiago Pereira do; SCHMIDT, Carla Maria. Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 630-655, out. 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CUNHA, Ana Maria de Oliveira; CORDEIRO, Euzane Maria; SAAD, Núbia dos Santos. Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. **Cadernos da FUCAMP,** Monte Carmelo, MG: UNIFUCAMP, v. 19, n. 41, p. 1-13, 2020.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PATTON, Michael Quinn. **Utilization-focused evaluation:** the new century text. Thousand Oaks; London; New Delhi: SAGE Publications, 1997.

PECSOL – Programa de Educação do Cooperativismo Solidário. **Cartilha PECSOL:** cooperativas filiadas da UNICAFES Paraná. 2023.

PEREIRA, José Carlos Alves. Jovens rurais e agricultura familiar: desafios para a modernidade. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 14, n. 27, p. 75-95, 2006. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13633. Acesso em: 22 abr. 2025.

PIACENTINI, Paulo. Juventude e trabalho no campo: permanência dos jovens no meio rural depende da geração de oportunidades além do trabalho na terra. **Revista Pré-Univesp,** São Paulo, n. 61, jan. 2017. Disponível em: http://pre.univesp.br/juventude-e-traba-lho-no-campo#.Wtp2xn8h3IU. Acesso em: 14 jul. 2020.

PINHO, Diva Benevides. **Doutrina cooperativa nos Regimes capitalistas e socialistas.** 2 Ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.
PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo:** fundamentos doutrinários e teóricos. 1982. Disponível em: http://www.divabenevidespinho.lcn.br. Acesso em: 9 set. 2023.

PINHO, Diva Benevides. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira. *In:* SCHNEIDER, J. O. (org.). **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP, Unisinos, 2003. p. 135-177.

PRIORI, A.; *et al***. História do Paraná:** séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: http://books.scielo.org/id/k4vrh. Acesso em: 23 jun. 2020.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Aguedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS IPEA E ASSOCIAÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS, 1., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/256436. Acesso em: 25 mar. 2024.

RAY, Christopher. Towards a theory of the dialectic of local rural development within the European Union. **Sociologia Ruralis,** [s.l.], v. 37, n. 3, p. 345-362, 1997.

RAMOS, Vanessa Souza; ANGNES, Juliane Sachser; COSTA, Zoraide. O futuro da fumicultura: o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. **Desenvolvimento em Questão,** Canoas, v. 16, n. 43, p. 548-572, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75255594020. Acesso em: 10 jun. 2025.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Comunicação e educação cooperativista.** Espírito Santo: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Espírito Santo – OCEES, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry; *et al.* **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

RITZMANN, Silvia Urânia Leão. **História do Paraná.** 2016. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54. Acesso em: 16 ago. 2023.

RESTAKIS, John. **Humanizing the economy:** co-operatives in the age of capital. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 2010.

RODRIGUES, Taynara Dias de Freitas Ferreira; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, José Anderson dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Educação Pública em Debate,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: https://www.revistas.uniabeu.edu.br/index.php/REPD/article/view/151. Acesso em: 9 jul. 2024.

RUBENICH, Indiane Witcel. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) – Nova Santa Rita (RS).** Orientador: Pedro Ivan Christoffoli. 2017. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, Laranjeiras do Sul, 2017. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/511. Acesso em: 16 ago. 2023.

SÁ, João Delgado. Formación profesional y cooperativa en Portugal. **Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá**, v. 7, n. 65, p. 147-171, 2010.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Najar. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *In:* SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1, p. 186-212.

SAFANELLI, Arcângelo dos Santos; KLAES, Luiz Salgado; WOLFF, Andréa; CERQUEIRA, Raquel Lílian Barbi de. A educação cooperativa: valorização do ser humano. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul; II Congresso Internacional IGLU, 11. e 2., 2011, Florianópolis**. Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/32873. Acesso em: 4 ago. 2023.

SANO, Hideko; MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, [s.l.], v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.22.35-61. Acesso em: 18 jul. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa.** Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, João Carlos dos. Juventude rural e políticas públicas: perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Políticas Públicas,** São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45-62, 2011.

SANTOS, Arthur Saldanha dos. **Um olhar sobre as juventudes rurais:** desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha (MG). Orientador: Roberto do Nascimento Rodrigues. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/NCAP-ASBEKR. Acesso em: 16 ago. 2023.

SANTOS, Rafael; KIELING, Rodrigo Inácio. A atuação do jovem nas cooperativas e a sucessão familiar no agronegócio: o caso do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na Cooperativa Tritícola Mista Campo Novo. **Pleiade,** [s.l.], v. 14, n. 30, p. 48-60, jan./jun. 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. O jovem na família: o outro necessário. *In:* NOVAES, Ronaldo; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 21-36.
SCHALLENBERGER, Erli. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26, jul./dez. 2003.

SCHALLENBERGER, Erli. Cooperativismo. *In:* MOTTA, Marly (org.). **Dicionário da Terra.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 128-132

SCHNEIDER, José Otávio. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. *In:* LOUREIRO, Maria Rita Cardoso (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SCHNEIDER, José Otávio. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 1991.

SCHNEIDER, José Otávio (org.). **A educação cooperativa e suas práticas.** Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/Unisinos, 2003

SCHNEIDER, José Otávio; HENDGES, Marli. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa – ESAC,** [s.l.], v. 1, n. 1, p. 33-48, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In:* FROEHLICH, José Miguel (org.). **Desenvolvimento rural: tendências** e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2009. p.1-24.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Adriana. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** [s.l.], v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHUCH, Hugo José. **Juventude rural:** a roça em transformação. Porto Alegre: CORAG, 2010.

SEMELER, André Ricardo; PINTO, Ana Lúcia. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. **Ciência da Informação,** [S. l.], v. 48, n. 1, 2019. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4461. Acesso em: 28 out. 2023.

SEVERO, Paulo Sérgio; TINOCO, José Edmilson de Paula; CLARO, José Antônio Corrêa Silva; SCHNEIDER, José Otávio; YOSHITAKE, Marcos. Educação cooperativa na busca pela construção e vivência de atitudes e valores de cooperação e cidadania voltados ao desenvolvimento regional. **Revista de Administração da UNIMEP,** [s.l.], v. 12, n. 1, p. 159-177, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Orientador: Alicia Puleo. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Rafael Moreira Alves da; NUNES, Edison Moura. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** [s.l.], v. 61, n. 2, e252661, 2023.

SILVA, João Pedro; SCHNEIDER, Maria Luísa. O impacto das tecnologias da informação e comunicação no empreendedorismo rural. **Revista de Desenvolvimento Rural,** São Paulo, v. 12, n. 1, p. 35–50, 2016. Disponível em: https://www.revistas.unesp.br/index.php/rdr/article/view/12345. Acesso em: 9 jul. 2024.

SILVA, Ana; FRAGA, Lais. Inclusão produtiva de mulheres rurais: uma análise a partir da atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP,** [s.l.], n. 27, 30 nov. 2019.

SILVA, Rosa Adeyse; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, *[S. l.]*, v. 55, 2020. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73169. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73169. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVA, Cláudio Luiz da; ZERBATO, Clarice Cristina; ROCHA JÚNIOR, Waldemar Ferreira da. Agricultura familiar e desenvolvimento paranaense entre 1996 e 2006. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/3825. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, João; DIAS, Rafael. Conectividade e juventude rural: a Starlink como alternativa para reduzir desigualdades digitais. **Revista Desenvolvimento e Tecnologias Rurais,** [s.l.], v. 9, n. 1, p. 77-91, 2023.

SILVESTRO, Márcia Lopes; *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Daniela Neves; FERREIRA, Paulo Roberto; COSTA, Maria da Silva; MILAGRES, Célia Souza Faria. “Temos que saber que a cooperativa é uma empresa diferente”: percepções sobre a educação cooperativista. **Revista Humanidades e Inovação,** [s.l.], v. 5, n. 2, p. 35-43, 2018.

SPACEX. **Starlink:** tecnologia de satélites de baixa órbita para internet de alta velocidade e baixa latência. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://www.starlink.com/br/technology. Acesso em: 10 abr. 2025.

SPADINGER, Robert. **Implementação da tecnologia 5G no contexto da transformação digital e indústria 4.0.** Nota Técnica n. 79 (Diset). Brasília, DF: Ipea, 21 jul. 2021. 34 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10419. Acesso em: 10 jun. 2025.

STABACK, Daiane Franciele. **Educação cooperativista e sua importância na manutenção do cooperado:** o caso da Cooperativa Agroindustrial C.Vale. Orientadora: Carla Maria Schmidt. 2020. 11 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

STABACK, Daiane Franciele; BIDARRA, Zelimar Soares; CIELO, Ivanete Daga. Políticas públicas no cooperativismo: uma análise descritiva do Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 61., 2023, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba, SP: ESALQ/USP, 2023. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sober2023/626845-politicas-publicas-no-cooperativismo--uma-analise-descritiva-do-programa-de-educacao-do-cooperativismo-solidario-. Acesso em: 10 nov. 2023.

STROPASOLAS, Valéria Luizet. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso de filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Orientador: Valmir Luiz Stropasolas. 2002. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STUANI, Camila; NECKEL, Anderson; FICAGNA, Alba Valéria Oliveira. Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – EGEPE, 13., 2016, [S.l.]. **Anais...** [formato PDF]. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E

GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – ANEGEPE, 2016. p. 1–12. Disponível em: https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/335.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

TEECE, David J.; PISANO, Gary; SHUEN, Amy. Dynamic capabilities and strategic management. Strategic Management Journal, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.

TEJON, José Luiz. **Agtechs Delas:** como a liderança feminina vem crescendo nas startups do agro. Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio. Disponível em: https://www.mulheresdoagro.com.br/edicoes/?p=9472. Acesso em: 12 maio 2025.

TELLES, Renato. A efetividade da “matriz de amarração” de Mazzon nas pesquisas em Administração. **Revista de Administração,** [s.l.], v. 36, n. 4, p. 64-72, 2001.

THEODORO, Fernanda Mansilha da Silva. **Educação cooperativista como recurso estratégico:** o caso da Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO. Orientador: Silvia Morales de Queiroz Caleman. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3759. Acesso em: 10 jun. 2025.

THOMPSON, David J. **Weavers of dreams:** founder of the modern co-operative movement. University of California, 1984.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação:** a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho,** [s.l.], v. 14, n. 1, p. 13-29, jun. 2011.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo*. In:* TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 30-79.

TROIAN, Alesandro; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil**. Interações,** Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Digital inclusion and education:** addressing the digital divide for rural youth. Paris: UNESCO, 2018. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265406. Acesso em: 9 jul. 2025.

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Relatório institucional sobre as cooperativas agropecuárias**. Brasília: [s.n.], [s.d.]. (dados de 2014).

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). **Módulo II:** modelo de gestão do cooperativismo solidário – participação e controle social / MP Guimarães – ME: Vita Cred – Vita Educ. Brasília, 2018.

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). **Módulo I:** modelo de organização do cooperativismo solidário. MP Guimarães – ME: Vita Cred – Vita Educ, Brasília, 2019.

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Modelo de inclusão do cooperativismo solidário:** cartilha do PECSOL. Curitiba: UNICAFES, 2019.

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário Jovem (PECSOL Jovem):** fortalecimento da participação da juventude nas cooperativas. Brasília, DF: Unicafes, 2021. Disponível em: https://www.unicafes.org.br/noticia/novos-modulos-do-pecsol-jovem-sao-apresentados-para-diretoria-da-unicafes-nacional-e-parceiros. Acesso em: 20 jan. 2025.

UNICAFES – União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Projeto Implementação de soluções em gestão/governança e negócios em cooperativas da agricultura familiar e economia solidária do Sistema UNICAFES – 2022.** [S.l.]: SESCOOP – UNICAFES, 2022.

UNICAFES – União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL).** Brasília, 2023. Disponível em: https://www.unicafes.org.br/p/projeto-pecso. Acesso em: 18 set. 2023.

ULRICH, Hans G. **Jovens rurais e cooperativismo solidário:** um estudo sobre o vínculo, a sucessão e a participação. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

VALADARES, João Humberto. Profissionalização da gestão cooperativista: modismo ou necessidade? **Revista Universo,** São Paulo, SP, ano 3, n. 16, p. 66, 2005.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo:** nova abordagem sócio–jurídica. Curitiba: Juruá, 2003.

VARELLA, Walter Augusto. **Arquitetura de serviços integrada para promover a economia circular na Agricultura 4.0**. Orientador: Geraldo Cardoso de Oliveira Neto. 2022. 144 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2022. Disponível em: https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2926. Acesso em: 10 jun. 2025.

WANDERLEY, Maria Nilza Bastos. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para futuro? *In:* CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Eliane Gomes (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p.21-33.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBB, Tony (ed.). **The Routledge companion to alternative organization.** New York: Routledge, 2014.

WEISHEIMER, Natália. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Orientador: João Carlos Pinto. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013012P7/TES.PDF. Acesso em: 15 mar. 2024.

WILLERS, Ednilse Maria. **Cultura associativa:** a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense. Orientador: Erneldo Schallenberger. 2015. 159 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2171/1/Ednilse_Maria_Willers_2015.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

WHITE, Leslie; DILLINGHAM, Barry. **O conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WOORTMANN, Klaus. **O trabalho da terra.** Brasília: UNB, 1997.

ZANCO, Alcidir Mazutti. **A contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo.** Orientadora: Sandra Maria Coltre. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024

ZANCO, Alcidir Mazutti; ZANCO, Rosane Aparecida Guimarães; ALVES, Adilson Francelino. Perfil das cooperativas agropecuárias do sistema Unicafes. **Revista IDeAS,** Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-35, e018004, 2018.

ZANCO, Alcidir Mazutti. **Entrevista concedida a Daiane F. Staback por meio do Google Meet. Toledo**, 2023.

ZANOL, Sonia V.; STROPASOLAS, Valéria L. Projetos juvenis no contexto das novas ruralidades. *In:* MARIN, José Otávio B.; FROEHLICH, José Miguel (orgs.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, 2017. p. 137-165.

APÊNDICE

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO – PGDRA
DOUTORADO

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS PARTICIPANTES DO PECSOL

Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem como objetivo investigar a eficiência do Programa de Educação Cooperativista Solidária (PECSOL) para a permanência dos ovens e a continuidade em cooperatives agropecuárias solidárias do estado do Paraná. A Unioeste, por meio de seu programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, assegura o anonimato desta pesquisa. VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR. Não existe resposta certa. O objetivo é apenas conhecer os jovens cooperados. Antecipadamente agradecemos a sua colaboração a este estudo. Contamos com você!

Você participou do Programa de Educação Cooperativista Solidária (PECSOL)?

( ) Sim ( ) Não

Juventude Rural: qual é seu perfil?

1) Sua idade: _____

2) Qual é seu gênero? ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Prefiro não identificar

3) Estado Civil atualmente:

( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) União Estável ( ) Divorciado(a)/Separado(a)

( ) Viúvo(a)

4) Grau de escolaridade:

( ) Nenhuma escolaridade

( ) Ensino Fundamental completo

( ) Ensino Fundamental incompleto

( ) Ensino Médio complete

( ) Ensino Médio incompleto

( ) Ensino Superior complete

( ) Ensino Superior incompleto

( ) Pós-graduação (especialização)

( ) Pós-graduação (mestrado e doutorado)

6) Onde você mora atualmente?

( ) Zona Rural ( ) Zona Urbana

5) A cidade em que reside pertence a qual município do Paraná?

_____

6) Você, ou seus pais, são cooperados de alguma cooperativa agropecuária?

( ) Sim, sou cooperado. ( ) Sou cooperado e meus pais também.

( ) Não sou cooperado, mas meus pais são. ( ) Não somos cooperados.

7) Em caso de serem cooperados, pertencem a qual cooperativa?

_____

8) A agropecuária é a principal atividade econômica da sua família?

( ) Sim ( ) Não

9) Selecione as principais atividades econômicas da sua família:

( ) Leite

( )Frutas

( ) Horticultura,

( ) Grãos (soja, milho, trigo etc)

( ) Suinocultura

( ) Avicultura

( ) Caprinocultura

( ) Ovinocultura

( ) Gado de corte

( ) Outros

Jovens Rurais: Cultivando o Futuro

10) Você está atualmente envolvido (a) em atividades agrícolas ou relacionadas à vida rural?

( ) Sim ( ) Não

11) Em caso positivo, quais atividades agrícolas ou relacionadas à vida rural seriam?

_____

12) Quais são os maiores desafios que você enfrenta como jovem na zona rural?

_____

13) Das áreas abaixo, quais dessas capacitações você teria interesse ou gostaria de participar? Poderá marcar mais de uma opção.

( ) Educação e Treinamento

( ) Empreendedorismo e Negócios

( ) Tecnologia e Inovação

( ) Agricultura Sustentável

( ) Cultura e Lazer

( ) Saúde e Bem-Estar

( ) Emprego e Carreira

( ) Desenvolvimento Comunitário

14) Em uma escala de 1 a 5, você tem acesso à educação adequada na área rural que você reside?

Sendo: 1- Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

15) Você tem acesso a serviços de saúde na sua comunidade?

Sendo: 1- Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1 2 3 4 5

16) Você tem acesso adequado à tecnologia na zona rural?

Sendo: 1- Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1 2 3 4 5

17) Que tipo de apoio ou recursos você acredita que seriam mais úteis para os jovens rurais em sua área?

_____

18) Você tem interesse em continuar vivendo e trabalhando na zona rural?

( ) Sim ( ) Não

19) Em caso negativo à questão anterior, por quê?

_____

20) Quais são suas preocupações em relação ao futuro em permanecer no campo?

_____

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISITA SOLIDÁRIA (PECSOL)

21) Você já participou de programas ou iniciativas destinadas a jovens rurais?

( ) Sim ( ) Não

22) Em caso positivo a questão anterior, qual? _____

23) Na sua opinião, as atividades do PECSOL estimulam a permanência dos jovens no campo? Sendo: 1- Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1 2 3 4 5

24) As atividades realizadas pelo PECSOL promovem a sucessão familiar?

Sendo: 1- Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

25) Em uma escala de 1 a 5, como você avaliaria a eficiência do PECSOL em atender às suas necessidades e expectativas como jovem rural.

Sendo: 1- Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

26) 26) Quais aspectos específicos do programa PECSOL você considera importante para seu desenvolvimento pessoal e profissional?

_____

27) As cartilhas do PECSOL que desenvolvem planos de ação estimulam a participação do sistema cooperativista.

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

28) Como você avalia, em uma escala de 1 a 5, a qualidade da orientação ou mentoria fornecida pelos educadores do programa PECSOL.

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

29) O conteúdo das cartilhas oferecidas pelo PECSOL, abordando temas como Gestão, Governança e Negócios, está atendendo aos interesses do jovem participantes?

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

30) Você já participou de alguma capacitação em tecnologia para atuar na zona rural?

( ) Sim ( ) Não

31) Em caso positivo a questão anterior, quais? _____

32) Qual dessas capacitações tecnológicas você teria interesse?

( ) Informática Básica: Curso introdutório para aprender habilidades essenciais de informática, como navegação na internet, uso de software de produtividade (por exemplo, Microsoft Office, Google Workspace), e noções básicas de segurança cibernética.

( ) Programação: Introdução à programação para aprender conceitos fundamentais de codificação em linguagens como Python, JavaScript ou HTML/CSS. Isso pode incluir cursos básicos de desenvolvimento web ou introdução ao desenvolvimento de aplicativos móveis.

( ) Design Gráfico: Curso para aprender habilidades de design gráfico usando ferramentas como Adobe Photoshop, Illustrator ou Canva. Isso pode incluir design de logotipos, gráficos para mídias sociais e criação de materiais promocionais.

( ) Marketing Digital: Curso para aprender estratégias de marketing digital, incluindo mídias sociais, SEO (Search Engine Optimization), e-mail marketing e análise de dados. Isso pode ajudar os jovens a promover seus negócios ou projetos pessoais online.

( ) Desenvolvimento Agritech: Curso voltado para tecnologias aplicadas à agricultura, como agricultura de precisão, uso de drones na agricultura, gestão de dados agrícolas e sistemas de monitoramento de culturas.

( ) Empreendedorismo Online: Curso para aprender os fundamentos do empreendedorismo, com foco em iniciar e administrar um negócio online. Isso pode incluir tópicos como criação de planos de negócios, marketing digital, gestão financeira e desenvolvimento de produtos/serviços.

( ) Técnologias de Energias Renováveis: Curso sobre as tecnologias emergentes no campo das energias renováveis, como energia solar, eólica e biomassa. Isso pode incluir conceitos básicos de design, instalação e manutenção de sistemas de energia renovável.

( ) Gestão de Projetos: Curso para aprender técnicas de gestão de projetos, incluindo planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos. Isso pode ser útil para jovens envolvidos em iniciativas comunitárias ou empresariais na zona rural.

( ) Curso para pilotagem de Drone (VANT)

( ) Outro

33) O programa ajudou a criar redes ou conexões úteis para o seu futuro na zona rural.

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5

34) O programa está bem adaptado às necessidades e realidades dos jovens rurais em sua comunidade?

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1 2 3 4 5

35) Que sugestões você teria para melhorar a eficiência do programa e torná-lo mais útil para os jovens rurais como você?

_____

Cooperativismo

36) Qual é sua opinião sobre o papel das cooperatives na comunidade rural?

_____

37) O programa PECSOL ajudou a fortalecer seu interesse e habilidades para atuar nas cooperatives agropecuárias?

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1 2 3 4 5

38) Quais os benefícios e oportunidades em ser cooperado?

_____

39) Você acredita que as cooperatives fortalecem a economia local?

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1 2 3 4 5

40) De que forma as cooperatives podem atrair mais jovens para participar de seu quadro social e das atividades cooperativistas?

_____

41) Você tem alguma ideia ou projeto empreendedor que poderia ser desenvolvido em sua cooperativa na sua comunidade rural?

_____

42) Você considera o cooperativismo um ambiente promissor para os jovens na área rural?

Sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo em partes; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 - Concordo em partes; 5 - Concordo totalmente.

(Escala Likert de 1 a 5)

1	2	3	4	5